



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Letras- IL

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP

Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL

**"A GENTE NÃO NASCE MÃE": Uma análise crítica discursiva sobre
aborto clandestino e Justiça Reprodutiva a partir de narrativas de
mulheres negras e suas redes de apoio**

Jaqueline Coêlho

Brasília

2024



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Letras- IL

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP

Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL

Jaqueline Coêlho

**"A GENTE NÃO NASCE MÃE": Uma análise crítica discursiva sobre
aborto clandestino e Justiça Reprodutiva a partir de narrativas de
mulheres negras e suas redes de apoio**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística,
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da
Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do Grau
de Doutora em Linguística, área de concentração Linguagem e
Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane Cristina Vieira – Universidade
de Brasília

Co-orientadora: Dra. Emanuelle Freitas Goes – Instituto de Saúde
Coletiva/ Universidade Federal da Bahia.

Brasília, 2024

**Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

CC672" Coêlho, Jaqueline "A GENTE NÃO NASCE MÃE":
Uma análise crítica discursiva sobre aborto clandestino
e Justiça Reprodutiva a partir de narrativas de mulheres
negras e suas redes de apoio / Jaqueline Coêlho;
orientador Viviane Cristina Vieira; co-orientador
Emanuelle Freitas Goes. -- Brasília, 2024. 303 p.

Tese(Doutorado em Linguística) -- Universidade
de Brasília, 2024.

1. justiça reprodutiva. 2. Aborto clandestino.
3. estudos críticos do discurso. 4. feminismos negros. 5.
decolonialidade. I. Cristina Vieira, Viviane,
orient. II. Freitas Goes, Emanuelle, co-orient. III.
Título.

Jaqueline Coêlho

**"A GENTE NÃO NASCE MÃE": Uma análise crítica discursiva sobre
aborto clandestino e Justiça Reprodutiva a partir de narrativas de
mulheres negras e suas redes de apoio**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do Grau de Doutora em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade. Orientadora: Profa. Dra. Viviane Cristina Vieira – Universidade de Brasília Co-orientadora: Dra. Emanuelle Freitas Goes - Instituto de Saúde Coletiva/ Universidade Federal da Bahia.

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Viviane Cristina Vieira –Presidenta (UnB-PPGL)

Profa. Dra. Emanuelle Freitas Goes - Vice-Presidenta (UFBA- ISC)

Profa. Dra. Daniele de Oliveira - Avaliadora efetiva externa (UFBA)

Profa. Dra. Nathália Diórgenes Ferreira Lima – Avaliadora efetiva externa (UNILAB)

Profa. Dra. Profa. Dra. Juliana de Freitas Dias - Avaliadora efetiva interna (UnB-PPGL)

Profa. Dra. Glenda Cristina Valim de Melo - Avaliadora suplente (Unirio)

Brasília, 2024

À Luísa, Adah e Mukasonga.

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi possível porque contei com uma rede de apoio amorosa, forte e diversificada que me deu o suporte necessário e me ofereceu o que estava ao alcance entre o que eu precisava para realizar um trabalho de forma digna e inspiradora, amparando-me nas dificuldades e me incentivando a seguir corajosamente.

Agradeço ao Instituto Federal de Brasília que me concedeu afastamento para qualificação, incentivando a dedicação plena no aperfeiçoamento dos meus estudos. Ao colegiado de Letras do campus São Sebastião e demais colegas em cargos técnicos e de gestão, agradeço a compreensão e o apoio tão determinante para esse processo.

Meu muito obrigada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e ao Instituto de Letras da Universidade de Brasília como um todo, minha casa desde a licenciatura, lugar que me expandiu em possibilidades. Sonhei que um dia estudaria na UnB e me orgulho por ter me dedicado e insistido nesse devaneio antes tão distante da minha realidade e que hoje se tornou a instituição onde firmei os pilares da minha trajetória acadêmica.

Agradeço à minha orientadora Viviane Vieira pelos incentivos, ensinamentos e caminhos apontados na condução deste trabalho e por sua dedicação aos Estudos Críticos do Discurso. Agradeço à minha coorientadora Emanuelle Goes pela escuta sensível, pelas trocas e por ser referência nos estudos e militância pela Justiça Reprodutiva. Ao professor Wanderson Flor, agradeço por me apresentar o Oxunismo e pelas leituras tão importantes.

Às mulheres da minha vida, minhas irmãs queridas que me deram as mãos, o colo, os abraços, o incentivo, a escuta, a inspiração, o apoio, a força, e que tiveram paciência comigo, agradeço porque vocês me pariram em humanidade. Este trabalho é nosso.

Por participarem diretamente, auxiliando na transcrição, na tradução, na revisão de texto, nas leituras e nas indicações bibliográficas, meu agradecimento nominal à Nicole Geovana, Raquel Castanheiras, Maria Paula Siqueira, Carolina Mendes, Carolina Araújo, Marina Gregorutti, Maíra Motta, Ulisdete Rodrigues, Ludmilla Guedes, Ana Claudia Oliveira, Nayane Souza, Isabela Alcântara, Jéssica Barreto, Larissa Dantas, Luciane Lira.

Pelo amparo e direcionamento psicoterapêutico, agradeço à Fernanda Pinheiro e à Denise Sampaio.

Pelas orações, agradeço à Geny Coêlho e à Zulmira Santana, assim como a todas as minhas mais velhas, à minha mãe, Marileide Coêlho, assim como às minhas tias e primas.

Foram tantas rezas, tantos encontros, tantos encorajamentos, tantos sonhos, gozos e dores partilhadas que eu não conseguiria nomear cada uma das pessoas que compuseram minha vida nos últimos cinco anos, mas saibam que seus nomes soam doce em meus ouvidos e que desejo que sigamos juntas e juntos pelas encruzilhadas da vida.

Meus amigos e irmãos queridos, sensíveis aos problemas de gênero e questionadores do patriarcado e da própria velha noção de masculinidade, agradeço o amor corajoso partilhado neste mundo inventado e sustentado por desencontros entre nós.

*Faça da vergonha, loucura...
Abra, escancara a verdade!
Ama essa tal criatura que envergonhou a cidade.*
(Leci Brandão)

SUMÁRIO

RESUMO.....	10
RESUMEN	11
ABSTRACT	12
PARTE I.....	13
APRESENTAÇÃO	13
1. ANÁLISE SOCIAL DO PROBLEMA DE PESQUISA	22
1.1 INTRODUÇÃO	22
1.2 ABORTO E COLONIALISMO	24
1.3 ABORTO E LEGISLAÇÃO	28
1.4 ABORTO E O CONCEITO COLONIAL DE FAMÍLIA NUCLEAR	30
1.5 ABORTO E DISPUTA POLÍTICA.....	32
2. SUPORTE TEÓRICO	41
2.1 FEMINISMOS NEGROS DECOLONIAIS E GIRO EPISTÊMICO	42
2.2 OXUNISMO E GIRO ESTÉTICO	48
2.3 JUSTIÇA REPRODUTIVA E GIRO ATIVISTA	59
3. PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	65
3.1 ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO	65
3.2 ANÁLISE DE NARRATIVA	70
3.3 PEQUENAS HISTÓRIAS	75
4. MÉTODOS GERAÇÃO DE DADOS.....	77
PARTE II.....	84
5. ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DAS HISTÓRIAS NARRADAS	84
6. LUÍSA	87
6.1 PEQUENAS HISTÓRIAS: AUTODEFINIÇÃO E AUTOAVALIAÇÃO	92
6.2 PEQUENAS HISTÓRIAS: CLANDESTINIDADE	114
6.3 PEQUENAS HISTÓRIAS: REDES DE APOIO.....	126
7. ADAH	148
7.1 PEQUENAS HISTÓRIAS: AUTODEFINIÇÃO E AUTOAVALIAÇÃO.....	154
7.2 PEQUENAS HISTÓRIAS: CLANDESTINIDADE	175
7.3 PEQUENAS HISTÓRIAS: REDES DE APOIO.....	196
8. MUKASONGA	217
8.1 PEQUENAS HISTÓRIAS: AUTODEFINIÇÃO E AUTOAVALIAÇÃO.....	222

8.2 PEQUENAS HISTÓRIAS: CLANDESTINIDADE	242
8.3 PEQUENAS HISTÓRIAS: REDES DE APOIO	258
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	270
REFERÊNCIAS:	283
ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	294
ANEXO II – CONVENÇÃO DE TRANSCRIÇÃO	296
ANEXO III- FOLHETO DE INSTRUÇÕES PARA ABORTO	297
ANEXO IV – FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS.....	300

RESUMO

A presente tese estudou e analisou representações discursivas sobre experiências de abortos clandestinos vivenciados por três brasileiras autodeclaradas negras entre os anos de 2005 e 2022 e como as redes de apoio às quais essas mulheres recorreram são representadas em suas narrativas sobre a experiência. Com base em referenciais teórico-metodológicos dos Estudos Críticos do Discurso (Vieira 2020; Resende 2017, 2020; Pardo, 2010; Pardo Abril, 2005, 2007; MAGALHÃES, 2017), da Análise de Narrativa (BASTOS & BIAR, 2015; BASTOS & SANTOS, 2013; SANTOS, 2013; GEORGAKOPOLOU, 2015), de Feminismos Negros e Decoloniais (COLLINS, 2016; VERGÉS, [1952] 2021; GONZALES, [1980] 2018; Carneiro, 2005), do Oxunismo (OYĚWŪMÍ, 2016; 2020; NZEGWU, 2011) e da Justiça Reprodutiva (GOES, 2019; ROSS, 2007, 2011), esta pesquisa apresenta uma crítica explanatória interseccional de como a linguagem, por meio das representações discursivas de mulheres que recorreram a abortos voluntários, descortina o debate político, de gênero, racial e social brasileiro mais amplo sobre a criminalização do aborto. Para os propósitos desta pesquisa, são fundamentais as representações e percepções que as mulheres têm sobre sua escolha quanto à interrupção de uma gravidez em um contexto de criminalização. Secundariamente, alguns aspectos da construção de significados socioculturais também são relevantes na formação dessas representações, a exemplo do modo como as participantes identificam e avaliam a influência das redes de apoio que as acompanharam no itinerário de realização de um aborto em situação de clandestinidade. Consoante, o estudo desses itinerários elucida as intersecções de opressões às quais mulheres estão submetidas desde o momento em que se descobrem grávidas até a concretização do aborto. Pela análise discursiva crítica das narrativas das participantes foi possível identificar os métodos utilizados para a interrupção das gestações, as redes de apoio acionadas ou formadas nesse itinerário e, por fim, a influência das redes sobre a representação discursiva dessas mulheres. Os apontamentos da pesquisa registraram os movimentos retóricos apresentados pelas narradoras, orientando a organização das análises em: (i)autodefinição/autoavaliação, (ii)clandestinidade e (iii)rede de apoio. Os dados analisados nesta tese foram gerados por meio de entrevistas de narrativas com as mulheres e algumas de suas redes de apoio entre os anos de 2020 e 2023, identificadas como pequenas histórias (GEORGAKOPOLOU, 2015). Utilizando-se do conceito de matripotência (OYEWUMI, 2016) e de atitudes decoloniais (FANON, 1952; 1961; MALDONADO-TORRES, 2020), esta pesquisa observou como mulheres em contexto de criminalização, alvos da necropolítica estatal que atinge corpos negros de forma desigual a partir de suas possibilidades reprodutivas, podem recorrer a um aborto como resposta de sobrevivência física e subjetiva, sua e de sua comunidade. Dessa forma, este estudo contribui para a discussão sobre a descriminalização do aborto no Brasil ao focar nas narrativas das próprias mulheres que interromperam gestações e ao propor uma análise por meio de bases teóricas além do eixo hegemônico ocidental, as quais compreendem essas mulheres como atoras sociais engajadas em atitudes de mudança social e política, assim como a questão do aborto enquanto problema de saúde pública de dimensões sociais, ainda que o cenário atual responsabilize individualmente pessoas que podem vir a gestar.

Palavras-chave: Aborto clandestino; justiça reprodutiva; estudos críticos do discurso; feminismos negros; decolonialidade.

RESUMEN

La presente tesis ha abordado y examinado las representaciones discursivas en torno a experiencias de abortos clandestinos vividas por tres mujeres brasileñas autoproclamadas negras entre los años 2005 y 2022, así como la presentación de las redes de apoyo a las cuales estas mujeres recurrieron en sus narrativas sobre la experiencia vivida. Con base en los referenciales teórico-metodológicos de los Estudios Críticos del Discurso (Vieira 2020; Resende 2017, 2020; Pardo, 2010; Pardo Abril, 2005, 2007; MAGALHÃES, 2017), del Análisis de Narrativo (BASTOS & BIAR, 2015; BASTOS & SANTOS, 2013; SANTOS, 2013; GEORGAKOPOLOU, 2015), Feminismos Negros y Decoloniales (COLLINS, 2016; VERGÉS, [1952] 2021; GONZALES, [1980] 2018; Carneiro, 2005), el Oxunismo (OYĚWÙMÍ, 2016; 2020; NZEGWU, 2011) y la Justicia Reproductiva (GOES, 2019; ROSS, 2007, 2011), esta investigación presenta una crítica explicativa interseccional sobre cómo el lenguaje, a través de las representaciones discursivas de mujeres que optaron por abortos voluntarios, revela el debate político, de género, racial y social más amplio en Brasil sobre la criminalización del aborto. Para los propósitos de esta investigación, son fundamentales las percepciones que las mujeres tienen sobre su elección de interrumpir un embarazo en un contexto de criminalización. Secundariamente, algunos aspectos de la construcción de significados socioculturales también son relevantes en la formación de estas representaciones, como por ejemplo, cómo las participantes evalúan la influencia de las redes de apoyo que las acompañaron en el itinerario de llevar a cabo un aborto en situación de clandestinidad. El estudio de estos itinerarios aclara las intersecciones de opresiones a las que las mujeres están sometidas desde el momento en que descubren que están embarazadas hasta la realización del aborto. Por intermedio del análisis crítico del discurso de las narrativas de las participantes, fue posible identificar los métodos utilizados para interrumpir los embarazos, qué redes de apoyo se activaron o formaron en este itinerario y, finalmente, cómo estas redes pueden haber influido en la forma en que la experiencia del aborto es representada discursivamente por las mujeres. Las notas de investigación registraron los movimientos retóricos orientando la organización de los análisis en: (i) autodefinición/autoevaluación, (ii) clandestinidad y (iii) redes de apoyo. Los datos analizados en esta tesis fueron generados mediante entrevistas narrativas con las participantes entre los años 2020 y 2023, identificados como “small stories” (GEORGAKOPOLOU, 2015). Utilizando el concepto de matripotencia (OYEWUMI, 2016) y actitudes decoloniales (FANON, 1952; 1961; MALDONADO-TORRES, 2020), esta investigación observó cómo las mujeres en contexto de criminalización, víctimas de la necropolítica estatal que afecta de manera desigual a los cuerpos negros en sus posibilidades reproductivas, pueden recurrir al aborto como respuesta a la supervivencia física y subjetiva, tanto propia como de su comunidad. De esta manera, este estudio contribuye a la discusión sobre la descriminalización del aborto en Brasil al centrarse en las narrativas de las propias mujeres que interrumpieron embarazos y al proponer un análisis mediante marcos teóricos fuera del eje hegemónico occidental, que comprenden a estas mujeres como actores sociales comprometidos en actitudes de cambio social y político, así como la cuestión del aborto como un problema de salud pública de dimensiones sociales, aunque el escenario actual responsabilice individualmente a las personas que pueden llegar a gestar.

Palabras clave: Aborto clandestino; justicia reproductiva; estudios críticos del discurso; feminismos negros; decolonialidad.

ABSTRACT

This thesis studied and analyzed discursive representations of clandestine abortions experienced by three self-identified black Brazilian women between 2005 and 2022 and how the support networks to which these women resorted are presented in their narratives about their lived experience. Based on theoretical and methodological references from Critical Discourse Studies (Vieira 2020; Resende 2017, 2020; Pardo, 2010; Pardo Abril, 2005, 2007; MAGALHÃES, 2017), Narrative Analysis (BASTOS & BIAR, 2015; BASTOS & SANTOS, 2013; SANTOS, 2013; GEORGAKOPOLOU, 2015), Black and Decolonial Feminisms (COLLINS, 2016; VERGÉS, [1952] 2021; GONZALES, [1980] 2018; Carneiro, 2005), Oxunism (OYĒWÙMÍ, 2016; 2020; NZEGWU, 2011) and Reproductive Justice (GOES, 2019; ROSS, 2007, 2011), this research presents an intersectional explanatory critique of how language, through the discursive representations of women who have undergone voluntary abortions, unveils the broader Brazilian political, gender, racial and social debate on the criminalization of abortion. For the purposes of this research, women's perceptions of their choice to terminate a pregnancy in a context of criminalization are fundamental. Secondly, some aspects of the construction of socio-cultural meanings are also relevant in the production of these representations, such as how participants identify and evaluate the influence of support networks that accompanied them on their journey to have a clandestine abortion. As is the case, the study of these itineraries elucidates the intersections of oppression to which women are subjected from the moment they discover they are pregnant, decide to terminate the pregnancy, until the abortion is carried out. Through critical discourse analysis of the participants' narratives, it was possible to identify the methods used to terminate their pregnancies, which support networks were built up or formed during this journey and, finally, how these networks may have influenced the way in which the experience of abortion is discursively represented by these women. The research notes recorded the rhetorical movements presented by the narrators, guiding the organization of the analyzes into: (i) self-definition/self-evaluation, (ii) clandestinity and (iii) support network. The data analyzed in this thesis was generated through narrative interviews with the participants and some of their support networks between 2020 and 2023, identified as "small stories" (GEORGAKOPOLOU, 2015). Using the concepts of matripotency (OYEWUMI, 2016) and decolonial attitudes (FANON, 1952; 1961; MALDONADO-TORRES, 2020), this research observed how women in a context of criminalization, targeted by state necropolitics that unequally affect black bodies based on their reproductive possibilities, can resort to an abortion as a response to their own and their community's physical and subjective survival. In this way, this study contributes to the discussion on the decriminalization of abortion in Brazil by focusing on the narratives of women who have terminated pregnancies and by proposing an analysis using theoretical bases outside the Western hegemonic axis that understands these women as social actors engaged in attitudes of social and political change, as well as the issue of abortion as a public health problem with social dimensions, even though the current scenario holds people who may become pregnant individually responsible.

Keywords: Clandestine abortion; reproductive justice; critical discourse studies; black feminisms; decoloniality.

PARTE I

APRESENTAÇÃO

Interessa a esta pesquisa a representação discursiva sobre a experiência de abortos voluntários vivenciados por três brasileiras autodeclaradas negras que interromperam gestações não intencionais em contexto de clandestinidade entre os anos de 2005 e 2020 e como as redes de apoio às quais essas mulheres recorreram são representadas em suas narrativas. Este trabalho foi idealizado como forma de ouvir o que as mulheres que já passaram por um aborto têm a dizer sobre suas escolhas reprodutivas, sobre o que enfrentaram para garantir seu direito de escolha e sobre as redes de apoio e de cuidados que acionaram durante o trajeto. Dessa forma, procurou-se ampliar o processo de pesquisa já realizado anteriormente pela pesquisadora deste trabalho, que se ocupou em analisar discursos sobre a descriminalização do aborto a partir da perspectiva de outras pessoas autorizadas socialmente para apresentar publicamente suas opiniões nos debates sobre aborto no Brasil (SUASSUNA, 2016), partindo para o foco do que as próprias mulheres falam sobre suas experiências, oportunizando a expansão de referenciais teóricos e metodológicos sensíveis à interseccionalidade de opressões que afetam de maneira sobreposta e desigual as mulheres brasileiras. Além disso, interessou estabelecer um espaço de diálogo sobre essa experiência complexa e profunda que, por ser passível de condenação, tanto criminal quanto moral, é destinada ao silêncio.

Enquanto pesquisadora, comecei a estudar discursos sobre aborto em um artigo elaborado como trabalho final da disciplina “Introdução à Análise do Discurso”, cursada durante minha graduação na UnB, em 2013 (SUASSUNA, 2016). Ao longo da escrita do primeiro artigo, sentia-me bastante confusa quanto ao lado que tomaria no debate. Na época, eu acreditava que seria bom para uma pesquisadora defender uma postura de neutralidade frente a seu objeto (e naquela época, assim como eu ainda não questionava a neutralidade, tampouco questionava a postura acadêmica que objetifica pessoas e suas experiências). Hoje, ciente de que a neutralidade não passa de uma construção discursiva, eu a questiono por dois principais motivos: em primeiro lugar, porque percebo minha crença limitante de outrora, baseada na ideia de que neutralidade significava não se posicionar de forma contrária ao pensamento hegemônico e moralista sobre o tema; e, em segundo lugar, porque a crença na superioridade da produção científica euro-estadunidense, construída e norteadas por princípios dicotômicos razão x emoção, em que

aquela é superior a esta, envolve não interrogar as relações assimétricas de poder, inclusive o papel da pesquisadora, contribuindo para a manutenção da colonialidade do saber científico por meio do racismo epistêmico (Carneiro, 2005). No entanto, com o passar do tempo, do aprofundamento dos estudos e do amadurecimento, a importância de marcar meu posicionamento tornou-se cada vez mais imprescindível e passei a entender que a neutralidade não seria alcançável e nem mais desejável no meu trajeto acadêmico da maneira como acreditava inicialmente, e foram os Estudos Críticos do Discurso que primeiramente me abriram os olhos para a importância do posicionar-se. Da mesma forma, esta pesquisa me ensinou muito sobre as relações que são estabelecidas com as participantes, demonstrando que, antes de pesquisadora, sou uma mulher suscetível a processos de identificação e de trocas de aprendizado pelo contato com as outras mulheres que me compartilharam suas histórias.

O primeiro artigo não foi suficiente para me possibilitar essa tomada de posição, pois, apesar de não ser contrária à descriminalização, ainda me sentia ligada a questões morais e ainda desconhecia o quão profundo e complexo era o tema, o que foi sendo mudado com o tempo. Segui estudando a questão enquanto bolsista de iniciação científica e no meu Trabalho de Conclusão de Curso. No projeto para ingresso no mestrado, com uma postura mais crítica, propus uma pesquisa etnográfica textualmente orientada no serviço de aborto legal do Serviço Único de Saúde, no Hospital Materno Infantil de Brasília - HMIB, pois sentia falta de uma perspectiva que ouvisse e levasse em consideração as pessoas envolvidas diretamente no processo de aborto, ou seja, as mulheres que consideram a possibilidade de abortar e que possuíssem permissivos legais para tal, além das pessoas que trabalham no Serviço de Aborto Legal. Acreditava que uma etnografia crítica em um serviço de aborto legal seria minha possibilidade de ouvir os relatos, uma vez que aquelas mulheres não se encontrariam em contexto de clandestinidade. Apesar da recusa pela coordenadora da equipe de atendimento no hospital à época, aquela experiência foi muito relevante para mim, e é relatada com mais detalhes na minha dissertação (SUASSUNA, 2016).

Após essa experiência, chamaram-me a atenção os problemas de como as mulheres são percebidas e representadas nos discursos daqueles que se propõem a falar por elas, e, sob essa nova perspectiva, meu trabalho de dissertação “Quando eu e o tu falam do aborto das outras: uma análise dos discursos nas audiências públicas interativas no Senado” foi desenhado e concebido. Na minha pesquisa de mestrado, analisei os

discursos das/os participantes debatedoras/es sobre a descriminalização do aborto no ambiente das audiências públicas interativas do Senado Federal sobre a Sugestão nº 15, de 2014, que “Regula a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo Sistema Único de Saúde”. O estudo tratou inicialmente da análise da trajetória textual da sugestão legislativa e as práticas de letramento que o envolvem, identificando características excludentes a despeito de se tratar de audiências públicas que prezam pelo caráter interativo e democrático. Além disso, o discurso da própria Sugestão nº15, ainda que procure abordar uma questão genuinamente ligada às mulheres e demonstre preocupação em relação à emancipação feminina, expressou corroborar com práticas que excluem e diminuem mulheres a depender de sua raça, classe, idade, profissão, status civil, entre outros, ao reafirmar o discurso patriarcal, que liga a primazia de ser mulher à maternidade, estabelecendo um modelo hegemônico para a experiência da maternidade, ligando-a diretamente à dependência de um homem e a outras questões sociais que atingem mulheres de forma desigual, sobretudo as mulheres negras, pretas e pardas. As oposições binárias dos discursos dos participantes das audiências revelaram o contraste das suas identidades com a representação que eles fazem das “outras”. As participantes e os participantes das audiências raramente se colocaram em igualdade às mulheres que são objeto de sua fala, e intrigou-me sobremaneira o fato de mulheres negras periféricas serem constantemente citadas por ambos os lados da polarização, seja em uma demonstração de preocupação por suas vidas, seja pela negação das opressões a que são submetidas, sem que pudessem ser representadas por si, “uma posição que valoriza a experiência concreta do oprimido, ao mesmo tempo que se mostra acrílica quanto ao papel histórico do intelectual” (SPIVAK, 2010).

A frustração de não conseguir ouvir as mulheres acompanhou-me durante o primeiro ano de realização do mestrado, mas, findado 2015, e à medida que participava de eventos acadêmicos, dava palestras ou discutia sobre o assunto abertamente, muitas mulheres chegaram a mim das mais variadas formas, tanto para pedir informações, quanto para desabafar, e eu pude perceber que há uma teia silenciosa que conecta pessoas a partir de questões reprodutivas. Apesar de não fazer uso metodológico do diário de pesquisa no mestrado, mantenho um diário pessoal no qual registro, desde 2008, as minhas experiências de vida e que tem me oferecido suporte como recurso de compreensão do processo de construção da minha identidade enquanto pesquisadora e do entendimento do processo dialógico do pesquisar e do viver, que não se separam. Neste diário eu pude

encontrar entre os registros algumas indicações desse processo de amadurecimento e como eu estava sendo afetada pela pesquisa.

Decidida a continuar os estudos sobre um tema tão complexo e emaranhado a tantos problemas estruturais, decidi esboçar um projeto mais atento aos atravessamentos de raça e de gênero e propus uma pesquisa sobre discursos de mulheres moradoras de zonas periféricas do Brasil e de Cabo Verde, países que não apenas compartilham a língua portuguesa como língua materna oficial, mas também histórias de colonização portuguesa e de escravidão, que influenciaram não só o status das mulheres nas famílias com ancestralidade africanas, mas que subalternizaram essas mulheres em níveis sociais, econômicos, políticos e geográficos devido a suas características fenotípicas. Em Cabo Verde, o aborto seguro nas estruturas de Saúde foi legalizado em 1997 através da lei Nº 7/87 de 14 de fevereiro sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez – IVG, porém, apesar da falta de dados precisos, o aborto clandestino, como resposta às dificuldades de acesso físico, econômico e cultural, continua a ser praticado, oferecendo risco à saúde das mulheres cabo-verdianas. Durante fevereiro de 2019, estive em visita técnica ao Centro de Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF) da Universidade de Cabo Verde (UNICV), a fim de conhecer as possibilidades de realização do projeto. O mês que passei no país foi muito importante para meu amadurecimento acadêmico, e, porque uma coisa não se separa da outra, para meu crescimento pessoal. Contudo, devido a uma série de fatores, entre eles a percepção da necessidade de me dedicar a aprofundar sobre a realidade de meu próprio país, a pesquisa comparativa não me foi possível no momento e resolvi buscar um novo recorte de estudos dentro do tema.

A busca terminou quando, em novembro de 2019, conheci uma mulher que ao me compartilhar sua história me ofereceu um caminho de pesquisa. Conheci Iaiá¹ em Salvador, no VIII SERNEGRA (Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça dos Institutos Federais), que, ao me reconhecer do evento acadêmico do ano anterior, sediado no Instituto Federal de Brasília – IFB, e do qual participei como palestrante e como uma das organizadoras, confiou a mim a história de um processo de aborto que ela havia vivido, e me disse que ouvir a minha fala focada no acolhimento no mesmo ano em que ela tinha passado por essa situação havia sido muito importante para seu processo de cura. Iaiá contou com o apoio de sua mãe na realização do aborto, e me disse que a relação

¹ Nome fictício.

das duas melhorara bastante desde a experiência e que elas estavam compartilhando uma cumplicidade que não existira anteriormente. Falou que o apoio de sua mãe foi imprescindível para que ela tivesse forças para interromper uma gestação não intencional ao mesmo tempo que se desvencilhava de um relacionamento abusivo. A força de Iaiá me impactou, assim como sua história. Durante o encontro em Salvador, também ocorreu o lançamento do livro que participei enquanto organizadora (MELO et al 2019) e no qual também escrevo um capítulo (COELHO, 2019), e pedi para que ela escrevesse uma dedicatória no meu exemplar. Ela atendeu ao meu pedido escrevendo a seguinte cantiga de capoeira:

Jaqueline,
Iaiá mandou
Dá uma volta só.
Iaiá mandou dá
Uma volta pra lá,
Uma volta pra cá.
Uma volta no mundo
Uma volta pra nos reencontrar...
Iaiá quem mandou,
Iaiá quem manda.

Naquele momento, assim como sinto agora ao escrever esta apresentação, compreendi a *aláfia*, a confirmação de uma direção e uma resposta a perguntas que eu ainda não tinha me dado o direito de perguntar. Ao agradecê-la, contei que quase desisti de estudar aborto enquanto tema de pesquisa, ao que ela me respondeu: “quando você resolve falar de um assunto que silencia mulheres e usa a sua voz para ser a voz de mulheres que não têm o direito de falar por si, você não pode mais desistir. Se você desistir, nós voltamos para te cobrar”. Esse encontro foi decisivo para o fortalecimento da decisão de ouvir mulheres e para o estabelecimento da tomada de posição enquanto pesquisadora analista crítica do discurso. Consonante a esse encontro, também foram fundamentais as pesquisas e contribuições para o campo da Justiça Reprodutiva encabeçadas por parte de minha coorientadora de doutorado, Emanuelle Freitas Góes, assim como os trabalhos de pesquisa de Nathália Diórgenes Ferreira Lima, que compartilhou comigo um pouco sobre sua experiência enquanto pesquisadora e militante contra a criminalização do aborto. Portanto, as teses de doutorado sobre aborto dessas duas pesquisadoras tangenciam os objetivos propostos neste trabalho:

- (i) A tese de doutorado em Saúde Pública apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, por Emanuelle Freitas Góes, intitulada “Racismo, aborto e atenção à saúde:

uma perspectiva interseccional”, orientada pela Profª Drª Estela Aquino. O estudo que integrou a pesquisa GravSus.NE investigou os efeitos do racismo na vida reprodutiva de mulheres negras no contexto de gravidez, da busca por cuidados e do acesso aos serviços de saúde em casos de aborto. Ao oferecer uma análise descritiva do contexto reprodutivo de mulheres comparando pretas, pardas e brancas, assim como ao analisar as barreiras individuais enfrentadas pelas mulheres segundo o critério raça/cor na busca pelo primeiro atendimento pós-abortamento e as barreiras institucionais enfrentadas para acesso à internação hospitalar pós-aborto, o trabalho aponta a lacuna da produção científica voltada para fatores socioeconômicos e que subvalorizam a dimensão étnico-racial e o racismo como produtores destas desigualdades, demonstrando que as reivindicações pela legalização do aborto não podem estar descoladas do enfrentamento do racismo estruturante da sociedade brasileira (GÓES, 2017).

- (ii) A tese de doutorado em Psicologia defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, por Nathália Diórgenes Ferreira Lima, intitulada “Entre silêncios, interdições e personalidades: uma análise racial das histórias sobre aborto no sertão”, sob orientação da Profª Drª Rosineide de Meira Lourdes Cordeiro. A pesquisa narrativa realizada em contexto hospitalar no sertão de Pernambuco pautou a questão do aborto fora do contexto urbano e do sudeste do país, contrariando a produção acadêmica majoritária sobre o tema que privilegia esse recorte, e foi norteada teoricamente pela discussão racial baseada no campo do feminismo negro e decolonial. Entre as principais contribuições estão as análises focadas nas narrativas de mulheres silenciadas e a apresentação de contradições de valores sociais envolvidas nas experiências (LIMA, 2020). Foi devido ao trabalho da pesquisadora que primeiramente me interessei sobre a questão das redes de apoio e percebi a lacuna deixada pelas pesquisas sobre aborto no Brasil no que se refere à importância das pessoas acionadas na trajetória de escolha e realização de um aborto.

Igualmente, a realização desta tese, desde a sua concepção, envolveu a participação em grupos de pesquisa em linguística dedicados aos estudos críticos do discurso, desde uma perspectiva decolonial, assim como da saúde coletiva, que me permitiram a realização de um trabalho posicionado e que interconectasse teorias e métodos de áreas distintas entre a Universidade de Brasília e a Universidade Federal da Bahia. Dessa maneira, este estudo é parte do projeto guarda-chuva intitulado “Discurso e sistema colonial-moderno de gênero: letramentos críticos”, ligado ao Núcleo de Estudos em Linguagem e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, sob coordenação da Prof^a. Dr^a. Viviane Vieira (2019, 2022), quem orientou a realização da pesquisa de doutoramento que originou esta tese; do Grupo de Pesquisa “Margens e Entrelinhas”, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, sob coordenação das Prof^{as}. Dr^{as}. Daniele de Oliveira e Adriana Pucci Penteadó de Faria e Silva (OLIVEIRA; SILVA, 2022); e do “Grupo de Pesquisa Justiça Reprodutiva, Desenvolvimento e Desigualdades”, ligado ao Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, sob coordenação das Prof^{as}. Dr^{as}. Dandara de Oliveira Ramos e Emanuelle Freitas Góes.

Nós, mulheres, nunca estamos verdadeiramente sozinhas, e não é diferente com as que já abortaram ou com as que já consideraram a opção. Com isso, percebi que gostaria de dar prosseguimento à pesquisa envolvendo a abertura para o que é dito no silêncio da ilegalidade, ao que é falado aos cochichos, com falas emocionadas, envergonhadas ou até mesmo com firmeza e alívio pela decisão, e, com isso, a abertura à escuta crítica enquanto possibilidade de fazer-sentir-pensar acadêmico guiaram os cinco anos que me dediquei a este trabalho de pesquisa.

Sendo assim, esta pesquisa é constituída de narrativas de três brasileiras autodeclaradas negras que realizaram pelo menos um aborto voluntário entre os anos de 2005 e 2021. O recorte relativo ao número de participantes permitiu o aprofundamento nas análises das narrativas e no convívio etnográfico com as mulheres e com algumas de suas redes de apoio. O fato de todas as participantes serem mulheres negras não foi uma intenção de pesquisa inicial, mas proporcionou o enriquecimento desta tese em relação ao aprofundamento da dimensão racial estruturante da sociedade brasileira e que faz com que as mulheres negras sejam as maiores vítimas das injustiças sociais, entre elas, as ligadas ao campo da saúde reprodutiva. Quanto ao recorte temporal, que enquanto projeto de pesquisa foi primeiro estabelecido em cinco anos, este foi ampliado após

recomendação da banca de qualificação do projeto de pesquisa, por indicação do parecer do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília e pelas próprias experiências narradas pelas participantes. Inicialmente, a pesquisa intencionava a utilização da técnica de bola de neve², contudo, a aproximação com cada uma delas se deu a partir das próprias mulheres ou de suas redes de apoio. Nos três casos porque sabiam da minha atuação enquanto pesquisadora sobre aborto e buscavam algum tipo de amparo relacionado ao tema. As participantes dessa pesquisa moravam, na época das entrevistas, nas regiões centro-oeste, nordeste e sudeste do Brasil. As entrevistas ocorreram entre abril de 2021 e fevereiro de 2022, de forma individual, e foram realizadas por meio de encontros pela plataforma virtual Google Meet, respeitando as medidas de distanciamento social propostas pela Organização Mundial da Saúde – OMS, devido ao fato de terem ocorrido durante fases críticas da pandemia da COVID-19. Assim sendo, foi realizada uma associação de abordagens etnográficas e do discurso como dimensão da prática social (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017) em um processo reflexivo baseado nas entrevistas, nas observações e nos registros escritos pela pesquisadora em forma de diário de pesquisa.

As principais questões que guiaram esta pesquisa foram:

Quais discursos fundamentam as representações sobre a decisão de aborto das participantes da pesquisa?

A quais redes de apoio as participantes recorreram na necessidade de um aborto clandestino?

Quais foram os itinerários percorridos e quem as acompanhou durante a realização do aborto?

Como as participantes avaliam a influência das redes de apoio sobre sua experiência de aborto voluntário?

Quais são os discursos de autodefinição e autoavaliação das participantes?

Como os resultados desta pesquisa podem contribuir positivamente ao apresentar e ampliar concepções de cuidado em relação à questão do aborto voluntário no contexto brasileiro?

² O tipo de amostragem nomeado “bola de neve” é uma forma não probabilística que utiliza uma cadeia de referência acessadas a partir de uma informante inicial (VINUTO, 2014).

A problematização baseada nos feminismos negros e decoloniais, assim como no conceito de Justiça Reprodutiva, mostraram-se basilares para esta pesquisa, ao expandir concepções e análises por meio de epistemologias contra-hegemônicas, sobretudo africanas e afrodiaspóricas, que denunciam as sobreposições de opressões vivenciadas por mulheres brasileiras, mas, principalmente, por encontrar nessas epistemologias outros pensares para além dos reducionismos violentos criados pela colonização europeia e reforçados na modernidade-colonialidade. Compreendo e defendo que um debate de opiniões tão diversas não é adequado a uma democracia se não se consegue reconhecer a presença e importância do discurso das mulheres sobre si mesmas, respeitando sua elaboração em relação às experiências vividas e negando histórias únicas e cristalizadas sobre minorias sociais (ADICHIE, 2019). Preconizou-se que esta pesquisa não fosse mais um reforço da posição dolorosa de subalternidade das mulheres negras, ainda que pretenda denunciar as violências infligidas a nós, mas um reconhecimento da produção de saberes em que as condenadas (FANON, 1961) surjam como pensadoras, ativistas e criadoras, amplificando e proporcionando possibilidades para a construção de uma sociedade mais sadia e igualitária.

Portanto, esta tese está dividida em duas partes subdivididas em seis principais capítulos: os três primeiros, da primeira seção, dedicados à discussão social do tema, assim como da apresentação teórica e dos procedimentos metodológicos; e os três últimos, na segunda parte, dedicados à apresentação e análise individual discursiva das narrativas das participantes, além de um capítulo dedicado às considerações finais.

1. ANÁLISE SOCIAL DO PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 Introdução

Neste capítulo apresento uma análise do panorama social da questão do aborto compreendendo as disputas históricas, políticas e culturais que atravessam o problema de pesquisa. O aborto, ainda que de forma silenciosa e proibida no Brasil e em diversas partes do mundo, é uma experiência comum e cotidiana. Essa discussão envolve aspectos de cunho criminal, moral, religioso e cultural, e são esses mesmos aspectos da discussão que inibem muitas mulheres de declararem seus abortos, dificultando o cálculo da sua dimensão, principalmente nos países em que o procedimento é criminalizado. O Ministério da Saúde (BRASIL, 2011) e a Organização Mundial da Saúde – OMS reconhecem o abortamento inseguro como uma das maiores causas de mortalidade materna e um grave problema de saúde pública, principalmente nos países em desenvolvimento e com leis mais restritivas ao aborto, como é o caso do Brasil. Um estudo (BEARAK *et al*, 2020) baseado na criação de um modelo de estrutura bayesiana que cruzou dados oficiais governamentais e de pesquisas publicadas sobre taxas de gravidezes não intencionais e aborto em uma perspectiva global apontou que os percentuais de gestações não intencionais são maiores em países onde o aborto não é legalizado, ao contrário dos dados de países onde o aborto não é crime. Da mesma forma, as maiores taxas são de países que enfrentam inequidades econômicas globais acirradas, nos quais a dificuldade de acessar serviços de saúde sexual e reprodutiva é uma realidade (BEARAK *et al*, 2020). As estimativas da OMS indicam que as leis restritivas e o cenário de ilegalidade aumentam a ocorrência de abortos inseguros, não impedindo a prática, mas acarretando, quando não a morte, disfunções físicas e mentais em milhões de mulheres em todo o mundo, estando relacionados diretamente à desigualdade social (CARDOSO *et al.*, 2020). A criminalização do aborto atinge de maneira desigual as mulheres brasileiras conforme a sobreposição das matrizes de opressão às quais estão sujeitas: raça, gênero, classe, sexualidade, escolaridade, entre outras.

Para o Ministério da Saúde (2011, p. 29), “o abortamento é a interrupção da gravidez até a 20ª ou 22ª semana e com produto da concepção pesando menos que 500g. Aborto é o produto da concepção eliminado no abortamento”. A compreensão de interrupção de uma gestação como um abortamento leva em conta a capacidade de o embrião (até a 8ª semana) ou de o feto (a partir da 9ª semana) sobreviver fora do corpo da gestante (PRADO, 1984). Portanto, o termo técnico para o ato de interromper uma

gravidez é “abortamento”, mas a palavra “aborto” é comumente usada para significar tanto a ação quanto o produto da concepção eliminado no abortamento. Desta forma, nesta pesquisa, ancorada nos estudos linguísticos de bases discursivas críticas, adota-se o termo “aborto” de forma geral, palavra carregada de estigma social, ao invés do termo técnico “abortamento”, marcando um posicionamento no campo das discussões sobre a criminalização. Essa adoção justifica-se por compreender a carga semântica historicamente negativa associada à palavra aborto, que constrange e silencia, negando o debate e o acolhimento, questão questionada por redes e organizações feministas que, entendendo a gravidade da questão social, sugere a discussão livre de julgamentos e com segurança e reivindica a desassociação da palavra aborto à uma conduta moralmente rechaçada.

Além de grave problema de morte relacionada a questões reprodutivas, o aborto é um tema dotado de controvérsia moral que “mobiliza sentimentos intensos que se expressam por uma indignação profunda só ao pensar que determinados atos possam ser praticados” (MORI, 1997. p. 11). Ainda que comumente associado às lutas pela libertação sexual e igualdade de direitos das mulheres, pautas associadas aos feminismos hegemônicos das décadas de 1960, há registros sobre aborto em literaturas de povos que precederam o Cristianismo, o que supõe que a prática não surgiu com a contemporaneidade ocidental e nem está diretamente ligada à maior liberdade sexual feminina (VILLELA e BARBOSA, 2011). O grau de aceitação da interrupção voluntária de uma gestação varia em cada cultura e em relação ao período histórico. Ligada a questões filosóficas e religiosas, a oposição à descriminalização do aborto se torna mais sólida na medida em que a presença da Igreja influencia o Estado.

O aborto está presente na história da humanidade como outros eventos de natureza reprodutiva e, ainda que legislações e intimidações diversas tenham surgido ao longo do tempo, mulheres sempre o realizaram, ligando o aborto ao desejo de regulação da fecundidade. O território brasileiro, enquanto espaço geográfico e simbólico da luta colonial de povos europeus contra povos indígenas e africanos, reuniu uma série de contextos e práticas culturais diversas. A colonização embasada na negação da humanidade e na exploração de corpos atingiu diretamente as formas de compreensão e de relação também no que tange aos aspectos reprodutivos. Se, por um lado, a invenção ocidental de família nuclear funciona enquanto forma de criação e de manutenção do poder patriarcal, utilizando-se do campo reprodutivo como uma forma de controle dos

corpos de mulheres, a Igreja e o Estado tornaram-se centros de poder e de decisão de um espaço outrora exclusivamente feminino. Isso não impediu, contudo, que a prática existisse, mas utilizou-se o aborto como uma forma de controle que operava a favor dos anseios do patriarca, nunca das mulheres.

Por sua vez, civilizações milenares ameríndias também realizavam (e continuam a realizar) abortos. As populações indígenas são muito diversas e é impossível homogeneizar os comportamentos culturais de suas comunidades, ainda que essa homogeneização tenha sido uma prática comum colonial. Contudo, é notório que povos indígenas detenham conhecimento sobre as ciências da flora e saibam, por meio das suas tecnologias, aplicá-las para situações de enfermidade, cura, reprodução e sexualidade, entre tantas outras. Somente no Brasil, cerca de 1.400 populações indígenas habitavam o território quando da invasão dos portugueses no séc. XVI (OLIVEIRA; FREIRE, 2006). Os documentos escritos sobre populações ameríndias e suas práticas reprodutivas pré-coloniais foram elaborados por colonizadores, incluindo os jesuítas, cujas análises são etnocêntricas e incapazes de compreender a complexidade das alteridades que se lhes apresentavam e tomavam as epistemologias indígenas por selvagens e idílicas. O mesmo se dá sobre as cosmo percepções africanas, basilares para a cultura brasileira. As violências coloniais perpetuam fazendo com que seja difícil acessarmos outras percepções sobre a interrupção voluntária de uma gestação. As poucas produções acadêmicas que abordam o tema do aborto entre mulheres indígenas apontam que o aborto era e continua a ser prática comum entre muitas mulheres das mais variadas etnias. O aborto entre mulheres Guarani, por exemplo, que detinham o direito de escolha, é descrito como prática comum realizada por meio da administração de ervas ou por pressões contra o ventre (COLAÇO, 1998). Da mesma forma, as mulheres Kaingángs continuam a controlar o número de filhos utilizando-se de conhecimentos médicos e tradicionais (KAINGÁNG, 2012).

1.2 Aborto e colonialismo

A mudança de perspectiva histórica sobre o aborto no território que hoje conhecemos por Brasil é operada pelo sistema colonial a partir, entre outras, do advento do Cristianismo, que impõe uma uniformização moral eurocêntrica e advoga categoricamente contra o aborto considerando o procedimento uma ofensa ao deus cristão e pecado ao matrimônio, *sacramentum magnum*, ao qual é atribuída a transmissão da vida humana. Historicamente, rígidas proibições foram incitadas pelos primeiros cristãos para

se distinguem em superioridade aos pagãos e, entre elas, a utilização da botânica com a finalidade anticonceptiva e abortiva, a *pharmakeia*. O aborto passa, assim, para a cultura ocidental, a ser associado a práticas tidas como libidinosas, como, por exemplo, o adultério, e a discussão sobre a vida do feto passa a ser centralizadora, associando aborto a homicídio, concepções ainda presentes nas discussões atuais que moralizam o debate, como no contexto das audiências públicas que ocorreram no Senado Federal em 2014 (COELHO; MAGALHÃES, 2020).

Durante séculos as discussões sobre gravidez e o conceito de vida estiveram presentes nas religiões cristãs, porém, não havia um consenso sobre o momento em que o feto passaria a ter alma e quais as sanções aplicáveis a quem recorresse à interdição da gestação. A condenação religiosa ao aborto se baseava inicialmente na ideia de que a mulher não poderia negar ao marido a sua descendência, mas se o casal decidisse pelo aborto de maneira consensual, “sua união, mais do que matrimônio, seria uma conspiração de homicidas” (MORI, 1997). Nos encontros de entrevistas que fundamentam este trabalho de pesquisa, foi possível observar como o questionamento moral em relação ao casal encontra-se atualizado e perene na atualidade, uma vez que o primeiro caso analisado demonstra o sofrimento psíquico experienciado pelo companheiro e uma das redes de apoio de Luísa, participante que tem sua narrativa analisada no primeiro capítulo de análise desta tese e sobre a qual mais detalhes serão abordados no capítulo analítico. Francisco chora ao relatar a decisão do aborto e defende que nem ele e nem Luísa são criminosos, e que só após ter passado pela experiência ele se deu conta sobre os aspectos morais e sociais que circundam o tema.

Retomando a discussão sobre a condenação religiosa em relação ao aborto, em um momento seguinte, a Igreja enquanto entidade político-administrativa de soberania centrou-se na concepção de que em um dado momento o embrião possuiria alma e se tornaria, então, “um filho de deus”. Esses pontos são relevantes para demonstrar que a religião cristã, católica e protestante, teve dificuldades em estabelecer o momento em que o embrião possuiria alma, ou que seria considerado vida: a Igreja havia fixado o momento de entrada da alma no embrião quando a gestante começasse a sentir os movimentos fetais e não condenava o aborto (se realizado pela própria mulher) antes disso. Santo Agostinho e São Tomás de Aquino defendiam a animação retardada e previam punições diferentes ao aborto antes de o feto possuir alma, *corpus informatum*, e após possuí-la, *corpus*

formatum. No primeiro caso, era atribuída uma punição pecuniária, mas, no segundo caso, a pena era a mesma para homicídio.

Durante séculos a Igreja Católica teve posicionamentos diferentes baseando-se ora na teoria da animação imediata, ora na teoria da animação retardada. Com o tempo, a discussão foi ampliada e o aborto passou a ser considerado pecado independentemente do tempo da sua realização. Após séculos de posicionamentos diversos frente ao tema, no século XIX, o Papa Pio IX, em uma atitude mais radical e punitiva em relação às mulheres, instaurou a *Apostolicae Sedis*, da Santa Sé, na qual extingue-se a diferença entre aborto e homicídio, e instaura a excomunhão às mulheres que recorressem à interrupção da gravidez, entendendo-se a concepção como o momento de entrada da alma no embrião que já passaria a ser considerado vida (MORI, 1997; TEODORO, 2005). Da mesma maneira, os discursos da excomunhão, do pecado e da ligação ao homicídio ainda são acionados atualmente para submeter pessoas que podem gestar e suas redes de apoio a julgamentos morais que reverberam práticas violentas diversas.

Ainda para a sociedade europeia ocidental, até o séc. XVI, período de intensa globalização por meio da expansão marítima e das relações coloniais contra outros continentes, o universo da gestação, do nascimento, da sexualidade e da contracepção era de incumbência feminina, no qual mulheres assistiam e cuidavam umas das outras. As redes de apoio entre mulheres são, portanto, uma entre tantas práticas milenares comuns a várias civilizações, nesta tese, destacam-se as africanas, ameríndias e europeias. Estas práticas ancestrais ainda são frequentes e influenciam a experiência reprodutiva de mulheres brasileiras.

Somente na metade do século XVII, os homens passaram a se impor com o uso do fórceps e de outros instrumentos, dando início à medicalização da gravidez e do universo reprodutivo como um todo. Historicamente, a medicina ocidental não só tomou para si a gerência sobre o funcionamento do corpo feminino, como perseguiu as mulheres que possuíam conhecimentos sobre como tratar do próprio corpo. Todo o conhecimento médico sobre o corpo feminino no Brasil colônia dizia respeito à reprodução e o discurso médico estava inscrito no discurso religioso, que entendia a natureza feminina como exclusivamente voltada à procriação (DEL PRIORE, 2015). O projeto iluminista de “saúde pública” passou a tratar o aborto como um procedimento cirúrgico - mais eficaz, mas também mais perigoso para a vida das mulheres (MORI, 1997).

Mary Del Priore (1993) inscreve a questão do aborto na história do Brasil no quadro da colonização, para que possamos entender a política de ocupação da colônia que incentivava o controle do Estado e da Igreja Católica, o povoamento da terra brasileira por mulheres brancas honradas, e a imposição do matrimônio. Uma vez que o foco era o povoamento, o aborto era considerado uma forma de controle demográfico fortemente desaprovado, tanto pelo Estado, como pela Igreja. O aborto era associado a um problema das relações extraconjugais, e, por mais esse motivo, altamente reprovado, ao passo que o elogio à mãe que nunca abortara era incentivado. “O aborto era um pecado contra o corpo, mas sobretudo contra Deus” (DEL PRIORE, 1993). Joana Pedro (2003) fala sobre o arquétipo da mulher imaculada, do ventre sagrado, que era evocado nos sermões do arcebispo Joaquim Gomes d’Oliveira, em 1860, quando imagens de mulheres honestas, merecedoras de um casamento e que seriam capazes de gerar filhos legítimos era colocada em contraste à imagem das mulheres envolvidas com aborto. Essas idealizações sobre mulheres que deveriam povoar o Brasil atingiram os corpos de maneiras diversas, impondo às mulheres brancas europeias e descendentes de povos europeus a reprodução compulsória e a incumbência de responder aos estereótipos que as colocavam em subjugação aos homens.

Por outro lado, em relação às mulheres indígenas, africanas e suas descendentes, desde que os primeiros portugueses chegaram à costa do que viria a ser chamado território brasileiro, diversas políticas sexuais e reprodutivas foram utilizadas, de forma institucionalizada ou não, como forma de colonização, como, por exemplo, a proibição e o incentivo ao “casamento misto”, além dos constantes casos de estupro. As reformas pombalinas do século XVIII incentivaram o casamento entre brancos e mulheres indígenas, com o incentivo de dizimar os povos indígenas enquanto grupos étnicos e políticos, apostando no embranquecimento da população brasileira. O casamento entre indígenas e africanas/os, ou afrodescendentes libertas/os, por sua vez, não era bem recebido pela Coroa portuguesa. Ainda após a instauração da Lei das Liberdades, em 1755, que abolia o cativo indígena, a única possibilidade de um(a) indígena ser escravizado(a) seria nascer filho(a) de mãe negra escravizada, uma vez que vigorava no Brasil o princípio do *partus sequitur ventrem*, que impunha à prole a condição civil da mãe (MOREIRA, 2018).

A criminalização do aborto hodiernamente segue como prática de normatização da sexualidade e imposição de interesses políticos e econômicos, não como proteção à

vida do nascituro e muito menos à vida das mulheres. Ao mesmo tempo, a condenação do aborto está relacionada diretamente ao racismo e ao patriarcado que perpetuam, de forma acentuada, a condenação de mulheres negras e indígenas à exploração sexual e que lhes nega a humanidade. As questões relativas às sobreposições de matrizes de exploração serão retomadas e mais bem aprofundadas nas discussões sobre feminismos negros e decoloniais no capítulo teórico.

1.3 Aborto e legislação

Tendo em vista que as legislações são instrumentos do Estado Democrático de Direito e que são criadas para assegurar e orientar as condutas para manutenção da democracia, é importante questionar a própria noção de democracia e de civilização que oprime e subalterniza minorias sociais. Superado o período de colonização formal, o país, enquanto república, adotou uma série de legislações que restringiam a plena participação cidadã de mulheres e de pessoas indígenas e afro-brasileiras. Durante o governo de Getúlio Vargas, foi criado o atual Código Penal e nele o aborto é considerado crime contra a vida. Mesmo após uma série de atualizações do Código Penal, a questão do aborto segue o mesmo estabelecido em 1940, quando as mulheres ainda não possuíam o mesmo caráter de igualdade jurídica dos homens. Contudo, Joana Pedro (2003) apresenta o encontro de processos judiciais e inquéritos policiais instaurados contra mulheres em Florianópolis antes mesmo desse período, entre 1900 e 1950. À lógica cristã do abortamento como um pecado uniu-se a caracterização do aborto como crime de infanticídio desde meados de 1900 (PEDRO, 2003), e o discurso contra o aborto servia de censura para alertar e constranger quem o pudesse defender. “Tornavam-se audíveis tanto a repressão contra a prática deste tipo de controle malthusiano quanto o elogio à mãe que nunca abortara, pois que seu fruto crescia à sombra de uma ligação legítima, tal como projetado pelo Estado e a Igreja” (DEL PRIORE, 1993).

A Constituição Federal é a principal norma interna do Brasil e determina desde a forma de Estado e de governo, até os direitos e deveres coletivos e individuais dos cidadãos e cidadãs brasileiras. Em toda história do Brasil, oito Constituições já foram implementadas. Na primeira, de 1824, dois anos após a independência de Portugal, as mulheres estavam excluídas de quase todos os atos da vida civil. Apenas na Constituição de 1934 as mulheres conquistaram o princípio de igualdade entre os sexos no texto da Carta Magna, três anos após a conquista do direito ao voto.

A Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, por meio da influência dos movimentos sociais e feministas, incluiu, entre outras, duas grandes conquistas para as mulheres: (a) o princípio de isonomia, no qual mulheres foram colocadas com igualdade aos homens em direitos e deveres e (b) a inclusão do planejamento familiar. As mulheres, como sujeito de direito, tiveram, historicamente, seu corpo controlado por políticas de natalidade e de controle demográfico: do Brasil colônia até 1950 era necessário aumentar a população contra o vazio demográfico, e depois de 1960, era preciso controlar o crescimento desenfreado (PEDRO, 2003). As regras de convivência humana são estabelecidas pelo Código Penal e desrespeitá-las constitui crime passível de penas, que diferem em grau dependendo da infração. No Brasil, ao longo do tempo, as leis penais diferenciavam homens e mulheres. Por exemplo, as mulheres, ao contrário dos homens, eram divididas em honestas e não honestas, e essa diferenciação influenciava a tipificação dos crimes e aplicação das penas (CORTÊS, 2012).

O Código Penal brasileiro sofreu alterações ao longo do tempo, porém, a questão do aborto não foi alterada desde a sua versão republicana, que o tratava como crime. Atualmente, vigora o estabelecido no Código Penal de 1940, em que há escusa absolutória quando para salvar a vida da gestante, em caso de feto com anencefalia e nos casos de gravidez decorrente de estupro. Apesar desses permissivos legais, apenas no final dos anos de 1980 os serviços de saúde começaram a ser estruturados para atender gestações decorrentes de estupro, quase ao mesmo tempo em que eclodiam solicitações de autorização judicial para aborto em caso de anencefalia do feto (VILLELA e BARBOSA, 2011). Mais especificamente em 1989, Luiza Erundina, eleita primeira prefeita de São Paulo no ano anterior pelo Partido dos Trabalhadores, inaugurou o primeiro serviço de aborto legal do país, na prefeitura daquela cidade. Erundina foi responsável por tornar possível abortar legalmente e receber atendimento no Hospital Municipal de Jabaquara, na Zona Sul de São Paulo, desde que a gravidez fosse considerada de alto risco para a gestante ou que fosse decorrente de estupro, entre outros fatores. O primeiro programa de aborto legal do Brasil não exigia autorização judicial para a realização do procedimento, mas era necessário apresentar o Boletim de Ocorrência e o laudo do Instituto Médico Legal (FARIA e LOPES, 2016).

No que tange à trajetória em busca de assistência à saúde, a mulher vítima de violência sexual pode procurar um serviço de saúde para os primeiros cuidados. A depender desse serviço, será necessário o encaminhamento para um local de referência.

Os serviços de saúde que são referência ao aborto seguro e previsto em lei são, ainda, insuficientes e não são disponibilizados em todos os municípios, além de estarem sempre sob ameaça interrupção do serviço, como aconteceu com o Hospital Municipal e Maternidade da Vila Nova Cachoeirinha, em novembro de 2023³, referência de atendimento ao aborto legal. Essa trajetória, desde os primeiros cuidados recebidos até a efetivação do procedimento do aborto, é permeada por obstáculos administrativos, geográficos, burocráticos e assistenciais, entre eles, a própria noção de violência sexual. Apesar de novos projetos de lei projetarem a restrição à lei atual, até o momento da escrita desta tese, não é exigido uma comprovação judicial ou policial, como o Boletim de Ocorrência, para que a mulher possa ter acesso ao aborto após ser vítima de violência sexual. Sabemos, contanto, que confiar na veracidade dos relatos de mulheres muitas vezes é outro obstáculo colocado por muitos profissionais da saúde (SUASSUNA et al., 2019).

Ainda que o planejamento familiar seja livre segundo a Constituição Federal Brasileira, conforme a Lei nº. 9.263/96 (artigo 226, parágrafo 7º), competindo ao Estado, apenas, garantir os recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, “vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas”, deparamo-nos frequentemente com notícias de esterilização involuntária de mulheres negras, prática comum historicamente, mas questionada publicamente somente a partir do final dos anos 1980 no país, e que revela o controle de natalidade e de genocídio do povo negro.

1.4 Aborto e o conceito colonial de família nuclear

Como apresentado, no Brasil, as mulheres brancas foram historicamente destinadas ao papel de esposa, casta, mãe ligada ao ambiente doméstico e ao ócio. Por sua vez, as mulheres negras sempre exerceram um papel ativo: enquanto escravizadas, tanto na casa grande, como nas plantações e como escravas de ganho na zona urbana; e, enquanto mulher, possível reprodutora de novos escravizados, contribuindo para a mão de obra em potencial (NASCIMENTO, 2019). As mulheres negras são responsabilizadas pela criação e educação das crianças brasileiras desde o período colonial e seguem assumindo majoritariamente as funções sociais ligadas ao cuidado, seja enquanto babás,

³ Prefeitura de SP fecha serviço de aborto legal em hospital referência no procedimento. Disponível em: <https://anis.org.br/prefeitura-de-sp-fecha-servico-de-aborto-legal-em-hospital-referencia-no-procedimento/> Acesso: 10 de fevereiro de 2024.

empregadas domésticas, professoras das séries iniciais, técnicas de enfermagem, ou ainda como chefes de famílias muitas vezes monoparentais. A criminalização do aborto, assim como as demais formas de injustiça reprodutiva, é mais uma forma de agressão e de exclusão contra mulheres negras, empobrecidas, fora do mercado de trabalho e com baixa escolaridade, as mais atingidas pela criminalização que, quando não as mata, as expõe ao perigo da mutilação de seus corpos, da perda da capacidade reprodutiva ou do adoecimento psicológico.

O dito popular brasileiro: “Preta para trabalhar, branca para casar e mulata para fornicar” ilustra práticas sociais que estigmatizam, hierarquizam mulheres pelo ideal patriarcal e introduzem contradições entre o grupo feminino. Essa herança patriarcal colonial tem impactos negativos na possibilidade de luta das mulheres. Após a abolição formal da escravatura, a população negra não foi integrada de forma igualitária na sociedade e o mercado de trabalho continuou a delegar às mulheres negras os trabalhos de mucama, ama-de-leite, dama de companhia ou prostituta (CARNEIRO, 2020).

Durante o período de colonização, as mulheres brancas serviram como objeto de procriação, satisfação dos desejos ou extrema obediência e servidão ao patriarca no Brasil colonial. Como apresentado, o povoamento da terra brasileira por mulheres honradas e a imposição do matrimônio foram incentivados pelo Estado e pela Igreja Católica por meio da política de ocupação da colônia (DEL PRIORE, 1993). As mulheres europeias no período colonial eram limitadas à procriação, criadas nas casas-grandes de maneira a evitar que vivessem qualquer romance antes do casamento, tendo sua virgindade utilizada como moeda de troca entre patriarcas. Casavam-se ainda quando muito jovens, aos treze ou quinze anos, com homens escolhidos por seus pais e muitas vezes desconhecidos pelas próprias moças e que eram bem mais velhos que elas (FREYRE, 2002).

As campanhas de modernização do Brasil oitocentista envolveram uma releitura dos ideais da família e o amor romântico passou a adentrar o imaginário da família burguesa. Essa concepção romântica de feminilidade submete a sexualidade da mulher branca à maternidade e ao casamento, construindo o ideal de instinto maternal feminino e propensão ao amor que deve ser alcançado por todas as mulheres. Correntes conservadoras se apoiam na preservação de um modelo de família burguesa formado a partir do século XVIII com o surgimento do modo de produção capitalista e da transferência ao Estado do poder político econômico que era da Igreja, atribuindo às mulheres um papel de subordinação aos homens como “um requisito essencial para a

manutenção dos laços familiares e de desenvolvimento social harmônico” (VILLELA; BARBOSA, 2011, p. 24).

As hierarquias de gênero e raça constam entre os principais atributos da família patriarcal brasileira. No regime patriarcal acentuam-se as diferenças entre o homem e a mulher: o primeiro deve ser viril, o sexo forte; a segunda, o sexo nobre, bela, franzina e caseira. Distinções de gênero são a base do estabelecimento e do funcionamento desse tipo de família. Segundo a pesquisadora Oyèronké Oyewù mí (2020), a família nuclear “é uma família generificada por excelência. Cada casa, ocupada apenas por uma família, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal e seus filhos” (OYEWÙMÍ, 2020, p.88). Assim, a autora explica que a compreensão das categorias feministas euro-estadunidenses é centrada na configuração espacial da família nuclear que faz com que a noção de mulher se torne a definição de esposa. Dessa forma, é natural que a categoria fundamental da diferença que surge dos limites da família nuclear seja o gênero, e faz com que os feminismos hegemônicos não problematizem raça e classe. Para a pesquisadora, a mulher, na teoria feminista branca, não extrapola o espaço domiciliar, a esposa carrega a casa em torno de si e, dessa forma, “onde houver uma mulher, esse lugar torna-se a esfera privada da subordinação das mulheres. Sua presença define-o como tal” (OYEWÙMÍ, 2020, p.90).

A autora não critica que a conceituação feminista parta da família, mas assinala o fato de ela não transcender os limites da família nuclear. Contudo, o modelo universalizado de família nuclear patriarcal é estrangeiro a famílias africanas e indígenas que possuem centros de poder difusos e não especificados pelo gênero, apesar da promoção do modelo patriarcal a partir dos governos coloniais. Ao contrário da sociedade patriarcal instaurada no Brasil, em algumas sociedades ameríndias encontradas neste território, às mulheres eram atribuídas as atividades sociais geralmente consideradas masculinas, e, aos homens, as atividades mais domésticas e efeminadas, contrariando a noção da dicotomia público-masculino/privado-feminino euro ocidental. Guiado pela crítica contra a naturalização da organização nuclear patriarcal euro-ocidental, este trabalho busca em outras epistemologias a superação desse tipo de abordagem.

1.5 Aborto e disputa política

A interrupção voluntária da gravidez, pelo menos como tema, é parte natural da vida das trajetórias reprodutivas das mulheres e de pessoas com possibilidade de gestar. Para além das mulheres, toda pessoa em algum momento da sua vida confrontar-se-á com

o assunto, apresentado, na maioria dos casos, antes mesmo do início da descoberta da própria sexualidade. A OMS apresenta o aborto inseguro como uma das maiores causas de morte materna, principalmente nos países em desenvolvimento, mais especificamente entre os com leis restritas ao abortamento. No contexto da América Latina, segundo pesquisa do Instituto Guttmacher (2018), até 2020 o aborto só era liberado sem restrições apenas em quatro países: Cuba, Porto Rico, Guiana e Uruguai. Por outro lado, o aborto não é permitido por nenhum motivo em seis países da região: República Dominicana, El Salvador, Haiti, Honduras, Nicarágua e Suriname. Nos demais, as permissões variam em salvar a vida da mulher, estupro e anencefalia fetal e/ou anomalias incompatíveis com a vida (COELHO, 2019). Contudo, a América Latina vem experienciando um movimento político e social pela descriminalização do aborto intitulado Maré Verde que se apresenta como resistência histórica e tem se revelado como a região de maior avanço na questão da legalização do aborto e outros três países descriminalizaram o aborto recentemente: Argentina, México e Colômbia.

A questão do aborto está relacionada diretamente à estrutura colonial moderna a qual países como o Brasil estão submetidos e, por meio de seu estudo, é possível trazer à luz diversas outras práticas sociais imbricadas em disputas de poder, hegemonia e ideologia. O tema, apesar de inegavelmente ser uma questão de saúde pública, é tratado como bandeira de autopromoção para grupos extremistas conservadores religiosos, constantemente presente em campanhas políticas. A descriminalização do aborto é comumente defendida por lideranças feministas e pelas frentes progressistas. Porém, por receio de diminuição da popularidade ao assumir a pauta em uma perspectiva mais avançada, nem mesmo durante os primeiros mandatos de Lula (2003 a 2011) e os de Dilma (2011 a 2016), governos que apresentavam uma tendência progressista, houve avanços concretos que visassem a superação do problema. A ambivalência dos governos do Partido dos Trabalhadores – PT, que também se alinhavam a setores religiosos e conservadores, foi institucionalizada por, entre outros, a assinatura do Acordo de Santa Sé, em 2010, “relativo ao estatuto jurídico da Igreja Católica no país, firmado em 2008 no Vaticano. Tal acordo sinaliza a força crescente da Igreja Católica durante o governo Lula, facilitando questões tributárias e patrimoniais, entre outras, e apoiando extensamente o ensino religioso em escolas públicas” (CABRAL et al, 2020).

Contraditoriamente, foi também durante o primeiro mandato de Lula, em 2004, que foi lançado o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, assumido como

compromisso do governo em enfrentar as desigualdades de gênero e raça no país. Nele, consta o compromisso de implementação de serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, oferecendo anticoncepção de emergência e garantia do aborto legal (BRASIL, 2004). Nesse mesmo governo, houve o lançamento da Portaria nº 1.508/2005 que “dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS” (SAÚDE, 2005). O tema discutido pontualmente desde o fim da ditadura militar no Brasil passou então a ser questão de disputa política e seu ápice se deu em 2005, quando o Projeto de Lei nº 1.135 de 1991, que prevê a alteração do Código Penal para a descriminalização do aborto, chegou próximo à votação. Com isso, o então senador Eduardo Girão apresentou-se como um dos principais opositores da pauta pela descriminalização e um dos líderes da recém-criada bancada antiaborto, frente parlamentar composta por 200 membros.

A questão do aborto no Brasil é constantemente alvo de ataques reacionários que visam a sua completa criminalização. E, na década de 1990, grupos militantes pela total criminalização ganharam espaço dentro do Congresso Nacional, aumentando o número de iniciativas legislativas repressivas. A discussão sobre o aborto costuma ser trazida de maneira mais incisiva por candidatos ligados a frentes religiosas, principalmente evangélicos, mas também católicos e espíritas Kardecistas, que manipulam o debate por meio da criação ideológica discursiva de um inimigo que promove o infanticídio e que precisa ser expurgado. Este inimigo, muitas vezes, é nomeado ou associado a movimentos sociais e a partidos políticos de esquerda. Em audiências públicas, assim como em outros espaços de disputa narrativa, é comum a presença de grupos que advogam pela criminalização total do aborto que, além de utilizarem bonecos de resina em formato de fetos, utilizam-se do termo “criança” no lugar de “feto” ou “embrião” como forma de sensibilizar a audiência. Estes argumentam, sustentando teorias conspiratórias, estarmos vivenciando uma tendência mundial de desvalorização da vida. Suas falas recorrentemente desviam do assunto da descriminalização e levam o debate ao campo moral e religioso (SUASSUNA, 2016).

No Brasil, os discursos sobre aborto têm ganhado visibilidade em função dos debates, na arena política, ao redor da tramitação do projeto de lei 478/2007, conhecido por Estatuto do Nascituro, proposto pelos deputados Luiz Bassuma (PT/BA) e Miguel Martini (PHS/MG) (CÂMARA FEDERAL, 2007). O Estatuto pretende ser uma carta de

direitos em proteção ao feto, no período pré-natal, e advoga pela proibição de abortos de maneira geral, mesmo em casos permitidos pela lei. Pelo menos outro projeto de lei de teor parecido foi proposto desde então: O PL 5435/2020, do Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), nomeado Estatuto da Gestante, que “dispõe sobre a proteção e direitos da gestante, pondo a salvo a vida da criança por nascer desde a concepção”. O texto base do PL é problemático em diversos sentidos, como ao prever o pagamento de pensão por parte do genitor, defendendo o direito ao exercício da paternidade - ainda que a gravidez seja decorrente de um estupro, ao criar uma relação assimétrica de direito à vida, ou ainda, ao apelar para o uso de expressões como “criança por nascer”, “criança concebida”.

Por sua vez, os casos permissivos da interrupção da gravidez no Brasil também são conquistas alcançadas por meio de lutas. A interrupção voluntária de gestações de fetos anencefálicos só alcançou a escusa absolutória que dispensasse a autorização prévia judicial em 2012, após o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54 (ADPF 54) no Supremo Tribunal Federal, ajuizada em 2004 pela Confederação Nacional de Trabalhadores da Saúde (LUNA, 2021). O julgamento representa uma parte da controvérsia pública acerca do aborto e o resultado favorável baseado na concepção de antecipação terapêutica do parto suscitou reações contrárias dos setores conservadores dos poderes legislativos, entre as quais a inclusão da anencefalia em diversos projetos de lei antiaborto (LUNA, 2021).

No desenrolar deste debate, em 2012, o Senado Federal propôs a reforma do Código Penal, que retira de seu texto o aborto como um dos crimes contra a vida, descriminalizando o procedimento. Em contrapartida, os senadores Eduardo Girão e Magno Malta (PL/ES), ativistas pelo retrocesso das concessões de aborto previstas em lei, propuseram, por meio do PL 556/2019 e do PL 46/2017, respectivamente, a alteração do Código Penal a fim de criminalizar a interrupção em qualquer fase da gestação e de elevar as penas previstas.

Em 2014, o Brasil elegeu o congresso mais conservador desde a redemocratização, em 1985, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP (DIAP, 2014). No mesmo ano, chega ao Senado a Sugestão nº 15, pela descriminalização parcial da interrupção da gravidez, proporcionando ainda mais visibilidade a essa discussão, a qual pude me dedicar durante minha pesquisa de mestrado (SUASSUNA, 2016). Em 2015, o deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), presidente da Câmara dos Deputados na época, propôs o Projeto de Lei 5069/2013, que, entre outros

pontos, prevê que as vítimas de estupro só recebam atendimento médico após serem examinadas e atestarem violência sexual, e impede a utilização de medicamentos que possam causar aborto, fomentando a discussão sobre o tema, principalmente no que se refere à concepção por meio de estupro e sobre a possibilidade de a pílula do dia seguinte ser considerada um medicamento abortivo. Ainda no mesmo ano, o Senador Aécio Neves (PSDB/MG) apresentou a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 181/2015, apelidada de “Cavalo de Tróia”, pois, ao propor a alteração do inciso XVIII do art. 7º da Constituição para ampliar a licença-maternidade em caso de parto prematuro, o texto aprovado pela comissão, em 2017, adicionou a concepção como período inicial de preservação da dignidade humana, podendo criminalizar, inclusive, as escusas para o aborto legal previstas no Código Penal.

Em março de 2017, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ajuizou no Supremo Tribunal Federal a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, alegando que os dispositivos, que criminalizam o aborto provocado pela gestante ou realizado com sua autorização, violam os princípios e direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal. A ADPF 442, debatida em agosto de 2018, no STF, pede que o tribunal diga se a criminalização do aborto está ou não descumprindo os preceitos constitucionais de garantia da dignidade e da cidadania das mulheres. Durante aquele ano, em junho de 2018, a Câmara dos Deputados da Argentina aprovou a lei que permite o aborto voluntário até a 14ª semana de gestação, mostrando que o debate sobre o tema, fomentado pela Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito tem transformado o posicionamento da população argentina. Porém, apesar da crescente adesão popular à descriminalização, o Senado argentino rejeitou a proposta, refletindo a situação que prevalece na América Latina e Caribe. Todavia, no final de 2020, uma multidão ocupou as ruas exigindo “educação sexual para decidir, anticoncepcional para não abortar e aborto legal para não morrer” (Netto et al, 2021) e a Argentina conseguiu, após um longo processo histórico de articulações em torno do tema, reverter a situação e o aborto seguro e gratuito foi legalizado.

Mais recentemente, assistimos à ascensão do conservadorismo por grupos de extrema-direita aos poderes no Brasil e no mundo. O combate ao aborto e ao que eles cunharam como ideologia de gênero são as principais bandeiras e manobras argumentativas para angariar aprovação pública no país. Os grupos políticos teocráticos que assumiram os poderes nos últimos anos utilizam-se do aborto enquanto pauta para

autopromoção, criando uma atmosfera de repúdio ao aborto e de expurgo às mulheres que poderiam optar por interromper uma gestação ou às pessoas que defendem a possibilidade de escolha. Apoiados na dicotomia bem x mal, promovem-se performando uma suposta luta pela vida dos fetos, dignos de apoio e de confiança pela população. O ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, eleito em 2018, conhecido pela promoção de *fakenews* e por priorizar as redes sociais como espaço de comunicação, publicou um *tweet*, no dia 30 de dezembro de 2020, repudiando a decisão pela descriminalização do aborto na Argentina. O *tweet* do presidente apresentava intertextualidade com os discursos dos parlamentares e ativistas conservadores que advogam pela criminalização radical do aborto no Brasil. Ao falar sobre a decisão do Senado argentino, Bolsonaro alimentou teorias conspiratórias de ameaça infanticida, igualando a legalização do aborto a crimes bárbaros contra crianças.

Em 21 de julho de 2021, Bolsonaro enviou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 2611/2021, que "Institui o Dia Nacional do Nascituro e de Conscientização sobre os Riscos do Aborto, a ser comemorado, anualmente, em 8 de outubro". A iniciativa do Projeto de Lei parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que tem sua minuta assinada por Damares Alves, à época ministra da pasta e eleita senadora pelas eleições de 2022. Na exposição de motivos, ainda que a proposta de criação da data seja defendida como objetivando a promoção do direito de vida de todas as pessoas, os textos aos quais a iniciativa recorre como referências jurídicas são textos comumente utilizados por grupos extremistas para sustentar sua argumentação pela total criminalização do aborto. Todos os textos jurídicos apresentados fazem menção à proteção da criança, insistindo na falsa simetria entre fetos e pessoas nascidas. Além disso, os textos incorporados à minuta do projeto de lei são utilizados de forma a endossar a tese que o momento da concepção coincide com o início da vida, corroborando para a defesa da criminalização total do aborto até mesmo nos casos já previstos em lei, assim como da condenação de métodos contraceptivos como a anticoncepção de emergência ou dispositivos intrauterinos, que não necessariamente impedem a fecundação do óvulo, mas o processo de implantação do óvulo fecundado ao endométrio, por exemplo.

Quando trata de assuntos ligados à saúde das mulheres, o Projeto de Lei foca em enumerar consequências físicas e psicológicas que mulheres poderiam experimentar após um aborto induzido. A exposição de motivos é construída com afirmações categóricas com alto grau de comprometimento epistêmico, sustentada por supostas evidências

científicas e por pesquisas sobre a opinião pública a respeito do aborto. Algumas estratégias de construção simbólica em determinados contextos sociais servem para criar, instituir, manter e reproduzir relações de dominação por meio da “legitimação”, forma de sustentar que uma relação de dominação é digna de apoio por ser tomada como legítima (THOMPSON, 1995). Além disso, o Projeto de Lei n. 2611/2021 apoia-se em pesquisas não reconhecidas cientificamente, produzidas por militantes, pela total criminalização, como é o caso do artigo da médica Elizabeth Kipman, figura comum nos debates legislativos acerca da descriminalização do aborto (SUASSUNA, 2016).

O fato de o PL n.2611/2021 ser uma iniciativa do Poder Executivo faz com que o projeto tramite em regime de prioridade, em conformidade com o artigo 151, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Dessa forma, a discussão sobre o PL fica restrita a comissões específicas, não indo a plenário, portanto, mais controlável e com menos possibilidade de suscitar polêmicas. Por ser objeto de disputa política na Câmara dos Deputados, o projeto tem recebido diversos pedidos de vista pela oposição, possibilitando o atraso da tramitação. A oposição tem requerido que projetos de teor parecido sejam desapensados ao texto do PL n.2611/2021, como o Projeto de Lei n. 5.617, de 2016, que “Institui o Dia Nacional de Conscientização Antiaborto”, proposto pelo Deputado Marco Feliciano, e do Projeto de Lei proposto pelo Deputado Flavinho, que “dispõe sobre a prevenção e conscientização dos riscos e consequências relacionados ao aborto”.

Contudo, como é possível perceber, em momentos históricos de grandes disputas de poder, ainda que movimentos contrários ao direito de escolha e pela criminalização do aborto ocupem espaços de decisão e consigam mobilizar grande parcela da população que se identifica com os princípios conservadores, a força oposta da Maré Verde avança pela América Latina e o Brasil é um dos países em que o movimento flui com potência. Além da Argentina, outros países latino-americanos despenalizaram o aborto recentemente: Colômbia, em 2022, e México, em 2023. No primeiro, o processo de descriminalização até a 24ª semana de gestação seguiu o argumento de que a criminalização viola o direito de igualdade das mulheres, sobretudo as migrantes; no segundo, a Suprema Corte do país definiu como inconstitucional o ordenamento jurídico que criminaliza o aborto por anular o direito da decisão da pessoa gestante.

No Brasil, durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2022, a questão do aborto ganhou relevância novamente, ambos os então candidatos deram declarações

contraditórias em relação à ampliação dos direitos de escolha. Bolsonaro, no passado, enquanto deputado estadual, já deu declarações favoráveis à interrupção voluntária da gravidez, contudo, apoiava-se em discursos eugenistas de limpeza social. Porém, durante as eleições de 2022, adotou o discurso conservador totalmente contrário à interrupção, e fez do tema bandeira de autopromoção, baseado em uma campanha radical contra o direito de escolha da pessoa gestante. Por sua vez, Lula defendeu a questão do aborto como uma questão de saúde pública, contudo, após as polêmicas surgidas a partir das declarações, mudou o tom e se declarou contrário ao aborto, tentando minimizar os efeitos durante a campanha e não perder votos.

No final de 2023, a ADPF 442 voltou a ser julgada e a discussão sobre aborto no Brasil passou a tomar novas formas. A ministra Rosa Weber, nas vésperas de sua aposentadoria, apresentou voto favorável à descriminalização até a 12ª semana de gestação, defendendo que os procedimentos inseguros aumentam a taxa de mortalidade e ressaltando o impacto desproporcional que a criminalização causa na vida das pessoas, sobretudo devido às opressões de gênero, de raça e de desigualdades socioeconômicas. A Maré Verde que deságua no Brasil tem como possibilidade adotar a Justiça Reprodutiva como direção, se reconhecer a importância da inclusão e do protagonismo das práxis feministas negras, assim, temas como justiça social e redes de apoio tornar-se-ão centrais para as demandas pela dignidade das mulheres brasileiras em relação à descriminalização do aborto, convergindo para o que é preconizado nesta tese, que se posiciona pela descriminalização do aborto como questão de saúde pública, mas reconhece a importância do direito ao bem-viver, envolvendo o acompanhamento salutar e afetuoso das pessoas que decidem interromper uma gestação.

Neste capítulo apresentei uma análise social do tema correlacionando as disputas narrativas e políticas que envolvem a questão do aborto ao passado escravagista para entender como a criminalização é uma forma de genocídio dos povos negros a partir dos temas ligados à reprodução. Para tanto, percorri uma perspectiva histórica sobre o aborto no Brasil envolvendo a religião, as legislações sobre aborto e as assumpções sobre o conceito de família nuclear, apresentando uma crítica ao pensamento universalista e procurando apontar como as disputas políticas se valem do tema para a autopromoção de candidatos. Em contrapartida, procuro demonstrar que mesmo em cenários de violação, o movimento pela descriminalização do aborto, conhecido por Maré Verde, avança pela

América Latina e o Brasil é um dos países onde a discussão tem se articulado com potência.

2. SUPORTE TEÓRICO

Neste capítulo apresento as epistemologias às quais recorri para pesquisar as problemáticas que se apresentaram neste trabalho. Inspirado na concepção de libertação defendida por Frantz Fanon, Maldonado-Torres (2020) sugere o uso de descolonização como o desejo de o colonizado se organizar e atingir sua própria liberdade, no sentido inverso ao europeu iluminista que entende evolução como negação da tradição. A fim de influenciar o avanço da decolonialidade, o autor propõe dez teses sobre colonialidade e decolonialidade em formato de arquitetura conceitual básica. Nesse construto conceitual, além de apresentar as dimensões basilares da colonialidade que tem a colonialidade do saber, do ser e do poder como três componentes fundamentais da colonial-modernidade (SEGATO, 2021 [1951]), o autor sustenta a potencialidade da condenada⁴ em afastar-se da ordem mundial “sistema-mundo colonial-moderno, ou, de forma simplificada, “colonial-modernidade” (SEGATO, 2021 [1951]) por meio de giros decoloniais, que, a partir do pensamento fanoniano, estão mais pautados em atitudes do que em métodos propriamente ditos. Essas atitudes decoloniais podem ser resumidas em três: giro epistêmico decolonial, giro decolonial estético e giro decolonial ativista (MALDONADO-TORRES, 2020). Para o desenvolvimento desta tese, amparei-me nessas três atitudes decoloniais para pensar/fazer/sentir a problemática do aborto na vida de brasileiras. Ainda que reconheça a relação dinâmica e copertencente entre os giros-decoloniais, e sabendo que os separar, mesmo que para fins de organização textual, possa me levar a uma armadilha de fracionamento cartesiano, minha pretensão é relacioná-los a cada um dos três pilares teóricos escolhidos para abrir caminhos de pensamento junto aos Estudos Críticos do Discurso: (i) Feminismos negros decoloniais como possibilidade de giro epistêmico decolonial, (ii) Oxunismo e matripotência enquanto giro decolonial estético, e (iii) Justiça Reprodutiva como giro decolonial ativista. Esses giros são trabalhados nesta tese em consonância ao conceito tridimensional do discurso. Apresento e discuto essa intersecção de abordagens no capítulo “Procedimentos Teórico-metodológicos”.

⁴ O termo “condenado” é utilizado em referência aos trabalhos de Frantz Fanon sobre o sujeito colonizado, que ele nomeia como um *damné*, ou condenado. Neste trabalho, opto pelo uso do feminino dada a natureza da pesquisa, e como crítica lançada por Oyèronké Oyewùmí sobre a tendência de os estudos sobre colonialismo focarem nas histórias dos homens.

2.1 Feminismos Negros Decoloniais e Giro epistêmico

Mulheres indígenas, africanas e suas descendentes produzem saberes e resistem contra a estrutura colonial há mais de 500 anos nas Américas e em África. Temos, com isso, um vasto espectro de pensadoras que, anteriores à institucionalização das teorias decoloniais e sem necessariamente se autodeclararem feministas ou decoloniais, produziram sistemas de pensamentos que nos ajudam a compreender e enfrentar o sistema moderno colonial. Os feminismos latino-americanos, negros e indígenas, apoiados na teoria da interseccionalidade enquanto instrumento para potencializar o estudo a partir das diferentes intersecções de identidades, de posição social, de processos de opressão ou de privilégio e de práticas institucionais, são trazidos nesta tese para ampliar as noções de gênero e de raça, além de desnaturalizar as violências instauradas pelos europeus neste território.

Ao anunciar que *la mestiza* deixou de ser o bode expiatório para tornar-se a sacerdotisa das encruzilhadas, sendo o seu corpo a própria encruzilhada, Glória Anzaldúa (2005) indica-nos o caminho para o giro epistêmico decolonial em que a solidão da condenação abre caminho para o corpo da condenada que produz pensamento, que teoriza, que escreve e que comunica a partir de si, estando nas próprias pessoas subalternizadas a possibilidade de desestabilização da decolonialidade. Rivera Cusicanqui (2010) sublinha a importância dos povos indígenas no enfrentamento contra-colonial por meio de outras matrizes epistemológicas:

O projeto de modernidade indígena pode emergir do presente, em uma espiral cujo movimento é uma retroalimentação contínua do passado sobre o futuro, um "princípio de esperança" ou "consciência antecipatória" (Bloch) que prevê a descolonização e a realiza no mesmo tempo. (RIVERA CUSICANQUI, 2010 p.55)

O pensamento hegemônico propaga a ideia de que os processos de independência das colônias foram suficientes para dar cabo ao projeto de colonização. Porém, como defendido por autores como Frantz Fanon (1980) e Achille Mbembe (2014) a exploração dos povos ameríndios, africanos e seus descendentes é perpetuada de forma complexa e refinada e é a base estruturante do que se entende como civilização moderna ocidental. A colonialidade é a “lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (MALDONADO-TORRES, 2018). Sendo assim, enquanto a descolonização refere-se a momentos históricos em que colonizados insurgiram-se exigindo a independência, a decolonialidade refere-se “à luta contra a lógica da

colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos” (MALDONADO-TORRES, 2018. p. 36).

Para Fanon, a descolonização é um “programa de desordem absoluta” que deve partir das mulheres e dos homens colonizados, mas uma mudança que só pode ser assumida enquanto projeto comunitário, no qual a participação das e dos colonos é imprescindível, ainda que para estes sob a projeção de um futuro aterrorizante em suas consciências. A descolonização é um processo histórico que só se torna possível ao passo que se distancia do movimento historicizante que a constitui: a colonização. Segundo Fanon, “a descolonização é o encontro de duas forças congenitalmente antagonistas, que têm precisamente a sua origem nessa espécie de substantificação que a situação colonial excreta e alimenta” (FANON, 2013. p. 52), e o encontro entre essas duas forças se deu primeiramente sob o signo da violência. Desta forma, a descolonização é um evento que modifica fundamentalmente os seres, a partir de uma nova linguagem, de uma nova sociedade e de uma nova noção de humanidade. Assim, o ‘objeto’ da colonização torna-se humano no mesmo processo pelo qual se liberta.

A invasão das Américas e a expropriação de África envolveu uma distorção do significado de humanidade, atingindo a intersubjetividade e alteridade, localizando os povos colonizados abaixo da categoria de povos humanos. A categoria gênero é construída socialmente e está diretamente relacionada a seres humanos, portanto, os povos colonizados não são lidos enquanto seu gênero, mas como corpos inimigos, masculinos ou femininos, cada um oferecendo uma ameaça diferente aos povos colonizadores (MALDONADO-TORRES, 2018). Como apresentado por Frantz Fanon (1961. p.31), “o colono e o colonizado conhecem-se há muito tempo. E, na realidade, tem razão o colono quando diz conhecê-los. Foi o colono que fez e continua fazendo o colonizado”. Oyèronké Oyewùmí (1997) apoiada em Fanon, reforça a tese de que o colonizador e o colonizado, ambos presumidamente homens, são criações do sistema colonial e, além da diferença da cor da pele, o que os torna diferentes é o estado de consciência, mas denuncia a dominação do colonialismo expressa em termos sexuais, ou seja, enquanto um sistema de emasculação do colonizado, apontando que tanto a história do colonizador quanto a do colonizado tem sido escrita pelo ponto de vista de homens. A autora elucida, no entanto, que a colonização impactou homens e mulheres, mesmo que

de maneiras diferentes, uma vez que foi um processo construído por homens que se apoiavam em identidades de gênero.

Deste modo, qualquer discussão sobre colonialidade deve embarcar gênero social como um forte componente, em adição à raça. A cultura ocidental hegemônica apresenta uma limitação na compreensão dos corpos e sua leitura se baseia em aspectos físicos e visuais, pautados em uma ideia reducionista ligada a aspectos biologizantes. A criação da “mulher” e de “negro” enquanto categorias foi uma das primeiras realizações do estado colonial. Ambas as categorias são definidas por sua anatomia: “mulher” como subordinada ao homem em todas as situações, e “negro” como categoria subordinada ao branco. Portanto, as mulheres negras sofrem o processo de inferiorização racial concomitantemente à subordinação de gênero. Para o pensamento ocidental, expressando uma hierarquia de raça e de gênero social, há quatro categorias, não duas: homens (europeus), mulheres (europeias), nativos (homens africanos ou indígenas), outras (mulheres africanas ou indígenas) (OYEWÙMÍ, 1997). Essa relação hierárquica baseada em raça e gênero é percebida atualmente quando as barreiras geradas pelo racismo refletem a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, a falta de planejamento reprodutivo e a baixa oferta de métodos contraceptivos levando as mulheres negras a serem as maiores vítimas da criminalização do aborto (GOES, 2019), inseridas na base da pirâmide.

O feminismo decolonial enquanto teoria acadêmica é inaugurado em 2008 com a publicação do artigo “Colonialidad y género”, da filósofa argentina María Lugones. Lugones (2008) introduz o conceito “sistema moderno-colonial de gênero”, ampliando a teoria da “colonialidade do poder”, do sociólogo peruano Aníbal Quijano. Para a autora, o sistema colonial de poder proposto por Quijano, ainda que apresente as noções de raça e de gênero em termos estruturais amplos, não rompe com o entendimento colonial sobre gênero social e não discute a subordinação e a destituição de poder instituído às mulheres colonizadas. O olhar para as relações sociais que supera o dimorfismo biológico, como defendido pelas civilizações dos continentes americanos e africano, é um caminho para romper com as concepções heterossexuais e patriarcais impostas pela colonialidade. Dessa forma, o racismo foi uma invenção colonial que permite a organização da exploração no sistema colonial moderno (SEGATO, 2020).

A crítica de Breny Mendonza (2014) a Quijano também nos é útil ao demonstrar que a compreensão de gênero social defendida pelo autor, enquanto categoria anterior à

história e à sociedade, contribui para a naturalização de relações de gênero social e da cis-heteronormatividade, servindo para encobrir a forma com que mulheres subalternizadas experienciam a colonização e seguem sofrendo os efeitos da colonialidade: sendo racializadas e reinventadas enquanto “mulher” e perdendo as relações relativamente igualitárias que mantinham com os homens de suas sociedades antes da colonização.

Rita Segato ([1961], 2020), apoiada na categoria “sistema-mundo moderno”, postulada por Immanuel Wallerstein e Quijano, ressalta a criação da América enquanto categoria geossocial como constitutiva do sistema mundial moderno e significadora da colonialidade, da etnicidade, do racismo e do conceito de novidade, sendo a americanidade um escudo ideológico para esse sistema. A práxis feminista decolonial emerge como um giro epistemológico de feministas latino-americanas de trajetórias e posições críticas contra-hegemônicas que propõem uma frente feminista que reconhece e abraça uma perspectiva histórica e geopolítica situada a partir da decolonialidade. Enquanto os feminismos hegemônicos centram-se na superação das desigualdades de gênero social, das opressões e nas dominações das mulheres, os feminismos decoloniais questionam a categoria “mulher” enquanto universal, assumindo a preocupação com uma possibilidade de construção para o que está além do colonial-moderno, não apenas no que tange ao patriarcal e ao misógino, mas tendo raça como um dos seus eixos centrais (ESPINOSA MIÑOSO et al, 2014). Não é possível pensar em feminismo brasileiro ou latino-americano desconsiderando a herança colonial escravista.

O estupro colonial perpetrado pelos senhores brancos europeus contra as mulheres negras africanas e indígenas está na gênese da construção do Brasil, “portanto, no caso brasileiro, o discurso sobre identidade nacional possui essa dimensão escondida de gênero e raça” (CARNEIRO, 2020, p. 151). É imprescindível, ao falarmos sobre feminismos no Brasil, que nos atentemos à componente racial presente na constituição da sociedade colonial moderna brasileira. “O racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALEZ, 2019, p. 238). Os feminismos decoloniais, assim como os feminismos negros, oferecem uma perspectiva de análise para compreendermos de forma mais complexa os entrecruzamentos das opressões de gênero, raça, classe, sexo e outras, que atingem de maneiras desiguais mulheres em nossa sociedade (CURYEL, 2020).

O termo “interseccionalidade” foi cunhado e utilizado institucional e metodologicamente pela primeira vez em 1989, pela estadunidense jurista e defensora dos direitos civis, Kimberlé Crenshaw, mas conquistou popularidade acadêmica apenas em 2001, após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, na África do Sul. Bem antes disso, porém, ativistas antirracistas, entre elas militantes negras brasileiras, já apontavam a desigualdade de gênero sob uma perspectiva racial (COÊLHO, 2019). Interseccionalidade é, portanto, uma “abordagem que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características mutuamente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas” (COLLINS, 2019 p. 460).

Contudo, Oyèrónké Oyewùmí (1997) alerta que as formas de opressão não podem ser assumidas em termos de somatória ou como se pudessem ser empilhadas umas sobre as outras, pois a maneira como uma opressão é experienciada influencia a experiência com outras formas de opressão. “A interseccionalidade revela o que não conseguimos ver quando categorias como gênero e raça são concebidas separadas uma da outra” (LUGONES 2020, p.59), porém, a lógica de criação e separação categorial distorce as experiências vividas por pessoas nas intersecções, como as mulheres de cor de países emergentes, e a reconceitualização da lógica da intersecção se faz necessária, uma vez que as categorias invisibilizam essas mulheres.

Um dos desafios da incorporação da teoria interseccional em pesquisas sobre questões de saúde é o de evitar suposições de equidistâncias ou de nível único nos desenhos de análises, assim como, mais especificamente, entender que mesmo em casos de doenças ou de riscos para a saúde que sejam individualmente os mesmos, os grupos experienciam de maneira extremamente diferente a incidência ou prevalência de doenças e riscos dadas às inequidades sociais a que estão submetidos (BAUER, 2014). No caso do aborto, mesmo sendo um procedimento seguro se realizado com as devidas instruções e acessos adequados, é ainda uma das principais causas de mortes maternas no Brasil, atingindo de maneira desproporcional mulheres negras e empobrecidas, e uma abordagem interseccional deve fazer-se atenta aos atravessamentos das iniquidades em determinados grupos quando deparados com o tema. Portanto, a interpretação sobre como a matriz de opressão atua na vida das mulheres negras não deve se pautar em categorias analíticas desvinculadas das realidades vividas (CURYEL, 2020; COLLINS, 2019):

Uma posição decolonial feminista significa entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são constitutivos da episteme moderna colonial: elas não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbrincada, que produzem o sistema colonial moderno (CURYEL, 2020. p.133).

As feministas negras brasileiras contribuíram na ampliação do entendimento sobre “mulher” no Brasil, pois a categoria hegemônica e racista desconsidera as multiplicidades de experiências e a influência decisiva da categoria racial sobre as mulheres. O sistema colonial moderno tem influência negativa também na construção de uma união de luta das mulheres pela sua emancipação. O movimento feminista hegemônico torna-se, assim:

um campo de batalha no qual ressentimentos seculares decorrentes dos privilégios e opressões determinados por esses estereótipos se defrontarão de forma às vezes dramáticas, até que as diferenças pudessem ser admitidas o suficiente para viabilizar um diálogo que só agora se inicia de forma mais solidária, desarmada e consciente (CARNEIRO, 2020, p. 156).

Os movimentos de mulheres negras no Brasil estão organizados politicamente como tais desde a década de 1970, compreendendo as especificidades indissociáveis enfrentadas por ser mulher e negra no país. As mulheres negras se organizam por não encontrarem espaço nem nos movimentos feministas e nem nos movimentos negros, entendendo a inseparabilidade de gênero e de raça na experiência de ser mulher e de ser negra. Antes de encabeçarem movimentos organizados de mulheres, historicamente, as mulheres negras e indígenas têm participação ativa nas diversas lutas por libertação ao lado dos homens negros e indígenas. “O feminismo é para nós a luta revolucionária de qualquer mulher em qualquer parte do mundo, em qualquer tempo da história ou da pré-história, que se rebela contra o patriarcado que a oprime ou que pretende oprimir⁵” (PAREDES, 2010 p.120). Assim posto, a militância das mulheres negras e indígenas é dupla, assegurando a luta de gênero nos movimentos negros e assegurando que as conquistas dos movimentos de mulheres não privilegiem apenas as mulheres brancas. A luta das mulheres negras é realizada associada à luta de emancipação de todo o povo subalternizado, e essa é uma das grandes contribuições das feministas de cor para as lutas das minorias sociais.

⁵ El feminismo es para nosotras la lucha revolucionaria de cualquier mujer en cualquier parte del mundo, en cualquier tiempo de la historia o prehistoria, que se rebela ante el patriarcado que la oprime o pretenda oprimirla.

O Brasil é o país fora de África com a maior quantidade de pessoas negras, portanto, falar sobre conquistas das mulheres que não contribuíram para a emancipação das mulheres negras e indígenas e continuar a contar a história de mulheres brancas como uma história única é contribuir para o racismo por omissão, para o epistemicídio (CARNEIRO, 2005) e para o apagamento das lutas da maioria expressiva das mulheres brasileiras. A história das mulheres negras, por sua vez, não exclui as mulheres brancas. Não deve ser lida como um recorte identitário que decide excluir um grupo em detrimento do outro, pelo contrário, é uma ampliação da luta pela igualdade de gênero social e que considera a amplitude da experiência das mulheres no país.

Portanto, desvalorizar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil que estão intimamente articulados com a visão segundo a qual há seres humanos menos humanos do que outros, e, portanto, aceita-se complacientemente que estes não sejam tratados como detentores de direitos (CARNEIRO, 2020, p. 165).

Os feminismos negros e decoloniais amparam este trabalho como proposta de giro epistêmico, por meio do qual as mulheres emergem como questionadoras, ativistas, teóricas e agentes de mudança social.

2.2 Oxunismo e Giro estético

A luta pelos direitos reprodutivos também é palco de disputa antirracista, uma vez que é marcada pela ação e pela reação à política de extermínio que inscreve a população negra sob o signo da morte a partir dos úteros. Os elevados índices de mortalidade materna no Brasil, sendo a grande maioria óbitos evitáveis, são tema de diversos estudos que evidenciam a falta de acesso à assistência de saúde digna. A mortalidade materna constitui um importante indicador de saúde, não apenas das mulheres, mas da população como um todo, sendo também um indicador de iniquidades sociais, uma vez que é mais elevada em países empobrecidos, não deixando de ser heterogênea em países menos desiguais. No Brasil, mulheres negras representam 66% dos óbitos maternos. Além disso, estudos evidenciam que doenças anteriores à gestação, como as elevadas taxas de hipertensão, doenças crônicas e obesidade, atingem categoricamente as mulheres negras e indígenas, influenciando desfechos maternos trágicos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

Em Saúde da População Negra – Brasil (2003), a bioeticista Fátima Oliveira sistematizou uma visão panorâmica sobre a Saúde da População Negra no Brasil por meio do entrecruzamento de dados científicos, históricos e políticos que denunciam o racismo que opera, inclusive, pela ausência de levantamentos que considerem o quesito cor como importante indicativo sobre as políticas de saúde no Brasil. Foram os Movimentos Negros brasileiros, principalmente as mulheres negras, que insistiram na importância da “questão saúde” para a luta antirracista, demonstrando que a ausência do quesito cor nos serviços de saúde constitui um entrave para a comprovação das denúncias de genocídio da população negra por meio do controle de natalidade (OLIVEIRA, 2003).

A população negra brasileira enfrenta o genocídio de maneiras diversas, entre elas, o extermínio que ocorre a partir de injustiças reprodutivas, tanto ligadas a causas diretas como por meio da criminalização do aborto - foco desta tese - de violência obstétrica, de violência psicológica, das dificuldades de internação hospitalar, da esterilização involuntária (GOES, 2019), das barreiras de acesso a tratamentos de infertilidade, assim como de causas secundárias, como as doenças crônicas que atingem mulheres negras e indígenas antes mesmo da concepção. A ausência de serviços de planejamento familiar e as manobras de engenharia genética eugenista de aniquilação da negritude por meio das Novas Tecnologias Reprodutivas contraceptivas são exemplos desse genocídio (OLIVEIRA, 2001).

Partindo de trabalhos de Fanon e baseada na discussão de biopolítica e biopoder de Foucault e o contrato racial de Charles Mills, Sueli Carneiro (2005) desenvolveu o conceito de *dispositivo de racialidade*, oferecendo uma leitura situada do racismo que inscreve pessoas negras no signo da morte no Brasil, envolvendo uma análise da branquitude, em sintonia com o pensamento fanoniano de libertação como projeto comunitário, como forma de compreender o que foi nomeado por Lélia Gonzalez como “a sintomática que caracteriza a neurose brasileira”.

Foucault (2015) apresenta o direito de vida e de morte como um dos privilégios característicos do poder soberano para o Ocidente. O direito de vida e de morte seria, mais especificamente, o direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver. Contudo, a partir da época clássica, o Ocidente passa por uma transformação de mecanismos de poder e as guerras condicionadas à defesa do soberano e de sua permanência enquanto tal são substituídas por guerras travadas em nome da sobrevivência de populações por meio da destruição de outras. Uma substituição da legitimidade jurídica baseada na soberania por

uma de natureza biológica, situando o exercício do poder “no nível da vida, da espécie, da raça, e dos fenômenos maciços de população” (FOUCAULT, 2015, p. 148). Conseqüentemente, populações inteiras passam a ser inscritas sob o signo da morte, uma vez que são “mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (FOUCAULT, 2015, p. 148). Desse modo, o direito de *causar* a morte ou *deixar* viver é substituído pelo poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte.

Em consonância, Achille Mbembe apresenta o poder de determinar quem pode e quem não pode viver, ou matar e deixar viver, como limites e traços característicos da soberania. A noção de biopoder para Foucault está atrelada à discussão sobre o poder sobre a vida e sobre a morte. O *dispositivo de racialidade* constitui-se, assim, como dispositivo de poder que subalterniza pessoas segundo a raça, e é ressignificado segundo uma nova dimensão de poder sobre a racialidade, denominado biopolítica ou biopoder.

Nessa biopolítica, gênero e raça articulam-se produzindo efeitos específicos, ou definindo perfis específicos para o "deixar viver e deixar morrer". No que diz respeito ao gênero feminino, evidencia-se a ênfase em tecnologias de controle sobre a reprodução, as quais se apresentam de maneira diferenciada segundo a racialidade; quanto ao gênero masculino, evidencia-se a simples violência (CARNEIRO, 2015, p. 72).

Como apresentado por Carneiro, o *dispositivo de racialidade* se constitui como um tratado da branquitude, calcado na cumplicidade em relação à subalternização e ao genocídio de pessoas não-brancas. “Uma dinâmica impulsionada pela articulação de técnicas disciplinares derivadas do dispositivo de racialidade e de eliminação informadas pelo biopoder” (CARNEIRO, 2015, p. 150). O *dispositivo de racialidade*, enquanto dispositivo de poder, ressignifica e atualiza outros dispositivos construídos em momentos históricos diferentes e em função de objetivos específicos para atender a estratégias. Dessa forma, o *dispositivo de racialidade* se utiliza de representações produzidas sobre pessoas que não são brancas e as ressignifica a partir da constituição das relações escravistas do período colonial,

articulando-os e re-significando-os à luz do ideário do racismo vigente no século XIX em que a suposta e consagrada inferioridade de uns e superioridade de outros definirão as novas hierarquias sociais que emergirão no Brasil no pós-abolição em função da diversificação da estrutura social que a constituição da República, a abolição do trabalho escravo, a instauração do liberalismo no plano político impõem ao país (CARNEIRO, 2015, p.150).

Mbembe (2017), apoiado em Arendt e em Foucault, apresenta o racismo como “uma tecnologia orientada para permitir o exercício do biopoder” (p.116), sugerindo o entrecruzamento da política de raça com a política de morte. Desta maneira, o racismo opera enquanto critério biológico que determina quem pode viver e quem deve morrer, demonstrando que a escravatura foi um dos primeiros exemplos de experiência biopolítica. “O mundo colonial foi terreno fértil para novas experiências radicais, como a seleção das raças, a proibição dos casamentos mistos, a esterilização forçada e até o extermínio dos povos conquistados” (MBEMBE, 2017, p.116).

O deslocamento geográfico e cultural de populações inteiras para territórios anteriormente habitados por populações autóctones teve implicações profundas sobre a noção de civilização dos impérios europeus, que impuseram projetos de civilização baseados na violência e na subalternização de outras populações. O colonialismo foi sustentado como fundamental para o progresso civilizatório e como salvação dos povos não-ocidentais, atribuindo objetivos racionais ao ato de matar.

O ideário filosófico ocidental que transforma o homem europeu em homem universal e todos os povos e culturas como variações menos evoluídas, ganha forças no século XVI. A partir dessa concepção de humanidade, a filosofia ocidental moderna do século XVIII volta-se ao homem como sujeito e objeto do conhecimento, e o Iluminismo cria uma série de ferramentas de comparação e de classificação dos diferentes grupos baseada em características físicas e culturais, inaugurando a distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem (ALMEIDA, 2018). No século XIX, o racismo científico, amparado em teorias de determinismo geográfico e características fenotípicas emerge para explicar diferenças morais, intelectuais e psicológicas entre as raças, de modo a justificar a brutalidade e o extermínio de pessoas que não fossem lidas enquanto brancas. “O racismo, enquanto mecanismo de um sistema político de dominação, sustenta duas ideias que se complementam: a primeira, que existem diferentes raças humanas; e a segunda, que existem raças humanas que são inferiores às outras” (PESSANHA; NASCIMENTO, 2018, p.152). A negação da humanidade dos povos não europeus é fundamental para a concepção da superioridade europeia baseada no binarismo eu *versus* outro, no qual a afirmação do ser se realiza na negação do não-ser:

O Não-ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: autocontrole, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização. No contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada

pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de “coisa que fala” (CARNEIRO, 2005, p.100).

As feridas causadas pela brutalidade empregada durante o período colonial e o *altericídio*, a violência do colono como resposta ao encontro com o outro, constituíram uma forma de neurose do colonizador:

Neste estágio, o racismo já não ousa mostrar-se sem disfarces. Contesta-se. Num número cada vez maior de circunstâncias, o racista esconde-se. Aquele que pretendia “senti-los”, “adivinhá-los”, descobre-se visado, olhado, julgado. O projeto do racista é então um projeto perseguido pela má consciência (FANON, 1980, p.40).

Fanon, ao perceber o racismo como elemento de engajamento passional e delirante, explora uma nova dimensão: “o racismo era uma forma de o sujeito desviar para o Outro a vergonha íntima que sentia de si mesmo; transferi-la para um bode expiatório” (MBEMBE, 2017, p.131). Sendo a zona do Não-ser anterior a do Ser, o eu-hegemônico, incapaz de exercer a alteridade, só se realiza pela negação do outro.

Essa negação da diferença atingiu diretamente as relações baseadas nas estruturas de gênero social. Dessa forma, o cuidado como função universal das mulheres só surge em momento posterior no colonialismo. Historicamente, as mulheres europeias delegaram a responsabilidade dos primeiros cuidados e da criação dos filhos às mulheres negras e indígenas. O contrário acontecia nas Américas e na África em que as mulheres indígenas estavam com seus filhos mesmo durante atividades de trabalho (RAMINELLI, 2015). A partir deste fato, Lélia Gonzalez (2019) propõe uma releitura das posições hierárquicas das mulheres na formação do Brasil ao apresentar as mulheres brancas na posição de “outra” dentro dos moldes da família patriarcal colonial, pois o lugar de mãe e de esposa são ocupados pela “mãe preta” e pela “mulata”, respectivamente. Nenhuma dessas posições é positivada, todas são baseadas na exploração, na violência e na subjugação, mas a função materna de cuidados e de criação das crianças foi delegada às mulheres negras desde o período colonial e ainda não foi superada, assim como a hiperssexualização e exploração sexual das mulheres racializadas, injustiças sociais que afetam mulheres negras e indígenas e que, conseqüentemente, afetam os direitos reprodutivos dessas mulheres.

Ao ressaltar o papel materno como função responsável, entre outros, pela internalização de valores e pelo ensino da língua, Lélia Gonzalez reconhece a importância das mulheres negras no materno da cultura brasileira, oferecendo uma análise intercruzada do racismo e do sexismo para a compreensão da sociedade brasileira.

Segundo a filósofa, quanto ao racismo, “veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALEZ, 2019, p. 238). A violência infligida contra mulheres negras, indígenas e suas descendentes pode ser investigada por meio da relação edipiana adoecida do homem branco para a mulher negra, na qual a mulher negra protagoniza o papel de mãe e de realização sexual (FIGUEIREDO, 2020).

O “direito de propriedade” do escravagista para a escravizada é similar ao sentimento edípico de propriedade sobre o corpo materno como parte constituinte do corpo do infante. Uma vez que se perde o sentido de unidade, permanece o de propriedade e o sentimento amoroso torna-se ódio perante a perda daquilo que acreditava constituir seu ‘eu’. No caso do colonizador, proprietário do corpo da mulher colonizada, essa relação de apropriação se intensifica, assim como as consequências psíquicas. Por mais desejos de amor que possa sentir, o homem branco saberá que o vínculo não se estabeleceu por consequência das suas próprias ações baseadas no racismo (SEGATO, 2006). A ira do homem branco contra as mulheres de cor pela impossibilidade de retorno a sua unidade primordial, tornou o útero negro o alvo da violência colonial perpetuada pela necropolítica no sistema colonial moderno, fazendo com que os temas do direito reprodutivo sejam as principais causas de morte (evitáveis) de mulheres negras.

Enquanto corpos femininos são controlados para a manutenção da família legítima, outros passam a ser os responsáveis pela explosão demográfica, e, com isso, uma hierarquia reprodutiva é institucionalizada e “enquanto as mulheres de minorias étnicas são constantemente encorajadas a se tornarem inférteis, as mulheres brancas que gozam de condições econômicas prósperas são incentivadas, pelas mesmas forças, a se reproduzir” (DAVIS, 2016). Assim, seguindo a lógica ocidental de correspondência entre atributos biológicos e funções sociais, o útero de pessoas negras e indígenas torna-se alvo da necropolítica e território privilegiado de aniquilação das populações negras e ameríndias, uma hipótese para o fato de o tema do aborto não ser abordado como uma questão de saúde pública, uma vez que a morte e mutilação dos corpos de mulheres negras fazem parte do projeto necropolítico.

Para as mulheres negras, o racismo como dispositivo atravessa suas relações interpessoais e afetivas e interfere nas práticas de saúde, dificultando o acesso a uma atenção integral e potencializando situações de violência e vulnerabilidades (GOES et al., 2020). Dessa forma, as mulheres negras são as maiores vítimas da violência obstétrica,

da mortalidade materna, da criminalização do aborto, de políticas de esterilização involuntária, entre outras. Uma vez que suas capacidades reprodutivas são controladas, os corpos são territórios de ações violentas de mutilações e de extermínio das próprias pessoas com capacidade de gestar, assim como o controle e extermínio desses corpos inscreve, por conseguinte, mulheres e homens de cor sob o signo da morte antes mesmo de seu nascimento.

Mbembe desnaturaliza a morte não lamentável, comum à política de morte inserida pelo colonialismo, ao elucidar que o “poder necropolítico opera por um gênero de reversão entre vida e morte, como se a vida não fosse o médium da morte. Procura sempre abolir a distinção entre os meios e os fins. Daí sua indiferença aos sinais objectivos de crueldade” (MBEMBE, 2017, p.65). O fato de o aborto inseguro ser uma das principais causas de mortes maternas no Brasil e a naturalização de óbitos e de violências a que mulheres e pessoas que gestam são submetidas quando decidem interromper gestações por conta da criminalização é uma forma de atuação do poder necropolítico.

Entender a morte cruel e violenta como uma criação da cultura ocidental, permite também negá-la, assim como a outras construções do pensamento europeu, como, por exemplo, a invenção do homem e da mulher. A colonialidade do ser opera introduzindo a lógica colonial na própria experiência e concepção de subjetividade da colonizada.

A condenada surge como criadora quando a atitude decolonial pautada pela estética e espiritualidade reaviva sentidos de conexão como resposta a um mundo que separa, reduz e nega tudo aquilo que lhe é estranho aos olhos (MALDONADO-TORRES, 2020). Dessa forma, o movimento político pelo “bem viver” apresenta-se como resistência contra a colonialidade. Segundo Quijano (2014), bem viver é provavelmente uma das formulações mais antigas das lutas indígenas contra a colonialidade do poder. Esse movimento, caro à militância negra e indígena brasileira, é sublinhado nesta tese como giro decolonial estético com base nas discussões sobre as traduções para o espanhol entre os termos originados nas variedades da língua quéchua do norte do Peru e do Equador, que seria traduzido para o espanhol como *bien vivir*; e o quechua do sul do Peru e da Bolívia, traduzido como *buen vivir*. A questão entre as duas formas estaria entre as minúcias semânticas existentes entre “boa maneira de viver” e “viver bonito”. De toda forma, o que o movimento político pelo bem viver reivindica, de forma complexa, é a possibilidade da existência social, com seu próprio horizonte de sentido, radicalmente

alternativa a colonial modernidade (QUIJANO, 2014), e a existência enquanto pessoa criadora e criativa, munida de subjetividade.

Um dos pontos mais complicados presentes na discussão sobre aborto no Brasil refere-se à moralização que transpassa as questões sexuais dos corpos dissidentes. Essa discussão degencializa as mulheres e pessoas capazes de gestar quanto a suas escolhas reprodutivas e possui um aspecto calcado na experiência sexual dessas pessoas. A concepção de sexo com a finalidade exclusiva de reprodução faz com que mulheres (assim como pessoas pertencentes a minorias sociais como um todo) sejam negadas ao prazer e, conseqüentemente, estejam sujeitas a diversas violências patriarcais.

Nkiru Nzegwu (2011) ao apresentar o conceito de oxunalidade, ou erotismo africano, enquanto filosofia de sexualidade integrada e positiva, ressalta que o ato sexual não possui a concepção e o nascimento enquanto questões centrais, mas como possibilidades adjacentes ao prazer, este sim, o princípio centralizador da copulação. “Mel de Oxum” é o nome metafórico dado à força criativa que emerge do princípio do prazer, e, desta forma, a oxunalidade normaliza o princípio do prazer e do erótico, fundamentais para o bem viver das pessoas. Deste modo, procuro, amparada pela concepção da matripotência enquanto articulação entre epistemologia iorubá e a instituição sociopolítica *Ìyá* proposta pela socióloga nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (2016) encontrar, no espelho do Oxunismo, um distanciamento da colonialidade da visão, do sentido e do prazer enquanto giro decolonial estético e espiritual para abordar as questões sobre aborto na vida de brasileiras.

Ainda que inicialmente apresentado como giro decolonial estético e espiritual, é imprescindível sublinhar que, para muitas sociedades africanas e ameríndias, não há separação entre epistemologia, artes e espiritualidade, como nas sociedades ocidentais europeias. O desafio da pesquisa amparada em pensamentos fora do cânone colonial envolve a abertura para a alteridade e a constante vigília, procurando evitar cair no reducionismo de traduzir o que não dominamos por meio da comparação com noções hegemônicas. Recorrer à instituição iorubá *Ìyá* é uma das possibilidades, entre tantas outras, de contrariar a concepção de que gênero é uma organização social e natural em que a dominação masculina é uma expressão natural da divisão de gêneros.

Como já apresentado neste trabalho, a categoria “mulher” é uma criação colonial baseada no dimorfismo sexual do corpo humano como fundamento para compreender como os corpos são entendidos no mundo social. Gênero é, portanto, nos domínios

ocidentais, uma criação social hierarquicamente organizada em categorias opostas e binárias, em que o macho é superior e dominante, e na qual a fêmea é subordinada e inferior. A partir dessa perspectiva, maternidade é uma instituição genderificada e a categoria “mãe” é corporificada por mulheres que são esposas, subordinadas e relativamente marginalizadas socialmente (OYĚWÙMÍ, 2016). Estes conceitos, tomados por naturais e universais, eram estranhos às sociedades iorubás, ameríndias e tantas outras fora do eixo eurocentrado e precisam ser abdicados para que consigamos compreender a categoria socioespacial *Ìyá* enquanto instituição social como uma possibilidade epistemológica de leitura não genderificada.

A fim de evitar comparações com as categorias coloniais “mulher” e “homem”, Oyèrónké Oyèwùmí (1997) adota a nomenclatura “anafêmea” e “anamacho”, para se referir às múltiplas identidades que, antes do colonialismo, não eram pautadas na anatomia. Enquanto a família nuclear ocidental é genderificada e a noção de mulher se torna a definição de esposa, a família tradicional iorubá do sudoeste da Nigéria é organizada pela senioridade e não pelo gênero (OYĚWÙMÍ, 2020). O dito popular “antiguidade é posto”, popularmente conhecido no Brasil, que é possível ser encontrado como princípio norteador tanto de casas de famílias das periferias do país, quanto em terreiros religiosos de matrizes afro-brasileiras, ilustra a organização gerenciada pela idade dos integrantes daquelas comunidades - uma herança ancestral viva de nossas raízes africanas e indígenas e que nos aproxima da proposta epistemológica da socióloga. Na família tradicional pré-colonial iorubá não há um termo específico que diferencie menino de menina e em um primeiro momento as crianças são chamadas “*omo*”, que a autora opta por traduzir como “rebento”. Em relação a “marido” e “esposa”, ela apresenta as nomenclaturas “*oko*” e “*yawo*”, ambas, contudo, abrangem tanto as anafêmeas quanto os anamachos, e a diferença entre uma e outra se dá porque “*oko*” designa pessoas que nasceram membros de uma família e “*yawo*” são as pessoas que se tornaram membros da família após o casamento. Neste caso, a hierarquia se baseia no laço sanguíneo e “*oko*” é superior a “*yawo*”, mas é possível que “*oko*” seja tanto anafêmea quanto anamacho. Por ser baseada no princípio da ancianidade e dos laços sanguíneos, “os relacionamentos são fluidos e os papéis sociais são situacionais, colocando continuamente os/as indivíduos/as em funções variáveis, hierárquicas e não hierárquicas, a depender do contexto” (OYĚWÙMÍ, 2020. p.177).

Segundo a autora, se há alguma identidade que defina as mulheres é a posição de mãe e as relações familiares são organizadas em torno dela. O grupo doméstico é organizado em unidades de mãe-filhas/os. As pessoas que nascem de uma mesma mãe são chamadas *omoya*, que significa irmãs/os de ventre. “A experiência compartilhada definidora que une as/os *omoya* em lealdade e em amor é o ventre da mãe” (OYĚWÙMÍ, 2020. p.178) e transcende gênero. Primas e primos matrilineares também são *omoya*, e mesmo que não compartilhem a mesma casa, são mais próximos do que irmãs/os filhas/os do mesmo pai e que vivem juntas/os, destacando a maternidade como instituição e como experiência dentro de uma cultura.

A fim de evitar a carga colonial contida em “mãe” e, conseqüentemente, em “maternidade”, Oyěwùmí opta por não traduzir *Ìyá*, ressaltando, desse modo, a compreensão iorubá da categoria socioespiritual que não deriva das noções de gênero social. A autora evita usar pronomes genderificados e, na língua inglesa optou por utilizar *they* ou *them* para referir-se a *Ìyá*. Contudo, a língua portuguesa canônica não permite tal relação, pois o plural em terceira pessoa também é genderificado, o que torna particularmente desafiador dissertar em português sobre princípios que não são norteados por gênero. *Ìyá* é o âmago do sistema baseado na ancianidade e simboliza a matripotência:

Matripotência é o poder, espiritual e material, que deriva do papel procriativo de *Ìyá*. A eficácia de *Ìyá* é ainda mais significativa quando assumida em relação a sua prole. O *ethos* matripotente expressa o sistema de ancianidade no qual *Ìyá* ocupa a posição de mais antiga em relação a sua prole. Uma vez que todas as pessoas possuem uma *Ìyá*, e que todas nasceram de uma *Ìyá*, não há posto maior e mais antigo que o de *Ìyá* (OYĚWÙMÍ, 2016 p. 58).⁶

Portanto, *Ìyá* e sua prole são a unidade social fundamental na sociedade iorubá. *Ìyá* é o arquétipo humano do qual toda a sociedade deriva. A prole é, fundamentalmente, em primeiro lugar, nascida, espiritual e fisicamente de sua *Ìyá*. *Ìyá* é a entidade que gesta e que pari uma alma já existente, e esse processo é mais espiritual do que biológico. Inclusive, todos, anafêmeas e anamachos, escolhem espiritualmente sua *Ìyá*. Processo identificável nas práticas de espiritualidade afro-brasileiras, nas quais as pessoas, ao se iniciarem, nascem e entram para uma família espiritual. Ao entrarem para essa família,

⁶ No original: Matripotency describes the powers, spiritual and material, deriving from *Ìyá*'s procreative role. The efficacy of *Ìyá* is most pronounced when they are considered in relation to their birth children. The matripotent *ethos* expresses the seniority system in that *Ìyá* is the venerated senior in relation to their children. Since all humans have an *Ìyá*, we are all born of an *Ìyá*, no one is greater, older or more senior to *Ìyá*.

muitas delas entram como *yawo*⁷, e estão vinculadas à potência de *Íyá*, que ocupa a posição mais alta dentro do princípio organizador de ancianidade. *Íyá* passa a fazer parte de como essa pessoa se situa no mundo, de como age eticamente e é uma força para qual essa pessoa se volta. Essa pessoa, contudo, também pode vir a ser *Íyá* para sua própria prole um dia, mas ela só se torna *Ìyá*, porque é a prole de outra *Ìyá*.

Neste sentido, percebe-se a força cocriadora e expansiva de *Ìyá*. *Ìyá* não é meramente um corpo, uma vez que a compreensão espiritual é primordial para entender essa instituição. Em *Ìyá* está a força criadora e procriadora e porque todas e todos nascemos de *Ìyá* também herdamos sua força artística, que é o trabalho diário de nutrir a vida. O Oxunismo, conceito baseado em Oxum, orixá da fertilidade, da criatividade - que perpassa as artes e as ciências - e da prosperidade, é central para a matripotência. A informação mais importante sobre Oxum, no entanto, é que ela não é anafêma ou mulher, é que ela é *Ìyá*. O poder de Oxum é fundado no papel de deidade procriadora e de *Ìyá*. Oxum é a *Ìyá* primordial (OYĚWÙMÍ, 2016).

Ressalto, mais uma vez, que *Íyá* não é uma categoria genderificada e não está em oposição a pai. Portanto, a parentalidade é entendida como uma categoria social e não individual em primeira instância. Patrícia Hill Collins (2019) discute a maternidade de mulheres negras em diáspora como instituição dinâmica e dialética, pontuando a importância da agência dessas mulheres como fundamental para determinar sua relação com a maternidade. A matripotência apresentada por Oyěwùmí (2016) é facilmente encontrada nas redes de mulheres negras organizadas comunitariamente para a criação de suas proles. Essas práticas persistem mesmo sob novas pressões sociais capitalistas e individualistas. “Avós, irmãs, tias e primas atuam como mães de criação, assumindo responsabilidades pelos cuidados dos filhos e das filhas de outras mulheres” (COLLINS, 2019, p. 299). Também é possível encontrar relatos de relações permeadas pela matripotência em sociedades indígenas brasileiras, como para as sociedades yanomami, em que na terminologia de parentesco, as irmãs da mãe são “mães” (KOPENAWA; ALBERT, 2015). As redes matripotentes de apoio vão contra os valores básicos capitalistas, ao dedicarem-se gratuitamente na criação de pessoas fora do núcleo familiar de base ocidental.

⁷ Yawos podem ser tanto mulheres quanto homens, mas nem todas as pessoas que são iniciadas nos cultos dos candomblés conhecidos como aqueles de nação ketu ou nagô o são como yawo. Essa discussão merece um aprofundamento e detalhamento que não serão abarcados neste trabalho por extrapolarem o objetivo principal desta tese.

Por outro lado, é importante estar atenta para não romantizar maternidades marcadas pelo autossacrifício e pela exploração. Por isso, é fundamental atentar-se ao entrecruzamento de opressões que agridem a experiência de mulheres negras com suas escolhas reprodutivas, e que a agência dessas mulheres é fundamental para determinar sua relação com suas escolhas e é garantia da sobrevivência coletiva. Isso envolve a junção do conceito de oxunalidade enquanto preconizador do prazer, ou seja, do bem viver, ao princípio de matripotência presente nas redes de apoio e na insurgência das participantes enquanto criadoras.

Os conceitos de Justiça Reprodutiva, oxunalidade e matripotência amparam este trabalho por oferecer possibilidades de compreensão dos temas ligados à reprodução como questões coletivas que requerem o engajamento comunitário e social. Se no mito ocidental Narciso perde-se em sua própria imagem, não seriam as epistemologias ocidentais capazes de nos proporcionar compreensão de enfrentamento a injustiças sociais criadas por ela mesma. Recorro, então, a Oxum enquanto força e perspectiva filosófica, que em seu *abebé* não mira a si, mas reconhece refletida a imagem de toda sua prole, garantindo-nos a força criadora de vida. Portanto, o oxunismo e a matripotência, assim como o princípio da oxunalidade enquanto energia vital, oferecem para esta tese uma contribuição em matéria de epistemologias externas ao sistema de gênero ocidental, e a instituição *Ìyá* permite-nos compreender decisões que envolvam gestar e criar pessoas como uma categoria social e não individual, na qual sustento que advogar pela garantia dos direitos reprodutivos não significa uma aversão ao gesto reprodutivo, mas o entendimento de que cabe à *Ìyá*, e somente a ela, a decisão por sua prole, e que a responsabilidade de garantir os meios adequados para o respeito dessa decisão é comunitária, coletiva e social, assim como deve ser princípio coletivo a garantia do bem viver para que as mulheres possam gozar do mel de Oxum (NZEGWU, 2011). O Oxunismo é o convite para o giro estético decolonial, uma vez que “a estética decolonial tem também esse caráter: liga e interliga, conecta e reconecta o eu consigo mesmo, o conhecimento com as ideias, as ideias com as questões, as questões com os modos de ser” (MALDONADO-TORRES, 2020).

2.3 Justiça Reprodutiva e Giro ativista

Um conjunto de mudanças ocorridas no Brasil no século XX permitiu que os movimentos de mulheres colocassem em pauta valores e ideais como o acesso à educação

e o reconhecimento e crescimento profissional, mas, também, a luta pelo direito de escolha sobre o (não) exercício da maternidade. Reivindicações sociais amparadas na compreensão da intersecção de opressões evitam o racismo por omissão, comumente praticado pelo feminismo universalista civilizatório (VERGÉS, [1952] 2021), que ao se remeter à “mulher” como categoria universal, compreende apenas as mulheres brancas abastadas e suas agendas. O racismo por omissão, segundo Lélia Gonzales (2018), é “um dos aspectos da ideologia do branqueamento que, colonizadamente, nos quer fazer crer que somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental, eurocêntrico”. A luta pelos direitos sexuais e reprodutivos também enfrenta o desafio da vigilância para escapar ao racismo estrutural e institucional, procurando evitar a leitura do patriarcado apenas enquanto opressão das mulheres pelos homens, como alerta Paredes (2010) em crítica ao feminismo universalista que quando

partem do fato de que todos os homens são iguais e todas as mulheres são iguais, encobrem as relações de classe entre as mulheres, as relações racistas entre as mulheres, as relações lesbofóbicas entre as mulheres, as relações coloniais entre as mulheres, as relações imperialistas entre as mulheres⁸ (p.118).

Segundo Ana Reis (2010), na década de 1970, feministas brasileiras articularam-se em torno da saúde, questionando a medicalização das práticas reprodutivas, da gestação, da anticoncepção, do parto e do abortamento. A medicina passa, então, a ser identificada como um dos pilares do patriarcalismo, assim como a igreja. Em 1983, o Ministério da Saúde lançou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), iniciativa que apresentava pela primeira vez uma proposta de atenção à saúde que via as mulheres em sua integralidade. Após o fim da ditadura militar, movimentos de mulheres passaram a ter uma atuação pública e comunitária mais efetiva e, “a partir dos anos de 1980, o fenômeno da ‘onguização’ dos movimentos sociais atingiu particularmente os grupos de saúde, cuja capacidade de visibilização e vocalização tinham sido potencializadas pelas suas articulações com o PAISM e os conselhos de direitos da mulher” (REIS, 2010 p.80). Contudo, o controle da fertilidade das mulheres moradoras dos continentes americanos, africano e asiático aproximou feministas dos interesses eugenistas e imperialistas:

⁸ No original: *Parten de que todos los hombres son lo mismo y todas las mujeres son lo mismo, encubren las relaciones de clase entre mujeres, las relaciones racistas entre mujeres, las relaciones lesbofóbicas entre mujeres, las relaciones coloniales entre mujeres, las relaciones imperialistas entre mujeres.*

A contracepção interessa a mulheres e a controlistas. Não pelas mesmas razões. Mulheres procuram controlar sua fertilidade, individualmente. Controlistas eugênico/ imperialistas objetivam impedir a existência das populações não brancas, em países ricos em recursos naturais. Classes dominantes brancas não admitem a mais remota possibilidade de serem minorias étnicas/raciais em “seus” países (REIS, 2010 p.81).

A elaboração das pílulas anticoncepcionais para mulheres contou com a efetiva participação de Margareth Sanger, militante feminista pelo controle de natalidade, mas promotora de políticas racistas, eugenistas e xenofóbicas. Feministas brasileiras das décadas de 1970 e 1980, empenhadas na luta pelo controle da sexualidade e da fertilidade pelas mulheres, constataram a atuação de redes controlistas no país desde 1960 e denunciaram, junto ao Ministério da Saúde, os programas de controle da população e os efeitos de contraceptivos que eram distribuídos sem esclarecimentos sobre riscos e cuidados com as repercussões sobre a saúde das mulheres, resultando em uma esterilização em massa que impactou demograficamente o país. Porém, ao denunciarem as esterilizações em massa, as feministas brancas não se atentaram ao racismo que impulsionou o processo.

Fanon (1980) apresenta o racismo como um elemento cultural e em constante renovação. Com isso, o popular racismo biológico, enquanto reconhecimento da existência do outro, que procurava se explicar por meio de um “primitivismo intelectual e emocional”, tende a desaparecer, ainda que possa emergir eventualmente, dando lugar a uma argumentação mais elaborada. “Este racismo que se pretende racional, individual, determinado, genotípico e fenotípico, transforma-se em racismo cultural. O objeto do racismo já não é o homem particular, mas uma certa forma de existir” (FANON, 1980, p. 36). Os controlistas, portanto, procuraram novas formas de atuação e focaram na melhoria da qualidade de aceitação dos métodos e da continuidade de sua utilização pelas mulheres, criando o conceito de “saúde reprodutiva”, em 1984, que, logo após, foi associado ao de “direitos sexuais e reprodutivos”, adotado oficialmente na Conferência do Cairo, em 1994. Os programas de “planejamento familiar” deixaram de ser coercitivos e passaram a se atentar à qualidade de atenção no acompanhamento das mulheres. Os grupos pela descriminalização do aborto passaram a ser apoiados pelos controlistas e pelo poder médico, mas cada um por motivos diferentes, levantando o questionamento sobre quem controla o aborto nos países em que se é descriminalizado e se a legalidade garantiria o direito em definitivo. O biopoder também é facilmente percebido em outros temas que envolvem a reprodução, como por exemplo, quando as bases teóricas das Novas

Tecnologias Reprodutivas conceptivas foram consolidadas na Alemanha nazista, em 1942, “visando tratar arianas inférteis, mas as “pesquisas” foram feitas em judias dos campos de concentração” (OLIVEIRA, 2001. p.109).

O movimento contemporâneo de mulheres negras no Brasil emerge da luta feminista e antirracista da década de 1970, compreendendo as especificidades indissociáveis enfrentadas por ser mulher e negra no país. Foram as feministas negras que, em 1990, denunciaram o controle demográfico da população negra, ao lançarem a Campanha Nacional Contra a Esterilização em Massa de Mulheres Negras, e encabeçaram o combate à violência sexista e racial (ROLAND, 1995). O Geledés - Instituto da Mulher Negra - organizou o Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras em agosto de 1993, objetivando a unificação de propostas sobre a temática, expressa na Declaração de Itapeverica da Serra das Mulheres Negras, apresentada ao governo brasileiro e na Conferência do Cairo. Na declaração, uma crítica ao papel do Estado é lançada, demandando

ao Estado a tarefa de garantir as condições necessárias para que os brasileiros, as mulheres, e em particular as mulheres negras, possam exercer a sua sexualidade e os direitos reprodutivos controlando a sua própria fecundidade para ter ou não ter os filhos que desejam, garantindo acesso a serviços de saúde de boa qualidade de atenção à gravidez, ao parto e ao aborto (RIBEIRO, 1995).

A Conferência sobre População e Desenvolvimento – CIPD - das Nações Unidas, ocorrida no Cairo, Egito, em 1994, reuniu 179 países que participaram da criação de um plano de ação que representa um marco para os direitos das mulheres. Após a Conferência do Cairo, mulheres afro-americanas cunharam o conceito de “Justiça Reprodutiva”, lançado posteriormente, em novembro de 2003, na conferência nacional do Coletivo *SisterSong Women of Color Reproductive Justice* quando ganhou projeção (ROSS, 2011). O termo não é um substitutivo para “direitos reprodutivos” ou “direitos sexuais”, mas se apresenta enquanto teoria e prática, uma vez que o

conceito estrutural de Justiça Reprodutiva analisa como a habilidade de cada mulher de determinar seu próprio destino reprodutivo está conectada diretamente às suas condições na comunidade em que está inserida – essas condições não são apenas uma questão de decisão individual e de acesso (ROSS, 2007)⁹.

⁹ No original: *The Reproductive Justice framework analyzes how the ability of any woman to determine her own reproductive destiny is linked directly to the conditions in her community—and these conditions are not just a matter of individual choice and access.*

O conceito de Justiça Reprodutiva é essencial para ampliar o olhar sobre direitos reprodutivos ao relacioná-los à justiça social e aos direitos humanos. Para que mulheres negras e indígenas, por exemplo, exerçam seus direitos reprodutivos, é preciso que outros direitos básicos sejam garantidos. Portanto, a Justiça Reprodutiva é definida como “o direito humano de se manter a autonomia corporal pessoal, de ter filhos e de não ter filhos, e de educar os filhos que temos em comunidades seguras e sustentáveis” (SISTERSONG, 2020). A liberdade de decisões sobre nossos corpos e nossa sexualidade e reprodução depende diretamente do acesso a recursos materiais, sociais e políticos que estão distribuídos de forma desigual e injusta na sociedade, afetando as mulheres, suas famílias e comunidades (COLETIVO MARGARIDA ALVES, 2020). As mulheres negras e empobrecidas são as vítimas recorrentes da violência obstétrica, do abortamento inseguro, da esterilização involuntária, e, quando sobrevivem a todas essas agressões, são vítimas secundárias do Estado ao terem seus filhos como alvos preferidos da necropolítica que mata, encarcera e violenta prioritariamente os corpos dos jovens negros.

Baseada na realização e na proteção dos direitos humanos das mulheres, a Justiça Reprodutiva abarca o completo bem-estar físico, mental, espiritual, político, social e econômico das mulheres e meninas. Amplia a concepção de respeito pela individualidade e privacidade ao incluir a luta pelo suporte social que garante que as decisões pessoais sejam realizadas em plenitude. Para que as decisões sobre suas vidas sejam respeitadas, exigem que duas¹⁰ condições mínimas sejam garantidas pelos estados: segurança e acesso. Autonomia reprodutiva é um aspecto central para a Justiça Reprodutiva e é entendida como a habilidade de uma mulher controlar sua vida reprodutiva e, para que essa autonomia seja alcançada, é preciso que haja acesso a abortos seguros, à educação sexual efetiva, à liberdade contra o sexo forçado, a opções de controle de natalidade que levem em conta a vida e a saúde de cada mulher, além da oferta a todas as mulheres daquilo que elas precisam para ter e criar seus filhos e filhas com dignidade (FRIED; YANOW, 2007).

O conceito de Justiça Reprodutiva ampara este trabalho por oferecer uma visão ampliada da luta pela descriminalização do aborto que, tomada de forma isolada, reforça práticas racistas que não consideram as questões enfrentadas pelas mulheres negras: por

¹⁰ No texto original são três: “*Our options for making choices have to be safe, affordable and accessible*”. Porém, optei por reduzir a dois levando em conta que “acesso” em língua portuguesa pode compreender tanto o plano econômico quanto outras esferas, como acesso à informação e a instituições.

estarem mais expostas ao aborto inseguro, por serem as que mais sofrem violência obstétrica no serviço de saúde para a finalização e complicações do abortamento - tanto provocado quanto espontâneo, por sofrerem mais ameaças de denúncia à polícia quando procuram os serviços de saúde, por serem as mais criminalizadas, por apresentarem mais dificuldades institucionais na internação hospitalar, etc. (GOES, 2019). Por outro lado, a Justiça Reprodutiva oferece a possibilidade de compreensão do abortamento, assim como da maternidade, como questão coletiva e que requer o engajamento comunitário e social.

Ao concebermos a noção de cuidado associada à saúde como o direito de ser de cada cidadã/o em toda a sua complexidade, percebemos que práticas de tratamento, de acolhimento, de respeito e de amparo da pessoa em sofrimento são práticas políticas de garantia de integralidade que possibilitam novos arranjos sociais e institucionais em saúde como direito de cidadania para todas as pessoas (PINHEIRO & GUIZARDI, 2008). Práticas de cuidado no cotidiano podem potencializar ações emancipatórias e as relações de cuidado oferecidas pelas redes de apoio podem possibilitar às mulheres a realização de suas escolhas reprodutivas quando o Estado fracassa em ofertar saúde como um estado de harmonia entre as mulheres e suas próprias realidades. Partindo desse pressuposto, as redes de apoio que acompanham as mulheres na realização de um aborto, assim como as mães de criação e outras pessoas da comunidade que apoiam a maternidade como um projeto coletivo, são peças fundamentais para a negação da colonial modernidade que, pautada em princípios capitalistas e individualistas, procura minar a agência de mulheres em relação a suas decisões reprodutivas. Além disso, a Justiça Reprodutiva apresenta-se como giro decolonial ativista por partir de mulheres negras para mulheres negras como agentes de mudança. “A agência do condenado é definida pelo pensamento, pela criação e pela ação, de um modo que busque trazer juntas as várias expressões do condenado para mudar o mundo” (MALDONADO-TORRES, 2020). Dessa maneira, quando as mulheres decidem por um aborto e estabelecem vínculos de apoio para a garantia da decisão, assim como apoiam outras mulheres na luta pelo respeito da decisão de forma digna e afetuosa, como é o caso das participantes desta tese, essas mulheres posicionam-se como agentes de mudança capazes de enfrentar um sistema estruturado no impedimento e na condenação de suas escolhas reprodutivas.

3. PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

3.1 Estudos Críticos do Discurso

O termo “Análise de Discurso Crítica” aparece pela primeira vez em 1985, no *Journal of Pragmatics*, evocado por Norman Fairclough, precursor e autor de livros norteadores da área. A importância de Fairclough se dá pela criação de um método para o estudo crítico do discurso e por enaltecer o papel de linguistas para as pesquisas em ciências sociais e sobre mídia (MAGALHÃES, 2005), oferecendo análise linguística como um parâmetro para a análise social, e para a ciência social um olhar sobre o papel da linguagem (MELO, 2018). Chouliaraki e Fairclough (1999) defendem que as pesquisas em ADC devem incidir sobre problemas práticos da vida, e Viviane Vieira (2020, p. 14) reforça que enquanto crítica, deve:

trazer à luz tanto processos sociodiscursivos ideológicos, com potencial para manter relações de dominação características do sistema mundial capitalista-patriarcal (de hierarquização de valor de raça, etnia, territorialidade, gênero social, sexualidade, classe econômica, capacidades físicas e mentais, idade/geração etc.), quanto para lançar luzes sobre processos sociodiscursivos contraideológicos, que, partindo da conscientização dos primeiros, avançam em direção a práticas sociais de leitura-escrita-escuta-oralidade transformadoras, potencialmente capazes de ajudar a superar tais relações de dominação (Vieira, 2020, p. 14).

A Análise de Discurso Crítica - ADC é, então, “uma abordagem científica interdisciplinar para estudos críticos da linguagem como prática social” (RAMALHO & RESENDE, 2011). A desconstrução ideológica de textos que integram práticas sociais pode intervir de algum modo na sociedade, a fim de desvelar relações de dominação. Fairclough (2001) explica que a abordagem crítica implica, por um lado, mostrar conexões e causas que estão ocultas e, por outro, intervir socialmente para produzir mudanças que favoreçam àquelas/es que possam se encontrar em situação de desvantagem. Segundo Wodak (2004), a ADC “almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso)” ou, nas palavras de Resende (2020), em análise de discurso crítica, partindo de dados de linguagem, podemos chegar a discutir, em profundidade, problemas sociais.

Apesar da ampla adoção da nomenclatura Análise de Discurso Crítica (ADC) ou Análise Crítica do Discurso¹¹(ACD), Teun A. Van Dijk (2020) sugere a mudança terminológica para Estudos Críticos do Discurso (ECD). A sugestão da mudança é uma forma de reforçar que os estudos discursivos, em geral, não constituem um método de análise do discurso específico, mas constituem um domínio transdisciplinar de práticas acadêmicas que demanda atenção especial para os objetivos e para o contexto de pesquisa, a fim de orientar a escolha de quaisquer métodos de pesquisa que possam ser relevantes. Os estudos do discurso são comumente referenciados a produções acadêmicas inauguradas na Europa, tendo como linhagens centrais as francesa e britânica. A segunda cobrando a si a maternidade dos estudos críticos e posicionados contra desigualdades sociais e relações de poder. Porém, a América Latina como um todo, que também possui uma história consolidada com os Estudos Críticos do Discurso, tem oferecido propostas de mudança de paradigma por novos ideais políticos e sociais que partem do campo acadêmico (PARDO ABRIL, 2007). Os Estudos Críticos do Discurso a partir e para a América Latina “são uma maneira de entendermos melhor a nós mesmos”¹² (PARDO ABRIL, 2007, p.9).

Viviane Resende (2017), com base nos estudos de decolonialidade latino-americanos, questiona a produção acadêmica dos Estudos Críticos do Discurso que toma como base válida e universal a produção de conhecimento acadêmico a partir dos centros hegemônicos, no caso da Análise de Discurso, geográfica e hegemonicamente situados entre França, Inglaterra e Estados Unidos. Sua reivindicação não é de que neguemos as escolas e os métodos apresentados e nos quais ela mesma, enquanto uma das principais analistas de discurso crítica no Brasil, pauta-se. Sua proposta é de ampliação, a fim de que não reproduzamos a colonialidade do saber, do poder e, conseqüentemente, do ser, ao recorrermos como base epistemológica apenas a produções acadêmicas euro-estadunidense, uma vez que nos situemos enquanto pesquisadoras latino-americanas, mais precisamente brasileiras. Sua proposta é de descolonizar também os Estudos Críticos do Discurso a partir do questionamento: “Como podemos tornar o conhecimento que produzimos mais útil para a superação dos abusos de poder?” (RESENDE, 2017, p. 28). Laura Pardo (2010) é categórica ao afirmar que a análise que tomar unicamente os

¹¹ Magalhães (2005) sugere a utilização do termo Análise de Discurso Crítica-ADC, por reconhecer a já consolidada tradição de estudo do discurso no Brasil.

¹² No original: los ECD son una manera de entendernos mejor a nosotros mismos.

modelos teóricos e a bibliografia originária dos centros hegemônicos não é suficiente para uma compreensão dos fenômenos discursivos latino-americanos, uma vez que os fenômenos são validados no mundo social. Viviane Vieira, ao sistematizar, sugere que

O que nos une como um campo de estudos, arrisco dizer, é o afeto, o coração: a coragem de acreditar nas pessoas, na vida como um todo e na transformação social; a coragem da crítica como arte de fazer-se crítica; a coragem para criticar os próprios limites da Linguística tradicional e dialogar transdisciplinarmente com as Ciências Sociais, a Filosofia, as Artes, a Educação, a Comunicação, a Administração, a Saúde e tantos outros campos de diálogo(...); e, mais notável ainda, a coragem de criticar a si mesma no processo de expandir-se para além dos fundamentos europeus e de responder a demandas sociais locais pela crítica situada de desigualdades e de relações de exploração que sustentam o sistema mundial norte-americano-capitalista-patriarcal também pela linguagem em uso/discurso (VIEIRA, 2020 p. 14).

A relevância de Fairclough para os estudos críticos do discurso se dá por sua proposta de elaboração de uma teoria articulada a métodos analíticos de textos. Os modos de significado do discurso foram inicialmente propostos pelo autor e aprimorados ao longo de suas obras e, como sua proposta era de uma teoria-método, ele primeiro apresentou um conceito de discurso que denominou tridimensional, que, revisado para a proposta relacional-dialética, originou a crítica explanatória. Em trabalho conjunto, Chouliaraki e Fairclough (1999) definem discurso como uma dimensão das práticas sociais. Para a autora e para o autor, “o discurso é uma dimensão das práticas sociais, que seriam constituídas também por elementos não discursivos, como as crenças, valores, desejos, instituições e relações sociais” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 29). Nesta concepção, discurso é, portanto, um modo de agir sobre o mundo, de representar e de identificar. Sendo assim, o discurso, como momento da prática social, articula dialeticamente três modos principais de como construímos significados:

Nós agimos e interagimos no mundo, por meio de gêneros discursivos, nas relações de poder que nos constituem como agentes atuando com pessoas e sobre elas; também representamos e projetamos o mundo por meio de discursos particulares, nas representações/saberes que nos constituem como agentes de conhecimento, e, por fim, nos identificamos e identificamos a outrem e ao mundo, por meio de estilos, nas relações éticas que constituem nossos agenciamentos como seres de ação moral (VIEIRA, 2020 p. 13).

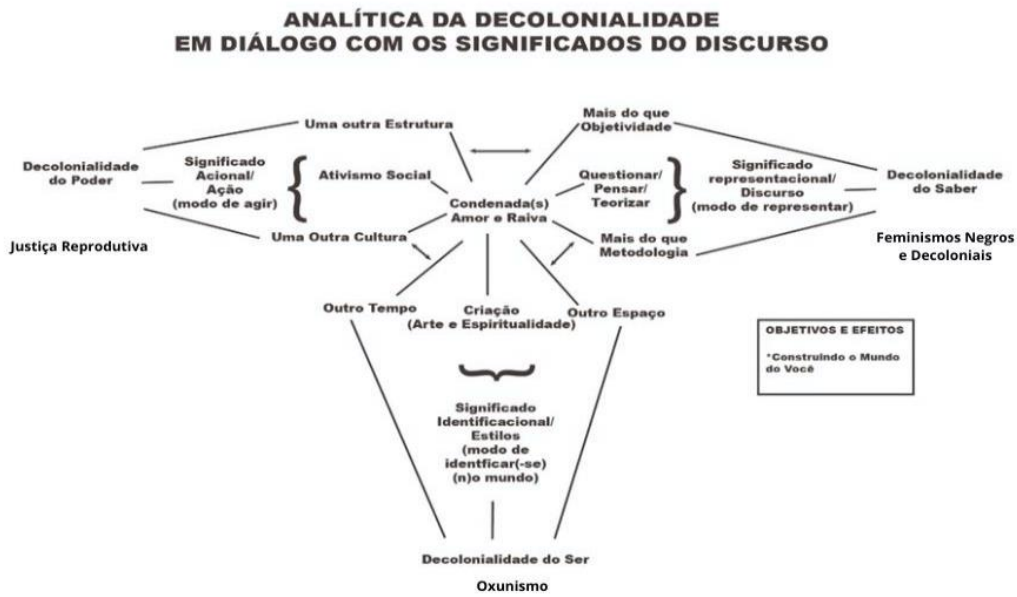
Reivindicando que tornemos o conhecimento produzido mais útil para a superação dos abusos de poder, Resende (2020) propõe a articulação dos Estudos Críticos do Discurso aos estudos decoloniais:

Reconhecer a conexão entre a colonialidade do poder e os gêneros discursivos de nossa ação, entre a colonialidade do saber e os discursos que nos permitem compreender as práticas, e entre a colonialidade do ser e os estilos com os quais nos identificamos (e, obviamente, o papel do discurso no trabalho ideológico que sustenta esse tripé) é já uma contribuição dos estudos discursivos críticos à discussão em torno da decolonialidade (VIEIRA, 2020. p.36).

Se a articulação entre os Estudos Críticos do Discurso e os estudos decoloniais latino-americanos é uma contribuição para a compreensão das práticas em torno da análise da colonialidade, e tomando como base o entendimento de que uma das etapas da pesquisa fundamentada no arcabouço teórico-metodológico dos Estudos Críticos do Discurso corresponde a investigações sobre o problema na prática e às possibilidades de mudança, de superação dos obstáculos e a contribuição para questões de emancipação social (RAMALHO & RESENDE, 2011), proponho neste trabalho a articulação da análise da decolonialidade aos Estudos Críticos do Discurso como possibilidade de giro decolonial, amparada na tríade de atitudes decoloniais esboçadas por Maldonado-Torres (2020), que, por sua vez, é influenciado por Frantz Fanon, conforme discutido no capítulo suporte teórico desta tese.

No livro “Decolonizar os Estudos Críticos do Discurso”, Resende (2019) elabora um mapa ontológico do funcionamento da linguagem em diálogo com o giro decolonial, no qual destaca as estruturas sociais de classe, gênero, sexualidade, raça e etnia enquanto instituições ordenadoras das práticas sociais e do potencial de significação. Esse mapa é importante para compreender as práticas sociais na inter-relação de seus elementos constitutivos e oferece uma contribuição para a proximidade dos Estudos Críticos do Discurso às teorias decoloniais. Nesta tese, contudo, proponho uma articulação básica entre a análise da decolonialidade e os significados do discurso como busca por potencialidades de giros decoloniais a partir do giro epistêmico, do giro estético e do giro decolonial ativista, com uma releitura do modelo de Maldonado-Torres:

Figura 1: Mapa da analítica da colonialidade em diálogo com os significados do discurso



Fonte: elaboração própria com base em Maldonado-Torres (2020).

A *condenada* é a entidade criada no cruzamento da colonialidade do saber, do poder e do ser e é a sua agência, definida pelo pensamento, pela criação e pela ação, capaz de promover o distanciamento da colonial modernidade. O diálogo dos significados do discurso com a analítica da decolonialidade oferece a este trabalho uma possibilidade de reconhecimento dos processos sociodiscursivos contraideológicos das mulheres que recorreram a um aborto clandestino e de sua representação quanto a experiência e as redes de apoio que criaram como uma renúncia à modernidade/colonialidade que naturaliza as múltiplas violências contra *Ìyás* e suas proles por meio da criminalização do aborto. Portanto, está no modo de agir, de representar(-se) e de identificar(-se) (n)o mundo das condenadas a busca para “construir o mundo do Você¹³” (FANON, 2008).

¹³A edição em português consultada optou por traduzir “*pour édifier le monde du Toi*” como “construir o mundo do Ti”. Porém, prefiro adotar aqui “construir o mundo do Você” por reconhecer dois processos ligados ao pronome pessoal dirigido a uma segunda pessoa: (i) o “você”, em língua portuguesa, assim como o “*toi*”, em língua francesa é utilizado em ambientes linguísticos menos cerceados pelo caráter normatizador da língua e, por isso, de uso mais corrente; (ii) No momento da enunciação, desde que um “eu” se declara locutor e assume a língua, ele implanta um outro diante de si, a quem ele se dirige e reconhece como pessoa do enunciado e não como um objeto de sua fala ao qual ele faz referência.

Desta forma, os Estudos Críticos do Discurso são utilizados neste trabalho, de maneira articulada aos estudos decoloniais, de forma a lançar luz não apenas às relações de dominação e para a compreensão das relações de poder, mas como referencial teórico-metodológico que permite o reconhecimento de “práticas mais colaborativas e culturalmente sensíveis, buscando construir abordagens teórico-metodológicas de acordo com o que a comunidade demanda e com o que o campo oferece, numa postura mais aberta para a construção do diálogo com os saberes que vão se apresentando” (VIEIRA, 2020). Nesse sentido, as categorias analíticas utilizadas são uma consequência das demandas que surgiram durante o próprio processo do encontro com a pesquisa.

No mapa 1 apresento a associação do significado acional do discurso, ou seja, o modo de agir no mundo, à decolonialidade do poder, ao ativismo social que busca romper com a estrutura hierárquica dominante pelo surgimento de uma nova estrutura que, nesta tese, é diretamente relacionada à Justiça Reprodutiva; O significado representacional, ou seja, o modo de representar a si e ao mundo é associado à decolonialidade do saber, à matriz que reconhece e reverencia a produção de conhecimentos para além dos eixos hegemônicos e por meio do qual as condenadas surgem como questionadoras e, nesta tese, está relacionado às teorias feministas negras decoloniais; Por sua vez, o significado identificacional, ou seja, o modo de identificar-se ou de identificar o mundo, é associado à decolonialidade do ser, em que as dimensões artísticas e espirituais são fundamentais para a construção de um mundo em que as pessoas possam gozar do bem-viver, de uma vida plena, relacionado ao Oxunismo.

3.2 Análise de Narrativa

A Análise de Narrativa é utilizada neste trabalho como recurso epistemológico construcionista multi e interdisciplinar voltado a uma prática discursivo-interacional social e política situada, que organiza a experiência humana e constrói sentidos culturalmente relevantes. Narrativas são “o discurso construído na ação de se contar histórias em contextos cotidianos ou institucionais, em situações ditas espontâneas ou em situação de entrevista para pesquisa social” (BASTOS; BIAR, 2015, p. 99). Portanto, a Análise de Narrativa é uma área ligada à Linguística Aplicada que agrega abordagens, tanto estruturais, quanto interacionais da narrativa em perspectiva discursiva, compartilhando interesses próximos aos dos Estudos Críticos do Discurso. A narrativa apresenta-se como lugar privilegiado para a análise de problemas de pesquisa ligados à interação social e à construção identitária.

Para a Análise de Narrativa, as histórias não servem fundamentalmente para narrar um “real”, mas têm funções mais complexas relacionadas à construção de sociabilidade, à conformação da experiência em padrões públicos de aceitação e à construção de um sentido de quem somos e do mundo que nos cerca. A Análise de Narrativa também é utilizada nesta tese como ferramenta para gerar e analisar o discurso narrativo como prática social, atentando para os modos como as narradoras performam suas histórias. Enquanto suporte para este trabalho de orientação etnográfica, a Análise de Narrativa entende o modo narrativo como básico para o entendimento humano sobre o mundo, e permite que as (re)construções narrativas das narradoras revelem a prática social em que elas se inserem e suas atitudes de distanciamento da colonial modernidade.

Desta forma, ouvir e analisar as narrativas das participantes desta tese sobre suas experiências de aborto clandestino revelam muito sobre as práticas sociais ligadas ao tema e como a linguagem é espaço de disputa privilegiado de poder. Podemos partir da análise entendendo a imposição do silêncio para as mulheres que abortaram como violência discursiva, assim como é possível perceber nas minúcias discursivas do silêncio as imbricações das relações de poder. Se, por um lado, a colonização implementava “um sentido de mutismo associado à boca dos negros escravizados, territorializando esse órgão como um lugar de tortura” (MOMBAÇA, 2015) com o uso de máscaras de ferro que os proibiam falar, por exemplo, por outro lado, a colonialidade segue perpetrando o silenciamento de sujeitos subalternizados, permitindo que o discurso hegemônico se consolide como verdade absoluta. Na colonialidade, ainda que possua capacidade fisiológica de ‘fala’, a pessoa subalternizada não ocupa uma posição discursiva dialógica (GIRALDO, 2003), ocupando, desta maneira, a posição de objeto da enunciação. Ou seja, a pessoa subalternizada é aquilo sobre o que se fala e não pessoa com quem se fala. E, mesmo quando possuem um espaço na enunciação, em sua dimensão discursiva, sua fala é pouco ou nada validada pelas estruturas de poder.

Segundo Foucault (2012, p. 10), “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”. Ou seja, o discurso não é somente o que manifesta ou oculta o desejo, mas é ele em si o objeto de desejo. Da mesma forma, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 2012. p.10). Para Rivera Cusicanqui (2010), no colonialismo, as palavras não possuem a função de

designar, mas de encobrir. A autora denuncia que, mesmo durante os regimes republicanos, ou com a permanência da colonialidade, discursos igualitários são adotados ao mesmo tempo em que escamoteiam os direitos civis da maioria das populações. Para ela, os discursos públicos se converteram em forma de não dizer, e este universo de noções não ditas, de crenças em hierarquias raciais e na desigualdade inerente dos seres vão encubando-se no senso comum e naturalizando as opressões. Nessa lógica, ainda que não se fale de racismo ou de sexismo, por exemplo, assistimos hodiernamente explosões catárticas e irracionais racistas e misóginas. Ainda neste mesmo raciocínio, o patriarcado utiliza-se do aborto como forma de controle ao passo que silencia mulheres e retira o direito de sequer falar sobre o assunto.

O silenciamento está entre as tantas violências que atingem as mulheres devido ao cenário de criminalização e moralidade do aborto. A impossibilidade de encontrar um ambiente seguro de acolhimento e de não julgamento, além da possibilidade de responder criminalmente pela decisão afeta mulheres de diferentes recortes sociais e o silenciamento dessas mulheres opera de duas formas: dificultando o cálculo da dimensão da problemática do aborto enquanto questão de saúde pública, e permitindo que a fala hegemônica moralista se consolide como verdade absoluta sem possibilidade de discursos contrários e situados. Com isso, imagens de controle são reforçadas atestando a dimensão ideológica da opressão vivenciada por mulheres a partir da discussão sobre aborto. Os estereótipos negativos associados às mulheres que podem vir a recorrer a um aborto têm sido fundamentais para sua opressão. A inviabilidade de manifestação da fala sobre seus abortos é fundamental para a concepção de superioridade de quem advoga contrário à descriminalização. Em outras palavras, a superioridade moral de quem é contrário à liberação do aborto se sustenta na inferiorização das mulheres que podem vir a recorrer à interrupção de uma gestação ou de quem defende o direito de escolha.

A partir da busca pela desconstrução das limitações coloniais autorreferenciadas, pesquisadoras partem para procurar situarem a si e a seus/suas colaboradores/as em textos reflexivos e que busquem leituras complexas sociais. A pesquisa qualitativa, assim, é uma atividade situada que localiza a observadora no mundo. A adaptação dos métodos de interpretação e a interligação desses métodos é uma das formas que as pesquisadoras qualitativas buscam para validar e tornar mais compreensíveis os mundos das experiências que estudam, uma vez que:

Não existem observações objetivas, apenas observações que situam socialmente nos mundos do observador e observado – e entre esses mundos. Os sujeitos, ou indivíduos, dificilmente conseguem fornecer explicações completas de suas ações ou intenções; tudo o que podem oferecer são relatos, ou histórias, sobre o que fizeram e por que o fizeram. Nenhum método é capaz de compreender todas as variações sutis na experiência humana contínua (DENZIN; LINCOLN, 2006. p.33).

A linguagem possui caráter fundamental na luta pela libertação, pois, “falar é ao mesmo tempo empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia desta ou daquela língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (FANON, 2017, p.13). Uma vez que a negação da humanidade dos corpos dissidentes é fundamental para a concepção da superioridade europeia baseada no binarismo eu *versus* outro, estrutura que sustenta o mundo moderno colonial, o processo de descolonização, por sua vez, parte da agência e de atitudes de libertação das próprias condenadas e condenados, em um projeto comunitário de reconhecimento de alteridades. Se para Fanon (2017), “falar é existir absolutamente para o outro”, a criação ‘do mundo do você’ se realiza na percepção do discurso enquanto possibilidade da “dimensão *para-outrem*”, o que nos demanda a alteração não só de como produzimos sentidos de fala, mas também, os de escuta.

As entrevistas são utilizadas como método de geração de dados nesta pesquisa pelo interesse em saber o que pensam as mulheres, e estas, como as demais pessoas, com frequência, falam sobre o que pensam contando histórias (BASTOS & SANTOS, 2013). Nesta tese, a entrevista é entendida como um evento social de construção cooperativa e dialógica discursiva, um evento de fala produzido em conjunto e não unilateralmente. Portanto, narrativa é entendida com uma construção interacional e não como a mera representação de um real que a antecede. Ao contar e recontar, criamos nossa memória:

as pessoas utilizam a narrativa não apenas para (re)construir eventos passados, mas, entre outros objetivos, para que tais eventos sejam interpretados de acordo com as representações que desejam. Narramos de forma que as histórias estejam adequadas a determinados objetivos (SANTOS, 2013 p.24).

Desta maneira, a construção de narrativas está relacionada à construção identitária, e seu estudo apresenta-se como uma ferramenta útil para entendermos a performance identitária-identificacional nas narrativas em relação a um tema tão sensível quanto o aborto clandestino. Devido a sua característica dialógica, ao reconhecimento das narrativas como co-construções e a sua produção como uma performance situada, a

entrevista não estruturada tem sido um recurso privilegiado para a geração de dados, ao favorecer a emergência de narrativas.

Na perspectiva da pesquisa interpretativista, a análise desses dados, no entanto, não pode ser limitada apenas ao que é dito pelos participantes na interação; ela deve ser entendida como articulada a uma grande teia de significações (cf. Geertz, 1989, p. 18) que abrange, entre outras coisas, o como foi dito (que abarca, inclusive, a linguagem corporal), a pessoa que disse e o contexto no qual a enunciação se deu (SANTOS, 2013 p.28).

Patrícia Hill Collins (2019), ao apresentar o pensamento feminista negro estadunidense como teoria social crítica que reflete o interesse e o ponto de vista de mulheres negras, coloca a experiência vivida como um critério de significado com imagens práticas como veículo simbólico sendo um princípio epistemológico fundamental para os sistemas de pensamento afro-estadunidense. Os três temas centrais no pensamento feminista negro são: o significado de autodefinição e autoavaliação, a natureza interligada das opressões e a importância de definição da cultura (2016) e, embora essa conquista seja importante para elucidar o ponto de vista das e para as mulheres negras, o pensamento feminista negro pode contribuir para diversas disciplinas.

O tema que gostaria de focar neste momento (sem, contudo, renunciar aos outros dois) como contribuição para a pesquisa em Análise de Narrativas é o significado de autodefinição e autoavaliação. Nas palavras da socióloga:

Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras (COLLINS, 2016 p.102).

A Análise de Narrativas, ao conceber que a construção de narrativas está intimamente relacionada à construção identitária (SANTOS, 2013), pode ser uma ferramenta importante para que mulheres negras definam a si próprias, validando seu poder enquanto pessoas humanas. “Enquanto a autodefinição de mulheres negras dialoga com a dinâmica do poder envolvida no ato de se definir imagens do *self* e da comunidade, o tema da autoavaliação das mulheres negras trata do conteúdo de fato dessas autodefinições” (COLLINS, 2016, p. 104). A autoavaliação, por sua vez, permite que mulheres negras criem seu próprio padrão de avaliação da condição feminina que enfrentam e que valorizem suas próprias construções. A importância da autodefinição das

mulheres negras se dá, resumidamente, por dois motivos principais: em primeiro lugar, “definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação” (COLLINS, 2016, p.105) e, em segundo lugar, por “permitir que mulheres afro-americanas rejeitem a opressão psicológica internalizada” (COLLINS, 2016. p.106).

3.3 Pequenas Histórias

Ao assumir nesta tese a perspectiva prática discursivo-interacional de narrativas, escolho não fazer uso de análises baseadas na narrativa canônica laboviana (1972), focadas na estrutura narrativa em si, que, ocupada em analisar a narrativa apenas enquanto possibilidade de recapitular uma experiência passada, seguindo uma ordenação temporal bem definida pela ligação de orações em cadeia e conectadas com junções temporais, abdica da complexidade das relações (BORGES, 2022). Desta forma, as narrativas não são compreendidas analiticamente nesta tese como estruturas textuais completas, mas como uma *construção interacional*. Por serem as participantes desta pesquisa mulheres reais que entendem as complexidades do mundo que habitam, no processo de entrevistas elas agem mais como narradoras do que como pessoas que respondem. Da mesma forma, procurei ser uma boa ouvinte a ser alguém preocupada em fazer boas perguntas. Sendo assim, tão importante quanto as possibilidades oferecidas de selecionar e ordenar tópicos, temas e escopo a partir de suas histórias, foi-me cara a avaliação e escolha das próprias narradoras de que há uma história que se vale a pena contar frente a determinada audiência (SLEMBROUCK, 2015), p.246). Amparei-me, destarte, na identificação das narrativas que compõem esta tese enquanto *pequenas histórias*, com base em Alexandra Georgakopolou (2015).

O termo *pequenas histórias* surge como um contramovimento de crítica ao canônico e que procura dar enfoque às narrativas que eram negligenciadas. Um termo guarda-chuva que possibilitou o reconhecimento da importância de trabalhos empíricos para emergir as especificidades narrativas que ocorrem em contextos específicos. Segundo Georgakopolou (2015), a pesquisa de pequenas histórias procura reconhecer o pluralismo, a heterogeneidade e a coexistência de atividades narrativas no mesmo evento e pela mesma narradora. E, por perceber a linguagem em relação dialética e como parte de práticas sociais, moldando e sendo moldada por elas, a análise de pequenas histórias

se mostra como um aparato epistemológico e metodológico útil e em consonância aos Estudos Críticos do Discurso.

Enquanto o estudo das grandes histórias apresenta uma padronização e homogeneização de identidades, a pesquisa narrativa de pequenas histórias critica as histórias generalizantes e interessa-se pelas inconsistências, pelas identidades conturbadas e pelas relações ambivalentes. Dessa maneira, a escolha por pesquisa de pequenas histórias torna-se um posicionamento ideológico da pesquisadora que anseia ouvir histórias que não são permitidas ou encorajadas em certos espaços, tornando-as audíveis (GEORGAKOPOLOU, 2015. P. 263). Assim, pequenas histórias tendem a incluir:

- (i) eventos de desdobramento não lineares ou multilineares sequenciados em construções de narrativas adicionais, e não uma sequência linear de eventos passados;
- (ii) ênfase na construção de mundo, ou seja, narração de eventos mundanos, ordinários, cotidianos, sem rupturas ou complicações;
- (iii) ênfase no desapego e na recontextualização de uma história sem focar na sua situacionalidade em um ambiente específico;
- (iv) construção compartilhada de um ponto, eventos e personagens entre narradora e audiência (GEORGAKOPOLOU, 2015. p. 260).

Esses pontos são fundamentais para a abordagem proposta, uma vez que as narrativas de mulheres sobre suas próprias experiências são um ponto fundamental para este trabalho que buscou escutá-las e compreender suas estratégias de resistência à criminalização do aborto, inclusive pelo acionamento de redes de apoio.

4. MÉTODOS GERAÇÃO DE DADOS

Como supracitado, esta tese compõe-se de narrativas de três brasileiras autodeclaradas negras que realizaram pelo menos um aborto voluntário entre os anos de 2005 e 2021. Inicialmente, a pesquisa intencionava a utilização da técnica de bola de neve, contudo, a aproximação com cada uma delas se deu a partir das próprias mulheres ou de suas redes de apoio. As entrevistas ocorreram entre abril de 2021 e fevereiro de 2022, de forma individual e foram realizadas por meio de encontros pela plataforma virtual *Google Meet*. A escolha inicial dessa abordagem deu-se pela minha experiência de pesquisa e ativismo social pela descriminalização que me permitiu compreender que nós mulheres tendemos a procurar outras mulheres para pedir ajuda frente a uma situação delicada, como, por exemplo, quando optamos pela interrupção voluntária de uma gravidez, principalmente em um contexto de criminalização e de moralidade. Contudo, no decorrer da pesquisa, as mulheres que gentilmente narraram as histórias que compõem esta tese não chegaram da forma esperada inicialmente e não conhecem umas às outras. Ao invés de terem sido indicadas e/ou de indicarem outras mulheres, cada uma delas chegou-me em contextos específicos e em momentos diferentes da realização da pesquisa e, assim sendo, possuem suas narrativas separadas em capítulos individuais.

Após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília, o trabalho de coleta e geração dos dados deu-se entre os períodos de agosto de 2020 a agosto de 2022, levando-se em conta, além das entrevistas, as notas de campo, os materiais cedidos pelas participantes e os textos compartilhados entre nós, que fazem parte dos dados analisados neste trabalho. As entrevistas em si ocorreram entre abril de 2021 e fevereiro de 2022, de forma individual e realizadas por meio de encontros pela plataforma virtual, respeitando as medidas de distanciamento social propostas pela Organização Mundial da Saúde – OMS, devido ao fato de terem ocorrido durante fases críticas da pandemia da COVID-19. Apesar de as entrevistas terem sido realizadas por meio de plataforma que permitia o compartilhamento de imagem e sons, apenas os áudios dos encontros foram gravados, por meio de um aplicativo de gravação de áudio instalado no meu aparelho telefônico móvel, mediante autorização das participantes após leitura e consentimento oral do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, como forma de garantir o anonimato. Desta forma, ainda que eventualmente as análises abordem aspectos exteriores às falas das participantes, essas camadas foram registradas enquanto notas de campo e nunca por meio de captura de imagens.

Apropriando-se da associação de métodos etnográficos e do discurso como dimensão da prática social (MAGALHÃES, 2017), a metodologia etnográfica-discursiva proposta é defendida como um processo reflexivo baseado nas observações e nos registros escritos por mim em forma de notas de campo.

Alguns dos tantos desafios de realizar uma pesquisa que se propunha etnográfica-discursiva durante um período de distanciamento social esteve em reconhecer o espaço virtual enquanto espaço de “criação de novas formas de ação e interação, novos tipos de relações sociais e novas formas de relacionamento com os outros e consigo mesmo” (THOMPSON, 2018) e em adaptar as entrevistas para esse novo espaço, principalmente por se tratar de um tema sensível e um tabu social.

O contexto de distanciamento social mudou a combinação de interações da vida social, assim como as formas com que pessoas aparecem para e diante das outras. Com o advento das novas formas de interação a partir dos meios de comunicação, não é mais necessário compartilhar o mesmo lugar comum com quem se está interagindo para ver essa outra pessoa ou para testemunhar uma ação ou evento. Desta forma, a interação, assim como o campo de visão, é estendida no espaço e no tempo.

Portanto, se por um lado tive receio de que esse novo formato reduzisse minhas possibilidades de interação com as mulheres que participam da pesquisa, por outro lado, o formato virtual possibilitou-me conhecer e me relacionar com essas mulheres de novas maneiras e permitiu que isso acontecesse enquanto estivéssemos em diferentes regiões geográficas, expandindo o raio espacial da geração de dados, o que provavelmente não aconteceria se fosse necessário encontrarmo-nos em formato presencial. As mulheres que participam dessa pesquisa moravam, na época das entrevistas, nas regiões centro-oeste, nordeste e sudeste. A aproximação com cada uma delas se deu a partir das próprias mulheres ou de suas redes de apoio. Nos três casos porque sabiam da minha atuação enquanto pesquisadora sobre aborto e buscavam algum tipo de amparo relacionado ao tema: em um dos casos mais especificamente, por informações para realização de uma interrupção e nos outros dois para falar de experiências passadas.

É imprescindível sublinhar que a pandemia da COVID-19 intensificou o quadro de injustiças sociais que vigora no Brasil, entre eles os que dizem respeito à agenda dos direitos sexuais e reprodutivos. Vitimando de maneira desigual e interseccional os grupos racialmente oprimidos, a pandemia potencializou a ameaça aos direitos sexuais e

reprodutivos, sobretudo as mortes maternas, ocasionando um crescimento de 20% dessas mortes, sendo as mulheres negras as principais vítimas (GÓES et al, 2022).

Kilomba (2019) chama a atenção para a marginalização da mulher negra nos diálogos sociais, destacando que da mesma forma que o homem negro é considerado o sujeito central nas discussões antirracistas a mulher branca assume tal posição nos debates sobre gênero. No entanto, a autora ressalta que, no contexto das discussões de classe, a questão racial não tem lugar. Esta tese compõe-se de narrativas de três mulheres autodeclaradas negras. Ainda que, enquanto pesquisadora, eu estivesse atenta à necessidade de uma análise sensível ao cruzamento de opressões, principalmente no que tange às questões raciais, não foram definidos quaisquer recortes identitários para a seleção das participantes.

Uma preocupação que tive ao escrever uma tese sobre interrupção voluntária da gravidez (uma das bandeiras mais importantes para as lutas feministas), cujas participantes são todas mulheres negras, foi de correr o risco de que esta pesquisa fosse reduzida a um estudo sobre um grupo específico e não a uma questão de mulheres e de pessoas com útero de forma mais abrangente. Um tipo de exclusão que só se fundamenta a partir da ideologia racista que vigora nas estruturas da sociedade brasileira, ignorando a composição majoritariamente negra dessa população, que, segundo o IBGE (2013), representa 56,1%, entre pretas e pardas, mas que apresenta a população negra como um grupo dentro do conjunto universal.

Assim, é importante destacar que esta tese se concentra nas representações discursivas presentes nas narrativas de mulheres que compartilham suas experiências relacionadas a abortos clandestinos no Brasil, especialmente aquelas que são mulheres negras. Nesse contexto, o desafio analítico reside em uma atenta consideração das interseções de opressões que afetam essas mulheres. Além de abordar a dimensão racial em sua experiência como mulheres negras, é crucial compreender a complexidade dessa dimensão, indo além da simples dicotomia de ser ou não ser negra no Brasil. Por exemplo, é relevante explorar como essas mulheres se relacionam com sua própria negritude.

Foi ao perceber as particularidades sobre a relação com a negritude nas narrativas de cada uma das participantes que decidi realizar um levantamento de dados em formato de formulário virtual de autopreenchimento. Esse levantamento foi feito apenas após as entrevistas, e me ajudou a compreender aspectos que não foram diretamente narrados nos encontros. No que corresponde ao quesito raça/cor, dentre as opções para pessoas negras

sugeri “negra -preta” e “negra -parda”, a fim de que não houvesse dúvidas de que ao declarar-se parda, a pessoa estaria declarando-se negra, procurando, assim, evitar o discurso da miscigenação que historicamente serviu para o apagamento das pessoas negras, tanto quanto para a negação do racismo enquanto elemento estrutural e estruturante da sociedade brasileira.

Com isso, ressalta-se que a questão racial é uma questão ideológica baseada em fenótipos e não em uma questão genética, ou seja, ainda que se possa ter ascendência africana, são as características físicas que tornam pessoas mais suscetíveis às discriminações raciais antinegras. Minha intenção com isso foi, portanto, saber se as participantes se autodeclaravam negras ou não. A fim de compreender algumas das intersecções de opressões a que essas mulheres poderiam estar expostas, o formulário abordou questões sobre raça, sexo, orientação sexual, grau de escolaridade, religião, situação de moradia, renda média mensal, situação de emprego, divisão de tarefas domésticas e de cuidados com outras pessoas no mesmo domicílio. Abaixo apresento a tabela 1 que procura reunir alguns dados relevantes para a análise proposta:

Tabela 1: Conjunto de dados das participantes

Participante	Idade	Raça/ cor autodeclarada	Filhas/os	Grau de Escolaridade	Religião	Renda Média do domicílio em salários mínimos	Situação de Emprego
Luíza	32	Preta	3	Ensino Superior	Candomblé	Entre 2 e 5 salários	Trabalhando por conta própria
Adah	29	Parda	3	Ensino Superior	Evangélica	Entre 1 e 2 salários	Empregada no setor privado
Mukasonga	37	Preta	0	Doutorado	Não declarada	Entre 4 e 6 salários	Empregada no setor público

Fonte: Elaboração própria.

Como demonstrado pela tabela 1, as participantes se autodeclararam mulheres negras e possuem entre 29 e 37 anos; todas possuem ensino superior, sendo que Mukasonga possui doutorado; Quanto à religião, Luíza é do candomblé, Adah é evangélica e Mukasonga não declarou; Adah recebe até três salários mínimos e está empregada no setor privado, além de ser a principal responsável pela renda do seu

domicílio; Luíza, por sua vez, recebe até três salários mínimos, trabalha por conta própria e divide a responsabilidade pela renda do domicílio com seu companheiro; Mukasonga é servidora pública, recebe mais de 5 salários mínimos e mora sozinha. Luíza é mãe de 3 crianças e vive com o companheiro, assim como Adah que possui 3 filhos e é casada, enquanto Mukasonga não possui filhos e se declarou solteira durante os encontros de pesquisa desta tese. Esse levantamento importa para a análise da sobreposição de opressões que atravessou cada uma dessas mulheres durante o itinerário para a garantia da realização de uma interrupção voluntária de gravidez no contexto de criminalização vivido no Brasil.

Algumas representantes das redes de apoio que as acompanharam também foram ouvidas e têm suas narrativas analisadas nesta tese. De forma semelhante, as pessoas que foram redes de apoio e que fazem parte da pesquisa preencheram o formulário enviado em período próximo à finalização da geração de dados, em junho de 2022. A análise dos discursos das redes de apoio e o levantamento de seus dados têm o intuito de estudar como a formação identitária das pessoas que são rede de apoio pode estar relacionada e até mesmo interferir no tipo de amparo oferecido às mulheres que optam por interromper uma gravidez.

Sendo assim, os objetivos gerais e específicos que nortearam esta pesquisa foram:

OBJETIVOS GERAIS

Estudar e analisar narrativas sobre a experiência de abortos clandestinos vividos por brasileiras e como as redes de apoio às quais recorreram são representadas em suas narrativas sobre a experiência, tendo em vista o debate político, identitário, racial e histórico-social mais amplo em que tais práticas se inserem.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- i) Analisar narrativas de brasileiras que recorreram a, pelo menos, um aborto clandestino;
- ii) Investigar quais discursos fundamentam as representações sobre a decisão de aborto pelas participantes;
- iii) Identificar a quais redes de apoio as participantes recorreram durante o itinerário de interrupção de uma gestação;
- iv) Estudar como as mulheres avaliam a participação das redes de apoio em suas experiências;
- v) Descrever e sistematizar os diferentes itinerários percorridos e estudar se essas diferenças são parcialmente constituídas pelas Interseccionalidades às quais as participantes são submetidas.

Para análise do discurso sobre as percepções narradas pelas participantes a respeito da escolha da realização de um aborto clandestino, foram consideradas algumas dimensões relacionadas às práticas sociais de contextos de injustiça reprodutiva, a partir do viés das atitudes decoloniais assumidas pelas próprias participantes frente a um contexto de criminalização, quais sejam: práticas situadas que as garantissem interromper uma gestação. Entre essas práticas, encontra-se o acionamento das redes de apoio, que se faz fundamental para os objetivos desta pesquisa. Acionar as redes requer gerenciamento discursivo das relações, envolvendo, inclusive, processos de leitura e de escrita. Destarte, esta pesquisa faz-se sensível às práticas de letramento que se apresentaram no transcorrer dos encontros entre participantes e pesquisadora. Portanto, compõem esta pesquisa a análise das narrativas pela transcrição das entrevistas realizadas, além da análise de textos acionados pelas participantes, como mensagens em aplicativos de celular, carta de utilização de medicação, poema, diário de pesquisa, artigo de revista, entre outros.

No primeiro capítulo de minha dissertação (SUASSUNA, 2016), dediquei-me ao estudo da trajetória textual dos documentos que culminavam nas audiências públicas interativas sobre a SUG nº.15 no Senado Federal como forma de compreender o contexto das audiências a partir dos processos sociais da leitura e da escrita. Esse caminho me foi muito útil para o reconhecimento do protagonismo da linguagem por meio do potencial de agência dos textos dentro da prática social mais ampla em que a discussão estava inserida e apontou o foco reprodutivo e transformacional desses textos nas hibridações das práticas sociais. Para esta tese, recorro a um caminho parecido no que diz respeito ao reconhecimento do potencial de agência dos textos, mas, desta vez, a partir de textos não institucionalizados e que, ao contrário do que foi abordado na dissertação, são escritos pelas próprias mulheres participantes da pesquisa.

Dessa maneira, se os documentos discutidos em minha dissertação, provenientes das audiências públicas do Senado Federal, desempenharam o papel de agentes públicos que seguem os procedimentos típicos da administração pública, apresentando uma linguagem estruturada e detendo poder normativo e burocrático, por vezes inacessível à população em geral, incluindo as mulheres mais suscetíveis à criminalização do aborto, os textos abordados nesta tese assumem a função de agentes sociais engajados, sejam ativistas, teóricos ou artistas. Seu objetivo é buscar a superação das injustiças reprodutivas enfrentadas pelas mulheres que os inspiram, tudo isso em um contexto de injustiça social. Esses papéis contrapõem-se às atitudes discutidas anteriormente na análise da

decolonialidade. Ou seja, os gêneros analisados aqui atuam em consonância às dimensões básicas da decolonialidade, principalmente por serem acionados pelas próprias condenadas que emergem como pensadoras, escritoras, comunicadoras, artistas, agentes de mudança social etc., representando, portanto, a materialização dessas atitudes de libertação.

Os gêneros textuais quando pertencentes às instituições de poder estruturadas pelo racismo e patriarcado agem potencialmente no sentido de reforçar as exclusões e assimetrias de poder dessas instituições. Veremos aqui, por outro lado, como os textos na qualidade de eventos sociais discursivos situados podem ser acionados enquanto parte das estratégias de ações encontradas pelas mulheres para fazer valer o seu desejo de não prosseguirem com uma gestação. Dessa forma, utiliza-se, portanto, a noção de gêneros discursivos.

A esta pesquisa importam as representações de mulheres sobre suas escolhas quanto à interrupção de uma gravidez, sendo a influência das redes de apoio que as acompanharam no itinerário de realização de um aborto, um ponto assumido como relevante para a formação dessas representações. A relevância de uma pesquisa de escuta às narrativas das mulheres e às representações discursivas de suas escolhas considerando as redes de apoio se dá a fim de corroborar com as pesquisas que buscam extrapolar os estudos sobre aborto no Brasil restritos a dados oficiais, ampliando a discussão para os pressupostos da Justiça Reprodutiva, teoria de base interseccional que alinha direitos reprodutivos aos princípios de justiça social. Essa proposição responde à crítica lançada por Heilborn et al (2012), ao reclamarem pesquisas atentas às estratégias para a interrupção da gravidez e suas negociações no âmbito das relações familiares e afetivas envolvendo diferentes moralidades.

Ou seja, estudar as redes de apoio e as cadeias de gêneros enquanto estratégias que podem possibilitar acessos materiais e de informações é uma forma de compreender os graus de vulnerabilidade e/ou autonomia das mulheres na busca por fazer prevalecer suas escolhas perante uma questão coletiva e social.

PARTE II

5. ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DAS HISTÓRIAS NARRADAS

Os capítulos seguintes são destinados à realização de análises discursivas críticas das histórias compartilhadas pelas mulheres narradoras desta pesquisa. *As pequenas histórias* (GEORGAKOPOLOU, 2015) serão analisadas individualmente e cada narradora possui um capítulo próprio. A escolha por capítulos separados deu-se a partir da compreensão da complexidade de cada caso e da possibilidade de aprofundamento em questões específicas apresentadas por cada narradora. As mulheres que narram as histórias presentes nesta tese possuem trajetórias bastante diferentes, assim como diferem também seus pontos de vista sobre suas experiências e sobre a questão social mais ampla que envolve a discussão sobre aborto no Brasil. Na abertura de cada capítulo, conduzo os leitores a uma introdução em que compartilho a narrativa única de como encontrei cada uma das três mulheres. Paralelamente, ofereço uma visão abrangente das histórias que generosamente compartilharam sobre suas experiências de interrupção da gravidez. Em seguida, a análise é melhor desenvolvida concomitantemente à apresentação dos dados que, por sua vez, dá-se por meio da separação em tópicos equivalentes aos temas apresentados nas narrativas que sejam mais recorrentes ou considerados mais significativos para a discussão. É importante ressaltar que essa escolha narrativa não privilegia necessariamente um desdobramento temporal linear de como aconteceu a interrupção das gestações em si, mas segue o fluxo das narrativas que, muitas vezes, possuem desdobramentos diversos.

Os nomes das participantes foram substituídos por nomes de personagens de romances literários, como forma de assegurar o anonimato. A escolha desses nomes não foi aleatória, mas correspondem a romances que li enquanto fazia a pesquisa de doutorado e que me permitiram estabelecer algum paralelo entre as histórias reais. Como apresentado no exame de qualificação, desde que me dediquei a estudar questões relacionadas ao aborto, eu o percebo em tudo. O aborto enquanto tema está nos livros de literatura que eu leio, nos filmes que assisto, nas músicas que escuto, nas histórias das pessoas que eu conheço, nos sonhos que tenho, nos medos que sinto. Portanto, busquei colocar-me em relação reflexiva direta e as escolhas que fiz de escrita comungam com as experiências que vivi durante esses anos de dedicação sobre o tema de pesquisa.

Esta tese interessa-se pelas narrativas das mulheres em situação de clandestinidade, não por enxergá-las como as outras, objetos de estudo, vítimas de

violências e sem agência. Ao contrário, este trabalho procurou ouvir narrativas de mulheres que, munidas por atitudes decoloniais, são capazes de criar e acionar redes de apoio para fazer valer suas escolhas reprodutivas, apesar da colonialidade que violenta nossas estruturas sociais e que tem a criminalização como uma das formas de cerceamento de direitos básicos para o bem viver das mulheres e das pessoas em geral.

Os capítulos seguintes apresentarão análises da transcrição das entrevistas realizadas com Luísa, Adah e Mukasonga. Além das narradoras, entrevistas com suas redes de apoio eventualmente também foram analisadas, além de textos acionados pelas participantes durante a trajetória para realização da interrupção das gestações, assim como os textos compartilhados entre nós enquanto estivemos em contato para a construção desta tese. A análise dos itinerários é abordada no sentido de elucidar as intersecções de opressões às quais as mulheres estão submetidas desde o momento que se descobrem grávidas até a realização do aborto. Dessa forma, é possível levantar informações sobre o modo com que as narradoras realizaram os abortos, quais pessoas as acompanharam, que redes sociais foram acionadas ou formadas nesse itinerário (CASTRO, 2010) e como essas redes podem influenciar a forma com que a experiência do aborto é representada discursivamente pelas mulheres.

Entendem-se neste trabalho *redes de apoio ou redes de cuidados* como as redes de pessoas a quem as participantes recorreram durante o percurso para a realização do aborto, sejam elas amigas/os, familiares, companheiras/os, ativistas, vendedoras/es de medicamentos, profissionais da saúde, autoridades espirituais, entre outras. Essas pessoas podem agir de diversas formas: como rede de acesso a informações e provisão de cuidados, por meio da disponibilização de medicamentos farmacêuticos ou naturais, informando suas formas de usos e efeitos, por meio da compra ou venda desses medicamentos para as participantes, indicando clínicas clandestinas, e/ou oferecendo apoio emocional e/ou financeiro (CASTRO, 2010). A participação dessa rede de apoio não necessariamente é entendida como positiva, tampouco apenas se em concordância com a decisão das participantes. É possível que as pessoas envolvidas nos trajetos enfrentados por essas mulheres recusem suporte ou, ainda que ofereçam algum apoio, submetam-nas a processos de desamparo emocional e de maus-tratos, como será possível perceber nas histórias de Adah e Mukasonga.

Ainda que as histórias das três participantes sejam particulares, os apontamentos da pesquisa registraram movimentos retóricos fundamentais apresentados por elas e que

serão centrais para a organização das análises, quais sejam: (i)autodefinição/autoavaliação, (ii)clandestinidade e (iii)rede de apoio. Esses temas foram basilares para a construção do modelo ontológico desenvolvido nos próximos capítulos e permitiram responder às perguntas de pesquisa.

6. LUÍSA

Luísa é a primeira narradora a participar desta pesquisa e, portanto, abre o capítulo dedicado às análises discursivas. Os nomes adotados neste capítulo estão relacionados às personagens do livro *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves (2006). O livro é considerado um clássico da literatura afrofeminista brasileira e é resultado de uma longa pesquisa documental e aborda momentos históricos importantes em uma narrativa ficcional. A história é narrada em primeira pessoa pela personagem principal, Kehinde, que, ao descrever detalhes de sua vida, oferece um retrato da história do Brasil do séc. XIX e da luta contra a cultura escravagista. A personagem Kehinde seria Luísa Mahin, revolucionária que esteve envolvida na articulação de revoltas e levantes de pessoas negras escravizadas nas primeiras décadas do século XIX na então Província da Bahia e mãe do poeta abolicionista Luís Gama. Apesar de a personagem recusar o batismo e o nome imposto por meio dele, ela utilizava eventualmente o nome de Luísa para escapar das torturas e para conseguir transitar em alguns espaços de poder. Portanto, escolho utilizar o nome Luísa e não Kehinde para nomear a narradora desta história por entender e respeitar a relevância dos nomes em muitas culturas do continente africano. Como o próprio romance ressalta em várias passagens, nomear uma pessoa após o seu nascimento envolve uma abertura para o modo como ela viverá, além de papéis sociais que desempenhará na sociedade. Especificamente, o nome Kehinde é dado para a criança gêmea que nasce por último, irmã mais nova de Taiwo, e ambos os nomes são desassociados de marcadores de gênero. Desta forma, se fosse escolhido o nome Kehinde para representar a narradora deste capítulo, estaria subentendido que ela seria irmã gêmea e nascida por último, o que não é o caso. Portanto, optei pelo nome Luísa para identificar a narradora deste capítulo.

Luísa, a primeira participante desta pesquisa, decidiu interromper uma gestação no final de 2020. Na época, ela tinha 32 anos, 3 filhos de um relacionamento anterior e estava no início do namoro com Francisco. Apesar de uma distância relativamente próxima, eles moravam em estados diferentes na região centro-oeste do país. Ela e as crianças moravam em uma casa no mesmo lote de sua mãe, em um município entorno do estado de Goiás, enquanto ele morava sozinho em um apartamento em uma zona central do Distrito Federal. Naquele período, o mundo enfrentava os primeiros meses da pandemia da COVID-19 e, conseqüentemente, os desafios do isolamento social, do

gerenciamento da vida em meio à insegurança e à falta de informações mais contundentes sobre prevenção e contágio, e da ainda distante possibilidade de vacinação.

Francisco me procurou assim que souberam da gravidez e após decidirem pela interrupção. Já era do conhecimento dele que eu pesquiso discursos sobre aborto e ele me ligou, confiando a mim o que eles estavam enfrentando e pedindo informações seguras sobre como conseguir realizar o aborto sem colocar a vida de Luísa em risco. Francisco e eu já nos conhecíamos, mas eu não conhecia Luísa. Naquele dia, indiquei a ele uma pessoa que poderia ajudá-los. Lembro de ter ficado bastante preocupada em como tudo se desenrolaria. Eu ainda estava no início da minha pesquisa, havia ingressado no doutorado há pouco tempo e já me deparava com a questão que se apresentava a mim. Desde a primeira vez que nos falamos, pude perceber o quanto toda aquela situação o deixava preocupado e sensibilizado. Eles conseguiram acesso de forma muito rápida, e na semana seguinte, ele me mandou uma mensagem informando a chegada dos medicamentos e dizendo que se sentia nervoso, mas a apagou em seguida. Eu cheguei a ler a mensagem antes que ele a apagasse e decidi escrever perguntando como estavam e me colocando à disposição para caso quisesse conversar. Ele me ligou logo em seguida e se abriu, contando como a experiência estava reverberando nele. Depois da conversa, registrei minhas impressões no meu diário, pois percebia que essa situação se apresentava como uma possibilidade de colaboração para a pesquisa, e, mesmo que houvesse a possibilidade da recusa, eu já sentia necessidade de refletir mais a respeito da experiência que eu estava presenciando.

Quase dez dias depois, Francisco voltou a me escrever informando que iriam iniciar os procedimentos. Eu ainda não havia falado com Luísa em nenhum momento. Eles realizaram a interrupção de forma medicamentosa, com os comprimidos que receberam de uma rede que oferece suporte a mulheres que desejam interromper alguma gestação. Os comprimidos foram entregues em uma caixa acompanhados de um folheto com instruções para administração. Após o recebimento, eles conseguiram se programar de maneira a vivenciarem a situação com segurança e privacidade. Planejaram iniciar o processo em um dia em que Luísa estaria sozinha em casa sem as crianças. Cozinharam refeições nutritivas, compraram absorventes e procuraram se informar ao máximo, buscando, assim, garantir que eles, sobretudo Luísa, passariam por aquela experiência da forma mais tranquila possível e conseguiram.

Quatro dias após o início do procedimento, recebi uma mensagem de Luísa por um aplicativo de conversas. Foi a primeira vez que nos falamos:

Jaqueline querida, boa tarde!
Aqui é Luísa, namorada de Francisco.
Pedi seu contato a ele pra agradecer o seu apoio!
Foi muito importante pra gente e principalmente pra mim contar com vc. Me senti um tanto cuidada daqui! De início não estive com a cabeça boa pra te contactar, e neste momento bem melhor.
Sou grata!
Com carinho,
Luísa.

Depois desse primeiro contato, trocamos algumas poucas mensagens, sempre para checar como ela estava. O tempo passou e, em dezembro, Luísa me escreveu pedindo informações para uma amiga que passava por situação semelhante à dela. Luísa, após ter passado pela experiência, tornou-se rede de apoio para outras duas mulheres próximas, e passou a fazê-lo de forma política, pois ela percebeu o quanto o desamparo e a falta de informação e de cuidado podem ser cruéis para uma mulher que deseja interromper uma gestação.

Depois de pouco tempo, Francisco me escreveu para contar que eles estavam mais fortalecidos desde o aborto e que passaram a morar juntos. Luísa me escreveu desejando boas festas e um feliz 2021, demonstrando mais abertura para troca. Os meses avançaram, a pandemia da Covid-19 tomou proporções absurdas e só no início de abril consegui entrar em contato novamente com eles. Resolvi procurar primeiro Francisco para, só então, propor a colaboração na pesquisa para Luísa. A demora em abordá-la devia-se em parte a uma insegurança minha, que envolvia o receio de que o projeto pudesse não estar tão bem amadurecido, mas, mais do que isso, eu não queria constranger nenhum dos dois. Por outro lado, eu estava animada com a ideia e não queria perder a oportunidade da colaboração. Entrei em contato com Francisco e ele foi muito aberto e conversamos por vídeo na mesma semana por quase duas horas.

Na semana seguinte à conversa com Francisco, enviei uma mensagem perguntando à Luísa se ela aceitaria participar da pesquisa e ela foi muito gentil respondendo afirmativamente. Havíamos marcado já para a noite do dia seguinte, mas não foi possível, pois ela chegara em casa cansada e com muitos afazeres com as crianças. Então, no dia seguinte, pela manhã, em um horário no qual as crianças ainda estavam dormindo, encontramos-nos. Esperei com ansiedade o momento do nosso encontro e revi o roteiro de entrevistas várias vezes, como quem se prepara para uma ocasião muito especial, o que foi, de fato. Encontramos-nos por vídeo em uma manhã de terça-feira de

abril de 2021. Luísa apresentou-se sentada no quintal da casa deles. Na imagem, eu podia ver uma folha grande de palmeira por trás da cadeira de vime em que ela estava sentada. A tela do celular estava centrada em seu rosto, e a quadratura da câmera não alcançava muito mais que seu busto e um pouco da paisagem ao fundo, que contemplava uma parte da palmeira, o encosto da cadeira e um pedaço do muro branco. Ela estava com os cabelos crespos curtos e presos no alto da cabeça, e vestia uma echarpe lisa de tom alaranjado. O cenário transmitia uma calma matutina, passarinhos cantavam forte ao fundo, disputando, vez ou outra, o silêncio com alguns veículos que passavam por detrás dos muros da casa. Ela parecia descansada, apesar do leve constrangimento inicial que compartilhamos devido ao fato de nunca termos nos visto até então.

Apesar de Franciso inegavelmente ter sido rede de apoio para Luísa, ele não foi a única pessoa a quem ela procurou por apoio. Luísa contou-me sobre sua amiga Esméria e sobre a importância e as especificidades do cuidado oferecido por outra mulher em um momento como esse. Luísa falou da presença de Esméria como fundamental para que ela conseguisse passar pela experiência, sendo basilar contar com alguém de confiança para conversar, alguém que já a conhecia há muito tempo e que fazia com que ela se sentisse acolhida. Esméria já tinha cuidado de uma outra amiga em um procedimento abortivo, o que também tranquilizou Luísa.

Em *Um defeito de cor*, a personagem Esméria aparece como rede de apoio quando Luísa precisa realizar um aborto, mas, para além desse momento, ela também está presente em várias outras situações importantes da vida de Luísa, ocupando o lugar de mãe de criação, ou *lyá* espiritual. No romance, a primeira gravidez da personagem Luísa ocorre em decorrência de um estupro, e é Esméria quem oferece acesso a um aborto, demonstrando como a (falta de) escolha reprodutiva de mulheres negras sob o julgo da colonização ou ainda da colonialidade está ligada a questões de injustiça social:

Sei de muitas mulheres que, ao se saberem pejadas e conscientes de que a única vida que poderiam dar aos filhos era a que elas próprias tinham, na escravidão, preferiam que não nascessem. Acho que a Esméria chegou a falar comigo sobre uma beberagem, mas não tive condições ou força para decidir, como se não fosse comigo (GONÇALVES, 2006).

As beberagens oferecidas pela personagem Esméria não tinham como único princípio interromper uma gravidez, também se encontram no livro passagens que representam suas funções contraceptivas e de auxílio para a continuidade de gravidezes. No capítulo 6 do romance, a personagem Luísa engravida novamente, dessa vez de

Francisco, com quem vivia um relacionamento amoroso, e relata ter vergonha de falar sobre sua vontade de abortar, mas, Esméria, compreendendo a situação, disponibiliza as bebidas por meio de um pacto silencioso entre ambas, tamanha a conexão que mantinham.

A Esméria, personagem do livro, dá nome à Esméria, amiga de Luísa, mulher real e colaboradora desta pesquisa, pois é apresentada como um apoio fundamental durante o processo de aborto. Eu havia planejado entrevistar Esméria como rede de apoio, contudo, diferentemente da história do livro, a Esméria da vida real engravidou durante o processo de geração de dados e optou pela interrupção da gravidez. Pensei que Esméria, então, pudesse fazer parte da pesquisa como rede de apoio da Luísa e como uma segunda participante, o que não se realizou, pois não consegui falar com ela diretamente, e soube que a experiência para ela não ocorreu de forma serena, fazendo com que não se sentisse à vontade para conversar, o que é absolutamente compreensível. Luísa e eu tivemos dois encontros de entrevistas por meio de plataforma de vídeo e seguimos nos falando eventualmente por aplicativos de mensagens, trocando elogios e compartilhando miudezas cotidianas.

Após apresentar como conheci Luísa, dedico os próximos tópicos para as análises discursivas das duas entrevistas que tivemos, em abril e dezembro de 2021, além da análise da entrevista cedida por Francisco e da cartilha utilizada para a realização do procedimento. As entrevistas de Luísa são centrais para análise e construção do capítulo, sendo assim, as falas de Francisco, assim como o texto da cartilha são analisadas conforme vão se apresentando nas narrativas de Luísa elementos de outros textos ou discursos, que indicam a abertura para as outras vozes recontextualizadas. Ou seja, serão os traços de intertextualidade e/ou interdiscursividade no fluxo narrativo de Luísa que indicarão a necessidade de análise das outras vozes.

6.1 Pequenas Histórias: Autodefinição e autoavaliação

O estímulo à criação de imagens de controle (COLLINS, 2019), interrelacionadas e socialmente arquitetadas da condição de mulher negra serve às ideologias hegemônicas para a manutenção da subalternização das mulheres e das pessoas com possibilidade de gestar em geral. Analisar as imagens de controle que são direcionadas às mulheres que podem decidir interromper uma gestação revela as maneiras pelas quais as opressões que atingem essas mulheres se interseccionam.

Lélia Gonzalez (2018[1980]) apresenta os conceitos de consciência e de memória como fundamentais para caracterizar o entrecruzamento do racismo e do sexismo que atingem mulheres negras e a população brasileira como um todo, ainda que de maneiras desiguais. Segundo a pesquisadora, a consciência é entendida como o lugar que presentifica a alienação e, conseqüentemente, os discursos ideológicos hegemônicos. Ou seja, a consciência é o lugar de naturalização das opressões por meio do encobrimento e da criação de verdades universalizantes excludentes. Por outro lado, a memória seria o lugar de inscrições de histórias contra-hegemônicas e de restituição da subjetividade de pessoas colocadas em posição de subalternidade. Uma vez que “consciência exclui o que memória inclui” (GONZALEZ, 2018. P.194), recorrer às narrativas das próprias mulheres sobre suas experiências e autodefinições é compreender a importância da memória como componente essencial para superação de desigualdades.

A autodefinição e a autoavaliação são elementos utilizados como ponto de partida para a análise discursiva neste capítulo por serem fundamentais para a promoção de uma memória crítica que reconhece o conhecimento cotidiano das mulheres negras enquanto capacidade intelectual de analisar seus próprios lugares sociais. Portanto, por compreender que a responsabilidade pela definição da realidade de cada uma cabe sobretudo a quem vive essa realidade, a quem realmente passa por essas experiências (COLLINS, 2019), é basilar para esta tese o posicionamento das participantes enquanto narradoras que falam de si e de suas experiências.

Desta forma, ainda que reconheça a relação dinâmica e copertencente entre os giros decoloniais, assim como a relação dialética dos significados do discurso, esta análise foca inicialmente nos significados representacional e identificacional do discurso, relacionados à decolonialidade do saber e do ser, respectivamente, ainda que admita que inevitavelmente alguns traços perpassarão o significado acional do discurso, assim como a decolonialidade do poder.

Como citado, os três significados do discurso – ação, representação e identificação – relacionam-se dialeticamente, ou seja, cada qual internaliza traços de outros e não se reduzem a um, o que faz com que sua distinção, ainda que necessária, não seja absoluta (FAIRCLOUGH, 2003). As identidades, por exemplo, são relacionais, pois quem uma pessoa é constitui uma questão de como essa pessoa se relaciona com o mundo e com outras pessoas. No caso da modalidade, essa característica dialética é particularmente evidente, pois como alguém representa o mundo e com o que essa pessoa se compromete é uma parte de como ela se identifica em relação aos outros com quem está interagindo. Dessa forma, modalidade pode ser entendida como identificação, mas também com ação e representação. Tomando identidade enquanto o ponto de partida do processo de autoidentificação e não o objetivo final, a afirmação da individualidade é entendida nesta tese como uma ação política discursiva (COLLINS, 2019), pois criar autodefinições independentes é essencial para a superação das violências que envolvem o silenciamento e a objetificação de grupos sociais subalternizados.

Os excertos abaixo foram selecionados por contribuir para a análise a partir de como Luísa se apresenta em relação à experiência de um aborto clandestino. O primeiro excerto é recorte da entrevista realizada em abril de 2021, e nele é possível notar um distanciamento inicial entre pesquisadora e narradora que foi se diluindo com o tempo em que estivemos em contato e com o reconhecimento das semelhanças que nos aproximavam. Essa foi a primeira vez que nos vimos, ainda que eu soubesse e tivesse acompanhado o desenrolar do aborto que Luísa realizara. Percebo que o fato de eu saber e de certa forma acompanhar o processo da interrupção tenha gerado um certo constrangimento inicial entre nós duas na primeira entrevista. Além disso, nesse primeiro encontro, por mais de uma vez, Luísa demandou que eu fizesse mais perguntas, demonstrando um leve incômodo com o formato de entrevista sem perguntas estruturadas. Esse incômodo foi ficando menos aparente no decorrer da conversa que durou 1 hora e 25 minutos, apesar de nos minutos finais, quando perguntei se ela teria alguma sugestão de melhoria da pesquisa, ela ter reiterado e me aconselhado a ficar à vontade para fazer mais perguntas e que eu não tivesse receio de perguntar ou de constrangê-la.

Ainda que Luísa tenha me oferecido o suficiente para responder às perguntas de pesquisa, satisfazendo, assim, meus objetivos de investigação, foi importante receber essa avaliação dela, pois ela realçou o caráter interacional da pesquisa em análise de narrativas,

permitindo-me perceber que o contar de uma história não depende apenas da narradora, e que, ao me demandar mais perguntas, Luísa assinalava para a promessa de que outras histórias surgiriam dessas respostas, conforme preconizado por Slembrouck (2015). Essa demanda, além de transparecer o acanhamento que compartilhávamos em um primeiro encontro, demonstrava como as entrevistas de pesquisa com perguntas estruturadas respondem mais comumente ao que se é normatizado dentro do fazer científico e, provavelmente, o que era esperado por Luísa.

A entrevista passou a ser gravada a partir da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, da apresentação da pesquisa por minha parte e da verbalização da concordância com os objetivos por parte da participante. Em seguida, pedi à Luísa para se apresentar e ela inicia sua fala mobilizando marcadores de gênero, raça, território, trabalho e relacionamento afetivo-sexual. Como é possível notar, quando Luísa indica esses marcadores sociais para se apresentar, ela não só se identifica, mas se posiciona conscientemente em relação a esses atravessamentos:

Excerto 1:

Abril/2021	00:05:10
1	Jaqueline Eu queria que você começasse contando um pouco quem
2	você é: assim:: eu falo identificar, mas não é
3	identificar: assim: >não precisa ser nome<, mas conta
4	um pouco da sua vida antes da gente entrar na
5	experiência mesmo.
6	Luísa Então... é:: eu sou:: eu sou essa Luísa, né: Mulher,
7	mulher preta, 32 anos: é:: cresci, né e vivo atualmente
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

aqui em Luziânia¹⁴, né, que é cidade entorno é: até um tempo atrás era uma <cidade interior do Goiás>, né muito próxima de Brasília: aí uns 40 minutos e:: mãe de três filhos, né: Banjokô de 12: Maria Clara de 10, e Geninha de 04: né. Sempre fui empreendedora, desde os meus 14 anos, apesar de ter passado por vários: vários lugares, por vários trabalhos: né: sempre fui essa: mulher em busca: da minha independência no ↑sentido profissional↓, de quem quer sempre estar ali à frente do negócio, né E::é (...)sou essa um-lher agora atualmente companheira, também né, é:: esposa, né, que depois de três anos, andei aí prum outro lugar:: depois de dez anos num relacionamento também, né, com meu ex: companheiro.

Assim como em GONZALEZ (2017), a análise da categoria *representação de atores sociais*, embora comumente vinculada ao significado *representacional* do discurso, concentra-se na maneira como os participantes das práticas sociais podem ser retratados. Nesta tese, será explorada especialmente em relação aos seus aspectos *identificacionais*. Ou seja, para a

compreensão da formulação dos processos de identificação, ou seja, a compreensão dos estilos, dizendo respeito também a apreciações ou perspectivas das pessoas que produzem estes textos, de maneira mais ou menos explícita, sobre aspectos do mundo, complementando o uso da avaliatividade para construir aquilo que é considerado bom ou ruim, desejável ou indesejável (GONZALEZ, 2017).

Luísa inaugura sua apresentação a partir da seleção de quatro papéis sociais que ela entende como importantes para a ocasião da entrevista: (6) ela é mulher, (7) é mulher preta, (7) tem 32 anos, (8) é moradora de uma cidade no entorno do Goiás, (10) é mãe, é (14) empreendedora e é (19) companheira. Cada um desses papéis sociais será mais bem definido e valorizado por ela no decorrer das entrevistas, mas esse ponto de partida transparece um posicionamento político social. Fui conhecendo Luísa e percebendo o quanto ela é envolvida com temas relacionados à justiça social e, ao me deter nas análises das entrevistas, pude entender melhor que desde o início ela já

¹⁴ Nome do bairro alterado a fim de evitar identificação da narradora.

demarcava seu ativismo e seu lugar enquanto agente de mudança. Para os estudos discursivos, os enunciados (BAKHTIN, 2016) ou textos (FAIRCLOUGH, 2003) são inerentemente intertextuais, ou seja, são constituídos por elementos de outros textos que os precederam e estabelecem diálogo com eles, dessa maneira, contribuem para processos de mudanças históricos e moldam textos subsequentes. Quando Luísa se apresenta como (2) *mulher preta*, ela está acionando vozes de movimentos negros que preconizam a identificação racial de pessoas retintas enquanto pessoas pretas.

As hierarquias raciais baseadas no racismo são um dos legados do processo de colonização operado no território brasileiro. O conceito de raça é socialmente construído, instituído historicamente e usado ideologicamente para criar hierarquias entre as pessoas a partir de suas características fenotípicas e de ancestralidade. A negação cultural da diversidade racial e o mito da democracia racial desencorajou o reconhecimento do racismo na formação das desigualdades sociais e de saúde (BASHIR et al, 2023). Abdias Nascimento (2016) apresenta as várias políticas antiafricanistas instituídas no Brasil desde o período da colonização, mas que tomaram formas peculiares no século XIX, escamoteando uma estratégia de genocídio das pessoas africanas e de suas/seus descendentes a partir da ideia de branqueamento racial da população. A criação ideológica do “negro” como ser inferior e a naturalização do seu extermínio transparece, entre tantas outras coisas, na dicionarização da palavra “negro” e de suas variações, carregada semanticamente de conotações pejorativas que demonstram os efeitos violentos do racismo que estrutura a sociedade brasileira até os dias atuais e que perpassa a linguagem. Uma das lutas dos Movimentos Negros no Brasil consiste na superação das imagens de controle sobre pessoas negras que reforçam as situações de violência e de apagamento:

O trabalho realizado pelos Movimentos Negros Brasileiros tem sido fundamental para manter e melhorar as informações raciais no censo e para aumentar a inclusão de dados raciais nos sistemas de informação em saúde e pesquisas de saúde. Durante o censo de 2000, houve forte mobilização por meio de campanhas de conscientização dos cidadãos brasileiros para a realização da declaração de raça/cor que fazia parte do censo (“Não deixe sua cor passar em branco”) (BASHIR et al, 2023).

A inclusão do quesito raça/cor no censo teve início em 1872 e seu objetivo principal era reforçar a hierarquia racial e “naquela época, apenas pessoas livres podiam autodeclarar sua raça/cor, enquanto os escravizados tinham sua declaração definida pelos colonizadores” (BASHIR et al, 2023). O fator raça, contudo, foi omitido dos censos verificados no Brasil desde 1950, e no censo de 1970 o critério cor não era mais aplicado,

refletindo o ideal de embranquecimento infundido sutilmente à população afro-brasileira que, partindo desse retrato distorcido da realidade brasileira e das pressões sociais a que sempre foi submetida, tendenciou historicamente para uma identificação com o branco, mesmo que a população seja majoritariamente negra desde a institucionalização desse território enquanto Brasil (NASCIMENTO, 2016). Dessa forma, quando Luísa se apresenta como (7) mulher preta, ela responde historicamente ao direito de autoidentificação e se posiciona enquanto questionadora das políticas de inferiorização de pessoas negras, demonstrando que, ao saber-se negra, reconhece as opressões a que pode estar sujeita, mas que, para além disso, escolhe apresentar-se preta e ressignifica esse lugar como um lugar de orgulho e de pertencimento.

As outras representações sociais que Luísa apresenta de si são mais detalhadas nos trechos seguintes:

Excerto 2:

Abril/2021

00:08:35

22 Luísa eu sou a Luísa, uma mãe: uma mãe um pouco rude: né, assim:
23 que não deixa de tá ali é: expressando e: através das
24 suas ↑várias linguagens, né, de amor, de amar, eu sempre
25 sou aquela ali que tô, né, no pé dos filhos “ó, é assim,
26 assim assado” e isso, isso também faz parte de outras
27 áreas da minha vida, né, quanto de trabalho, né, quanto
28 de relacionamento. Eu sou aquela que não sou muito do
29 falar mas quando eu preciso falar é::é: aquilo assim é:
30 “esteja preparado pra ouvi:r a verdade”, eu semp-, é:: a
31 verdade minha, não seja que-:: ↑não quer dizer que seja
32 a certa, mas assim, é isso que tá aqui sendo ↑externado
33 de verdade ↓então, sou essa pessoa que né, gosto do meu
34 tempo, do meu cantinho, né, vez em quando, assim, preciso
35 do meu espaço, né, comigo me:sma. Acho que todo mundo
36 precisa, ↓mas eu sou essa assim que vez em quando eu, vez
37 em quando não, vez e muito, assim, e durante a semana,
38 acho que o trabalho também me traz isso, né: um tanto:
39 é: tem esse espaço da:da:de trabalhar a criatividade,né:
40 então preciso estar ali concentrada.

A linguagem, a partir da perspectiva semântica discursiva, oferece diversas possibilidades para que avaliemos nossas atitudes cotidianas. Ainda que essas possibilidades possam ser realizadas por meio de diferentes estruturas gramaticais, o

Sistema da Avaliatividade preocupa-se com o que está para além da oração, ao estrato mais abstrato da linguagem em seus níveis de realização linguística e relação linguagem-contexto e a instanciação do sistema pelo texto (VIAN JR, 2011). A *atitude*, para o sistema da avaliatividade, é o subsistema responsável pela expressão linguística do afeto, do julgamento e da apreciação. A primeira representação social de si a que Luísa se detém é a de mãe. Ela se apresenta como uma mãe (22) *um pouco rude* e estende essa característica para o trabalho e para o relacionamento. A avaliação explícita em (22) envolve um julgamento a partir de comportamentos. Ainda que ela se coloque enquanto (22) *um pouco rude* e exigente com a criação dos filhos, neste primeiro momento ela já demonstra o reconhecimento dessas e de outras atitudes como cuidado e como (24) *várias linguagens de amor*.

Do ponto de vista discursivo, a maior parte deste excerto é constituída de declarações entre afirmações e negações, expressas como positivas ou negativas, sem verbos modais. A modalidade pode ser entendida como a questão de como as pessoas se envolvem quando fazem declarações, perguntas, ofertas ou procuras (FAIRCLOUGH, 2003). Considerando a modalidade epistêmica, ou seja, o comprometimento de Luísa com a verdade, suas afirmações são majoritariamente categóricas: (22) *eu sou a Luísa, uma mãe um pouco rude*; (24) *eu sempre sou aquela ali que tô no pé dos filhos* (29) *Eu sou aquela que não sou muito do falar*. Essas declarações de Luísa respondem à demanda que fiz a ela em (1) **“Eu queria que você começasse contando um pouco quem você é”**, e o primeiro aspecto que sublinho é a forma com que eu a abordo para fazer a pergunta. Ao invés de elaborar uma pergunta aberta proposicional do tipo “quem é você?”, eu começo fazendo uma solicitação modalizada pela conjugação do verbo em (1) **“Eu queria”**, mas também por (2;3) **“eu falo identificar, mas não é identificar, assim, não precisa ser nome”**, que pode ser justificada por um receio de manter uma abordagem constrangedora, mas que aponta para a distância social entre nós duas nesse ponto da entrevista, no qual nos percebíamos como entrevistadora e entrevistada. Por outro lado, penso que a pergunta “quem é você?” poderia soar estranha, uma vez que já nos conhecíamos, apesar de estarmos nos vendo pela primeira vez naquele momento.

A resposta de Luísa, enquanto modalidade epistêmica, indica um alto grau de comprometimento com as declarações que ela faz sobre si. Ela tem certeza daquilo que declara sobre si e não negocia sua autodefinição. Algumas pistas paralinguísticas também

são relevantes para uma análise do grau de comprometimento epistêmico daquilo que ela declara. A narradora pronuncia de maneira confiante e em alguns momentos seu tom de voz é modulado para dar ênfase em seu ponto de vista ou para elucidar seu posicionamento. Em (31) ↑*não quer dizer que seja a certa*, ela diminui o grau de comprometimento em uma construção discursiva iniciada com uma partícula de negação, abrindo para a possibilidade de negociação a depender do contexto enunciativo, mas reforçando a certeza na afirmação sobre o que é relacionado diretamente às escolhas pessoais dela em: (33) *mas assim, é isso que tá aqui sendo ↑externado de verdade*, reforçando o contexto de enunciação ao elaborar uma relação lógico-semântica realçando seu posicionamento. O posicionamento intertextual está relacionado a alusões a enunciados anteriores e pode ser implícito, por categorias de intravocalização, ou explícito, pela utilização de categorias de extravocalização (VIAN JR, 2011). Nos excertos analisados, Luísa utiliza-se de heteroglossia, colocando sua voz diante de outras por meio de uma negociação explícita, assumindo a responsabilidade no seu enunciado e revelando sua subjetividade (31).

Luísa também se utiliza de avaliações de apreço por meio de processos mentais de afeto, como ocorre com “gostar”. Essas declarações, de caráter pessoal, estão ligadas a juízos de valor, e são fundamentais para a compreensão de como Luísa decide se autoidentificar: (34) *gosto do meu tempo*, (35) *((gosto)) do meu cantinho, né, vez em quando, assim*, (36) *preciso do meu espaço, né, comigo me:sma*. (40) *preciso estar ali concentrada*. Quando ela constrói esses enunciados ou declarações, ela desafia as imagens de controle sobre mães, projetadas como abnegadas e dispostas a renegar suas necessidades para atender completamente às demandas da prole. Luísa modaliza as declarações construídas com “gosto”, e é mais decisiva com as construídas com “preciso”. Em um primeiro momento, essa modalização das declarações construídas com o processo mental “gostar”, que não acontece nas declarações com processo mental “precisar”, indicam uma necessidade de justificar suas predileções que não estejam relacionadas diretamente ao processo laboral. Em (35) *preciso do meu espaço, né, comigo mesma*, Luísa inicia com uma afirmação aparente, porém, em seguida, essa oração é subjetivamente modalizada em (36) *Acho que todo mundo precisa*. Assim, há uma diminuição do grau de comprometimento, que passa de uma afirmação categórica para uma possível necessidade universal, como uma forma de justificar uma predileção não esperada para uma mulher que é mãe de crianças

pequenas. Contudo, em seguida, essa necessidade é intensificada gradativamente (37) mas eu sou essa assim que vez em quando eu, (38) vez em quando não, vez e muito, demarcando o grau de importância que momentos de reclusão têm para ela.

Em um segundo momento, indica que mais do que gostar de ter momentos sozinha, ela necessita deles, que até este momento da entrevista é apresentado como algo positivo para o desenvolvimento de seu trabalho, principalmente pelo tipo de atividade que ela desenvolve, relacionada a (40) trabalhar a criatividade. No decorrer das entrevistas, no entanto, ela revelará uma atenção para o autocuidado como forma de cuidado que reverbera positivamente nas pessoas que convivem com ela.

Ainda que tangencie a questão do relacionamento, Luísa não aprofunda inicialmente o papel apresentado de (18) companheira, (18) esposa. Então a questiono sobre esse lugar e ela destaca o companheirismo na relação com Francisco e, com isso, a questão do aborto passa a ser narrada:

Excerto 3:

Abril/2021

00:15:50

41 **Jaqueline** >Me conta como é que foi a história< dessa, dessa
42 **experiência de vocês, como é que: acontece:u, como é**
43 **que se deu.**

44 **Luísa** Sim, é... a a a descoberta pra mim foi um choque,
45 assim, né. Foi um choque porque:: é:é: não é de se-,
46 assi:m não é... >acontecer pode acontecer, mas no meu
47 caso não era de se esperar< numa relação tão recente,
48 e... e isso me lem- e isso me trouxe até lembranças da
49 minha: >do meu primeiro filho<, né, porque não fo::i,
50 não foi esperado,né? aí eu já pensei assim, >lógico
51 que era um outro contexto, era uma outra realidade de
52 vida<, mas eu pensei: "nossa, lá vai eu, né, tendo que
53 meio que mudar o curso (hh)da história(hh)" que acabou
54 ou não, a gente é muito afetada: né. E ai primeiro
55 realmente bateu esse: esse choque de realidade <ma::s
56 é: com o conhecimento que eu já ti::nha, né, das
57 escolhas que eu poderia ter, né: sobretudo com relação
58 ao meu co:rpo, de querer ou não, né, °porque a 12 anos
59 atrás° eu nem- ↑a minha mentalidade era outra, é: "ou
60 aceita, né, essa vidinha e tal, ou então:: é... ↑é como
61 Deus quer↑", né, ↓era uma outra: compreensão até, com

62 relação a:a: ↑esse peso que a gente acaba tendo que:
63 que lidar né, [sim] da socieda:de, né, com relação a
64 Igre:ja, então, a famí:lia, né... e:e:
65 **Jaqueline** **Essa primeira gravidez foi muito difícil pra você a**
66 **escolha dela, assim, não é:é: escolha, né, é... passar**
67 **por ela, é... ↓foi muito complicado?**
68 **Luísa** É... Não entendi..
69 **Jaqueline** **A 12 anos atrás, assim, como foi essa experiência?**
70 **Luísa** Fo:i, fo:i, foi complica:do, mas é aque- aquela, assim:
71 ↑ >" vamos, vamos ne:ssa, vamos ne:ssa<, a gente vai
72 fazer de tu:do e ta:l" então, assim, ↓eu era
73 adolescente, né... 18 anos... tava começando a vida,
74 né, mas eu, eu sempre tive apo:io também, então eu não
75 tive ausência disso. ↓Então pra mim foi:, acabou sendo
76 confortável também [sim...] ma:s é:: naquele tempo eu
77 já era uma menina que tive que abrir mão de muitas
78 co::isas , né... e:: aí, eu, é: durante os anos isso
79 foi me: me pesando, né, eu fui me cobrando, ma:s nessa-
80 ↑nessa de agora não, uma outra cabeça, né, é uma
81 mulhe:r, naquele tempo era ↓uma Luísa, né,
82 adolescente, entã::o é: sentir, né... iss- é... essa...
83 tem essa questão também da... ↑da informação, essa
84 questão agora da:da:da de:de pensar essa rede, né, de
85 ir atrás dessa rede: "ela existe? né: onde que eu vou?
86 e tal" e:: e: não tinha pens- é: não tinha a
87 possibilidade de: de ter, até porque na minha cabeça
88 passava "não, porque tem a possibilidade de não ter",
89 então eu tô acreditando que eu não vou ter, que eu vou
90 consegui:r, então, ↑eu nem pensava assim "caramba, se
91 não der certo eu vou me frustra:r e tal, eu vou ter
92 que... vou ter que ir ne:ssa, né, vou ter que(th)
93 seguir, né, seguir com(.hh) com a gestação"

Luísa compara de maneira recorrente o aborto que fez à sua primeira gestação, mas essa comparação é estruturada discursivamente como forma de se identificar a partir de um lugar de mulher mais amadurecida do que quando esteve grávida pela primeira vez e por isso é abordada nesta seção. A *pequena história* (GEORGAKOPOLOU, 2015) narrada por Luísa sobre a experiência apresenta uma reflexão sobre dois momentos de sua vida: a (73) adolescente, que engravidou aos 18 anos e que não tinha a

possibilidade de interromper a gestação, e uma Luísa (82) mulher, já com a possibilidade de escolha e de acesso à (84) informação. Para compreender como essa identidade é estruturada discursivamente, recorro inicialmente à análise da intertextualidade/interdiscursividade, da modalidade e avaliação e de metáforas.

Para Foucault (2008), uma característica da função enunciativa é que sua execução é necessariamente relacionada à existência de um domínio associado. Para o teórico, a formulação de um enunciado é mais extensa que o envolvimento psicológico de quem o realiza, e é comandada pela disposição do campo enunciativo. Este campo enunciativo seria, dessa forma, constituído por (i) um jogo de réplicas, nas quais o enunciado forma um elemento, “um jogo de réplicas formando uma conversação, a arquitetura de uma demonstração - limitada, de um lado, por suas premissas, do outro, por sua conclusão -, a sequência das afirmações que constituem uma narração” (FOUCAULT, 2008. p.111); (ii) pelo conjunto das formulações às quais o enunciado se refere explicita ou implicitamente: “seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas” (p.111); (iii) pelo conjunto das formulações propiciadas pelo enunciado “e que podem vir depois dele como sua consequência, sua sequência natural, ou sua réplica” (p.111) ;e, por fim, (iv) pelas formulações com as quais o enunciado compartilha o status em questão, “entre as quais toma lugar sem consideração de ordem linear, com as quais se apagará, ou com as quais, ao contrário, será valorizado, conservado, sacralizado e oferecido como objeto possível, a um discurso futuro” (p.111).

Dessa maneira, Foucault assinala para uma relação de reatualização nos enunciados de forma semelhante à concepção bakhtiniana de que enunciado é “um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam, tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (BAKHTIN, 2016. p. 62). Fairclough (2003), por sua vez, entende enunciados como textos e propõe uma sistematização para investigação das relações nos textos, nos tipos de discursos e entre eles, distinguindo intertextualidade de interdiscursividade. A primeira envolve relações entre textos e a segunda, entre diferentes tipos de discurso.

Antes de me atentar às diferenças apresentadas pela narradora sobre dois momentos de sua vida, inicio a análise discursiva desse trecho por uma semelhança entre as duas fases que ela viveu: a primeira gravidez levada a termo aos 18 anos, e uma

gravidez interrompida aos 32 anos. A semelhança narrada entre essas duas experiências é que ambas não foram intencionadas por Luísa e aconteceram em um momento avaliado por ela como inadequado e isso aparece no nível discursivo por meio da representação da descoberta representada pelo uso metafórico da palavra “choque” em: (45) Foi um choque e em (55) primeiro realmente bateu esse: esse choque de realidade, estabelecendo correlação das experiências a um impacto brusco. A inadequação do momento também é representada por meio de construção de declarações com juízo de valor em: (47) não era de se esperar e (50) não foi esperado. As declarações com juízo de valor referem-se a algo que é desejado ou não e aparecem sobre a forma de processos relacionais, tendo o juízo de valor no atributo. Luísa não usa a palavra “gravidez” ou “grávida” quando conta a história, e até parece evitá-la, mas deixa sugerido quando realiza coesão referencial por meio de elipse, como demonstrado em (48) e isso me lem- e isso me trouxe até lembranças da minha: >do meu primeiro filho<.

Ainda que ela não complete a sentença com o identificado da oração relacional, foi possível deduzi-lo, como demonstrado pela minha escolha por utilizar a palavra “gravidez” na pergunta (65) **Essa primeira gravidez foi muito difícil pra você**, uma referência anafórica ao que ela havia narrado. Dessa forma, seria possível reconstruir as declarações de Luísa como (47) ((Essa gravidez)) não era de se esperar e (50) ((engravidar)) não fo::i, não foi esperado. Ambas as declarações são modalizadas por meio de negação, indicando intertextualidade, uma vez que se algo é “não esperado”, deduz-se que há condições em que se “é esperado”. Na questão das escolhas reprodutivas, Luísa apresenta as duas razões por que ambas as gravidezes não correspondiam ao “esperado”: (47) numa relação tão recente e (73) ↓eu era adolescente, né... 18 anos... Ao longo das análises será possível notar que esses fatores estão entre as principais justificativas apresentadas por ela e por Francisco sobre a tomada de decisão pela interrupção, sinalizando para pressões sociais que afetam as escolhas reprodutivas individuais das pessoas.

Ainda que parta de uma escolha individual, essas duas condições assinalam uma aproximação a discursos que reforçam critérios idealizados aos quais uma mulher deve satisfazer para se encaixar no perfil almejado para o exercício da maternidade. Trabalhei a interdiscursividade dessas vozes no texto da Ideia Legislativa nº 29.984 que propunha a regulamentação da interrupção voluntária da gravidez dentro das 12 semanas pelo Sistema Único de Saúde na minha dissertação (SUASSUNA, 2016) e preconizei naquela

pesquisa que, ainda que a sugestão legislativa advogasse pelo entendimento da interrupção voluntária da gravidez como uma questão de saúde e pela sua descriminalização, o texto sustentava ideais universalizantes de maternidade que reforçavam o racismo, o classicismo, o etarismo e a subjugação ao masculino. Luísa e todas as pessoas deveriam ter o direito de fazer as escolhas que julgassem melhor sobre sua vida reprodutiva, mas, para que realmente exista possibilidade de escolha, é necessário questionar as imagens de controle sobre a maternidade, indo ao encontro dos pressupostos da Justiça Reprodutiva, que advoga pelo alinhamento da luta pelos direitos reprodutivos à luta por justiça social de forma abrangente.

Dois estereótipos apresentados de forma recorrente sobre a inadequação à maternidade e comumente apontados para negativamente criar um perfil das mulheres que recorreram a abortos voluntários podem ser resumidos na seguinte frase retirada do texto da Ideia Legislativa nº 29.984: “para uma mulher, pode ser insuportável o estigma de ser mãe solteira ou ser mãe precoce” (SUASSUNA, 2016. P. 30). Ou seja, adolescentes grávidas e mulheres que não estejam em um relacionamento cis heteronormativo estável não correspondem ao modelo almejado para o exercício da maternidade. Dito isso, quando Luísa elabora sua narrativa por meio de sentenças como:

(73) tava começando a vida, né, (74) mas eu, eu sempre tive apo:io também, (75) então eu não tive ausência disso, o **nexo circunstancial das relações lógico-semânticas** estabelecidas por meio de expansão entre as cláusulas da sentença permite o reconhecimento da interdiscursividade na fala dela. Luísa contesta discursos que inferem que adolescentes que engravidam não contam com apoio familiar e estão necessariamente em situação de precariedade, enfatizando que não foi o caso dela por meio da estratégia discursiva em que a cláusula secundária (74) (75) é projetada a partir da primária (73) na forma de locução, realçando a construção de uma sequência de asserções seguidas por uma negação, avigorando sua declaração na última por meio de realce (75) então eu não tive ausência disso.

Quanto à comparação entre as duas experiências de gravidez vividas por Luísa, ela a organiza discursivamente de forma a valorar positivamente o fato de ter se percebido capaz de tomar a decisão pela interrupção em comparação a ter seguido com a primeira gestação enquanto adolescente. Quando compara, duas vezes com perspectivas bem diferentes são apresentadas discursivamente. Destaco a seguir uma série de declarações

realizadas por meio de relato direto, em que a narradora propõe a reprodução fiel ao que ela viveu e sentiu nos dois momentos por meio de citação direta.

Há um desequilíbrio entre a quantidade de citações reproduzidas pelo que nomearei como Luísa adolescente em comparação à Luísa adulta. Das seis ocorrências separadas, apenas duas representam a voz da adolescente e são permeadas de intertextualidade de outros atores sociais. Em (59)↑*a minha mentalidade era outra, é::* (60) “ou aceita, né, essa vidinha e tal, ou então: é... (61)↑*é como Deus quer*↑”, né, os processos estão desagencializados e a agência de Luísa é colocada em relação de subalternidade a outras vozes que não são identificadas inicialmente por meio da sentença imperativa (60) aceita essa vidinha, cujo uso do diminutivo demonstra uma avaliação negativa da narradora em relação à demanda que era imposta a ela. Ainda que Luísa reproduza essa citação como reflexo da sua mentalidade da época, diferente da atual, (59)↑*a minha mentalidade era outra*, ela denuncia o desequilíbrio de poder ao qual ela estava submetida, incluindo a falta de poder de decisão, uma vez que a citação é realizada por meio de oração deôntica com alto grau de obrigação.

Para a análise de conversas espontâneas em ambientes sociais naturais, as micropausas são um elemento relevante na interação, “capaz de mobilizar ação responsiva organizada dos participantes, em trajetórias reais de ação e em posições específicas de suas falas (GAGO, 2002, p. 100). Neste momento da entrevista, Luísa estabelece uma relação de proximidade entre nós duas por meio de micropausas realizadas pelo recurso argumentativo-interacional “né”, uma demanda de aprovação, à qual eu correspondo respondendo afirmativamente na sequência de negociação: (62) (...) *a gente acaba tendo que:* (63) *que lidar né, [sim]*. Luísa também investe nessa aproximação me incluindo nas declarações construídas em segunda pessoa do plural, nas quais compartilhamos, enquanto mulheres, pressões sociais impostas pelos atores sociais: (63) *sociedade*, (64) *igreja e família*. Ou seja, o sujeito elíptico de (60) “ou aceita, né, essa vidinha e tal, ou então:: é... (61)↑*é como Deus quer*↑” e que retira de Luísa a possibilidade de cogitar outras alternativas é cada uma dessas três instituições sociais, pilares do patriarcalismo e oposição histórica à descriminalização do aborto voluntário: a sociedade colonial moderna, a igreja e a família patriarcal.

Por outro lado, por meio da análise das citações diretas que recontextualizam a voz da Luísa adulta, é possível identificar movimentos discursivos que representam uma

maior agência do que quando ela era adolescente. Neste caso, Luísa projeta sua voz assumindo o papel de primeira pessoa do discurso e como experienciadora de processos mentais, na representação do evento: (52) *mas eu pensei*, (85) *pensar essa rede/ir atrás dessa rede* (88) *na minha cabeça passava*, (91) *se não der certo eu vou me frustra:r*. Luísa também faz uso de duas metáforas de orientação espacial para identificar a sua experiência. As metáforas apresentadas por Luísa são um traço identificacional moldado por estilos particulares da experiência vivida por ela. Observemos os excertos a seguir:

(52) “*nossa, lá vai eu, né, tendo que meio que mudar o curso (hh)da história(hh)*”

(93) *vou ter que ir ne:ssa, né, vou ter que(th) seguir, né, seguir com (.hh) com a gestação*”

As metáforas indicam que engravidar não estava nos planos de vida de Luísa naqueles momentos, e ela utiliza-se de uma construção discursiva que indica mudança de um caminho que ela pretendia percorrer, ou seja, uma alteração de projetos de vida. Metáfora é um recurso disponível para produzir representações distintas do mundo (FAIRCLOUGH, 2003) e, entre as metáforas de orientação espacial, “em frente” comumente possui valor semântico positivado em relação a outras metáforas espaciais, como, por exemplo, “para trás”. Dessa forma, *mudar o curso* é utilizado discursivamente por Luísa contendo uma avaliação negativa da gravidez. Outra metáfora de orientação espacial está presente em (85) *pensar essa rede, né, de ir atrás dessa rede*, dessa forma, a metáfora utilizada simboliza um caminho em que a rede de apoio estaria à frente e Luísa precisaria percorrê-lo para encontrá-la. Ou seja, neste caso, simboliza a ação de Luísa em procurar por uma rede de apoio para um aborto clandestino seguro, o que, devido ao cenário de criminalização brasileiro, não é facilmente acessível e depende de uma ação de busca e de movimentação.

Os risos são transcritos por (hh) e são entendidos como sinal de participação na interação, como atividade socialmente organizada, ou seja, o riso é entendido enquanto enunciado (GAGO, 2002). O riso no excerto (52) demonstra um nervosismo e é precedido pela voz embargada de Luísa quando começa a narrar essa parte da história. O estalar de línguas (th) e a inspiração profunda (.hh) em (93) também são textos e, em particular, o primeiro aponta para um desconforto enquanto busca por uma palavra que julgue adequada para se referir à gravidez, e o segundo indica uma tomada de ar antes de nomear

“gestação” pela primeira vez, indicando um descontentamento com a gestação inesperada.

Quando o encontro de abril já estava se encaminhando para o fim, perguntei à Luísa se ela achava que a experiência do aborto a havia modificado de alguma forma e ela me explicou que entende o processo de mudança como algo natural da vida, e que ultimamente ela tem se percebido muito mais madura. Falou-me sobre como os anos transformaram a maneira com que ela pensa a questão da maternidade e como estar em um relacionamento com um homem preto tem sido fator de ampliação de possibilidades às quais ela não tinha acesso antes.

Questões como essa apontam para a importância das redes de apoio que respeitem e assegurem as tomadas de decisão das pessoas que optam por interromper uma gestação, permitindo, assim, entre tantos fatores, a liberdade e o direito de ser quem são livremente e sem o risco do julgamento. Esses pontos serão aprofundados na seção “redes de apoio” deste capítulo. De todo modo, os excertos seguintes, retirados da entrevista de abril e da entrevista de dezembro, apresentarão mais algumas concepções importantes para como Luísa tem procurado se perceber:

Excerto 4:

Abril/2021

01:03:50

95 Luísa (...)e aí lógico que depois de:de:disso, >não só
96 colocando a relação aqui<, ma:s é:: outras
97 experiências, né: isso que:que:que:que fo:i me
98 tornando essa Luísa de agora que, pensou ((**voz**
99 **levemente embargada**)) não só por conta da si- da
100 relação anterior [**sim**] e do que eu passei dos filhos,
101 mas é porque realmente é uma outra mulher, né, [**uhum**]
102 que não vai se submeter, né, por: por conta de::de
103 questã:o é... de culpa cristã:: ((**mudança de entonação**
104 **sugerindo uma outra voz**)) “ah: porque tem que ser”
105 não... tem que ser por quê?(hh), né? Sabe? começar a
106 questiona::r, né, então, acho que e:essa questão da
107 luta, né, que a gente sempre tá em busca, né, pelos
108 nossos direitos, acho que tudo isso também é um... é
109 um fator assim importantíssimo, né, [**sim**] no processo
110 de ser mulher...

Existem vários tipos de representações de eventos por seleção de processos nas declarações presentes no último excerto, com as quais Luísa compromete-se fortemente por meio de processos relacionais (101) *mas é porque realmente é uma outra mulher; de processos mentais (107) a gente sempre tá em busca, né, pelos nossos direitos e de processos comportamentais (105) começar a questionar*. Em cada uma das declarações apresentadas, ao falar em um tom confiante, a entonação de Luísa foi relevante para demonstrar o grau de envolvimento dela com o que estava sendo posto. Ela faz uso da autorreferência em terceira pessoa por meio de processo relacional e de processos comportamentais para representar a sua identidade questionadora e insubmissa, como em: (101) *realmente é uma outra mulher, né, [uhum] que não vai se submeter* e aumenta o grau de comprometimento na afirmação pelo uso de *realmente e sempre*. O surgimento dessa nova personalidade amadurecida é representado no nível do discurso por meio de uma construção na voz passiva de um processo material transformativo (97) *fo:i me tornando essa Luísa de agora*, indicando que o amadurecimento que ela caracteriza como gradual é resultado da modificação causada nela pelas experiências vividas. Contudo, ela ressalta a partir de (99) que esse amadurecimento só aconteceu devido à uma atitude questionadora e ativa da parte dela.

Nesse ponto da narrativa é possível observar também mais sequências de negociações entre mim e Luísa, nas quais demonstramos mais envolvimento do que no início da entrevista e nas quais Luísa me inclui no compartilhamento de opressões e na luta por justiça social para mulheres, (107) *que a gente sempre tá em busca, né, pelos nossos direitos, estabelecendo uma aproximação por meio do reconhecimento de ocupação de espaços sociais e de interesses*.

Quando voltamos a nos encontrar em dezembro para uma nova entrevista, Luísa e eu já compartilhávamos uma relação de proximidade maior, e trocávamos risadas e formas carinhosas de evocar uma à outra. Nós tínhamos mantido contato por mensagens de texto durante os meses que se passaram entre um encontro de entrevista e outro, nas quais ela me contara sobre ter se tornado rede de apoio para duas outras mulheres. Esse tema acabou tomando bastante espaço no encontro de dezembro, pois permitiu que Luísa assumisse outro papel social frente à questão do aborto: agora ela era uma mulher que já sabia quais caminhos percorrer e o que era necessário para ajudar outras pessoas a passar pela situação de clandestinidade com segurança e dignidade. Ser apoio também fortaleceu

Luísa em suas convicções e nas transcrições da entrevista de dezembro foi possível notar uma mulher ainda mais posicionada e certa de seus princípios. Quando o encontro se encaminhava para o final, perguntei a ela novamente sobre como ela se via a partir da experiência do aborto que havia vivenciado no ano anterior e do acompanhamento que ela ofereceu para outras mulheres em situação parecida, e ela me respondeu com a pequena história abaixo.

Excerto 5:

Dezembro/2021

00:52:04

111 Luísa ((fala em ritmo pausado))Eu: eu digo que é uma Luísa
112 que ela... ela... tem se mostrado uma Luísa mais
113 decidida... sabe? Uma Luísa que olha com mais
114 generosidade, né, e respeito pela sua história, né,
115 pelo que... o que... eu passei até aqui, né, então
116 assim, é: é olhar sobre uma escolha, que: ela: vai
117 dizer tanto sobre mim, quem eu tô me tornando, né, é:
118 sobre o que eu vou querer de mim... né, assim, lógico
119 que é:: uma ideia, mas é assim, é:: é pensar sobre
120 esse futuro, né, é sobre as escolhas que eu tô fazendo
121 e que vão ser consequências, né... e:: ent-então eu
122 acho que é sobr- é:é:é olhar muito sobre mim mesmo,
123 assim, e eu digo que às vezes é ter um olhar até mais
124 egoísta, mas é um egoísta de que assim, é:: é porque
125 eu preciso olhar pra mim, né, eu preciso é:: olhar
126 por... por... °nossa, quase que não sai°, pro que eu
127 quero, né, pelo que eu quero, né, de agora em diante,
128 né, e que acaba que... é:: dessas escolhas que são
129 feitas, elas vão mexer com uma: uma estrutura que é
130 muito minha, né, e aí isso vai falar muito sobre...
131 sobre... é::... enfim... sobre... ↑sobre a relação
132 que eu tenho comigo mesma, é isso, sabe? E que eu acho
133 que não é... ↑não é ninguém que vai dizer, não é
134 ninguém, não é família, não é uma, uma estrutura
135 socia:l, não é um companheiro... Então, acho que...
136 é... a partir do momento que você sabe se colocar,
137 assim, e fazer com que o outro compreenda isso, né,
138 eu acho que... é:é mais tranquilo, né, de se
139

colocar[**sim**],né? Então acho que-[**E como é que você avalia isso?**]

140 **Jaqueline** **Ah! Desculpa. Termina.**

141 Luísa Não! pode colocar, pode por...

142 **Jaqueline** **Como é que você avalia essa maneira que você tem se**

143 **olhado?**

144 Luísa Como eu tenho me olhado?

145 **Jaqueline** **É, como é que você avalia?... tá: tá mais pra como...**

146 **assim? Como é que isso reflete? Mais positivame:nte,**

147 **mais negativame:nte para você com as relações, como é**

148 **que isso tem- qual é a sua avaliação sobre isso?**

149 Luísa Eu: eu acre- eu acredito que positivamente, assim, eu

150 acho que:... até porque se: se eu não olhar dessa

151 forma é:: positiva pra mim, assim, de forma com que,

152 né, dessas escolhas, de tudo isso, se: se for o

153 contrário, né... é: acaba que não vai ser bom pra mim

154 e não vai ser bom pra quem: vai tá a minha volta, né,

155 então isso acaba que:: é:: vai vai >vai refletir, vai

156 dizer muito sobre... é... o meu estado mesmo, assim...

157 de estar bem comigo mesma, né, com as minhas decisões.

Luísa se apresenta a partir de um lugar de busca por autoconhecimento e por autoavaliação, questionando tudo aquilo que ela percebe oferecer algum tipo de controle sobre ela. Essa é uma atitude de afastamento de opressões que minguam o poder sobre quem se é e sobre o que se pensa. Ela emerge enquanto questionadora e fundamenta suas questões na experiência vivida do corpo aberto, demonstrando o que foi preconizado por Maldonado-Torres quando indica que a “transição da condenação para a possibilidade da comunicação passa pela formulação de questões críticas” (2018, p.46). A decolonialidade requer um compromisso com o corpo aberto do qual surgem novas formas de pensar. Glória Anzaldúa (2005) descreve esse movimento no qual *la mestiza* deixa de ser bode expiatório para tornar-se sacerdotisa mor nas encruzilhadas por meio de uma atitude de reflexão crítica do passado, ruptura consciente com as opressões, reinterpretação da história e construção de novas concepções sobre o mundo e sobre si:

Ela põe a história em uma peneira, separa as mentiras, observa as forças das quais nós enquanto raça, enquanto mulheres, temos sido parte. *Luego bota lo que no vale, los desmientos, los desencuentos, el embrutecimiento. Aguarda el juicio, hondo y enraizado, de la gente antigua.* Esse passo representa uma ruptura consciente com todas as tradições opressivas de todas as culturas e religiões. Ela comunica essa ruptura, documenta a luta. Reinterpreta a história e, usando novos

símbolos, dá forma a novos mitos. Adota novas perspectivas sobre as mulheres de pele escura, mulheres e queers. Fortalece sua tolerância (e intolerância) à ambiguidade. Ela está disposta a compartilhar, a se tornar vulnerável às formas estrangeiras de ver e de pensar. Abre mão de todas as noções de segurança, do familiar. Desconstrói, constrói. Torna-se uma *nahual*, capaz de se transformar em uma árvore, em um coioote, em uma outra pessoa. Aprende a transformar o pequeno “eu” no “eu” total. *Se hace moldeadora de su alma. Según la concepción que tiene de si misma, así será* (ANZALDÚA, 2005. p.709).

Luísa perpassa discursivamente cada uma das etapas preconizadas por Anzaldúa: ela questiona as opressões interseccionais às quais está submetida e rompe com as tradições religiosas opressivas (133) não é ninguém que vai dizer, não é ninguém, não é famí:lia, não é uma, uma estrutura socia:l, não é um companhe:iro, ela comunica essa luta enquanto realizadora de processos verbais (123) e eu digo que às vezes é ter um olhar até mais egoísta, mas é um egoísta de que assim, é:: é porque eu preciso olhar pra mim; ela reinterpreta a história e dá novas formas (151) se eu não olhar dessa forma é:: positiva pra mim, assim, de forma com que, né, dessas escolhas, de tudo isso, se: se for o contrário, né... é: acaba que não vai ser bom pra mim e não vai ser bom pra quem: vai tá a minha volta; adota novas perspectivas sobre si (113) Uma Luísa que olha com mais generosida:de, né, e respeito pela sua história; se apresenta disposta a compartilhar (136) a partir do momento que você sabe se colocar, assim, e fazer com que o outro compreenda isso, né, e aprende a se colocar como prioridade (156) estar bem comigo mesma, né, com as minhas decisões.

Anzaldúa, ao teorizar sobre o corpo fronteiriço, defende que *la mestiza* é alçada de pária à ponte entre culturas (2005). Nesta seção, busquei demonstrar como Luísa torna-se ponte entre o poder falar e o aprender a ouvir, tão importantes para relações de alteridades e, especificamente, para a prática de pesquisa científica. Ela nega a posição de oferenda, assim como de objeto de pesquisa, e não aceita ser forçada a sacrificar-se para se encaixar a imposições interseccionais estruturantes da sociedade moderna colonial. Ela possui agência e seu corpo encruzilhada abre caminhos para sua libertação, assim como para a minha e a de quem mais for capaz de escutá-la com atenção. Nas próximas seções, elementos de autoidentificação e autoavaliação de Luísa também emergirão, mas estarão relacionados mais diretamente aos outros movimentos discursivos que surgiram nas entrevistas.

Síntese dos resultados da Análise

A seguir, apresento um quadro-síntese dos principais resultados da análise das pequenas histórias narradas por Luísa a partir de sua autodefinição e autoavaliação em busca de responder às perguntas que guiam esta pesquisa, principalmente a que se ocupa da investigação das categorias identificacionais discursivas acionadas pelas participantes. Ou seja, as categorias discursivas ligadas, sobretudo, ao giro decolonial do ser, no qual a participante ressurge enquanto criadora, defendendo seu direito à subjetividade.

Categorias de análise discursiva	Alguns resultados analíticos
Representação de atores sociais	Luísa representa a si em relação aos papéis ligados à maternidade, ao trabalho e ao relacionamento, mas como atora dotada de agência e questionadora de outros atores sociais representados por instituições e pessoas que historicamente subalternizam mulheres: igreja, família, estrutura social, companheiro.
Avaliação	Luísa utiliza-se de avaliações de apreço para se autoidentificar e questionar imagens de controle que projetam mães como pessoas abnegadas oferecendo perspectivas de uma mulher que se permite desejar o melhor para si.
Identificação Relacional	Quando faz comparações entre sua adolescência e a fase adulta, Luísa se representa como sujeita desagencializada e sem possibilidades de tomar decisões baseadas em sua vontade quando mais jovem, ao contrário da adulta, representada ciente de suas decisões e sem querer negociá-las. Além disso, as representações que ela faz de si contrastam as expectativas hegemônicas sobre os papéis de mulher, de negra, de mãe, de adolescente, de esposa e de trabalhadora.
Intertextualidade	Luísa apresenta a sua primeira gestação e a gestação interrompida como não intencionais, e se utiliza de citações nas quais ela é atora sem agência para representar o tipo de pensamento que tinha quando adolescente, em oposição às representações que faz de si quando decide abortar.

Interdiscursividade	Luísa contesta discursos hegemônicos que podem tencionar controle sobre ela e suas decisões, tanto quando pensa na primeira gravidez, quando adolescente, quanto no aborto realizado quando mais amadurecida. Assim, estabelece uma relação de interdiscursividade com uma série de condições que socialmente são esperadas para mulheres que engravidam exercer a maternidade e às quais ela não correspondia em ambas as situações, como, por exemplo, a pouca idade e estar em um relacionamento recente com um homem que não é o pai de seus primeiros filhos. Tanto ter um filho durante a adolescência, quanto abortar enquanto uma mulher adulta são questionáveis em cenários de injustiça reprodutiva.
Metáfora	A narradora faz uso de metáforas para indicar que a gravidez não fazia parte de seus planos e indicaria uma mudança de planejamento de vida que ela não queria realizar no momento. Ela também se utiliza desse recurso para demonstrar a dificuldade de procurar por um procedimento em uma sociedade que o criminaliza.
Representação de eventos	Luísa se projeta como agente que sente, experiencia, avalia e toma decisões quanto ao aborto e mobiliza outros atores para garantir que sua decisão seja respeitada.
Modalidade	A participante faz uso de declarações categóricas com alto grau de comprometimento, não negociando sua autodefinição e questionando os papéis hegemônicos sobre mães, assumindo a necessidade de autocuidado como extensão do cuidado com sua família.

6.2 Pequenas Histórias: Clandestinidade

Nesta seção, apresento e analiso as pequenas histórias narradas por Luísa que evidenciam questões sobre clandestinidade. A clandestinidade é um dos movimentos retóricos recorrentes nas narrativas sobre o aborto vivenciado por Luísa e que me permitiu abordar temas relacionados a cenários de criminalização, como o medo do julgamento social, a insegurança e a imprevisibilidade, além da necessidade de planejamento e de criação de estratégias que garantissem o anonimato e a segurança física e psicológica.

Para iniciarmos a discussão desta seção, gostaria de esclarecer algumas definições e diferenças sobre aborto no Brasil. Como discutido na introdução desta tese, o aborto voluntário é crime no Brasil, exceto nos casos em que a gravidez é resultado de estupro, quando coloca em risco a vida da pessoa gestante ou o feto é anencefálico. Nesses casos, o acesso ao aborto seguro é um direito e os serviços de aborto legal oferecidos pelo SUS devem garantir a interrupção. Dessa forma, nomeia-se aborto legal os procedimentos realizados segundo os termos do Código Penal (BRASIL, 1940), e ilegal, ou clandestino, os realizados de forma voluntária e que não contemplam os casos previstos em lei. A interrupção da gravidez pode acontecer por causas naturais, chamado aborto espontâneo, ou por ação da pessoa gestante, auxiliada ou não por outra pessoa, chamado aborto provocado (VILELA; BARBOSA, 2011). O abortamento, legal ou ilegal, pode ocorrer por meio medicamentoso ou pelo esvaziamento da cavidade uterina. Quando o aborto é realizado em idade gestacional adequada, por pessoas qualificadas para realizá-lo, e utilizando-se métodos recomendados pela Organização Mundial de Saúde, ele é reconhecido como um procedimento seguro e com riscos muito baixos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2022). Em países como o Brasil em que o aborto possui restrições severas, o acesso ao aborto seguro é um privilégio social. Desta forma, as leis restritivas e a alta moralização não fazem com que as mulheres deixem de abortar quando decididas, mas coloca suas vidas em risco. Por outro lado, realizar um aborto voluntário de forma clandestina não significa necessariamente que este aborto é inseguro, como foi o caso vivido por Luísa que procurou uma rede de apoio como estratégia que garantisse a ela percorrer um itinerário para realização do aborto de forma segura, sem julgamentos e de maneira rápida.

No trabalho *Itinerários abortivos em contextos de clandestinidade na cidade do Rio de Janeiro* (HEILBORN et al, 2012), as pesquisadoras apresentam estratégias e

itinerários como duas categorias para identificar circunstâncias presentes na decisão pela interrupção da gestação. Deste modo:

Por estratégias concebemos o conjunto de ações que a gestante aciona para decidir e realizar o aborto: a rede de interlocutores, de apoios materiais e de informações indispensáveis para obter um procedimento clandestino. Por itinerário entendemos o elenco de métodos utilizados, a sequência temporal para obtenção do resultado esperado e eventuais sequelas do(s) procedimento(s). Para nós, o itinerário é o resultado concreto das estratégias acionadas, podendo incluir as dificuldades para conseguir os meios materiais para realizar aborto (HEILBORN et al, 2012, p. 1703).

As variadas estratégias culminam no tipo de método utilizado e podem revelar as intersecções de opressões às quais as mulheres são submetidas de formas desiguais no itinerário para um abortamento.

O processo de decisão envolve uma série de ponderações enfocadas no momento de realização do aborto. Este compromete a corporalidade das mulheres e deixa intacta a corporalidade dos homens. Tal aspecto é interessante para pensar a participação de cada um dos sexos: trata-se de um processo em que, mesmo envolvendo homens e mulheres, a materialidade da experiência determinaria aparentemente as performances de cada um deles (RAMÍREZ, 2000 p. 322).

Para iniciar as análises discursivas das pequenas histórias narradas por Luísa que perpassam a questão da clandestinidade, selecionei trechos das entrevistas em que a narradora apresenta as estratégias e o itinerário percorrido. Importante reforçar que Luísa contou estar certa da decisão desde a identificação da gravidez e que, a partir de então, procurou meios para garantir a interrupção. Ela delegou a Francisco a incumbência de buscar por informações, de vigilar pela segurança dela e de arcar financeiramente com o processo.

Excerto 6:

Abril/2021

00:20:11

158 Luísa eu tava assim, ((voz melindrosa)) "a:i, resolve aí, fica
159 um pouquinho aí com esse b.o.", sabe?(hh) porque eu
160 acho que tem uma hora que a gente tem que(hh)...né...
161 ↓corre e tu:d- , ↑assim, a decisão foi tomada, né,
162 <"vai ser isso"> e:e ele "então vamos nessa, assim...
163 você aqui é mais importante" [isso é interessante] e
164 eu falei, "então você:: segura outras pontas ai, faça
165

conta:to, daqui eu vou te fala::ndo, assim, 'é isso?'
'é isso'".

Enquanto me narrava sobre como o processo se desenvolveu, Luísa fez questão de me explicar o porquê de não ter conversado comigo quando Francisco me pediu ajuda para conseguir acessar uma rede de provimento segura. Foi neste momento que ela pontuou a decisão de que seria ele quem arcaria com o procedimento, uma vez que ela já estava lidando com o assunto pela materialidade da gravidez em seu corpo, e sua participação não era optativa. A participação dos homens “nunca terá equivalência com o envolvimento físico das mulheres, mas também tal experiência não deixa incólumes aos homens comprometidos com a situação” (RAMÍREZ, 323). No nível discursivo, isso é demonstrado na sequência de declarações de modalidade deontica presentes nas citações diretas que Luísa fez em referência ao diálogo de negociação com Francisco. Ainda que modalizada pelo uso de estratégias de delicadeza verbal, como a entonação suavizada e o uso de diminutivo (158) “a:i, resolve aí, fica um pouquinho aí com esse b.o.”, ela é categórica com as decisões e com as incumbências passadas a ele por meio de orações imperativas (162) <“vai ser isso”> (164) “então você:: segura outras pontas ai, faça conta:to, daqui eu vou te fala::ndo, assim, 'é isso?' 'é isso'". Francisco, por sua vez, é representado por Luísa como alguém que reconhece seu papel e assume as tarefas que lhe couberam por meio da citação direta (162) “então vamos nessa, assim... você aqui é mais importante”.

É possível identificar que a avaliação positiva é justificada pela facilidade de acessar uma rede de provimento da medicação, pela rapidez da chegada do material (168), pela rapidez do procedimento em si (170), por não ter tido nenhuma intercorrência física (177) e por ter a possibilidade de consultar uma profissional especializada em caso de alguma dúvida (180).

Excerto 7:

Abril/2021		00:21:11
167	Luísa	fiquei <u>surpresa</u> com o processo que foi rápido,
168		assim, né... foi rápido assim, <u>a chega:da</u> , a chegada
169		do materia:l, né...
Abril/2021		00:31:29
170	Luísa	mas é:: é, foi,foi muito rápido, assim, a gente fez
171		esse procedimento é:: durante a tarde, né, porque eu
172		preferi almoçar, né, preferi almoçar, e ai comecei

173 das duas ho:ras °por aí° e quando foi umas trê:s e
174 quare::nta, quase quatro horas, eu já... já tinha
175 acontecido, né...

No nível discursivo, a avaliação positiva de Luísa é realizada por meio de afirmações valorativas construídas com processos relacionais atributivos em que ela ressalta a rapidez, tanto da chegada do material (168) quanto a duração da efetivação do procedimento (170). Ela enfatiza o contentamento com a duração do processo por meio de entonação e da construção (167) *fiquei surpresa*, composta por processo mental cognitivo que remete ao que foi sentido por ela ao constatar que, ao contrário do que pensava, o procedimento foi rápido, apresentando uma pressuposição de que esse tipo de intervenção é demorada, pensamento relacionado a um imaginário de que as questões ligadas a aborto são necessariamente complicadas.

Outro ponto favorável para que Luísa avaliasse positivamente todo o processo foi não ter tido nenhuma intercorrência durante a realização do aborto e ter podido contar com um suporte médico especializado caso fosse preciso. Ainda que o processo tenha fluído dentro de um padrão previsto, segundo detalhado na cartilha que ela usou como apoio, ela sentiu necessidade de procurar a médica que se disponibilizara para dar suporte e sanar dúvidas quanto à regularização do ciclo menstrual.

Excerto 8:

Abril/2021		00:48:49
176	Luísa	talvez pelo pr- processo te:r... ter sido... >ter
177		<u>sido bom</u> <... assim... bom... bem, né? no <sentido
178		de correu tudo ce:rto>...
179	Jaqueline	Uhum. Fisicamente, <você diz>... né?
180	Luísa	Sim, sim, sim, fisicamente até pelo: pelo fato d'eu
181		ter procurado depois a doutora, né, eu falei com
182		você:, né... e aí foi mais uma questão de dúvidas,
183		assim, meio de entender quanto que duraria, né, o
184		sangrame:nto, né?... depois disso era a questão
185		mesmo de... de... de ir atrás mesmo de consu:ltas,
186		né, pra <poder> voltar a acompanhar o corpo, né?
187		[sim, sim] em ter o ciclo depois de tudo i:sso, né,
188		regulariza:r, ↓foi mais nisso...

Segundo o Caderno de Atenção Básica sobre Saúde Sexual e Reprodutiva do Ministério da Saúde (2013), a completa recuperação após um abortamento não

complicado ocorrido dentro do primeiro trimestre de gravidez é relativamente rápida, sendo permitido, inclusive, o retorno das relações sexuais conforme o desejo da mulher. Mesmo que não tenha sido necessário recorrer a um atendimento hospitalar, o que Luísa temia que acontecesse, ela conseguiu garantir a si o direito mínimo de acompanhamento e de acesso a informações sobre sua recuperação. Apesar disso, ainda que as orientações e acolhimento sejam preconizados nas diretrizes do Ministério da Saúde, o receio de precisar ir para um hospital engloba, além do medo de alguma complicação física, o temor do julgamento e da punição por parte da equipe de saúde. Infelizmente, esse medo é coerente, uma vez que a maioria das denúncias contra mulheres que abortaram são realizadas por profissionais da saúde que tiveram acesso a essas mulheres durante o exercício de suas funções e que agem de forma punitiva reforçando desigualdades de poder a partir das posições que ocupam (GONZAGA, 2022). O trajeto relativamente curto também foi um fator avaliado positivamente por Luísa.

Excerto 9:

Abril/2021		00:52:34
189	Luísa	quando Chico disse que... que vo:cê ((leve gaguejar)) ... que já era o seu... que já era seu
190		trabalho de pesquisa, né... o seu... [meu tema]
191		Então... então eu já fiquei ((entonação de
192		alívio)) “opa! que bom cara, que bom!” porque aí eu
193		não vou <u>precisa:r</u> ter que ir correr <u>atrá:s</u> de tudo
194		isso (...)
Abril/2021		00:53:27
196	Luísa	↑não seria diretamente com ela, né? [uhum] pelo que
197		eu sei, assim, seria o:utra pessoa, ↑então assim,
198		aí cê vê ((fala ritmada lenta)) uma pessoa puxa
199		outra... né, e quando você, cê, cê chega
200		diretamente na pessoa,né, ↓no caso você que...
201		que... enfim, >era com você e pronto< assim, não
202		tinha que ficar repassando conta::tos e “ah, liga
203		em tal pessoa” que eu acho que isso vai também
		causando...
204	Jaqueline	Desconforto, né?
205	Luísa	Uma aflição... É:!

Os excertos acima representam o cenário mais geral de criminalização que faz com que gestantes que procuram um abortamento voluntário percorram caminhos

sinuosos e com conseqüências diversas. Luísa apresenta dois sentimentos opostos em relação ao trajeto: aflição, relacionado a uma possível necessidade de exposição e de criação de expectativa; e alívio, por ter conseguido um caminho curto e seguro. O primeiro seria um sentimento desencadeado por uma pressuposição baseada na realidade de muitas mulheres em situação parecida, e o segundo foi o que ela sentiu quando conseguiu escapar do previsível. O alívio está discursivamente representado pela entonação e pela avaliação positiva presente na citação em (193), assim como na ênfase dada em era com você e pronto (200), na qual pronto assume valor de advérbio indicando a imediata conclusão da situação, fechamento dialógico. Em (194) não vou precisa:r ter que ir correr atrás:s de tudo, a construção por meio da partícula de negação contém uma pressuposição de que normalmente o caminho para garantir um abortamento é complicado, e Luísa apresenta seu contentamento por conseguir um trajeto mais curto por meio da avaliação positiva iniciada pela interjeição avaliativa que exprime surpresa na citação direta (193) “opa! que bom cara, que bom!”. Por sua vez, o sentimento de aflição é expresso tanto pela construção como meta da oração material transitiva criativa (203) isso vai também causando... uma aflição, na qual o dêitico isso é elemento referencial do processo de ficar repassando contatos; quanto no nível da entonação, quando em (198) ela narra em ritmo que demonstra impaciência com a necessidade de procurar pessoas diferentes e expor uma situação pessoal a desconhecidas. Um discurso particular pode produzir e reproduzir inúmeras representações e são realizadas nos significados representacionais do texto. A análise de processos presente nesta tese contribui para a análise de representação de eventos e de atores sociais. Esses excertos das narrativas de Luísa contribuem com os estudos sobre aborto no Brasil ao contrariarem discursos hegemônicos que correlacionam diretamente o aborto voluntário ao sofrimento psíquico, por meio de argumentos baseados na falácia de que pessoas que decidem interromper uma gravidez indesejada desenvolveriam necessariamente transtornos psicossociais associados à negação da natureza maternal feminina, sem questionar as violências a que essas pessoas podem estar expostas.

Apesar de ter experienciado um trajeto seguro, Luísa enfrentou uma série de preocupações para realizar a intervenção, entre elas, o medo com relação à imprevisibilidade das reações que experienciaria no corpo. Por não ter o controle sobre os efeitos dos medicamentos, Luísa e Francisco se organizaram para realizar o procedimento em um final de semana no qual as crianças ficariam com o pai e eles

poderiam ficar a sós na casa de Luísa. Na época, ela morava em uma casa no mesmo lote que sua mãe, dessa forma, o casal temia que a mãe de Luísa pudesse desconfiar de algo ou até mesmo aparecer em algum momento crítico.

Excerto 10:

Abril/2023	00:24:23
206 Luísa	e aí a gente ficava com um frio, com um frio na
207	barri:ga também ((Fala sussurrando)) assim tipo
208	“(fala não compreendida) pode aparecer alguém ai,
209	então” mas deu tudo certo, assim, não teve nenhuma-
219	ninguém entreviu, né, e aí a gente conseguiu, é::...
220	fa:zer o procedimento

O medo de que a mãe de Luísa pudesse descobrir que eles estavam realizando um aborto desencadeia uma reação de estresse que pode ser sentida fisicamente, representada metaforicamente pela expressão “frio na barriga”. Chama-me atenção o uso da metáfora ligada a um incômodo físico situado na região abdominal, uma vez que o útero é localizado na parte inferior dessa região, ao invés de recorrer a outras expressões de sentido semelhante, como “frio na espinha”, por exemplo. A entonação em formato de sussurro ao reproduzir a citação direta da fala do casal reforça o compartilhamento da vigilância para não serem descobertos e a cumplicidade, exprimida pelas declarações realizadas em 2ª pessoa do plural.

Enquanto narra o evento, Luísa segue apontando situações que a preocuparam, como, por exemplo, a apreensão sobre a ação da medicação em seu corpo, assim como em não deixar que essa situação atingisse suas filhas e filho:

Excerto 11:

Abril/2021	00:25:53
221 Luísa	Quando eu tomei a decisão, eu nem, eu ne::m me
222	preocupava tanto com... né, com o <u>embriã:o</u> , né,
223	com... eu, eu tava (hh)preocupada com meu corpo,
224	assim, ↑o quê que eu ia sentir, como que ele ia
225	reagir... (.hh) e aí eu lembro que:: eu tinha ouvido
226	de uma amiga que acompanhou uma outra pessoa, ela
227	falou, ((imita a voz da amiga))“nossa, a menina
228	acordou uma vez com o colchão <u>cheio de sangue</u> ”, ((voz
229	embargada)) eu falei: “ai meu deus, (hh)eu vou fazer

230 o negócio aqui..” então, tinha que ser tudo também,
231 é, arquitetado, planejado, assim, não dava pra,
232 pra:... (th) pensar, porque tinha as cria:nças, eu
233 tinha que ter um espa:ço... né... pra poder...
234 passar, né, o: efeito daquilo no meu corpo...

Abril/2021

00:27:11

236 Luísa Eu, eu lembro que eu fiquei muito te:nsa assim, na,
237 na, de uma madrugada, na madrugada em que eu tom-,
238 da noite pra... do dia anterior, né, e aí na
239 madrugada eu: eu >acordava< assim pra ver se
240 ti(hh)nha... porque... se tinha alguma coisa...

241 **Jaqueline** **Uma poça de sangue na cama (hh)**

242 Luísa É... e nem tinha feito o outro, o outro procedimento
243 e aí eu acorda:va, eu ia “não, mas não aconteceu
244 nada, que estranho” né? [uhum] mas assim, porque a
245 gente- é, é, todo remédio que a gente coloca no corpo
246 a gente sempre espera, né? [sim, sim] >um efeito<,
247 mas ele tava agindo ali internamente, né, mas eu não
248 senti nada, assim... (th) é... enfim, tanto no, no
249 corpo, assim, nenhuma sensação:o nem nada... e aí no
250 outro dia é... a gente tava assistindo um filme,
251 assim, eu tava bem concentrada, o máximo que eu tava,
252 que eu queria fazer era ficar no sofá: ali,
253 conversando, né, assistindo um filme, né, e comendo
254 alguma coisinha e tal... e aí quando eu tome::i o
255 segundo... é que é muito ráp-... assim, você sente o
256 proc-... as, as reaçõ:es, as sensações, assim e eu
257 começava... tinha hora que eu até brincava, assim,
258 falei, (hh)“caramba, eu tô morrendo de frio” assim,
259 então que o corpo começa a reagir e você.. é... ↑eu
260 achei incrível, assim, achei incrível porque são
261 mudanças assim, né, que seu corpo vai sendo
262 alterado... que você fica assim... aí vai começando
263 a passar o nervoso, né (...)

Importante ressaltar que Luísa apresenta discursivamente um contraste fundamental entre “embrião” e “crianças”. Nos debates públicos sobre descriminalização do aborto, é recorrente o desvio da pauta de saúde pública para uma discussão religiosa sobre o início da vida. Não tenho pretensão de me estender sobre este assunto nesta tese, pois esse tipo de discussão, conforme defendido na introdução, é relativo a cada cultura

em determinado tempo histórico e, por esse motivo, não devem pautar decisões sobre políticas públicas que afetam a vida de tantas mulheres mundialmente. Contudo, é importante frisar como os discursos que incitam o embate moral costumam sugerir que o acesso a abortamentos legais e seguros levariam a uma banalização da vida, fazendo escolhas lexicais pela palavra “criança” e “bebê” para se referir a embrião, associando o aborto ao infanticídio e aumentando a carga de julgamento moral sobre as mulheres (COÊLHO; MAGALHÃES, 2020).

Segundo Villela e Barbosa (2011), é chamado aborto precoce aquele realizado antes da 12ª semana de gestação, pois envolve a eliminação do embrião, uma vez que ainda não houve formação do feto. Neste caso, quando Luísa utiliza a palavra *embrião*, consonante à literatura das ciências da saúde, ela assume um posicionamento frente à discussão por meio de uma declaração que não seria bem recebida pelos grupos favoráveis à criminalização. Em nenhum momento ela personaliza o embrião e nem projeta nenhuma relação com ele. Luísa constrói discursivamente em sua narrativa os motivos de preocupações por meio de uma sequência de declarações, estabelecendo relações semânticas entre elas: a primeira em uma construção de expansão com as subsequentes (221) eu ne::m me preocupava tanto com... né, com o embriã:o, seguida por duas declarações afirmativas, em relação de contraste com a primeira, mas que são realizadas envolvendo uma analogia ascendente com o motivo da preocupação, ou seja em uma relação semântica de elaboração: (223) eu tava (hh)preocupada com meu corpo (230) então, tinha que ser tudo também, é, arquitetado, planejado, assim, não dava pra, pra:... (th) pensar, porque tinha as cria:nças. Ela não se preocupa com o embrião, mas com o seu corpo. Porém, essa preocupação não se encerra no próprio corpo, ela estende o cuidado às suas filhas e filho, essas, sim, crianças, preservando-as do contato com esse tipo de situação. Por isso, a preocupação com seu bem-estar durante o aborto representa um compromisso com o bem-estar de sua família como um todo.

O medo da imprevisibilidade das reações físicas é centralizado na preocupação com a quantidade de sangue, que era discursivamente realizada por meio da representação da fala de Esméria por citação direta (227) “nossa, a menina acordou uma vez com o colchão cheio de sangue” e quando o comentário da amiga reverbera em Luísa e a faz temer que o mesmo pudesse acontecer a ela (239) e aí na madrugada eu: eu >acordava< assim pra ver se ti(hh)nha... porque... se tinha alguma coisa...

As representações de eventos por meio de processos comportamentais, ou seja, por meio de um comportamento fisiológico, como *acordar*, parecem revelar o medo de uma situação amedrontadora que a pegaria desprevenida durante um momento de pouca vigilância, o descanso em estado de sono. Seguindo esse raciocínio, acordar seria uma maneira de encerrar o estado de vulnerabilidade e manter o controle. Porém, esse comportamento fisiológico “dormir” é imprescindível para seu bem-estar físico e psicológico. Luísa preocupa-se em não conseguir controlar o sangue, mas, por outro lado, exprime contentamento ao perceber que a medicação estava reagindo em seu organismo (258) (hh) “caramba, eu tô morrendo de frio” assim, então que o corpo começa a reagir e você.. é... ↑eu achei incrível, assim, achei incrível porque são mudanças assim, né, que seu corpo vai sendo alterado... que você fica assim... aí vai começando a passar o nervoso, né (...). O calafrio e a perda de sangue são medidores da eficácia do medicamento, mas ela analisa esses elementos de forma distinta, estabelecendo quais sintomas seriam favoráveis e quais poderiam sinalizar ou criar algum problema. Até este momento da história, o sangue é um elemento sugerido e a preocupação de Luísa envolvia basicamente o medo de ser descoberta, ela não expôs discursivamente, por exemplo, o medo de morrer ou de sofrer algum comprometimento físico, reprodutivo ou de outra ordem. No nível discursivo, o corpo é ator do processo material transformativo de *reagir* e recebe a ação na oração apassivada: seu corpo vai sendo alterado e o nervoso experienciado por Luísa vai sendo apaziguado, na medida que esses sintomas indicam a concretização de seu desejo.

Luísa realizou o aborto de forma medicamentosa pelo medicamento popularmente conhecido como Cytotec. Os excertos das narrativas de Luísa analisados até aqui apresentam seus temores que antecederam o início da realização do procedimento. Até este momento, ela havia feito uso do primeiro comprimido, ou seja, o processo que ocorreu antes da expulsão do resultado da gravidez. O uso dos comprimidos seguintes é relatado em (254) e aí quando eu tome::i o segundo... é que é muito ráp-... assim, você sente o proc-... as, as reaçõ:es, as sensações. Então, é a partir deste momento que ela começa a perceber as transformações físicas da realização do aborto e pode lidar com a concretude do fato. O medo do desconhecido passa a dar espaço ao contentamento com as reações do corpo, mas esse processo ainda depende de outras etapas que serão abordadas na próxima seção, pois uma rede de apoio informal sólida foi fundamental para o sucesso da realização do aborto.

Ao me debruçar nas análises que perpassavam o tema da clandestinidade nas narrativas de Luísa, foi possível descrever o itinerário percorrido por ela e relacioná-lo aos medos e apreensões que ela enfrentou para realizar um aborto clandestino. Mais uma vez, a clandestinidade reaparecerá de maneira recorrente nas análises seguintes, mas seguirão dentro da perspectiva do acionamento das redes de apoio como estratégia de resistência à criminalização do aborto.

Síntese dos resultados da Análise

Abaixo, apresento um quadro-síntese dos principais resultados da análise das pequenas histórias sobre clandestinidade narradas por Luísa. O objetivo principal desta seção foi responder às perguntas de pesquisa que direcionam ao estudo das representações sobre a decisão de um aborto dentro de um cenário de clandestinidade, quais os percursos percorridos e as redes acionadas. Dessa forma, entende-se a clandestinidade como fator chave para a compreensão das práticas sociais mais amplas envolvidas na questão do aborto no Brasil.

Categorias de análise discursiva	Alguns resultados analíticos
Representação de atores sociais	O corpo é representado como ator sem agência, demonstrando a preocupação de Luísa em não conseguir controlar o que poderia acontecer com ela fisicamente. Isso revela que a falta de acesso a informações e os discursos hegemônicos que instauram um clima de pânico sobre o tema criam tensões em mulheres que passam por um aborto. Francisco, por sua vez, é representado como um parceiro que reconhece e exerce as tarefas que ela o incumbiu, ligadas ao plano das providências materiais e logísticas para a realização do aborto.
Avaliação	Luísa avaliou o processo positivamente, pela rapidez, pelo acesso, pela segurança, e pelo apoio, tanto afetivo quanto especializado, contrariando o cenário de clandestinidade de que as questões relacionadas a aborto são complicadas e perigosas.

Intertextualidade	A referência a falas de Esméria são apresentadas para explicar seu temor perante um procedimento desconhecido e que é associado comumente a histórias de sofrimento.
Metáfora	Metáforas são utilizadas para traduzir o sentimento de medo de alguma complicação física, assim como o receio de ser descoberta.
Representação de eventos	As narrativas de Luísa contribuem com os estudos sobre aborto no Brasil ao contrariar discursos hegemônicos que correlacionam diretamente o aborto voluntário ao sofrimento psíquico e físico, e ao explicitar que as angústias durante o trajeto de realização de um aborto estão ligadas ao cenário de criminalização, de falta de acesso e de insegurança.
Interdiscursividade	A narradora se contrapõe a discursos que ligam mulheres que abortam a infanticidas ao estabelecer uma distinção óbvia entre embrião e criança nascida.
Modalidade	Luísa é categórica com sua decisão e delega funções a Francisco para garantir que ela passasse pelo procedimento da forma mais positiva possível.

6.3 Pequenas Histórias: Redes de apoio

Esta seção é dedicada à análise das narrativas de pequenas histórias sobre as redes de apoio acionadas por Luísa. Reforço que assumo nesta tese a concepção de aborto enquanto questão social, uma vez que a liberdade de escolha sobre nossos corpos e nossa sexualidade e reprodução depende diretamente da superação de injustiças sociais e do pleno acesso a recursos materiais, sociais e políticos. A Pesquisa Nacional de Aborto – PNA (DINIZ et al, 2021) ao longo de 11 anos tem evidenciado que o aborto é um evento comum na vida das mulheres brasileiras, estimando que uma em cada sete mulheres teria interrompido pelo menos uma gestação até os 40 anos. Ainda que o aborto seja realizado por pessoas gestantes de diferentes idades, religiões, níveis educacionais, raças, classes sociais e regiões geográficas, a clandestinidade expõe de maneira desigual e interseccional as mulheres negras e indígenas, habitantes de regiões empobrecidas, e são essas mulheres as que mais morrem por abortos inseguros (GOES, 2019).

Os itinerários abortivos são estudados aqui como a culminância das estratégias acionadas pelas gestantes para realizar o aborto, nos quais as redes de apoio são elemento central. É por meio dessas redes de apoio que as mulheres terão acesso às informações e aos métodos necessários para a interrupção, além da oferta de apoio emocional (LIMA; CORDEIRO, 2020), logístico e financeiro. Por serem mais recorrentes na narrativa de Luísa e por serem identificadas por ela como pessoas importantes para a realização do procedimento, fazem parte das análises desta seção as pequenas histórias sobre a participação de Francisco, de Esméria e da cartilha de instruções para utilização da medicação. Resumidamente, Francisco, enquanto companheiro, assumiu a responsabilidade de encontrar uma pessoa que fornecesse os medicamentos abortivos, de pagar pela medicação e de receber o pacote em seu endereço, além de estar presente no dia da administração, de fazer companhia afetiva à Luísa, de dividir a responsabilidade de organização da logística e da preparação de um ambiente seguro e acolhedor. Esméria, amiga íntima de Luísa, foi descrita enquanto parceria fundamental que ofereceu escuta, acolhimento e a possibilidade de partilha entre mulheres. A cartilha é assumida aqui não apenas como uma estratégia de ação, mas como agente social de mudança em um contexto de criminalização, representante de profissionais da saúde que advogam pelo aborto enquanto direito reprodutivo. Por sua vez, após ter realizado o procedimento, Luísa torna-se rede de apoio para duas outras mulheres que a procuraram por um aborto voluntário durante o período de escrita desta tese, entre elas, a própria Esméria. Sensibilizada pela

situação que viveu, Luísa, munida de informações e de experiência, torna-se ativista e toma como causa própria a luta pela saúde das mulheres e das pessoas gestantes que decidem interromper uma gestação.

Perguntei à Luísa que tipo de apoio foi oferecido por cada uma das pessoas que estive com ela durante a trajetória de realização do abortamento para que a experiência fosse a mais positiva possível e ela me contou sobre a importância da companhia de Esméria e de Francisco. Iniciarei as análises discursivas a respeito da participação de Francisco e de como Luísa avalia os cuidados oferecidos a ela por ele.

Excerto 12:

Abril/2021

00:57:55

264 Luísa achei importante... o fato, é, dele ser homem, e dele
265 ver (hh) ver é, de como que, funciona pra gente... de
266 como é duro pra gente. Quando a gente toma essa
267 decisão, né, eu tô falando enquanto mulher... e::... e
268 >realmente dele<... ↑eu achei muito importante ele
269 experienciar isso, né, ter isso, ainda mais ele que é
270 uma pessoa que estuda, né ((trecho suprimido)) mas
271 assim, ver a questão da mulher em alguns, em alguns
272 casos, né... em algumas situaçõ:es, acho que dá uma
273 ampliada né, dá uma, acho que se colocar no lugar, né,
274 como homem negro, ali, né, que t-tem uma: >uma condição
275 de vida que ele tá<, né, ((gaguejo)) a gente tinha é:
276 essa diferença de realidade também, né, e de ver o
277 quanto que:: a-a ↑questão financeira... eu acho que é
278 importante... a gente falar de dinheiro é sempre difícil,
279 né, entre casal, assim, e nesse ca:so eu também fiquei
280 super, super à vontade, tranquila, assim de que "você
281 vai arcar com isso, né. Eu poderia, se eu não tivesse
282 você, eu poderia, né, eu iria atrás:s, daria um jeito,
283 mas essa responsabilidade vai ficar pra você, [uhum]
284 é... eu não quero mexer com nada assim, que.. então
285 você faça s-... o processo aí de ((fala ritmada))
286 transaçã:o, de saber quanto que é:, isso tudo você se
287 preocupe" ↑info:rma, lógico, né, como é que é... mas é
288 muito::: o senti:r é muito particular, né, então,
289 assim, eu acho que... acho até que tem coisas que eu
290 não sei, não vou saber, né, ↓do que ele sentiu, né...

291 até pelo fato de a gente sempre tá... sempre visitar
 292 isso... lembrar, acho que a gente vai tendo uma outra
 293 visã:o da participação, inclusive eu acho que, penso
 294 eu que a participação dele, né, ↓ enquanto parceiro,
 295 enquanto homem, numa situação dessa, né, então eu
 296 realmente não queria pegar tão leve **((risadas**
 297 **compartilhadas entre nós duas))** sabe, assim... tipo
 298 assim (hh) "eu sei que... **((entonação suavizada))** mas é
 299 que eu já passei por tanta co::isa, né, nesse senti:do,
 300 que o que você puder, é... fazer eu vou agradecer, vou
 agradecer MESMO"

301 **Jaqueline E ele fez? Ele segurou bem?**

302 Luísa Segurou, foi bem, assim, >inclusive durante a semana
 303 em que a gente não estava junto<, né, ele pergunta:va
 304 se realmente é, como é que eu ta:va, né, e... me
 305 acompanhando mesmo, assim, durante a chegada, né, do
 306 envelope... né, >ainda mais ele que sabe fazer isso
 307 muito bem, né<, no sentido (hh), né, de perguntar,
 308 assim, >porque se deixar, Jaque<, eu fico assim,
 309 **((imita a própria voz em tom agudizado))** "a::, tá tudo
 310 be:m, tá:. tá bem, vai dar tudo certo, eu vou faze:r"
 311 mas assim, não, não é só isso, "como é que você tá lá
 312 mesmo, lá dentro", né... <Mas foi muito bom, foi muito
 313 humano, muito companheiro... muito>

314 **Jaqueline Que bom, que bom...**

315 Luísa Foi muito presente

A inclusão das falas de Francisco nesta seção reforça o que vem sendo endossado por feministas negras de que a luta interseccional impede "que os esforços organizativos das mulheres negras possam se realizar dissociados da luta geral de emancipação do povo negro" (CARNEIRO, 2020). Da mesma forma, estudar o aborto pelas lentes da Justiça Reprodutiva requer perceber que a ausência de liberdade reprodutiva das mulheres relaciona-se à posição de sujeitos de seus filhos e de seus companheiros afetivo-sexuais. Ou seja, o aborto envolve uma série de relações sociais nas quais se inscreve o casal, entre elas, e de maneira basilar, o racismo.

Quanto ao caráter discursivo, modalidade é entendida aqui em termos do que a narradora considera real, verdadeiro ou necessário, e a avaliação com respeito ao que é bom ou ruim, desejável ou indesejável (FAIRCLOUGH, 2003). Luísa avalia a participação de Francisco como (264) importante, pois ele cumpriu com as obrigações

que foram delegadas a ele (302) Segurou, foi bem, e ofereceu a ela presença e suporte emocional (312) foi muito bom, foi muito humano, muito companheiro... (315) Foi muito presente. Quando Luísa avalia a participação de Francisco, ela não o faz apenas em termos do que ele ofereceu a ela durante o percurso de realização do abortamento, mas também em como ele estava tendo a oportunidade de amadurecer questões relacionadas à própria vida ao acompanhá-la. Luísa narra a experiência como necessária para Francisco a partir de marcadores sociais sobre seu nível de escolaridade (269), sobre sua identidade racial e de gênero (273) e sobre sua condição financeira (274). Todos esses marcadores apresentados exprimem o reconhecimento de algumas das posições de vantagem social que Francisco ocupa em relação a ela e, ciente disso, e do fato de que o aborto é uma experiência que a atinge de forma desigual uma vez que ocorre em seu próprio corpo, Luísa reconhece a importância da participação responsável e de que Francisco assuma responsabilidades.

Enquanto representação de ator social, Francisco é categorizado por meio de identificação, seja por classificação, como por identificação relacional, na qual os atores são definidos por aquilo que inevitavelmente são, ao invés de por meio daquilo que fazem: *homem negro, homem, parceiro*. Essas representações são acionadas no enunciado de forma a justificar o motivo de ter exigido dele uma participação ativa na decisão pelo aborto: (296) penso eu que a participação dele, né, ↓enquanto parceiro, enquanto homem, numa situação dessa, né, então eu realmente não queria pegar tão leve. Dessa forma, quando Luísa elabora seu enunciado por meio das escolhas lexicais (312) muito bom, *muito humano, muito companheiro* (315) *muito presente*, ela o faz por meio de afirmação *moléssica* por meio de relação lógico-semântica de expansão gradativa em que as cláusulas secundárias reafirmam e reforçam a primeira muito bom, indicando que Francisco cumpriu com o que ela esperava em relação aos papéis sociais que ele desempenha.

O estímulo à participação responsável masculina em todas as áreas da saúde sexual e reprodutiva foi preconizado durante a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, em 1994, e consta como aspectos centrais para diminuição das violências físicas, sexuais e emocionais contra mulheres. Dessa forma, a responsabilidade compartilhada em torno das questões sexuais e reprodutivas beneficia a sociedade como um todo, uma vez que

A sexualidade humana e as relações entre os sexos estão intimamente inter-relacionadas e juntas afetam a capacidade de homens e mulheres de realizar e manter a saúde sexual e administrar sua vida reprodutiva. A igualdade nas relações entre homens e mulheres, em matérias de relações sexuais e de reprodução, inclui o pleno respeito pela integridade física do corpo humano, exige respeito mútuo e disposição de aceitar a responsabilidade pelas consequências de um comportamento sexual (UNFPA BRAZIL, 2007. p. 64).

A pesquisadora Elsa Guevara Ruisenõr (2004) ressalta que para homens em culturas patriarcais ocidentalizadas, questões relacionadas a cuidados e atenção podem ser associadas à vulnerabilidade, e especificamente quando o aborto não é entendido como um direito reprodutivo, essa corresponsabilização é ainda mais complexa pelo fato de: (i) as responsabilidades masculinas não estarem bem definidas em matéria de política pública nem mesmo para as mulheres; (ii) o debate moral e a criminalização se traduzirem em sanções que muitos homens não estão dispostos a compartilhar; (iii) por ocorrer no corpo da mulher, tanto no plano material quanto simbólico, há um desequilíbrio entre custos e responsabilidades que dificultam acordos onde não há sentimentos de empatia ou vínculos de solidariedade. Além disso, Ruisenõr (2004) discute que os diferentes tipos de apoio frente a um aborto estão relacionados ao tipo de relação que os homens estabelecem com as mulheres. No caso de Luísa e Francisco, ela apresenta o reconhecimento de uma cumplicidade compartilhada quando elabora declarações sobre a experiência que incluem um “nós” em relação a ele, como pode ser percebido em excertos apresentados anteriormente:

(162) <“vai ser isso”> e:e ele “então vamos nessa, assim... você aqui é mais importante”

(170) a gente fez esse procedimento é:: durante a tarde

(206) e aí a gente ficava com um frio, com um frio na barriga

A citação direta que Luísa constrói sobre o diálogo entre o casal em (162) possui três declarações afirmativas: a primeira é de modalidade deôntica, a partir de uma demanda dela, e as duas seguintes, presentes na citação direta da resposta dele, indicam o fato de ele acatar a decisão, comprometer-se em acompanhá-la e reconhecer a necessidade de priorizar os desejos e cuidados com ela durante a situação que os atinge de maneira desigual. Em (170), a representação de ator do processo material é realizada no plural, demonstrando a coparticipação de Francisco no momento de administração dos medicamentos. E, por último, o experienciador do processo mental cognitivo em (206)

também é realizado no plural, indicando o compartilhamento de preocupações entre o casal.

Tanto Luísa quanto Francisco falaram que inicialmente ele cogitou seguir com a gravidez. Diante de vontades opostas, a decisão dela prevaleceu e ele verbaliza isso por meio de declarações que serão apresentadas no decorrer desta tese, uma vez que ele entende que a materialidade da gestação em um corpo feminino gera efeitos físicos e mentais que não geram no corpo masculino. Ao invés de questionar Luísa, Francisco questiona as implicações de sua masculinidade pelo apego a uma ideia de gerar descendência genética com ela. Os excertos abaixo demonstram como as narrativas de Luísa e de Francisco tangenciam a questão da tomada de decisão. As entrevistas aconteceram em dias diferentes e de modo individual e os temas surgiram de forma espontânea no fluxo narrativo.

Excerto 13:

Abril/2021 **Entrevista com Luísa** 00:36:38

316 Luísa eu não fiquei na:da, tipo "me arrependi... poderia ter
317 tido um filho com o Francisco, não sei o que..." não,
318 porque foi muito be:m... né... cada um, né, falou
319 realmente o: que gostari:a, o que não gostari:a... o
320 que pro momento seria viável, o que não seria. Né?
321 **[sim]** e:: também passa aquela::... passa na cabeça
322 assim "se a gente for querer, no dia a gente tem a
323 opção... vai ter a possibilidade de ter, mas no momento
324 não, não... é tipo aquilo, não, não quero...".
325 então... e passava também pela cabeça de Chico de
326 querer ter, né, ele é uma pessoa que **((fala**
327 **cadenciada))** só tem uma filha que já tem tantos
328 anos...

Abril/2021 **Entrevista com Francisco** 01:06:52

329 Francisco tem várias questões, assim, masculinas que perpassam
330 isso, né, **((imita a própria voz de forma**
331 **melancólica))** "ah:: não vou ter, a minha: geração
332 sanguínea com ela"... mas, e:u tenho pensado assim,
333 em abrir mão dessa vaidade, sabe? porque é uma
334 vaidade, assim, (.hh)a:h ↑pra quê, né, ter... uma:...
335 **((voz ríspida))**<"tem que ter a linhagem de sangue do
336

Francisco e da Luísa">, acho que a gente pode ter outras construções também... pra além do sangue, né?

Como discutido anteriormente, a intertextualidade “é a combinação da voz de quem pronuncia um enunciado com outras vozes que lhe são articuladas” (RAMALHO; RESENDE, 2011. p. 134), e elas se realizam não somente em formato de discurso direto, mas também de outras maneiras que atualizam as falas a que se referem. A interdiscursividade, por sua vez, diz respeito aos “discursos articulados ou não nos textos, bem como as maneiras como são articulados e mesclados com outros discursos” (RAMALHO; RESENDE, 2011. p. 142). Tanto Luísa quanto Francisco estabelecem diálogos com o que seria sua própria consciência permeada pelos discursos hegemônicos. Quando Luísa projeta por meio de citação direta o que socialmente se espera de uma mulher que engravida do parceiro por quem ela está apaixonada e pretende manter uma relação amorosa, ela constrói discursivamente por meio de uma negação que precede (316) eu não fiquei na:da, tipo “me arrependi... poderia ter tido um filho com o Francisco, não sei o que...”, demonstrando que ela reconhece esses discursos e as demandas sociais que o acompanham, inclusive reconhece a própria vontade de Francisco e os motivos que podem levá-lo a querer ter filhos biológicos com ela (325), mas reforça que essa decisão pode ser tomada em um outro momento caso desejem (322) e que ela tem certeza de que não queria naquele momento e reitera sua posição com a repetição da partícula de negação (324).

Quando Francisco narra sobre seu posicionamento em relação a essas vozes, ele estabelece esse diálogo com um grau de comprometimento epistêmico menor que o inscrito nas declarações de Luísa. Ele negocia com essas vozes e procura se convencer de que elas não são as mais adequadas para a relação. Há um intercâmbio de negociações e variação de grau de comprometimento epistêmico nas declarações dele. Primeiro, ele constrói uma declaração em que lamenta por não ter filhos biológicos com Luísa por meio de uma declaração epistêmica categórica de alto grau de comprometimento (331) “ah:: não vou ter, a minha: geração sanguínea com ela”... depois, por meio de declaração com um grau de envolvimento epistêmico menor, apresenta uma probabilidade, não mais certeza, por meio da declaração (332) e:u tenho pensado, em abrir mão dessa vaidade e retoma o alto envolvimento epistêmico em (335) <“tem que ter a linhagem de sangue do Francisco e da Luísa”> e novamente diminui o grau de envolvimento epistêmico em (336) acho que a gente pode ter outras construções também... pra além do sangue, né. Se por um lado a certeza

nas afirmações categóricas esteja presente apenas nas declarações em que ele realiza interdiscursividade com os pensamentos hegemônicos sobre masculinidade, por outro, ele demonstra discursivamente que não precisou estar completamente certo da escolha para apoiá-la na decisão, cujas consequências a afetam de maneira desproporcional. Diferentemente de Luísa, ele se ocupa em negociar com o desejo e não consegue projetar outras possibilidades futuras. Ele segue elaborando as questões e talvez precisará de um tempo maior para entender os movimentos emocionais que o atingem e para lidar com eles de forma particular.

À análise dos recursos de engajamento, associada à noção de dialogismo proposta por Bakhtin, interessa as estratégias linguísticas utilizadas para negociar sentidos construídos no texto e sua abertura para haver ou não possibilidades de discordância, separadas em subcategorias de engajamento entre monoglóssicas e heteroglóssicas (VIAN JR, 2010). A *contração dialógica* é utilizada apenas por Luísa, assumindo desacordo com alguma opinião contrária à sua. A *expansão dialógica*, por sua vez, é realizada pela consideração de posicionamentos alternativos por parte de quem enuncia, sejam eles de aceitação ou de negação. Ambas, contração e expansão, são recursos heteroglóssicos e, com base nos excertos apresentados, tanto Luísa quanto Francisco, em relação à tomada de decisão, indicaram referência a outras vozes, com a possibilidade de posicionamentos outros, seja por aceitação ou por rejeição. Tanto ela quanto ele realizaram a expansão por meio de recursos léxico-gramaticais fazendo escolhas por recursos de atribuição, em que as proposições são fundamentadas em outras posições para além das suas. Contudo, Luísa representa seu engajamento por meio de contração dialógica, refutando, por recursos de negação e de contraexpectativa, vozes externas que poderiam tentar convencê-la a não abortar baseadas em ideias de arrependimento de não ter um filho com Francisco.

Na tabela abaixo, é possível observar que a abertura para posicionamentos diferentes do seu ocorre quando ela o faz em relação a Francisco, ainda que seja apontando um distanciamento do seu. Francisco, por sua vez, ao estabelecer relação dialógica com possíveis vozes de arrependimento sobre a escolha de não ter um filho com Luísa, não expressa seu posicionamento explicitamente em relação à posição de valor trazida, mas utiliza essas vozes para isso. Ou seja, ambos, Luísa e Francisco, reconhecem vozes contrárias às suas, porém, Luísa é mais categórica refutando as vozes de atores sociais em representações impersonalizadas do que em relação a Francisco, mesmo

reconhecendo nele uma tendência a querer seguir com a gestação. Por sua vez, Francisco dialoga com vozes abstratas voltadas às questões sobre sua masculinidade:

Tabela 2: Engajamento nas falas de Luísa e de Francisco

Luísa	Engajamento
"me arrependi... poderia ter tido um filho com o Francisco, não sei o que..." <u>não</u> , porque foi muito be:m	Contração dialógica – Contra expectativa (Refutação)
"se a gente for querer, no dia a gente tem a opção... vai ter a possibilidade de ter, mas no momento <u>não</u> , <u>não...</u> é tipo aquilo, não, <u>não quero...</u> ".	Contração dialógica - Negação (Refutação)
e passava também pela cabeça de Chico de querer ter, né, ele é uma pessoa que ((fala cadenciada)) só tem uma <u>filha que já tem tantos anos...</u>	Expansão dialógica - Distanciamento
Francisco	
"ah:: não vou ter, a minha: geração <u>sanguínea</u> com ela"...	Expansão dialógica - Reconhecimento
"tem que ter a linhagem de sangue do Francisco e da Luísa"	Expansão dialógica - Reconhecimento

Luísa demarca em um outro momento a importância de estar em um relacionamento em que o seu parceiro também é uma pessoa negra como fator que favorece que ela se sinta à vontade de negociar e de ter sua decisão respeitada. Ela informou que o pai de seus filhos e ex-companheiro é um homem branco e naquela relação ela não possuía a mesma abertura para negociação que possui com Francisco.

Excerto 14:

Abril/2021	01:03:09
338 Luísa	É engraçado quando você tá com uma outra pessoa, que tem
339	uma outra visão de mundo, né, eu vim de um relacionamento
340	interracial, né, então parece que a gente sempre fica
341	ali muito... no caso dos meninos, é, assim, parece que
342	assim, ou você aceita, né, porque você... nessa relação
343	

eu não tinha... isso que eu te falei, eu não tinha outras portas, eu não tinha outros caminhos, outras escolhas...

Apesar de demonstrar que não estava tão bem resolvido sobre a interrupção quanto Luísa, Francisco seguiu sendo uma rede de apoio empática e comprometida em cooperar com a realização do procedimento. Entre as tarefas destinadas a Francisco, coube a ele se inteirar do procedimento lendo a cartilha que acompanhou os medicamentos e procurar por informações sobre utilização e efeitos colaterais. Dessa forma, Francisco acabou se tornando um intermediário entre Luísa e a cartilha, outro agente social que possibilitou o processo.

O pacote que continha as medicações também guardava um documento de três folhas com instruções de manipulação. O documento de característica híbrida possui qualidades do gênero textual bula, por conter informações de administrações dos medicamentos e instruções realizadas por meio de declarações imperativas, mas também se aproxima do gênero panfleto/folheto, ao trazer informações que buscam conscientizar sua leitora sobre consequências da criminalização do aborto, sobre direito à autonomia e sobre a importância de encontrar um método contraceptivo adequado, além de sugerir que se fale sobre a experiência, a fim de diminuir o tabu sobre aborto. O texto também possui características que o remete a uma carta ao dirigir-se à sua destinatária por “você”, propondo uma aproximação, e da assinatura “somos clandestinas”, apesar de não conter a estrutura canônica do gênero textual, sem local e data, vocativo e despedida, por exemplo.

Segundo Fairclough (2003), os gêneros como formas de interação constituem tipos particulares de relações sociais entre interagentes. As relações sociais são relações entre agentes sociais, que podem ocorrer entre organizações, entre grupos, ou entre indivíduos. Neste caso, Francisco e Luísa não conhecem a pessoa que redigiu o texto com as instruções para tomar os medicamentos, mas o próprio texto serve como agente que os oferece instruções de uso dos comprimidos, informações sobre cada uma das drogas, reações esperadas, sintomas que indicariam necessidade de atendimento médico, tempo de efeito, quais outros medicamentos tomar ou evitar em caso de dores, o que fazer caso o aborto não for produzido, além de argumentar favoravelmente à descriminalização do abortamento. Dessa forma,

Textos atuam como pessoas em interações: textos possuem agência. Eles agem como agentes por possuírem patrocinadores. Regularmente, esses patrocinadores são instituições e empregar textos é uma das

maneiras das quais instituições atuam como pessoas (BARTON, 2009, p.49).

Por possuir agência, discursivamente a cartilha performa uma feminilidade pela equiparação com a destinatária pelo “nós” de inclusão em elipse e pela marcação de gênero em “clandestinas”; performa também um *ethos* ligado à área da saúde, marcado pelo vocabulário e pelas instruções que oferece. Luísa e Francisco se referem ao texto por carta e, portanto, será essa a nomenclatura assumida nesta tese a partir de agora. A utilização da carta para a realização do aborto permite compreender a ação do texto como potência de giro decolonial por meio do ativismo social a partir do entrecruzamento dos Estudos Críticos do Discurso às atitudes decoloniais, mais especificamente aliando a categorias analíticas acionais-relacionais, que entende discurso como ação, pois é um traço textual moldado por gêneros discursivos.

Excerto 15:

Abril/2021	Entrevista com Francisco	01:06:52
345	Francisco vem uma carta né, é... uma carta, ela: ve:m com um	
346	papel xerox, que eu acho que é alguma forma... é um	
347	papel carbono! aquele preto, né, que eu acho que é	
348	alguma forma de não detecta:rem algum scanner, não sei,	
349	me chamou a atenção por vir aqui:lo... é... vem uma	
350	folha A4 com to:do dizendo o quê que a química vai	
351	causa:r no organismo, pra quê que é, né. E aí ela fa-	
352	↑tem um que é usado pra... é... acho que cortar a	
353	oxigenação... e-eu acho que é isso... e-ele trava ali	
354	o processo de... é, de envio... de fluxo né, ele vai	
355	travar aquilo e que vai fazer... é... o processo não	
356	continuar, né... é... e aí <u>é muito bem explicado</u> , ela	
357	fala “ó, nesse momento pode acontecer náusea, dor de	
358	cabeça, não sei o que, <u>fique tranquila</u> , só vá pro	
359	hospital <u>caso isso...</u> né... <u>caso isso aconteça</u> , se	
360	isso não acontecer <u>tá tudo bem</u> , você vai se enjoar,	
361	você vai é... sentir tonteira, é isso mesmo, tá...	

Francisco apresenta a carta como atora social que dialoga com ele, informando como o medicamento funciona no organismo e quais são os sintomas comuns e quais são indicativos para buscar auxílio hospitalar. No nível discursivo, a carta é dizente de processos verbais (356) ela fala “ó, nesse momento pode acontecer náusea, reforçando a atuação do gênero textual como pessoa na interação com autorização para

indicar tratamento e tranquilizar a respeito dos sintomas. De outro modo, ele poderia apresentá-la como, por exemplo, “estava escrito na carta”. Francisco se relaciona com a carta e foi responsável por tranquilizar Luísa a respeito das indicações prescritas sobre o medo que ela sentia sobre ter que ir para o hospital.

Excerto 16:

Abril/2021

00:28:57

362 Luísa **((voz sussurrada))** e eu ficava ali com a cartinha do
363 lado, né, ↑acompanhando tudo, assim, ↑eu nem cheguei a
364 ficar pirando com internet, assim, ir no Google e ficar
365 e tal po:rque: tudo tava muito bem explica:do, bem
366 orienta:do, né... então eu tava super confiante, até
367 pra eu não colocar coisas que não é pro momento, né,
368 é... de outras informações **((perda de sinal e retomada**
369 **da chamada))** Eu senti um medo, assim, que ele foi muito
370 forte, >que é de ter que ir pro hospital<, né que é de
371 ter que ir pro hospital e de ter que explicar**((imita**
372 **voz inquisitória))** “quê que tá acontecendo?” **((imita sua**
373 **voz envergonhada))** (hh) “eu tô tentando, né, assim...”
374 é... ali tem a pessoa tentando um aborto e com medo de
375 ter que parar no hospital... ai Francisco lá me dando
376 toda... **((imita voz de Francisco tranquilizadora))** “a
377 não, só se em casos, assim, que você achar que deve
378 mesmo a gente vai, né... mas eu tô contigo, vamos nessa
379 e tal” ele sempre ali comigo

Dessa forma, é possível perceber como tanto a carta quanto Francisco são redes de apoio que oferecem à Luísa a possibilidade de lidar melhor com os receios durante a realização do procedimento, garantindo a ela uma tranquilidade emocional e respaldo mínimo. A atmosfera de medo criada pela clandestinidade faz com que o casal enfrente a situação de modo atemorizado, ainda que eles tenham se planejado e procurado maneiras de ficar bem. Como dito anteriormente, o medo de precisar recorrer a um atendimento hospitalar e correr o risco de serem punidos pela equipe de saúde acompanhou o casal durante todo o percurso do abortamento. Uma passagem da carta que chamou a atenção de Francisco foi a recomendação sobre quando poderia ser necessário procurar auxílio hospitalar, e, caso isso acontecesse, o conselho era para que Luísa mentisse. Além disso, a carta sugeria o alinhamento à luta pela descriminalização. Ele disse que isso o alertou,

pois, por mais que ele já soubesse que era um caso de saúde pública, ele sentiu, naquele momento, o quanto a questão política pela descriminalização é séria.

Excerto 17:

Abril/2021

00:56:58

380 Francisco a gente já sabe, né, que isso é um ca:so de saúde
381 pública, mas quando a gente... ((voz engasgada))é...
382 passa por isso, a gente fala, "cara, isso é muito
383 sério, assim, isso, é... por isso que as femini:stas
384 tão discutindo assim, porque... é... porra, tá aí
385 né, tá aqui dentro da minha casa agora, né, é..."
386 **((chora baixo))** desculpa... **((voz emocionada e**
387 **choro))** é... assim, a minha companheira não é
388 criminosa, eu não sou criminoso, sabe? (.hh) é...
389 (.hh) isso só... é... me chamou atenção para essa
390 questão política mesmo, assim, que as mulheres tão
391 a muito tempo né, (.hh)é... querendo:: ↓que isso só
392 não seja crime, assim, sabe? que elas possam
393 decidir...

Fairclough (2001) nomeia como pontos críticos do discurso a ruptura e desorganização de discursos naturalizados e hegemônicos. Quando Francisco se emociona ao pontuar que ele e Luísa não são criminosos, ele dialoga com o discurso hegemônico que moraliza e criminaliza o abortamento, mesmo que o casal esteja em concordância.

No decorrer da realização do procedimento, novos cenários foram se apresentando e Luísa começa a lidar com a materialização do abortamento. O temor em relação a uma falta de controle das reações corporais é representado discursivamente pela referência reiterada ao sangue como algo que ela não tinha como dominar. Luísa compara novamente a experiência da primeira gestação ao me contar sobre esse medo, pois ela perdera muito sangue durante o trabalho de parto do primeiro filho, ocasionado por um descolamento de placenta, duas situações em que ela se percebia impotente diante das reações do próprio corpo e o corpo passa a ser protagonista do momento ápice da trajetória do aborto.

Ao assumir o corpo como lugar da memória e inscrição de saberes de várias ordens (MARTINS, 2003), é possível compreendermos o próprio aborto como uma prática performática subjuntiva, na qual o corpo não é simplesmente um componente

narrativo ou descritivo, mas performativo. E, dessa forma, “as práticas performáticas não se confundem com a experiência ordinária, são sempre provisórias e inaugurais (MARTINS, 2003. p. 65)”, mesmo quando dialogam e carregam marcas de outros textos e discursos em si. O que quero dizer com isso é que Luísa, ao narrar a interrupção de uma gravidez indesejada, ao passo que nomeia e dialoga com as acepções sociais sobre mulheres que já abortaram e com as outras experiências reprodutivas que viveu anteriormente, também inaugura esse lugar a partir da mulher que ela é, a que decidiu e que garantiu que sua vontade fosse realizada. A memória do corpo, nesse momento, armazena uma performance ativa deste diante do sangue, que agora não é mais tão somente uma ideia, mas passa para a materialização de um acontecimento: o aborto se concretiza.

Excerto 18:

Abril/2021

00:31:57

394 Luísa É... Eu não tinha:... é... no:ção do quanto que eu-
395 que eu ia ver de sangue, assim, ↓eu vi muito sangue no
396 meu primeiro filho porque eu tive descolamento de
397 placenta, né, aí, quando eu achei que era a bolsa
398 estourando era sangue, assim, e aí foi um, um, um
399 momento da minha vida em que eu vi muito sangue e ↑até
400 me remeteu assim, eu fui lá:: eu falei:
401 “caramba”...é... aí fui p- fui pro banheiro, e: aí eu
402 sentei direto no: no... [no vaso] vaso, assim e eu não
403 consegu- eu não consegui olhar, assim, não consegui
404 olhar: aí foi nessa hora, que- que eu, falando com o
405 Chico, que bateu a culpa cristã, sabe? bateu uma culpa
406 cristã que eu falei: “vai lá” aí eu ((**voz embargada e**
407 **melódica**))sai chorando e tal e aí já fui pro banheiro,
408 pro m- pro meu banheiro do quarto, e ai eu falei: “vai
409 lá, dá descarga porque eu não tenho coragem” a::í ele
410 foi lá e disse que >ficou meio assustado< assim, porque
411 tinha visto tanto, muito sangue né, no chão, <no vaso
412 acho que foi até tranquilo>, mas no chão, assim, ele...
413 ele falou ((**imita a voz de Francisco**)) “caramba, foi...
414 t-, foi tenso, ver aquilo ali, ↑mas eu acho que pra
415 você foi mais ainda, né, ↓sair do seu corpo e tal” °mas
416 eu realmente senti°. ↑Aí depois eu fui me humaniza:ndo,
417

418 né, eu fui pro banheiro, ↓fui tomar banho, né e ver
 419 aquilo escorre:ndo... me trazia muitas coisas, né,
 simbolizava muita coisa também.

420 **Jaqueline Simbolizava o quê?**

421 Luísa é... Pra mim foi mais no sentido de... de... de corpo,
 422 sabe? Assim, de pensar assim, "caramba, eu consegui,
 423 né, eu consegui:, tô be:m" eu... é:: aquela afirmação
 424 assim, de que... ((gaguejo)) que bom que a gente...
 425 é... po:de, né, pode >de certa forma< fazer esse
 426 procedimento, ↑ma:s que ruim que a gente prec- >tem
 427 que passar por isso<, né, escondida, °em casa°, sem
 428 ter que deixar ra:stro e então isso ta:mبém foi um
 429 cuidado que eu tive que ter, porque na casa da minha
 430 mãe:e, né, ((imita a voz da mãe)) "Nossa! essa quantidade
 431 de absorvente! tá acontecendo alguma coisa?" então tudo
 432 isso tinha que ser muito... feito minuciosamente, né,
 433 pensado, assim, pra não deixar, né.. ↑então batia,
 434 assim, ao mesmo tempo a preocupação de alguém chega:r,
 435 né, e eu estar no banheiro ainda, né, com- surtindo...
 436 passando efeito, né? [uhum] então ↑a minha maior
 437 preocupação foi ser pega, né? ser vista, né, porque::
 438 ainda mais que é um... é totalmente incontrolável, né,
 439 não tem como você... ↓"ah, é menos sangue, é pouco
 440 sangue" então ali acontece, né, e... mas depois...
 441 depois que pas- depois que acontece, né, passa um
 442 alívio, assim, um alívio, assim, no sentido de que foi
 443 feito, né, foi feito e de agora em diante eu preciso:
 444 cuidar da minha cabeça, eu preciso... é... >enfim<,
 445 cuidar em todo sentido, assim, de, de também não ficar
 446 pira::ndo

O sangue, ainda que seja um importante fluido corporal em sua acepção denotativa, é dotado de diversos sentidos subjetivos ligados a aspectos culturais. O sangue menstrual é particularmente alvo de diversas concepções negativas e de mitos que permitem compreender que, para além de um evento biológico, o sangue de um corpo feminino é um fenômeno marcado por aspectos socioantropológicos (GONZAGA, 2019). Ainda que não seja necessariamente sangue menstrual, o sangue que Luísa teria que lidar também era carregado de significados contraditórios, entre eles, anunciava uma ação

condenada socialmente, enquanto, por outro lado, indicava o sucesso do aborto que ela desejava.

O mesmo sangue que ela precisava esconder e gostaria de poder controlar foi o sangue que ela almejava e que trouxe a ela o alívio e a sensação de confiança de que seu corpo era capaz de realizar o aborto. O sangue em (394) trazia a incerteza do que viria, era um sangue hipotético que remetia à situação de medo que ela havia vivenciado em relação ao parto de seu primogênito, além de ser o sangue que poderia denunciar que ela estava realizando um abortamento (430). Quando o sangue se torna real, no ápice da trajetória do aborto, ela pede para que Francisco dê descarga (409) e, neste momento, ela sente uma culpa que nomeia como cristã (405), dialogando com os discursos cristãos fundamentalistas contrários ao direito de aborto e que associam o ato a crimes bárbaros. No nível discursivo, após esse primeiro contato com o sangue materializado, ela se apresenta por meio de oração relacional atributiva (416) ↑*Aí depois eu fui me humaniza:ndo* e essa escolha lexical de tornar-se humana a localiza em um lugar diferente em relação à experiência: ela reassume o lugar de agente da ação e encara o sangue que escorre, transmutando a culpa em alívio. Se o sangue enquanto metáfora ou suposição (439) é *totalmente incontrolável*, né, não tem como você... ↓ *“ah, é menos sangue, é pouco sangue”*, por outro lado, quando ela percebe que o aborto foi realizado, o sangue materializado a faz apresentar-se no plano discursivo enquanto atora de oração material transformativa e experienciadora de processo mental (422) *“caramba, eu consegui, né, eu consegui:, tô be:m”*, retomando a sua humanidade.

Francisco foi a rede de apoio que esteve presente durante toda a trajetória de realização do abortamento, mas a presença de Esméria foi relatada por Luísa como imprescindível, ainda que não pudesse estar fisicamente presente devido a todo o contexto de distanciamento social imposto pela pandemia da COVID-19, entre outras questões. Esméria é uma grande amiga e confidente de Luísa e sua participação enquanto rede de apoio destaca uma importante dimensão de gênero nas redes de apoio para um abortamento. Luísa se apresenta enquanto uma pessoa que não costuma expor muito sua vida pessoal e não é acostumada a pedir ajuda, procurando resolver suas questões sozinha. Por outro lado, ela destacou a importância de poder conversar sobre a interrupção da gravidez com alguém que a acolhesse.

Excerto 19:

Abril/2021 00:44:58

447 Luísa Teve a minha amiga, que:: ↑a minha amiga mesmo, assim,
448 ela.. eu brinco que ela... é... se um dia alguém
449 precisar (hh), se um dia eu for pra outro plano e
450 alguém precisar de informação (hh)ela é o livro.. é o
451 livro de... E assim, eu senti a necessidade de fala:r,
452 né, ↓ela foi uma pessoa que me acolheu muito,
453 inclusive ela tinha dito que: **((entonação**
454 **melódica))** uma amiga passou e ela também foi esse
455 apoio, né, tanto de acolher, tanto só de ouvir, né e
456 ela foi essa pessoa que ela me tranquiliza:va, eu
457 sentia falta, assim, de:de uma mulher, né, e eu só...
458 só... se não fosse ela não ia ser ninguém, assim, eu
459 ia levar aquilo só, né, e:: ela teve o tempo todo ali,
460 me acompanhando, no dia também pelo celular, assim,
461 °porque não dava pra ficar°... ma:s é: isso, eu acho
462 que por ela ter passado também essa experiência com
463 outra amiga e aí eu falei com ela, assim, e ela me
464 deu super apoio, tanto pra (hh) ter tanto pra não ter

Luísa apresenta discursivamente duas necessidades básicas que sentiu e que foram supridas por Esméria: (451) eu senti a necessidade de fala:r (457) sentia falta, assim, de:de uma mulher. Ambas as declarações são expressas por meio de processos mentais desiderativos, exprimindo desejos de Luísa. Em resposta aos anseios de Luísa, Esméria retribuiu oferecendo acolhimento (452), escuta (455), tranquilizando (456), acompanhando o processo (460), e dando apoio incondicional qualquer que fosse a escolha de Luísa (464). Todos os elementos elencados por Luísa pertencem à esfera do amparo emocional, reforçando que o apoio está para além das necessidades materiais e logísticas. E isso é reiterado em outros momentos:

Excerto 20:

Abril/2021 00:57:08

465 Luísa vou trazer Esméria, é: primeiro, né, eu acho que foi
466 mais pela necessida-, assim, mais pelo fato de ter
467 que contar, né, de ter que contar pra.. é quase
468 libertador, assim, sabe, de falar: "tô fazendo, mas
469 eu posso falar disso com você, assim" né, eu não

470 gostaria de:: de passar por isso sozinha, apesar de
471 não ser a mesma coisa, ((fala ritmada)) mas o fato de
472 acolher, de tá ali acompanhando, de tá dando atenção,
473 né, isso me confortava, né, me confortava, eu sentia
474 amada, me sentia querida, né
475

Quando Luísa declara em (458) se não fosse ela não ia ser ninguém, assim, eu ia levar aquilo só, e em (470) eu não gostaria de:: de passar por isso sozinha ela manifesta discursivamente a importância desse apoio emocional oferecido por Esméria, e essa declaração expõe um contraste com a realizada em relação a Francisco em (281) Eu poderia, se eu não tivesse você, eu poderia, né, eu iria atrás:s, daria um jeito. Quando essas declarações são colocadas em contraste, ela realça que o apoio emocional que sua amiga e confidente tem para oferecer é único e capaz de confortá-la e fazer com que ela se sentisse querida.

O sistema de gradação está relacionado à utilização de recursos léxico-gramaticais para expressar o grau da intensidade das avaliações e dos posicionamentos intersubjetivos disponíveis no Sistema de Engajamento (SOUZA, 2010). A estratégia de repetição, ou seja, o uso repetido de um item lexical ou de itens lexicais que pertencem a um mesmo campo semântico funciona como elemento intensificador da avaliação. A utilização repetida dos processos *contar* e *falar* quando Luísa expõe a importância do apoio que recebeu de Esméria aponta a relevância de um ambiente de acolhimento em que pessoas passam por um aborto possam se sentir protegidas e acolhidas para falar sobre sua experiência livre de julgamento. Da mesma forma, ela faz uso de repetição em (474) me confortava, né, me confortava, eu sentia amada, me sentia querida como o resultado dos processos que ela apresenta em escala de gradação sobre como ela se sentiu e sobre o que é importante para se oferecer para uma pessoa que decide abortar: (472) o fato de acolher, de tá ali acompanhando, de tá dando atenção.

Perguntei à Luísa sobre o que significava uma rede de apoio e sua importância para o percurso de realização de um aborto. Luísa se tornou rede de apoio para outras duas mulheres, entre elas a própria Esméria, e elenca os elementos que ela julga importantes para oferecer às mulheres em busca de um aborto:

Excerto 21:

Dez/2021

00:30:00

476 Luísa Eu entendo que independente da sua escolha, do que você
477 esteja procurando pra si, aí se tratando dessa questão
478 eu acho que é você ter pessoas, né, ter uma estrutura
479 que tenha condições de acolher, de te receber, de te
480 informar, de tá com você assim, sem muitos
481 questionamentos do que ou do porquê de você tá fazendo
482 aquela escolha, mas de te tranquilizar ao máximo. Eu
483 acho que a informação é importantíssima, sabe? De você
484 passar, porque é isso, a gente coloca... a gente tá
485 falando de um tema que é crime, de que não se fala, né,
486 então o máximo que você puder entender um pouquinho de
487 tudo, principalmente quando se trata de mulheres que
488 não tem essa participação, né, tá numa outra realidade,
489 ter essa compreensão é muito difícil, ter a informação,
490 né, apenas que é colocado aí pela, né, de forma errada,
491 com essa visão também de que é pecado e tudo mais,
492 então, eu acho que essa rede de apoio é importantíssima,
493 nesse sentido, assim, de que é, enfim, é muito mais do
494 que só essa prática, né, ela tem, tem toda uma questão
495 social, né, uma questão importante
496

Luísa representa a rede de apoio pela escolha lexical de pessoas e estrutura. Mais especificamente no segundo caso, a representação do ator social por meio de *impersonalização* pode ter um efeito de imprimir uma atividade ou qualidade, ou seja, ela realça a participação da rede de apoio semanticamente como o que oferece sustentação a alguém. Dessa forma, ela elenca quais seriam essas prerrogativas para uma boa rede de apoio: acolher, receber, informar, acompanhar, tranquilizar. Ela utiliza o recurso da repetição para reforçar a importância de uma rede de apoio bem-informada e que se prepare para oferecer acolhimento de qualidade, que, conforme é apresentado no excerto acima, deve fazê-lo sem muitos questionamentos e procurando tranquilizar ao máximo a pessoa que decide interromper uma gestação.

A atitude decolonial frente à criminalização do aborto requer uma suspensão da lógica de reconhecimento e da renúncia das instituições e práticas que mantêm a colonial modernidade, acionada na fala de Luísa quando ela avalia negativamente os discursos repressivos baseados em uma lógica cristã punitiva (491) de forma errada, com essa visão também de que é pecado e tudo mais e reforça a importância da rede de apoio como contradiscurso.

Síntese dos resultados da Análise

O objetivo principal desta seção foi responder às perguntas de pesquisa que direcionam ao estudo das redes de apoio e de provimentos às quais as participantes recorreram na necessidade de um aborto em um cenário de criminalização, aos itinerários que elas precisaram percorrer para garantir seu direito de escolha e como elas avaliam a influência dessas redes ao narrarem suas experiências de abortos voluntários. Abaixo, apresento um quadro contendo a síntese dos principais resultados da análise das pequenas histórias sobre redes de apoio discutidas nessa seção:

Categorias de análise discursiva	Alguns resultados analíticos
Representação de atores sociais	Francisco é representado por Luísa a partir de seus traços de identificação de gênero, de raça e enquanto seu companheiro, e são esses três aspectos que ela realça como importantes de serem trabalhados por ele no percurso vivido. Ao narrar o momento de realização do procedimento, Luísa usa o plural e inclui Francisco, indicando a parceria durante a realização do aborto. A carta é representada como atora social com agência responsável por instruir, acalmar e convocar o casal à luta por justiça reprodutiva pela descriminalização do aborto. Esméria é representada como suporte imprescindível, contribuindo para esta tese com a compreensão da necessidade de apoio emocional e de escuta ativa como elementos de extrema importância na realização de um aborto. Juntos, esses três atores sociais oferecem a esta pesquisa uma concepção basilar mínima para a realização de um aborto: apoio material e logístico, acesso a informações, acompanhamento especializado, afeto, escuta ativa e livre de julgamentos.
Avaliação	Luísa avalia positivamente a participação de Francisco, tanto quanto ao suporte que ele ofereceu à ela, como também pela oportunidade que ele teve de se trabalhar em suas posições de

	vantagem social em relação à ela, oferecendo a este trabalho a compreensão de que o aborto, enquanto problema de saúde pública, é uma questão que atinge de maneira desigual as pessoas.
Intertextualidade	A narradora se vale de intertextualidade para apresentar a negociação que estabelece com Francisco sobre a decisão pela interrupção, deixando transparecer sua determinação, ainda que ele titubeasse.
Metáfora	Luísa faz uso de metáforas relacionadas a sangue que indicam o medo do procedimento causar algum dano à sua saúde, mas é o mesmo elemento que, quando anuncia a finalização do procedimento, faz com que ela retome sua segurança na decisão.
Relações semânticas e gramaticais	A narradora utiliza o recurso da repetição para reforçar a importância de uma rede de apoio bem-informada e que se prepare para oferecer acolhimento de qualidade e afetuoso, em consonância a provimentos materiais e logísticos.
Interdiscursividade	Luísa estabelece ligação com discursos que pressupõem o arrependimento como possibilidade única para mulheres que abortam e os nega, reafirmando sua satisfação com a decisão tomada. Francisco, por sua vez, dialoga com discursos patriarcais que exigem dos homens a continuidade de sua linhagem como um atestado de masculinidade.
Modalidade	Luísa e Francisco reconhecem vozes contrárias às suas, porém, ela é mais categórica e não negocia sua escolha. Mais uma vez, Luísa oferece a esta tese a oportunidade de reconhecimento das vozes de mulheres que, como ela, optaram por interromper uma gestação e seguem satisfeitas quanto à escolha feita. Por outro lado, as narrativas de Francisco demonstram que, ainda que não esteja completamente certo sobre a decisão, isso não o eximiu de ser uma rede de apoio comprometida em cooperar com a realização do procedimento e de respeitar a decisão de Luísa.

7. ADAH

Adah figura como a segunda participante desta pesquisa e a sequência dos capítulos segue a linha temporal de nossa primeira interação e início das entrevistas em comparação com as demais participantes. Os nomes adotados neste capítulo fazem referência às personagens do livro *Cidadã de Segunda Classe*, da autora nigeriana Buchi Emecheta (2018). O livro, publicado pela primeira vez em 1974, é um romance que condensa relatos autobiográficos da autora a elementos ficcionais, perpassando temáticas como maternidade, desigualdade de gênero e as complexidades das vivências de uma mulher africana em contexto de imigração. O livro se estrutura de forma a apresentar a vida de Adah Obi, personagem principal, desde as suas memórias da infância em Lagos, na Nigéria, passando pelo embate com as regras da estrutura social *igbo* sobre questões de gênero, as violências vividas em seu casamento, a maternidade e as questões identitárias relacionadas à migração para o Reino Unido. Assim como a personagem do livro, Adah, participante desta tese, também enfrenta desafios em relação às diferenças entre as expectativas sociais sobre ser boa mãe e esposa e os seus propósitos de vida. Neste caso, o livro não foi apenas uma fonte de inspiração e de associação da minha parte. No decorrer das entrevistas, sugeri à Adah a leitura do romance, e até a enviei uma cópia pelos Correios. Ela o leu, e então passamos a conversar sobre os entrecruzamentos do livro e das histórias que ela me confiava sobre sua vida, e isso acabou revelando que

as leituras podem funcionar como tecnologias para construir o que passa por experiência feminina e para criar conexões e separações entre as mulheres e os movimentos sociais que elas constroem e participam nos mundos locais/globais. A ficção pode ser mobilizada para gerar identificações e oposições, divergências e convergências nos mapas da consciência¹⁵ (HARAWAY, 1991. p.193).

As histórias que generosa e corajosamente Adah compartilhou comigo não perpassam apenas a questão do aborto voluntário, mas vão além, incluindo, por exemplo, questões sobre maternidade compulsória, além de trazer para o primeiro plano a impossibilidade de escolha reprodutiva em ambientes permeados por violências, ponto já sublinhado no capítulo anterior, mas que ganhará novos contornos neste capítulo.

¹⁵No original: Las lecturas pueden funcionar como tecnologías para construir lo que pasará por experiencia femenina y para crear conexiones y separaciones entre las mujeres y los movimientos sociales que construyen y en los que participan en mundos locales/globales. La ficción puede ser movilizadada para provocar identificaciones y oposiciones, divergencias y convergencias en mapas de la conciencia

Os eventos narrados por Adah aconteceram há mais de doze anos do início das entrevistas, ou seja, há pelo menos quatorze anos antes da publicação desta tese. Adah morava em uma região periférica de um município do estado de Minas Gerais e tinha 16 anos quando conheceu Francis. Em poucos meses de relacionamento, ela descobriu-se grávida e precisou parar os estudos formais para se dedicar completamente aos cuidados com a filha. O relacionamento não estava bem e eles haviam decidido se separar pouco antes dele ser preso por envolvimento com o tráfico. Adah, temendo ser julgada pelas pessoas que poderiam alegar que ela o havia abandonado em um momento delicado, resolveu seguir com o relacionamento enquanto ele estivesse em privação de liberdade. Durante este período, ela percebeu-se dependente financeiramente de sua família e da família de Francis para poder criar a filha. Mesmo enfrentando o encarceramento, Francis seguia o comportamento violento que já apresentava anteriormente com Adah, ainda que ela mantivesse as visitas quinzenais, e sempre que podia a ameaçava contando os casos de mulheres que eram espancadas e assassinadas na frente do presídio quando os parceiros encarcerados descobriam alguma traição das companheiras fora do sistema prisional. Dessa maneira, pelo menos dois tipos de violência eram empregados contra as mulheres: a violência física e a psicológica. Após alguns meses, Adah descobriu que estava grávida de um outro rapaz com quem teve uma relação esporádica e, temendo por sua vida e pela vida de Titi, sua filha, decidiu realizar um aborto.

Ao contrário de Luísa, Adah não tinha acesso a informações seguras e nem a uma rede de apoio que pudesse garantir sua segurança e os cuidados básicos para a realização de um aborto. Ela compartilhou o seu segredo com apenas uma outra pessoa, uma amiga da época que conseguiu acesso a um traficante que vendia os medicamentos. Adah, que estava com aproximadamente doze semanas de gestação quando comprou os quatro comprimidos, não recebeu quaisquer orientações de identificação da medicação, tempo de ação, sintomas esperados, reações adversas, apenas foi informada de que deveria tomar dois comprimidos e inserir os outros dois na vagina. Ela foi para a casa de uma tia para iniciar o processo, sem ter noção do que presenciaria. Infelizmente, o procedimento gerou complicações e, após sete dias, com febre intensa devido a uma infecção, ela decidiu procurar um hospital, pois o medo de deixar uma filha vulnerável caso ela morresse superara o medo de ser denunciada:

Vi que tinha algo errado, né, febre e tal e aí eu falei: “nossa e minha menina, com um ano eu não posso arriscar, né, já não tem um pai presente então eu não posso fazer isso”. Aí quando eu falei: “vou precisar ir no médico” (Adah, 13 de julho de 2021).

Ao perceber que se tratava de um atendimento pós-aborto, a médica responsável pelo plantão expôs Adah a uma série de violências traumáticas. Adah passou por tudo isso sozinha, desacompanhada de qualquer amparo emocional, financeiro e logístico. Depois daquela experiência traumática, ela procurou refúgio em uma igreja evangélica, onde encontrou um mínimo de amparo e a possibilidade de absolvição daquela situação que ela assumiu como um pecado todo seu. O aborto está, para o discurso conservador cristão, entre os piores pecados que uma mulher pode realizar, uma vez que é igualado ao pecado que transgrede o mandamento “Não matarás”. Quando Adah sentiu necessidade, compartilhou sua angústia com o pastor da igreja e ele a apresentou à sua irmã, que dizia ter realizado uma série de abortos e que agora, arrependida, cedia suas histórias como testemunho para que outras mulheres não seguissem o mesmo caminho. A irmã do pastor dizia ter realizado ao menos cinco abortos, e o último, malsucedido, resultou, segundo seu testemunho, no nascimento de um filho com deficiência motora que hoje, por sua vez, também oferece testemunhos de fé e de superação naquela mesma igreja. Essas histórias criaram em Adah o pânico de que algum próximo filho seu pudesse ter alguma deficiência como forma de punição divina ao pecado que ela cometera e isso fez com que ela buscasse redimissão por meio do batismo e da profissão da fé.

Adah estava convicta do caminho que gostaria de trilhar, mas, para receber o batismo, ela precisava sair do pecado, que naquele momento se configurava em manter relações sexuais com Francis sem que estivessem casados perante a igreja. Dessa forma, Adah e Francis se casaram na penitenciária e pouco tempo depois ela engravidou mais uma vez. Francis só se converteu depois que eles se casaram, mas ainda enquanto estava em privação de liberdade. Adah seguiu dependendo financeiramente de sua família e da família de Francis, e sem conseguir conciliar estudos e trabalho se dedicou completamente à criação das duas filhas pequenas. Francis cumpriu a pena e, no período das entrevistas desta pesquisa, já estava em liberdade há alguns anos. O casal ainda depende parcialmente do apoio financeiro das famílias, mas não dividem mais a casa com outros familiares. Ela incentivou que ele retomasse os estudos, assim como ela o fez. Ambos cursaram o supletivo e ambos ingressaram na educação superior. Ela estava terminando o curso superior e trabalhando como técnica de enfermagem em um hospital

quando, após uma série de desarranjos em torno de planejamento familiar, descobriu-se grávida novamente.

Essa quarta gravidez não intencional havia chegado em um momento que Adah planejava gozar de uma vida mais tranquila, com as filhas crescidas e cada vez mais independentes, de poder ela mesma ser mais independente e poder morar em um lugar próprio, entre outras coisas básicas para o bem-viver de qualquer pessoa adulta, mas que para ela soava como um privilégio cada vez mais distante. Quando confirmou a gravidez, Adah não queria compartilhar com mais ninguém a notícia, entrou em um estado de tristeza profunda, perdeu peso e, Francis, que via naquela gravidez a oportunidade de finalmente ser pai de um menino e, não concordando com a hipótese de aborto sugerida por Adah, resolveu contar para as famílias, como forma de evitar que Adah pudesse interromper a gravidez. Percebendo a tristeza de Adah, suas duas irmãs mais velhas ofereceram apoio, independentemente da decisão que ela tomasse, mas, para ela, envolver a irmã mais velha, que era uma mulher conservadora e cristã, na decisão por um aborto estava fora de cogitação. Então, a outra irmã, que não frequentava a igreja e era mais progressista nas opiniões, resolveu auxiliá-la na procura por redes de provimento para um aborto medicamentoso em um prazo curto, pois quando Adah confirmou a gravidez, ela já estava com oito semanas.

Adah passou a acompanhar fóruns de redes sociais que se intitulavam pró-escolha e prometiam ajudar mulheres a realizar abortos. Ela se informou da melhor maneira que poderia, mas o caminho era confuso e ela percebia que várias páginas eram falsas e procuravam se aproveitar da situação desesperada que mulheres como ela podiam se encontrar. Sem sucesso para conseguir a medicação, sua irmã encontrou uma psicóloga que ofereceu à Adah sessões de terapia gratuitas para que ela pudesse elaborar melhor seus sentimentos e decisões. Foi Carol, a psicóloga que a acompanhou por um curto período, que percebeu que as angústias que Adah sentia estavam relacionadas em grande parte às condições traumatizantes vivenciadas no aborto realizado anos atrás e que seria importante para ela poder conversar sobre a experiência em um ambiente seguro. Carol, que já me conhecia e sabia da minha pesquisa, sugeriu a Adah que me procurasse e iniciamos, assim, as entrevistas que compõem o segundo capítulo analítico desta tese.

Após sermos apresentadas, Adah e eu começamos a trocar mensagens de texto por um aplicativo de celular e, de agosto a dezembro de 2021, nos encontramos por meio de chamadas de vídeo para a realização das quatro entrevistas que são analisadas neste

trabalho. Quando nos conhecemos, a gravidez já havia passado das 12 semanas e Adah, ainda que frustrada, já havia se convencido de que não iria mais realizar a interrupção. Nossos encontros sempre aconteciam em noites que seu marido estava de plantão no trabalho e isso demandava um certo planejamento e reagendamento frente a possíveis mudanças. Devido à pandemia da COVID-19 e por estar gestante, Adah estava de licença do trabalho, o que permitiu que ela ficasse em casa, responsabilizando-se integralmente pelo cuidado com as filhas e com as tarefas domésticas.

Quando nos encontramos pela primeira vez, pelo enquadramento da tela do computador eu podia visualizar o ambiente de um quarto pouco iluminado, de paredes brancas e de uma janela com as grades metálicas pintadas de bege, além de um pedaço de uma cama, onde Adah estava sentada enquanto nos falávamos. Fiquei surpresa com a naturalidade e espontaneidade que ela me recebeu naquele primeiro encontro. Adah estava com os cabelos longos alisados colocados sobre um dos ombros e vestia um pijama de alças finas. O sinal de internet não estava muito estável e era comum termos que reconectar a ligação. Também era comum que as filhas dela aparecessem durante as entrevistas e ela precisasse responder a alguma demanda ou se ausentar por alguns momentos para resolver alguma questão corriqueira.

Desde o início, Adah foi bem comunicativa e não transparecia dificuldade em me contar sua história, que até então, na minha concepção, girava em torno da gestação que ela experienciava naquela época. Foi apenas quando a primeira entrevista estava se encaminhando para o final que, após eu perguntar se ela conhecia alguma mulher que já havia abortado, ela me narrou a história do aborto realizado aos 18 anos. Devido ao fato de, como ela mesma contou, não ter mais ninguém com quem pudesse conversar, Adah parecia ter urgência de compartilhar não só as histórias mais diretamente relacionadas às questões reprodutivas, mas também os desafios em conciliar o final da faculdade com a criação das meninas, as ansiedades com aquela gravidez, o cansaço mental e físico devido às tarefas domésticas e questões de relacionamento. Dessa forma, resolvi assumir que interromperia as entrevistas quando tivéssemos passado de uma hora, tendo vezes que alcançamos duas horas de duração, pois considerei o tempo prolongado muito cansativo para ambas, mas especialmente para ela, que estava acessando lugares difíceis e pouco explorados devido ao silenciamento imposto, mas também para mim, que não tenho formação em psicologia e precisava sempre reforçar que as entrevistas de pesquisa não

se tratavam de um atendimento clínico psicológico, ainda que pudesse trazer algum alívio terapêutico para ela.

Estive conversando com Adah durante toda a gestação até o nascimento de seu último filho e ela me ensinou muito sobre justiça reprodutiva ao demonstrar como cenários de injustiças sociais corroboram para o cerceamento dos direitos reprodutivos em camadas diversas que extrapolam a descriminalização do aborto. Mesmo após o final da geração de dados seguimos trocando mensagens, mas durante as eleições de 2022 ocorreu um afastamento entre nós duas, pois Adah declarou seu voto em Bolsonaro de maneira fervorosa, compartilhando vídeos e fotos na função *stories* do aplicativo *Whatsapp*, entre eles, notícias falsas e ataques à oposição. Não conversamos sobre isso em nenhum momento, mas percebi que se instalava um desencontro entre nós e com o tempo fomos deixando de nos comunicar com frequência.

Dedico os próximos tópicos para as análises discursivas das quatro entrevistas que tivemos, entre agosto e dezembro de 2021 e de um texto publicado em uma rede social por Adah. As entrevistas de narrativas de Adah são centrais para análise e construção do capítulo, sendo assim, as falas de Carol e o texto da carta foram analisados conforme se apresentasse necessidade a partir da abertura para as outras vozes recontextualizadas. Dessa forma, mesmo que tenha entrevistado Carol, em setembro de 2021, as análises da entrevista cedida não entraram nesta tese. Assim, será mantido neste capítulo a decisão de seguir as pistas de intertextualidade e/ou interdiscursividade do fluxo narrativo de Adah para a decisão de análise das outras vozes. As análises seguem a mesma divisão dos três temas acionados para responder as perguntas de pesquisa: autodefinição/autoavaliação; clandestinidade e rede de apoio.

7.1 Pequenas Histórias: autodefinição e autoavaliação

Como venho argumentando ao longo desta tese, é fundamental para esta pesquisa compreender quais discursos fundamentam as narrativas sobre abortos clandestinos por mulheres que viveram a experiência e, portanto, as histórias narradas por essas mulheres oferecem a oportunidade de acessar o que elas falam sobre suas próprias experiências, ao invés do que comumente tem sido falado sobre elas. Todavia, essas mulheres oferecem não apenas a análise de suas escolhas e itinerários, mas apresentam o panorama mais geral que localiza o Brasil entre os países de restrição ao acesso a aborto seguro.

A pesquisadora Jackeline Romio (2019) apresenta o feminicídio reprodutivo como “a morte de mulheres relacionada às limitações legais de acesso e de garantia dos direitos reprodutivos” (ROMIO, 2019, p. 424). Assim, ao propor uma nova tipologia para interpretar as mortes evitáveis causadas por políticas de controle do corpo e da sexualidade femininas, a pesquisadora evidencia como o Estado, por meio de leis restritivas, é responsável indireto pela alta morbimortalidade de mulheres, ampliando a forma de interpretar o conceito de feminicídio como “tecnologia social que evidencia a desigualdade de gênero e coloca em pauta a gravidade da questão tanto em termos de segurança quanto de saúde pública” (ROMIO, 2019, p. 424). Dessa forma, a criminalização do aborto é uma violência contra mulheres e pessoas que podem gestar.

Como preconizado anteriormente, a *autodefinição* e *autoavaliação* são elementos fundamentais para esta tese, por reconhecer as participantes enquanto narradoras que falam de si e de suas experiências, ou seja, a responsabilidade pela definição da realidade de cada uma cabe sobretudo a quem vive essa realidade, a quem realmente passa por essas experiências (COLLINS, 2019). Dessa forma, esta seção preocupa-se, sobretudo, em estudar os discursos que fundamentam as representações sobre a decisão de aborto de Adah, perpassando a sua forma de se identificar e de identificar o mundo ao seu redor a partir desse tema.

Início a apresentação deste capítulo a partir da análise da *representação de atores sociais* (VAN LEEUWEN, 2008). A forma como atores sociais são representados textualmente depende da perspectiva de quem enuncia, ou seja, os atores sociais são representados a partir de discursos particulares e sua análise pode revelar implicações ideológicas. Assumindo que o significado é inerente à cultura e que perspectivas diferentes sugerem formas diferentes de expressar as experiências, estudar as representações de atores sociais nas narrativas de Adah também permite a compreensão

da formulação dos seus processos de autoidentificação, assim como a compreensão do contexto mais amplo com o qual ela estabelece diálogo. Como preconizado na seção, as representações que Adah faz de si são o ponto de partida da análise e ela se apresenta, especialmente, a partir dos papéis sociais de mãe, esposa, mulher, cristã e filha, como é possível observar nas *pequenas histórias* (GEORGAKOPOLOU, 2015) sobre autodefinição e autoavaliação que serão apresentadas. Partindo da concepção de sujeito como “um campo de luta e um espaço que deve ser controlado e dominado para que a coerência de uma dada ordem e visão de mundo continue estável” (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 43), as representações apontadas por Adah contribuem para a compreensão das dimensões da colonial-modernidade sobre as questões reprodutivas de modo mais amplo, pois “o que quer que um sujeito seja, ele é constituído e sustentado pela sua localização no tempo e no espaço, sua posição na estrutura de poder e na cultura, e nos modos como se posiciona em relação à produção de saber” (p.43).

Excerto 22:

13 de julho de 2021

00:07:44

01 Adah hoje eu sou casada, é... mãe de duas meninas, uma de 10
02 e uma de 06 e tô grávida agora de 06 meses, né, dum
03 menino. E agora tô afastada, né, devido a pandemia, mas
04 sou técnica de enfermagem e... é... acho que só ((risos))

O excerto apresentado ocorreu nos minutos iniciais do nosso primeiro encontro. Adah e eu ainda não nos conhecíamos, apenas havíamos conversado por meio de um aplicativo virtual de mensagens, como dito anteriormente. Nesse primeiro momento, Adah se apresenta por meio de (i) *identificação relacional*: casada e mãe, indicando uma pertença conjunta a outros atores sociais que serão melhor apresentados no transcorrer da discussão; e por meio de (ii) *funcionalização*, como técnica de enfermagem, ou seja, por meio do trabalho que realiza. Entretanto, nas análises das narrativas de Adah foi possível encontrar valores semânticos polivalentes para a representações dos papéis sociais de mãe e de esposa. Ainda que inicialmente seja possível entendê-los a partir de uma lógica relacional, a análise do contexto de Adah e da conjuntura brasileira de forma mais abrangente, permite ir ao encontro do que foi sublinhado por Van Leeuwen (2008) ao apontar mãe como papel social representando uma *funcionalização*. A partir dos princípios coloniais-modernos, mãe não é apenas uma pessoa que pare uma prole, mas uma mulher que é responsável pelos cuidados de suas filhas e filhos. Da mesma forma,

esposa torna-se a pessoa responsável pela administração da casa e da família patriarcal nuclear. Como preconizado pela pesquisadora Oyèrónké Oyěwùmí (2016), maternidade é uma instituição genderificada colonialmente e a categoria “mãe” é corporificada por mulheres que são esposas, e que na colonialidade são subordinadas e relativamente marginalizadas socialmente. Esse primeiro apontamento direciona a análise para a discussão da economia doméstica, pois Adah narra repetidas vezes o cansaço com o excesso de tarefas em relação à criação das filhas, à organização e manutenção do lar, assim como ao trabalho remunerado que exerce enquanto técnica em enfermagem, além de estabelecer uma diferença entre as obrigações de “mãe” e de “pai”, na qual aquela assume as obrigações de cuidado majoritariamente.

Excerto 23:

13 de julho de 2021

00:14:03

05 Adah eu fiquei totalmente, assim, é... muito assustada. Porque
06 eu sei que querendo ou não é tudo pra cima da gente que
07 é mãe. Eu sei que a responsabilidade, assim, ele faz o
08 papel dele de pai, ((inaudível)) quando eu tô trabalhando
09 ele tá com as meninas e tal, mas aí aquela carga maior
10 de chegar em casa, ver as matérias acumuladas das crianças
11 pra fazer, né, as roupas, essas coisas, é minha, né, eu
12 deixo tudo meio que preparado pra ele dar conta no outro
13 dia, assim, ele num ... num... assim, não sei se é... homem não
14 dá conta de fazer o que a gente faz, na realidade, eles
15 não conseguem fazer, a gente faz tudo ao mesmo tempo, né
16 eles não né, aí... então eu vi, e aí... nossa, eu tive ela
17 com 17 anos, a minha mais velha, e eu não estudei, não
18 trabalhei, então é meu primeiro emprego, eu não fiz nada,
19 eu abri mão de tudo pra cuidar dela. Não quis deixar ela
20 numa creche no horário integral, então, eu decidi abrir
21 mão de tudo pra cuidar dela. Então, agora, depois de muito
22 tempo, eu falei: “nossa, eu não tenho uma profissão, eu
23 não tenho nada” foi que eu comecei a estudar, comecei a
24 fazer o Técnico e aí saiu uma vaga na faculdade, eu
25 comecei a fazer os dois juntos e aí então a gente tá
26 conquistando ainda

É possível observar já neste contato inicial que há uma divisão estabelecida entre as obrigações de mãe e as obrigações de pai, dois atores sociais apresentados na narrativa

da participante. Esses papéis derivam de outras identificações genderificadas - homem e mulher - e mantenedoras dos valores patriarcais que, conseqüentemente, justificam as opressões e privilégios a que cada corpo estaria sujeito na colonial-modernidade. O quadro abaixo oferece a possibilidade de visualização da divisão de tarefas entre Adah e Francis, segundo o trecho analisado:

Quadro 2: Divisão do trabalho doméstico

Mãe	Pai
(10) de chegar em casa	(08) quando eu tô trabalhando ele tá com as meninas e tal
(10) ver as matérias acumuladas das crianças	
(11) as roupas	
(12) eu deixo tudo meio que preparado pra ele dar conta no outro dia	

Além de uma diferença quantitativa marcada, a análise discursiva também revela a disparidade subjetiva entre as obrigações apresentadas para os papéis de mãe e de pai. Enquanto mãe é realizadora de processos materiais transformativos, pai é beneficiário da ação daquela e apresentado por processo relacional que acontece em consequência da ação da mãe. Ou seja, a mãe é responsável pelas atividades, e é a realização dessas atividades que a faz mãe, enquanto pai se realiza como tal por “estar” com as filhas, reforçando a funcionalização da maternidade. Os complexos causais que sustentam a arquitetura do texto de Adah apresentam a relação semântica do fluxo dos eventos narrados e mostram que a ação de Francis é interdependente das ações de Adah. Em outras palavras, a realização de “pai” como tal depende da funcionalização de “mãe”. Nesse caso, não é o fato de gerar uma prole que torna uma mulher mãe, é o exercício da função segundo critérios rígidos de trabalho.

Não à toa, esse papel social é questionado por Adah durante as entrevistas e revela a discussão mais geral que qualifica e estabelece padrões para o exercício da maternidade. A pesquisadora Silvia Frederici tem denunciado em suas publicações a carga de trabalho não remunerado das mulheres como parte da sustentação do sistema capitalista. Além da função reprodutiva, as mulheres, no sistema colonial moderno, também são responsáveis por realizar um conjunto de tarefas necessárias para a sobrevivência de outras pessoas, principalmente as componentes do sistema familiar nuclear. Frederici (2017) estabelece

um diálogo com teorias Marxistas e faz uma analogia do contrato de trabalho entre proletário e patrão com o que ela nomeia “contrato sexual” ao qual nós, mulheres, precisamos nos submeter para a sobrevivência no sistema patriarcal. Uma vez que o processo de colonização implementado pela Europa foi responsável pela consolidação do capitalismo global, uma das consequências diretas desse processo é a colonialidade baseada em diferenciações morfológicas, pautadas na lógica binária do pensamento europeu, tido como padrão universal. Essa lógica fere diretamente a força matripotente de mulheres e de pessoas que podem gestar ao ligar o exercício da maternidade ao autossacrifício e à exploração e ao reduzir a relação de mulheres e sua prole ao exercício de uma função laboral.

No nível discursivo, Adah constrói sua narrativa por meio de relações de comparação. A análise do último trecho permite o estudo semântico dos léxicos “tudo” e “nada” quando ela fala das suas atividades, assim como a existência de *presunções valorativas* sobre o que é desejável e o que não é desejável para mulheres e mães:

(06) querendo ou não é **tudo** pra cima da gente que é mãe.

(12) eu deixo **tudo** meio que preparado pra ele dar conta no outro dia.

(15) a gente faz **tudo** ao mesmo tempo.

(17) eu não estudei, não trabalhei, então é meu primeiro emprego, eu não fiz **nada**.

(19) eu abri mão de **tudo** pra cuidar dela.

(20) [Não quis deixar ela numa creche no horário integral, então,] eu decidi abrir mão de **tudo** pra cuidar dela.

(22) “nossa, eu não tenho uma profissão, eu não tenho **nada**”

Em (06), (12) e (15) “tudo” faz referência semântica ao trabalho doméstico, tido como responsabilidade feminina. Por sua vez, em (17), (19), (20) e (22) “tudo” e “nada” estão ligados ao trabalho assalariado e ao estudo formal que tem como finalidade primordial garantir mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Esses excertos exemplificam algumas das várias exigências que recaem sobre mulheres e que são aprimoradas constantemente pela colonialidade. Além da responsabilização pelo trabalho doméstico, mulheres são cobradas a se inserirem na produção social capitalista e a lutarem por salários melhores por meio da obtenção de qualificação institucional. Esses elementos implícitos na narrativa de Adah podem ser entendidos como a presunção de ideias universais, uma *pressuposição* (FAIRCLOUGH, 2003), ou seja, o que não é dito

explicitamente é tomado como dado. Por sua vez, a narradora representa a categoria homem como aquele que é incapaz de realizar a mesma quantidade de tarefas destinadas às mulheres e com a mesma qualidade, exemplificando que a infantilização de homens adultos funcionais também contribui para a manutenção das relações de poder desiguais entre sexos:

(13) homem não dá conta de fazer o que a gente faz, na realidade, eles não conseguem fazer.

Quando essas questões são naturalizadas, encerra-se a possibilidade de busca por equidade, pois a masculinidade como construto cultural e contextual de exploração, ou seja, passível de mudança, torna-se perene e inquestionável e, nessa concepção, só resta às mulheres e à sociedade como um todo aceitar e garantir sua continuidade.

Como preconiza Patrícia Hill Collins (2019), a autodefinição de mulheres negras consiste em uma série de negociações que procuram conciliar as contradições que separam as próprias imagens internas das *imagens de controle* que são criadas socialmente. Dessa forma, resistir fazendo algo que não se espera significa rejeitar as imagens de controle e isso sugere uma memória coletiva específica. O sistema de opressão desestabiliza mulheres de maneiras múltiplas e desiguais ao fazer com que aceitemos imagens dominantes sobre nós mesmas e fiquemos impotentes perante a elas. Isso é o que acontece com Adah quando ela, ao final da entrevista do dia 13 de julho de 2021, assim como em outros momentos, emite avaliações autodepreciativas.

Excerto 24:

13 de julho de 2021	01:35:77
27	Jaqueline Acho que você tem passado por coisas muito fortes de
28	cabeça erguida, mesmo que talvez você não esteja vendo
29	ainda
30	Adah Eu me vejo uma covarde

As avaliações negativas de si envolvem um julgamento em relação ao não cumprimento de expectativas sobre o papel social de Adah enquanto mãe e isso será melhor estudado durante todo este capítulo. Para tanto, apresento as *pequenas histórias* narradas por ela que permitem o estudo de sua autoidentificação e autoavaliação e como as imagens de controle funcionam para sustentar relações ideológicas desiguais e submeter mulheres a diversas violências. Como preconizado anteriormente, as *pequenas histórias* tendem a incluir, entre outros, desdobramentos não lineares, narração de eventos

ordinários e construção compartilhada de um ponto, eventos e personagens entre narradora e audiência (GEORGAKOPOLOU, 2015). Dessa forma, Adah primeiro me narrou a gravidez não intencional que ela vivia no momento que nos conhecemos, suas questões de relacionamento com o marido, com as filhas, com sua mãe e com o trabalho para só depois me falar sobre o aborto que havia realizado há quase uma década. Presumo que essa narração não-linear de eventos passados também permitiu que ela me conhecesse melhor e estabelecesse uma relação de segurança que garantisse minimamente que eu não a julgaria ou denunciaria.

Excerto 25:

13 de julho de 2021

00:54:11

31 **Jaqueline** **Você conhece alguma mulher que já abortou? Que já**
32 **passou pela experiência de um aborto?**

33 Adah **((inaudível))**... A realidade é que... eu passei por uma
34 antes, no intervalo **[dessa de agora?]** Não, antes da
35 segunda, antes da minha segunda, quando ele tava lá.

36 **Jaqueline** **E como é que foi pra você essa sensação, essa sensação**
37 **não, essa experiência, né, como é que ela foi?**

38 Adah ...Foi **((voz embargada))** traumática apesar de que eu
39 não tava lá na igreja e, assim, ele tava lá. Era aquela
40 questão que eu te falei, que ele não tinha saído, eu
41 não via saída nessa época, eu não via saída. E... aí
42 aconteceu e tinha seis meses? É, tinha 6 meses que ele
43 tava lá. Quando ele foi a gente tava com... o
44 relacionamento tava muito ruim, muita briga e... ele
45 aquela coisa toda envolvida, né, nos crimes, e aquela
46 coisa toda... e... me traía e aquela coisa toda... e
47 quando ele foi pra lá, eu, o erro foi que eu tinha
48 dado um deslize, quando ele foi eu tinha descoberto
49 várias, né, traição, aquelas coisas, e ele me tratava
50 muito mal na época **[sim]**, porque é aquela coisa de ser
51 o machão, né, do crime e tal... e aí quando ele foi,
52 toda vez que ia lá ver, eu nunca faltei, ia de quinze
53 em quinze dias eu tava lá, e a cada vez que eu ia lá
54 era só patada, eu era só tratada mal e aí aquela coisa
55 toda e aí chegava falando "ai, fulano"... e, aí, foi
56 onde eu vacilei...

57 **Jaqueline** Cortou um pouquinho aqui, você falou assim: quando você
58 ia lá a cada 15 dias, ele te tratava mal, era só patada,
59 era só.. aí cortou a ligação. era só patada, aí ele
60 falava: "aí fulano"... ele falava de outras mulheres,
61 era isso?

62 Adah Não aí os outros falavam.. vinham umas conversas...,

63 **Jaqueline** Ah, as pessoas falando pra você..

64 Adah Isso! Aí a minha menina tava com um aninho, quando ele
65 saiu ela tava com um ano e meio ((inaudível)) e aí foi
66 que aconteceu, sabe? E aí eu descobri... e eu não tive
67 ((áudio cortado)) escolha porque ou era isso ou hoje
68 eu não estaria aqui.

69 **Jaqueline** Ah, entendi...até pelo receio dele, né, porque o que
70 ele poderia fazer, também né, porque... se ele era dessa
71 forma, o que que ele ia fazer com você né, se ele já
72 tava te tratando mal sem isso

73 Adah E ele fazia questão na época de enfatizar isso, porque
74 lá tinha muitos casos disso... [ah! Sim...] mulheres que
75 eram espancadas do lado de fora. Tinha mulheres sendo
76 mortas do lado de fora, sabe? Por um cara que tava
77 dentro descobrir coisa [entendi] e sempre quando
78 acontecia ele fazia questão de contar..

79 **Jaqueline** Como se fosse até uma forma de te fazer ter medo né?

80 Adah Sim. Igual, assim, eu não queria.. quando ele foi, né.
81 No dia exato que ele foi, a gente tinha decidido
82 terminar. Ele foi numa madrugada, né. Os policiais
83 chegaram lá de madrugada pra pegar ele. Aí nesse dia
84 tivemos uma briga muito feia, já tava cansada, ele
85 também, aí falamos: "vamos terminar!", "vamos!". aí
86 quando ele foi pra lá, e aí eu tinha uma filha com ele,
87 aí eu ajudei ele, e foi aquela coisa, a gente foi
88 ficando, mas eu já não tinha mais vontade, porque, a
89 questão do relacionamento totalmente ruim, sabe? Com
90 respeito nenhum, e era aquela coisa adolescente, que
91 eu achava que era bom, mas quando eu tive minha filha,
92 aí minha mente.. a mulher amadurece primeiro, então eu
93 falava: "eu não quero pra minha filha isso", né?

94 **Jaqueline** Você não tinha nem dezenove anos ainda?

95 É, e eu pedia pra ele mudar, eu pedia pra ele sair de
96 tudo, mas na época ele também não tinha nenhum juízo,

97 ele não queria, né, ele não queria. E aí foi, era um
98 relacionamento muito... hoje quando eu falo, parece
99 que tá falando: "nossa, não era pra eu tá junto até
100 hoje". ((**incompreensível**)) Hoje ele não é a mesma
101 pessoa, sabe? parece. Mas, assim, naquela época, eu
102 falava: 'nossa, não precisava', devia ter cortado a
103 muito tempo atrás. Aí aconteceu isso, mas foi assim,
104 bem no início, sabe? Ele lá e eu também não tava na
105 igreja nem nada e aí foi aquela coisa traumática.

Localizado no estrato da semântica discursiva da linguagem, o *Sistema da Avaliatividade* (MARTIN e WHITE, 2005) é realizado por meio da seleção do léxico avaliativo quando julgamos algo, de forma a reforçar, ampliar ou reduzir aquilo que é avaliado. Assim, é um sistema interpessoal ligado ao sistema de *negociação* e de *envolvimento*, correlacionado à noção de dialogismo proposta por Bakhtin. Dessa forma, a análise da *avaliatividade* nesta tese inclui o estudo dos recursos que permitem à narradora negociar suas opiniões comigo, enquanto pesquisadora, e com outras vozes circundantes ao contexto de situação e de cultura em que as entrevistas foram realizadas. Quando Adah passa a me narrar o aborto realizado enquanto o marido estava em privação de liberdade, ela procura maneiras de justificar a decisão e anuncia que não tinha sido uma escolha propriamente dita, mas a única possibilidade disponível para garantir que ela e a filha de 1 ano não seriam punidas ou até assassinadas.

(38) Foi ((**voz embargada**)) traumática, apesar de que eu não tava lá na igreja e, assim, ele tava lá [na prisão].

A proposição pronunciada na segunda cláusula “ele tava lá” é codificada como pressuposição, indicando uma informação já compartilhada pela narradora comigo de que seu marido cumpriu pena em restrição de liberdade e esse fato faz parte dos motivos apresentados por ela para a tomada de decisão, concomitante ao fato de ela ainda não ter se convertido cristã naquela época. Para a análise de cláusulas complexas, Halliday (2004 *apud* FERNANDES, 2020) propõe os sistemas de grau de interdependência e o de relação lógico-semântica. No processo de criação do texto, é possível aumentar uma cláusula por meio de elemento circunstancial ou por meio de outra cláusula inserida no complexo causal. Essa escolha envolve vários fatores, entre eles a potência semiótica, interpessoal e experiencial que se atribui (FERNANDES, 2020). O sistema Táxis subentende que

todas as cláusulas que são ligadas por uma relação lógico-semântica são interdependentes dentro do complexo e, dessa forma, divide-se em *parataxe*, relação entre elementos de igual estatuto, e *hipotaxe*, relação de desigualdade entre um elemento dependente e seu dominante. Dessa forma, nesse excerto, Adah avalia negativamente a sua experiência com o aborto realizado enquanto uma situação traumática e estabelece uma relação de hipotaxe com as cláusulas seguintes apresentando dois elementos que possuem peso na decisão de interromper a gravidez atual, ao contrário de quando ela abortou, ainda que ela tenha manifestado o desejo: o fato de hoje ser cristã e de seu marido não estar mais em privação de liberdade.

(40) ele não tinha saído, eu não via saída nessa época, eu não via saída.

O uso de “sair”, em sentido literal para ele e metafórico para o processo dela, indica uma comparação entre as experiências vividas por cada: ele estava literalmente impedido pelo sistema penitenciário de exercer sua liberdade, enquanto ela estava impedida de exercer a sua liberdade de escolhas reprodutivas. Essa estrutura revela valores religiosos associados à identidade dela, destacando que naquele momento ela estava afastada desses princípios. Além disso, a presença do fato de ele ter cumprido pena criminal funciona como uma marca identitária, atribuindo-lhe uma conotação negativa. Ou seja, foram os fatos de ela estar afastada da religião e ele encarcerado que os definiam negativamente. Francis, após três anos e oito meses cumprindo a pena, foi liberado e Adah enfatiza que, apesar das violências físicas e psicológicas, ele pôde se redimir ao ponto de ela manter a relação com ele (100) Hoje ele não é a mesma pessoa. Por outro lado, ainda que ela tenha se convertido, continua à espreita de ser castigada pelo aborto que realizou, como será demonstrado no transcorrer das análises.

O uso de perguntas quando troca informações comigo indica uma modalização das afirmações de Adah e uma tentativa de estabelecer uma relação de proximidade entre nós duas por meio de micropausas realizadas pelo recurso argumentativo-interacional “né” e “sabe”, representando uma demanda de aprovação de minha parte e o anseio de compreensão das suas ações pelas justificativas apresentadas:

(64) a minha menina tava com um aninho, quando ele saiu ela tava com um ano e meio ((**inaudível**)) e aí foi que aconteceu, sabe?

(75) Tinha mulheres sendo mortas do lado de fora, sabe?

(88) mas eu já não tinha mais vontade, porque, a questão do relacionamento totalmente ruim, sabe?

(93) então eu falava: “eu não quero pra minha filha isso”, né?

(100) Hoje ele não é a mesma pessoa, sabe?

(103) aconteceu isso, mas foi assim, bem no início, sabe?

A narração dos eventos na *pequena história* analisada segue prototipicamente o modelo de um texto argumentativo, em que ela introduz o tema elencando os motivos de ter abortado: não frequentar a igreja e o companheiro responder criminalmente em regime fechado. Em seguida, segue a argumentação pormenorizando as razões pela decisão: as violências por meio de ameaças e a preocupação com a filha já nascida. Após elencar os motivos pelos quais interrompeu a gravidez - entre eles o comportamento violento do companheiro - ela justifica a sua decisão de seguir o relacionamento com ele por meio de *heteroglossia* de negação, negociando com vozes que poderiam julgá-la. A *heteroglossia* também indica uma *interdiscursividade* que responde a discursos que sugerem que homens com as atitudes de Francis dificilmente mudam, com o uso da partícula de negação em (100) Hoje ele não é a mesma pessoa. Adah também se vale do recurso da *contra-expectativa* - compreendendo a voz da regra e a da exceção, em (103) aconteceu isso, mas foi assim, bem no início, sabe? E, por fim, ela retoma os elementos utilizados no início da sua fala para amarrar sua argumentação: (104) Ele lá e eu também não tava na igreja nem nada e aí foi aquela coisa traumática.

Como demonstrado, o afastamento religioso e as violências vividas no início do relacionamento com o companheiro foram motivos apresentados por ela para a interrupção da gravidez, mas também, são os discursos de base religiosa e patriarcal que a fazem ter uma avaliação negativa de si mesma, mantendo-se vulnerável diante de situações de opressão ao se julgar culpada e indigna de perdão. A fim de estudar essas representações e os discursos que fundamentam suas avaliações, apresento trechos das entrevistas nos quais Adah se ocupa da identificação de Francis e dela mesma. Os trechos em seguida foram selecionados para apoiarem as análises sobre as representações que ela faz do companheiro. As pequenas histórias apresentadas por Adah sobre Francis narram o processo de negociação entre o casal sobre planejamento familiar, sobre religiosidade e sobre os comportamentos agressivos dele, além da ausência em relação à divisão de trabalho doméstico e de cuidado com as filhas.

Excerto 26:

16 de dezembro de 2021

00:11:59

106 Adah Então eu imaginei se tivesse ele realmente saído com
107 essa ideia de não mudar e tudo mais, além de eu tá com
108 duas crianças, com um cara, assim, ferrado,
109 literalmente, né, porque até aí eu já tinha a Vicky,
110 né. Nossa, eu acho que tudo o que eu tinha feito, que
111 eu tinha aguentado e engolido ia ser jogado fora. Ia
112 ser, tipo, quase quatro anos da minha vida,
113 literalmente, jogado fora, né? [sim] Então assim, é...
114 foi pela graça de Deus mesmo, porque se não tinha
115 assim, sei lá, sabe? tinha sido bem, bem ruim, igual
116 eu vejo muitas das meninas que eu conheci lá, né,
117 nossa, muitas delas hoje assim... triste, assim, de
118 dez que eu conheço, se tem duas, eu e mais duas que
119 conseguiu ter um final, assim, tranquilo, né, que os
120 caras saíram, mudaram, trabalharam é muito só, dos meus
121 contatos, literalmente só duas

122 **Jaqueline E o que que aconteceu com as outras?**

123 Adah Muitas foram abandonadas, né, fizeram, fizeram,
124 fizeram de tudo, né. Trabalhavam pra sustentar lá
125 dentro, que é caro, né, abriram mão de tudo, né, e
126 foram abandonadas, né, traídas e aquela coisa toda ou
127 os caras voltaram pra lá de novo e elas tão lá de novo
128 naquela vida, aquelas que aceitaram, né, uns morreram,
129 foram mortos, então assim, são bem tristes, né. Bem
130 tristes. Os que eu vi que realmente, igual a esses
131 dois, que saiu, mudou e tão felizes assim, [foi] porque
132 saíram, tão trabalhando, deixaram tudo pra trás e aí
133 continuaram casados com as esposas, né, e seguiram em
134 frente. Mas, realmente, a estimativa é bem pouquinho,
135 são bem poucos mesmo. Se eu falar oitenta por cento
136 volta e não muda, realmente, sabe? são bem poucos de
137 uma estatística que consegue sair disso aí. O caso é
138 que a pessoa já entra muito desestruturada, né, já
139 entra muito desestruturada. Então assim, se não tiver
140 um apoio aqui fora, né, é muito difícil. O cara entrou
141 lá sem estudo, ficou lá dez anos, saiu sem estudo,
142 então o cara pensa: "pra mim sair velho e voltar a
143 estudar e arrumar um emprego" ... nossa, aí é...

144 **Jaqueline Muito mais difícil, muito mais difícil**

145 Adah É, aí vai pro mais fácil, né, que é "Ah, eu fazia isso
146 e ganhava dinheiro, então vou voltar a fazer isso de
147 novo" **[verdade...]** e então vai. Porque, assim, esse é
148 um caminho longo, sabe? Eu vejo que até aqui ainda tem
149 sido longo, sabe, nós ainda estamos assim nem na metade
150 do caminho, na metade do caminho ou menos ainda, né,
151 **((risadas compartilhadas))** ainda falta muita coisa pra
152 gente, sabe? Mas, graças a Deus, ele saiu, voltou a
153 estudar e assim, assim que ele pôs o pé pra fora, a
154 primeira coisa que eu fiz, a mãe dele até ficou meio
155 assim comigo, porque ele saiu e eu falei assim: "olha,
156 já vamos fazer um currículo, vamos distribuir, vamo
157 estudar" e a mãe dele ficou assim: "não, calma, tem
158 que descansar um pouco". Eu falei: "descansar? ficou
159 quatro anos descansando, não tem descansar! Olha, saiu
160 e tem duas filhas agora e tal" então eu falei: "não"!
161 matriculei ele no supletivo, e falei: "bora, vamos
162 estudar". Então ele não tinha rotina nenhuma de estudo,
163 e eu que fiquei ajudando, olhava os trabalhos, ajudava
164 ele a fazer, a gente ia fazendo junto, e assim que ele
165 estudou veio o Enem e eu falei: "Você vai fazer o Enem,
166 bora! Vamos! Já vai entrar o período de inscrição. Bora
167 lá"! Ai, ele: "não"! Eu falei: "Você vai"!

As representações que Adah apresenta de mulheres que tiveram companheiros que cumpriram pena em regime fechado são realizadas por meio de identificadores com potencial de qualificador. Com base na teoria de representação de atores sociais, há uma *categorização* por meio de *avaliadores negativos e uma assimilação*, por meio de *agregação*. Essas mulheres, tratadas como um grupo homogêneo, ainda que realizadoras de *processos materiais* cujos *beneficiários* são os companheiros, são *apassivadas* nos resultados: (126) abandonadas, traídas, ou, as que (128) aceitaram, tão lá de novo naquela vida. Segundo a *teoria da avaliatividade*, é possível observar que a narradora atribui *atitudes de afeto negativas* ao grupo das mulheres representadas, expressando seu afastamento das posições delas. O conceito de *gradação* indica a escala de intensidade das avaliações de afeto, julgamento e apreciação por meio das escolhas léxico-gramaticais (SOUZA, 2010). O subsistema *foco* oferece recursos para graduar categorias semânticas, como a escolha lexical (116) meninas, atribuindo um valor semântico inferior à "mulher", que reforça a falta de agência do grupo do qual ela se

distancia, mas ao qual ela exprime um sentimento de compaixão presumido. O subsistema de *força*, por sua vez, oferece recursos para graduar qualidades e Adah se vale dessa escala para intensificar a condição negativa das mulheres. Da mesma forma, a estratégia de *repetição* reforça a avaliação desfavorável: (117) *triste* (129) *são bem tristes, né. Bem tristes*. O processo discursivo de *recontextualização* pode ser realizado por meio de *transformações* como, por exemplo, a *substituição* de elementos da prática social por elementos semióticos. Ainda que se distancie do grupo de mulheres cujos maridos seguiram cometendo delitos, o distanciamento de Adah não ocorre por meio das ações empenhadas por ela (nesse ponto a impotência dela e do grupo de mulheres diante da mudança de comportamento dos homens se assemelha), mas, ao sublinhar que a ressocialização desses homens não é comum, ela particulariza seu caso utilizando-se da *abstração* em (114) *graça de Deus*. Ou seja, ainda que ela não seja igual a essas mulheres, o que a difere não é necessariamente uma atitude díspar, mas uma eventualidade, o que pressuponho aumentar o sentimento de necessidade de recompensar o benefício que ela recebeu ao ser exceção em comparação às demais. E ela, em outros momentos da narrativa, justifica ter dado continuidade ao relacionamento com ele, ainda que não estivesse satisfeita, para não desperdiçar o esforço e o tempo dedicados, assim como a graça alcançada. Adah também faz uso das locuções “realmente” e “literalmente” como tática de *acentuação*, enfatizando a dificuldade da realidade apresentada.

Em relação à análise da *intertextualidade*, quatro atores sociais possuem suas vozes *recontextualizadas* no excerto apresentado: uma representação por meio de *assimilação* de homens em reclusão de liberdade, a própria narradora, sua sogra e seu marido. O primeiro, representado por *generificação* como “cara”, é dizente de *processo verbal de semiose* e ilustra a argumentação de Adah sobre a dificuldade de reinserção social do grupo após a saída do sistema carcerário e para avigorar o esforço que ela empregou para que seu marido não repetisse o mesmo padrão:

(142) “pra mim sair velho e voltar a estudar e arrumar um emprego”

(145) “Ah, eu fazia isso e ganhava dinheiro, então vou voltar a fazer isso de novo”

Francis é um jovem-homem-negro¹⁶, perfil que ocupa majoritariamente o sistema carcerário brasileiro. Adah se vale da *intertextualidade* para representar as vozes desse grupo, mas os elementos de *interdiscursividade* em sua narrativa reforçam discursos punitivistas e racistas segundo os quais a certeza da morte e da prisão é o destino manifesto de jovens-homens-negros dentro de um “sistema prisional e de justiça criminal, desigual, injusto e seletivo” (BRITO, 2018) no qual se deposita os corpos tidos como perigosos. Françoise Vergès (2021) propõe uma crítica do recurso à polícia e à judicialização dos problemas sociais pelo feminismo universalista civilizatório, que reforça a concepção de que o maior perigo vem dos jovens negros das periferias. Ela oferece, então, uma contribuição para a investigação dos discursos estatais de “proteção” que dissimulam as lógicas de racialização que os estrutura e que traça um paralelo entre “quem deve e pode ser protegida pelo estado e quem não pode ou não deve sê-lo” (VERGÈS, 2021 p. 39), indicando que essa perspectiva limita a luta pela libertação feminista à dimensão individualista punitivista que marginaliza o coletivo. A partir dessa lógica, as prisões não nos salvarão do patriarcado e de suas violências, uma vez que o machismo, assim como o racismo, é resultado estrutural e estruturante da colonialidade que tem como produto, dessa forma de sociedade, pessoas reduzidas à condição de “delinquentes” e, interseccional à questão racial, atinge diretamente as mulheres das quais esses homens descendem e com as quais se relacionam, ou seja, mulheres negras como a própria narradora.

Adah representa o seu empenho em mudar a realidade do marido enquanto atora social de *processos materiais transformativos* nos quais é possível pressupor um certo orgulho e reconhecimento de seu esforço. A *recontextualização* dos diálogos com a sogra e com Francis também indica a avaliação positiva de seu posicionamento firme e por ter assumido a tarefa da recuperação do companheiro. A sogra, que não tem seu nome revelado, é representada de forma *relacional* a Francis (154) a mãe dele, e o diálogo entre as duas reproduzido por Adah indica uma diferença entre elas, em que aquela seria condizente com a falta de iniciativa do filho. Quando a voz de Francis é trazida para a narrativa, ele apenas responde “não” e ela, em seguida, intensifica a gradação semântica

¹⁶ Vilma Reis (2005) apresenta a dimensão identitária Jovem-homem-negro com hífen para ressaltar a interseccionalidade e indissociabilidade dessas dimensões. Francis foi identificado como negro a partir de heteroidentificação, por meio de foto, uma vez que não tivemos contato direto.

de suas ordens, desagenciando o marido e incorporando para si a responsabilidade com os estudos dele e, principalmente, com o risco de que ele voltasse a traficar.

Em meio a um contexto de violação no qual ela demonstra seu cansaço frente a tantos esforços para mudar sua realidade, Adah individualiza desigualdades sociais ao assumir para ela problemas que fazem parte de um sistema no qual ela pertence a recortes secularmente marginalizados. Se, por um lado, o sistema colonial-moderno, que é racista e machista em sua gênese, reduz indivíduos a entidades generalizadas criando ordens universalizantes de significado, por outro lado, pune e responsabiliza particularmente esses mesmos indivíduos segundo suas lógicas supremacistas de raça, de gênero, de classe social, entre outras.

Excerto 27:

13 de julho de 2021

01:33:51

168 **Jaqueline** **Você não conversou com suas irmãs, né, na época... como**
169 **você decidiu conversar dessa vez**

170 Adah Não... Não... não falei pra ninguém, ninguém, ninguém,
171 porque até então, é... aquela época como eu disse, como
172 eu era muito... eu não tinha, tipo assim, juízo, na
173 verdade, como se fala ovelhinha negra da família, sabe?
174 Porque na época eu ia pra muito baile funk, sabe? Tinha
175 tido filho com dezessete anos com um cara, um
176 traficante, sabe? Então assim, né, até então a minha
177 família também, eu falo assim, sempre me amaram, mas
178 nunca concordaram e com razão! Então eu não era próxima
179 das minhas irmãs igual eu tô hoje, né? Tipo assim, eu
180 era a irmã que dava trabalho, eu era a irmã que dava o
181 desgosto. Então eu não tinha... hoje, hoje minhas
182 amigas são minhas irmãs, na época eu achava que minhas
183 amigas eram as amiguinhas que eu andava com elas,
184 porque eu não tinha essa proximidade, né e tal. Então
185 eu já me ferrei muito, porque se eu tivesse dito:
186 "olha, as minhas amigas são minhas irmãs", naquela
187 época, teria sido outro processo, né? **[entendi]** mas aí
188 não, né, na época as meninas da mesma idade que eu com
189 o mesmo pensamento que eu **[uhum]**, então foi totalmente
190 assim, aquela coisa sem estrutura, né? **[entendi]**

Adah apresenta *interdiscursividade* com valores morais sobre o que é esperado de mulheres e ela, na época que interrompeu a gravidez, se considerava inapropriada para

esses valores, fazendo com que ela, inclusive, deixasse de recorrer a familiares como rede de apoio e enfrentasse outras violências sozinha. Por meio de *narrativização* (THOMPSON, 2011), a narradora apresenta exigências de legitimação que justificam o “desgosto” da família e apresenta uma série de características dela que demonstrava desvio dos valores, de forma a se distanciar dessas imagens atualmente.

(173) **ovelhinha negra** da família, sabe?

(174) Na época eu ia pra muito **baile funk**, sabe?

(175) Tinha tido filho com **dezessete anos** com um cara, um **traficante**, sabe?

Adah faz uso metafórico que indica sua inadequação aos padrões esperados, de uma expressão de cunho racista, pois há uma valoração negativa a partir de “negra”. Além disso, os discursos cristãos se utilizam constantemente da figura da ovelha, fiéis a um pastor que tem a missão de salvá-las. Ser uma ovelha desviada, significa não cumprir com o esperado por esse pastor, ou pela ideologia a qual ele é representante, e isso é um aspecto não bem-quisto em religiões que têm por princípio a conversão. Adicionalmente, Adah, ao apontar os motivos da sua inadequação, oferece pistas sobre perfis de mulheres que são avaliadas negativamente pela sociedade para desempenharem papéis de mães honradas: uma mulher livre, de opinião própria, que saía para se divertir e que engravidou na adolescência de um homem cujo padrão também é estigmatizado socialmente.

Excerto 28:

16 de dezembro de 2021	01:01:30
191 Adah	A gente não vê... A gente não vê, na verdade... toda vez
192	que eu deito, eu penso assim: “Nossa, eu sou tão é
193	fraca... tão falha...”
194 Jaqueline	Nossa, Adah... imagina.
195 Adah	Então é bom que você pensa assim, porque na hora que
196	eu deito eu falo: “Nossa, que merda de mãe, de ser
197	humano, de filha, de esposa, de tudo”!

Em junho de 2022, Adah postou em uma rede social a foto abaixo seguida de um texto sobre maternidade. Na imagem, é possível percebê-la criança, brincando de dar banho em uma boneca branca em uma banheira de plástico posicionada sobre uma cama ao lado de outros objetos relacionados aos cuidados com bebês, como fralda descartável, sapatos, escova, chocalho, entre outros. Pela imagem, foi possível reparar que desde criança havia uma tentativa de alisar seus cabelos cacheados. O texto que acompanha a imagem possui características híbridas entre uma narração, em que a voz manifesta a

apresenta em 3ª pessoa, e uma carta, estabelecendo diálogo entre a adulta e a criança em 2ª pessoa. A relação construída consigo enquanto criança se dá por meio de *processos mentais*, que têm por função principal construir o fluxo de consciência da narradora e sobre a percepção que se tem da realidade. A narradora se utiliza de um léxico relacionado a um conjunto semântico típico de guerra (renunciar, sofrer, matar, morrer, sentir dor, feridas, forças, enfrentar, proteger e lutas) no qual ela é *experienciadora* dos *processos mentais* (FUZER, CABRAL, 2014). Adah, enquanto narradora, exerce o papel de mensageira do futuro, que informa à criança que seu sonho tornar-se-á realidade, porém, alerta que isso envolverá uma série de desafios que são elencados por meio de um sistema de *avaliatividade inscrita* de maneira a intensificar negativamente a experiência da maternidade que parte do polo da renúncia de si até um polo que liga amor à dor. A recompensa pelo autossacrifício é resumida na última sentença do texto, no qual ela se representa por meio de *impersonalização* e *abstração* que a liga a qualidades que ela atribui ao exercício da maternidade e avalia positivamente, renegando, contudo, a sua individualização e realização enquanto ser humano.

Imagem 1: Foto de Adah criança



"A menina que sonhava em um dia se tornar mãe. Só não sabia o tanto que teria que renunciar de si mesma, só não sabia que o único objetivo de sua vida seria nunca ver os filhos sofrerem, só não sabia que a sua felicidade seria baseada na felicidade dos seus filhos, que o amor de mãe a tornaria capaz de matar e morrer pelos seus filhos, só não sabia que iria descobrir que amar dói, e que um beijo e uma única frase: "Eu te amo mamãe", seria capaz de curar suas feridas e renovar suas forças para enfrentar o mundo para proteger e educar seus filhos da

Fonte: imagem e textos cedidos pela participante da pesquisa¹⁷

Adah não cita sua pertença racial durante as narrativas e nem problematiza a questão de raça, o que me levou a me questionar como ela se identificava racialmente. A partir dessa constatação, criei um formulário e encaminhei para todas as participantes da pesquisa, a fim de investigar esse e outros pontos de pertença que poderiam não ser assumidos textualmente. Adah é uma mulher de pele clara que alisa os cabelos, e autodeclarada parda, ou seja, negra, assim como eu a percebia. A história narrada por Adah destaca a premissa de que a resistência ao sistema de opressão requer o reconhecimento consciente da própria condição de subjugação por parte da pessoa dominada. A recusa efetiva ao sistema só é possível quando há uma compreensão explícita e assertiva de sua existência. O preço que ela paga para tentar corresponder à norma dominante é a subordinação e enclausuramento a papéis sociais rígidos. Como preconizado pela pesquisadora Ângela Figueiredo (2020), "as identidades são dinâmicas, são reinventadas, são discursivamente construídas em contextos sociais históricos específicos. Além disso, os discursos coletivos permitem retirar os sujeitos discriminados

¹⁷ A imagem foi alterada a fim de proteger a identidade da narradora

do isolamento a que foram submetidos historicamente” (p. 251). Dessa forma, as narrativas de *autodefinição* e *autoavaliação* analisadas nesta seção oferecem a esta tese a oportunidade de reflexão sobre a perda da singularidade das mulheres e das pessoas que podem gestar, a partir de violações dos direitos reprodutivos, retirando delas o direito ao bem-viver.

Síntese dos resultados da Análise

A seguir, apresento um quadro-síntese dos principais resultados da análise das pequenas histórias narradas por Adah a partir de sua autodefinição e *autoavaliação* em busca de responder às perguntas que guiam esta pesquisa, principalmente a que se ocupa da investigação das categorias *identificacionais* discursivas acionadas pelas participantes. Ou seja, as categorias discursivas ligadas, sobretudo, ao giro decolonial do ser, ou seja, ao direito à singularidade.

Categorias de análise discursiva	Alguns resultados analíticos
Representação de atores sociais	Adah se representa a partir dos papéis sociais de mãe, esposa, mulher e cristã. A análise permitiu compreender os processos de <i>funcionalização</i> da maternidade no contexto mais amplo brasileiro. Francis é representado como pai e como homem que esteve em situação de encarceramento, e foi possível observar que, ao contrário de Adah, seu papel é realizado em relação à prole e à funcionalização de “mãe”. Esses resultados oferecem à tese a oportunidade de discussão acerca da divisão sexual do trabalho doméstico. Adah individualiza desigualdades sociais ao assumir para ela problemas que fazem parte de um sistema no qual ela pertence a recortes secularmente marginalizados.
Avaliação	A narradora procura se distanciar das imagens que colocam ela em uma categoria menos honrada enquanto mãe e mulher e às quais ela emite uma avaliação negativa. Adah faz julgamentos negativos em relação a si quando realizou um aborto e tenta

	estabelecer um distanciamento entre aquele momento de sua vida com o atual.
Intertextualidade	O sistema de intertextualidade ilustra a argumentação de Adah sobre a dificuldade de reinserção social após a saída do sistema carcerário e para avigorar o esforço que ela empregou para que seu marido não repetisse o mesmo padrão, desagenciando o marido e incorporando para si a responsabilidade com os estudos dele e, principalmente, com o risco de que ele voltasse a traficar.
Interdiscursividade	A análise de interdiscursividade permitiu uma crítica a discursos punitivistas e racistas segundo os quais a certeza da morte e da prisão é o destino manifesto de jovens-homens-negros. Além disso, a passividade diante de valores morais sobre o que é esperado de mulheres submete Adah a uma auto-opressão e a enfraquece no estabelecimento de uma rede de apoio e cuidado.
Metáfora	Uso metafórico ligado ao universo semântico cristão e de guerra indica sua inadequação aos padrões esperados e necessidade de constância vigilância.

7.2 Pequenas Histórias: Clandestinidade

Pois é, Adah estava grávida outra vez. Dessa vez não chorou, não torceu as mãos, teve um comportamento filosófico. Se era esse o modelo que lhe cabia na vida, faria todo o possível para modificá-lo, mas o que fazer caso seus esforços falhassem? Procurou o médico indiano. Contou a história toda e disse que desejava interromper a gestação. (...) Ele compreendeu, balançou a cabeça, se solidarizou com ela e disse “A senhora deveria ter nos procurado para o diafragma. Os que são vendidos na clínica são os mais baratos, se soltam facilmente. A senhora deveria ter me falado do problema”. Aquilo era muito simpático. Era o que Adah deveria ter feito, se tivesse sabido. Mas como iria saber? Farejando, como um curandeiro? Por acaso ele e a mulher não haviam pendurado um aviso na sala de espera falando sobre os perigos do tabagismo? Então não podiam ter providenciado um aviso do tipo dizendo que forneciam meios de controle da natalidade para quem desejasse? Agora era tarde demais. Ela estava grávida (EMECHETA, 2018, p.217).

Quando conheci Adah, ela estava grávida de Bubu, sua quarta gravidez e terceiro filho. Assim como a personagem do livro *Cidadã de segunda classe*, a participante da pesquisa foi responsabilizada integralmente pela falha com o uso de métodos contraceptivos e de planejamento familiar. Nesta seção, apresento e analiso as *pequenas histórias* narradas por Adah que perpassam questões sobre clandestinidade. É comum que a clandestinidade seja um movimento retórico recorrente nas narrativas de Adah devido ao cenário de criminalização no Brasil e isso me permitiu abordar problemáticas relacionadas ao planejamento familiar, às injustiças reprodutivas, às violências hospitalares, à culpabilização das mulheres, e à solidão de ter que enfrentar situações complicadas sem amparo digno e livre de julgamento. Dessa forma, inicio apresentando uma *pequena história* narrada por Adah sobre a descoberta da última gravidez, em que ela fala a respeito da dificuldade de negociar com o companheiro formas de evitar uma gestação e de acessar métodos contraceptivos adequados para sua realidade.

Excerto 29:

13 de julho de 2021

00:07:15

198 **Jaqueline** **Você descobriu que tava grávida, você já tava com**
199 **quanto tempo?**

200 Adah Eu tava com 02 meses e meio, mais ou menos

201 **Jaqueline** **Então já tava até um pouquinho mais avançada, né?**

202 Adah É... 08 semanas... são dois meses.

203 **Jaqueline** **E você não tinha planejado, né? Que você comentou...**

204 Não, não... não tinha planejado, eu tava usando um DIU e
205 aí meu corpo rejeitou. Eu tava usando um de cobre, eu
206 tava tendo muita infecção, muita infecção, uma atrás
207 da outra, então eu tava indo pro hospital, assim,
208 direto. E aí quando eu vi, eu tava urinando sangue
209 puro, mesmo... **[nossa]** eu coloquei em julho, aí de
210 julho até novembro, eu acho que assim, de 15 em 15 dias
211 eu tava tendo que tomar antibióticos, sabe? Aí, por
212 fim, eu fui e tive que tirar ele, e aí nisso eu marquei
213 **((inaudível))** tá conseguindo me ouvir? Agora que eu
214 percebi que eu tô com o fone errado! **((risadas**
215 **compartilhadas))** O microfone tá desse lado..
216 **((risadas))**
217 **Jaqueline Melhorou bastante mesmo agora ((risada))**
218 É... o microfone tava até... **((risadas))** Aí a gente
219 tinha marcado a vasectomia aí como eu tinha posto o
220 DIU, ele relaxou não quis mais olhar... Aí no que eu
221 tirei, eu falei: "ah! vamos olhar agora, né". Aí no
222 posto tava demorando assim, demais, não tava dando pra
223 preencher o papel de planejamento familiar, né, que
224 não tava sendo feito na pandemia, que é um absurdo,
225 acho que era quando tomo mundo tava mais precisando,
226 né? **[com certeza...]** aí foi só adiando, adiando, e aí
227 falei: "ah, vamos ter que pagar". Aí foi um período
228 que assim... eu tirei no finalzinho de novembro pra
229 dezembro, aí foi pra janeiro, quando foi fevereiro, no
230 início de fevereiro eu já descobri a gravidez e...
231 aí... não, na verdade eu tava grávida, mas só fui saber
232 em março, né, aí eu já tava grávida. E aí quando a
233 gente começou a olhar "vamos pagar a vasectomia" e tal
234 e eu não sabia que tava grávida, aí a gente falou:
235 "Então vamos pagar" aí quando a gente conseguiu o
236 papel, tudo direitinho, aí eu comecei a passar mal e
237 descobri que tava grávida **[descobriu que tava grávida]**
238 Então, assim: "Nossa"! e as meninas por já estarem
239 grandes, né, eu falei: "não fazia parte do plano tão
240 cedo". Ele tinha mais **((inaudível))**, por ter duas
241 meninas e aquela questão da família falar... aí ele
242 ficava aquela coisa: "não, vamos tentar um menino"
243 assim, né aí depois ele ...

((a ligação cai, retomamos e falamos um pouco sobre a instabilidade da internet durante a pandemia))

244 É... Aí, igual eu tava dizendo, ele tava nessa demora
245 pra fazer a vasectomia por medo mesmo que o homem tem,
246 né... não sei que medo é esse que eles têm de fazer,
247 sei lá machismo, não sei ((risada)) né. Aí ele tava
248 com esse medo, então ele não tava correndo tanto atrás
249 aí eu tava no pé dele, tanto que quando a gente
250 descobriu que eu tava grávida, aí foi quando ele
251 começou a correr atrás... mas ((incompreensível)) aí
252 agora ele até já fez a vasectomia.

Adah se apresenta como principal responsável e interessada em evitar uma gravidez. No nível discursivo e em relação à *modalidade* ela informa sua decisão de não engravidar naquele momento por meio de *afirmações negativas categóricas* (204) não... não tinha planejado e (239) “não fazia parte do plano tão cedo”, e de ser insistente com o companheiro para que ele realizasse uma vasectomia, que ela representa por meio de *metáfora* com valor semântico negativo de importunação (249) eu tava no pé dele. Francis, ao contrário dela, ainda queria ter um filho e não é representado tomando atitudes concretas para evitar uma possível gravidez. Pelo contrário, ele só realiza a vasectomia depois que Adah descobre a gestação. A *intertextualidade* a partir dos excertos que projetam as vozes de negociação dos dois pode ser assim elencada:

Adah: (221) “ah! vamos olhar agora, né”

Adah: (227) “ah, vamos ter que pagar”

Adah e Francis: (233) “vamos pagar a vasectomia”

Adah e Francis: (235) “Então vamos pagar”

Adah: (239) “não fazia parte do plano tão cedo”

Francis: (242) “não, vamos tentar um menino”

As falas em discurso direto projetadas como “a gente” por Adah permitem a análise a partir de um plural de modéstia no qual Adah constrói uma solidariedade a Francis, mas que deixa pistas de que se tratava de uma decisão apenas dela, uma vez que quando a voz dele é apresentada ela o faz por meio de uma *afirmação categórica* na qual ele demonstra a vontade de ter um filho do sexo masculino. Isso permite pressupor que o “plano” em (239) que não contemplava uma gravidez era um plano individual dela. Ainda que a verbalização da intenção dele aconteça já no final da narrativa, a narradora constrói o fluxo da história por uma série de processos em que ela demonstra que utilizou método contraceptivo, procurou por informações e, quando não se adaptou àquele, tentou

convencer Francis de realizar uma vasectomia, agendou o procedimento e propôs que ele fosse realizado em um lugar privado para diminuir o tempo de espera. O marido, por sua vez, é passivo quanto à questão e é representado a partir de sua morosidade (220) relaxou, não quis mais olhar, e (226) foi só adiando, adiando.

Outros trechos das entrevistas demonstram a certeza de Adah por não levar a gravidez a termo:

Excerto 30:

13 de julho de 2021

00:20:58

253 Adah Pra mim foi o que eu falava: "olha, não quero. Não
254 quero. Não vou. Não quero". mas, é... a gente é
255 cristão né, a gente é evangélico... e aí, na mente
256 dele e ele é mais é... como eu posso dizer? Mais
257 fervoroso, mais firme do que eu nisso, sabe? **[uhum]**
258 Porque ele... lá dentro, quando ele tava lá, né,
259 quando ele tava na prisão, ele aceitou Jesus e
260 aquela coisa toda... ele... foi da onde ele
261 conseguiu essa mudança, foi a força que ele fez lá
262 dentro, né? Então, ele, a fé dele, eu posso dizer
263 assim, é maior do que a minha **((risos))** sabe?
264 **[entendi]**. Então, quando eu falei com ele: "olha,
265 não vou ter!", Nossa... ele falou: "isso não é uma
266 opção! Isso não é...", sabe? Ele falou assim: "Você
267 nem repete isso, não fala isso, eu não vou aceitar
268 isso". Aí a gente ficou aquela briga em casa
269 **((incompreensível))** no casamento. E eu falei:
270 "olha, eu não quero. Eu não vou ser feliz. Então,
271 eu sei que no final vai ficar é pra mim e como é
272 que a gente faz?". E aí que ficou aquele
273 distanciamento, aquele abismo entre os dois porque
274 era, eu tava assim, firme, com certeza naquilo: "não
275 vou ter"! Faltava coragem, mas a decisão era de não
276 ter mesmo, sabe.

O fluxo narrativo é estabelecido a fim de demonstrar a negociação entre Adah e Francis sobre a decisão pelo aborto. Ela realiza discursivamente sua decisão por meio de *intertextualidade* na qual projeta a própria voz através de quatro sequências de declarações de *modalidade negativa* e valendo-se de estratégia de *repetição* para demarcar sua *avaliação* de descontentamento com a situação:

(253) “olha, não quero. Não quero. Não vou. Não quero”, (264) “olha, não vou ter!” (270) “olha, eu não quero. Eu não vou ser feliz. Então, eu sei que no final vai ficar é pra mim e como é que a gente faz?”. (274) “não vou ter”!

Ela busca justificar a posição de Francis por meio de recurso de coesão textual com valor de oposição à sua decisão e o faz utilizando-se de expansão dialógica, atribuindo a ele o fundamento da proposição de manter a gravidez e a justificativa é centralizada na questão religiosa que abrange os dois (254) mas, é... a gente é cristão né, a gente é evangélico... Todavia, essa questão influencia mais a decisão dele (255) e aí, na mente dele e ele é mais é... como eu posso dizer? Mais fervoroso, mais firme do que eu nisso, sabe? devido ao fato de atribuírem à religião a mudança de comportamento dele após o período de reclusão que, como discutido na seção anterior, se apresenta como a única possibilidade de reinserção social para jovens-homens-negros. Quando ele é representado como *dizente* de *processos verbais* ele o faz de forma a impor a sua decisão sobre a dela e tirando dela a possibilidade de se pronunciar sobre a questão: (265) “isso não é uma opção! Isso não é...”, sabe? Ele falou assim: “Você nem repete isso, não fala isso, eu não vou aceitar isso”, reforçando o silenciamento destinado às mulheres sobre seus abortos e a negação da tomada de decisão sobre suas escolhas reprodutivas. Não é só nesse momento que Francis intervém direta ou indiretamente no direito do exercício das escolhas reprodutivas de Adah. O fato de ele já tê-la agredido fisicamente e ameaçado foi um fator determinante quando ela decidiu realizar o primeiro aborto no período em que ele estava cumprindo pena, pois ela tinha medo de que ele pudesse matá-la.

A *pequena história* apresentada abaixo narra o aborto realizado por Adah em 2010 e possui relatos com descrição de violências e conteúdos sensíveis que podem despertar gatilhos emocionais em quem ler. O relato compreende a cadeia de eventos que perpassaram a situação, desde o momento que a narradora conseguiu o medicamento, até o momento que ela retorna para casa depois da internação hospitalar a que foi submetida devido a complicações pós-aborto.

Excerto 31:

13 de julho de 2021

01:27:32

277 **Jaqueline** Mas.. é.. na época, você só contou pra essa pessoa que
278 parece que também não ajudou muito, né, porque você

279 **inclusive nem confia muito, ela só te ajudou... foi**
280 **remédio que você tomou na época?**

281 Adah Foi, só intermediando a pessoa, porque eu não conhecia,
282 né. eu não conhecia aí foi onde ela conhecia, foi onde
283 intermediou esse meu contato

284 **Jaqueline Então ela foi a pessoa que conseguiu só o remédio, ela**
285 **te acompanhou no dia? Você teve algum apoio nesse**
286 **sentido?**

287 Adah Não

288 **Jaqueline Você fez sozinha?**

289 Sim... foi sozinha

290 **Jaqueline Você tava morando na casa da sua mãe na época, né, dos**
291 **seus pais?**

292 Adah Sim, aí fui pra casa de uma tia, né que também não
293 sabia também o que tava acontecendo...

294 **Jaqueline Mas pelo menos você teria mais privacidade**

295 Adah Na verdade, eu não sabia nem como é que seria. Eu não
296 tive nenhuma orientação, não tive nenhuma orientação.
297 Eu não saberia nada do que... ((falha de conexão))

298 **Jaqueline Oi! Travou!**

299 Adah A internet, é... ((risada))

300 **Jaqueline Você falou que foi pra casa de uma tia e que você...**

301 Adah Que não tava sabendo o quê que tava acontecendo, né,
302 na verdade. E aí, até então eu também não sabia... eu
303 também não sabia o que ia acontecer, porque também não
304 recebi nenhum tipo de orientação. A pessoa só me
305 entregou, só me vendeu, literalmente, só vendeu.

306 **Jaqueline E nem falou: 'usa assim' nada, né?**

307 Adah Não, só falou assim: "toma e põe". Só mandou assim:
308 toma doise põe dois.

309 **Jaqueline Toma dois e põe dois? Como é que foi?**

310 Adah Isso. É! só isso, foi o que falou. Não falou o que
311 aconteceria, não falou o tempo, não falou como... Na
312 verdade, o cara que me vendeu vendia drogas também,
313 ele só tinha, sabe? também não sabia o que que era.
314 Era mais uma coisa, um ato ilegal que ele fazia na
315 época. Então ele também não tinha. Ele não tinha
316 instrução, ele também não sabia dos efeitos. E aí só
317 falou isso e eu também não sabia, eu fui totalmente
318 assim, eu não pesquisei, eu não tive nem a maldade, na

319 verdade, de pesquisar [uhum]. Eu só tomei, sabe?
320 [entendi] Só usei. Igual hoje, nessa... né? nesse tempo
321 agora, né, nesse momento, nossa! Eu procurei eu abri
322 da OMS, a cartilha, eu vi grupos eu vi vídeos, N
323 coisas... Mas na época não, eu não fiz nada, eu só,
324 né, só me faz rir... E aí foi onde eu te falei, foi
325 muito difícil, porque eu não sabia o que tava
326 acontecendo. Aí quando foi acontecendo, fui sentindo
327 as dores, o sangramento, e que eu vi saindo foi só o
328 desespero e eu ali calada sem poder manifestar o que
329 que tava acontecendo... foi... foi uma... aí foi onde
330 eu vi, né. Aí eu tentei agir de forma natural, mas
331 totalmente assustada e com medo do que seria, do que
332 aconteceria comigo, né... com o meu corpo...

333 **Jaqueline Sim... sim... E o que que aconteceu no seu corpo nesse**
334 **período? Depois que você tomou o remédio...?**

335 Adah Primeiro foi, é... é... muita contração, eu já tinha
336 uma filha, então eu já sabia... muita contração e aí
337 depois deu dor de barriga, aquela coisa toda, aí fui
338 no banheiro aí e aí durante aquela dor de barriga, de
339 diarreia, aquela coisa estranha, aí sai! De repente tá
340 saindo... aí eu vi saindo, na verdade, e aí eu fiquei
341 mais um tempo com muita dor, muita, muita dor de
342 barriga e fiquei um tempo lá e depois tomei um banho e
343 tentei agir como se fosse uma menstruação mais forte,
344 né. Uma menstruação mais forte com cólica e tal e aí
345 eu fiquei com muitas dores e tal...totalmente leiga,
346 sem saber nada e aí pra mim tava finalizado: Ah!
347 Acabou! Mas na verdade não tava, porque... é... como
348 eu disse, eu só usei quatro e pelo período deveria ter
349 sido muito mais pra poder...

350 **Jaqueline Você tava de quanto tempo?**

351 Adah Eu acho que, eu tava até tentando lembrar direitinho,
352 eu devia tá com umas doze...

353 **Jaqueline Doze, né?**

354 Adah Só que não dava, eu precisava de mais... hoje eu vendo,
355 né, que eu precisaria de muito mais, totalmente
356 diferente do que foi pra ser efetivo, pra ser seguro...
357 e aí não foi, não saiu tudo [ah...]. Então eu peguei e
358 achei que tava normal, tudo bem, voltei a minha vida

359 normal, como se fosse uma menstruação, como eu disse,
360 mas aí eu comecei a ter febre, febre e um cheiro podre
361 **Jaqueline Ah, sim... e isso quantos dias depois, a febre, já no**
362 **mesmo dia ou depois?**

363 Adah Não... foi uns sete dias depois, sabe? De cinco a sete
364 dias e aí eu tive essa febre e odor muito forte,
365 realmente podre... e aí eu falei: "olha, tem alguma
366 coisa errada", mas eu não podia falar que tinha algo
367 errado, e aí... quando eu dei a febre eu saio
368 **((incompreensível))** eu tenho uma filha de um ano e
369 pouco e ainda tem um pai naquela situação

370 **Jaqueline Cortou, não ouvi... é, você tava com febre, desculpa**
371 Adah Isso, aí eu falei: "poxa!", aí foi onde eu falei assim:
372 "olha, eu...", vi que tinha algo errado, né, febre e
373 tal e aí eu falei: "nossa, eu tenho a minha menina,
374 com um ano e eu não posso arriscar, né. Já não tem um
375 pai, né, presente... já não tem um pai... então eu não
376 posso fazer isso", aí quando eu falei: "vou precisar
377 ir no médico", e é o medo de todo mundo que passa por
378 isso é de ter que ir no médico

379 **Jaqueline De inclusive ser denunciada lá, né?**

380 Adah É... é o que todo mundo evita e que eu tentei ao máximo.
381 A única informação que eu tinha era: "não vai, não vai,
382 não vai"! E aí eu não tive opção...

383 **Jaqueline E aí depois de sete dias você então foi ao hospital?**

384 Adah Sim, aí eu precisei ir e aí quando eu fui, fui
385 totalmente humilhada [ah...], tratada assim, da pior
386 forma que pode ser tratada... Eu fui atendida por uma
387 residente que acreditou, enfim.... só que a médica não
388 acreditou, né, e quando a médica veio pra avaliar ela
389 falou que eu tava com restos, né, de placenta,
390 provavelmente podre... e aí foi aonde eu ouvi todos os
391 xingamentos possíveis, sabe? E ali, totalmente
392 desesperada, sozinha, sendo totalmente xingada, né,
393 assustadíssima, porque ela falou: "você pode perder o
394 útero e tal" e eu queria, no fundo... eu queria, não
395 sei! Eu queria que ela tirasse meu útero na verdade,
396 porque eu falei assim, eu já tava me sentindo tão mal,
397 que eu falei: "é melhor eu tirar e nunca mais ter". Eu
398 não abri a boca, na verdade, em momento nenhum, mas na

399 minha mente era: "realmente, ela podia tirar tudo,
400 porque eu mereço, sabe". E só ouvindo, sabe?
401 Xingamentos de piranha pra baixo, sabe?

402 **Jaqueline Da médica?**

403 Adah Dá médica, dá médica... e... eu fui internada, né, pra
404 poder passar pela, pela curetagem. E aí no outro dia,
405 no dia seguinte eu fiz... tive uma infecção, porque
406 ficou infectado, né, uma infecção muito forte, onde eu
407 precisei tomar antibiótico venoso pra cortar... e,
408 assim, as enfermeiras em si foram muito boas comigo,
409 mas os médicos que recebem a gente tratam muito mal.
410 Sabe como é? O papel delas assim, de cuidar, não
411 falavam, não conversavam comigo, hoje eu sou técnica
412 de enfermagem e a gente preza por cuidar do paciente,
413 pra dar segurança...

414 **Jaqueline Eu já ia te perguntar se você decidiu ser técnica de**
415 **enfermagem depois dessa experiência também, né? Ou se**
416 **foi um acaso...**

417 Adah Na verdade, eu sempre gostei muito, sabe, dos cuidados
418 com o próximo... e eu pedi pra Jesus, eu falei com Deus
419 que era pra ser diferente de tudo isso porque, ninguém
420 tá ali no hospital porque quer, independente do porquê
421 ele foi lá, ele tem que ser bem recebido. Então o
422 acolhimento que essa pessoa recebe é totalmente a
423 diferença... e é o que eu falo pra Deus pra me formar
424 pra ser diferente daquilo, independente da pessoa que
425 eu tiver recebendo, que o tratamento que eu possa dar
426 ali que seja o melhor, né? E aí elas, assim, né, não
427 fizeram o que o médico fez mas também não... foram
428 indiferentes, né, porque até então era uma
429 maternidade, né, e aí é aquela coisa que, né, ajudando
430 algumas **[a parir]**a nascer, **[a nascer, é... uhum]** aí
431 jogam a gente num canto isolado, isolado, assim todo
432 obscuro dentro do hospital, onde a gente, onde eu não
433 abri a boca, na verdade... se me falassem assim: "vou
434 te dar uma injeção na testa" eu ficaria calada e
435 receberia, porque teoricamente eu tava errada, né...
436 **((risos nervosos))**

437 **Jaqueline Já tava errada, né... Já era culpada, né... já tava**
438 **recebendo muito... tipo isso...**

439 Adah É... então eu não, eu não... o que eles fizessem comigo
440 ali eu não abria minha boca, eu deixava tudo acontecer,
441 eu só concordava, eu só concordava... e aí, né, onde
442 eu, né, como eu disse, eu tinha muita infecção
443 urinária, então pra todo mundo foi só mais um episódio.
444 E aí, depois, né, voltei pra casa e tal e continuei
445 aparentando como se fosse esse episódio de infecção
446 urinária, né e aí tem sido assim até hoje pra todo
447 mundo...

O episódio narrado por Adah demonstra que a ausência de suporte social adequado sujeita mulheres a inúmeras situações de risco desnecessárias. O aborto medicamentoso pelo uso de misoprostol tem sido o método mais utilizado para abortar pelas brasileiras desde a década de 1980, quando começou a ser comercializado. Desenvolvido inicialmente para tratamento e prevenção de úlceras gastroduodenais, sua eficácia, segurança e fácil administração ampliou seu uso na área obstétrica e em pouco tempo se popularizou como indutor na interrupção da gestação (CORRÊA, MASTRELLA, 2012). A proibição da venda do medicamento em farmácias comuns não impediu que ele deixasse de ser amplamente utilizado, mas destinou a sua busca e distribuição ao mercado ilegal. Sem regulamentação, as mulheres passaram a correr o risco de acessar medicamentos sem eficácia e sem informações adequadas para a utilização (NUNES et al, 2013), podendo levá-las a várias intercorrências, entre elas a morte, e submetê-las a atendimentos hospitalares inadequados, violentos e a possíveis denúncias.

Adah é um exemplo de como o cenário de injustiça reprodutiva pode vitimar mulheres. Em sua narrativa, ela demonstra reiterada vezes que a falta de informações devido ao acesso ao medicamento por meios ilegais a deixou vulnerável frente a um procedimento que, quando realizado com apoio e condições favoráveis, é eficaz e seguro. Pela análise da *transitividade*, é possível observar que ela se representa em muitos momentos como *experenciadora de processos mentais cognitivos*, nos quais ela indica por meio da negação, funcionando enquanto elemento interpessoal, a falta de informações seguras para que ela pudesse realizar um aborto sem comprometer sua saúde física e mental (281), (282) eu não conhecia; (295) eu não sabia nem como seria. Eu não tive nenhuma orientação, não tive orientação. Eu não saberia nada do que...; (301) não tava sabendo o que tava acontecendo; (302) eu também não sabia... eu não sabia o que ia acontecer, porque também não recebi nenhum

tipo de orientação; (318) eu não pesquisei, eu não tive nem a maldade, na verdade, de pesquisar. A agência sociológica nem sempre é a agência linguística. Nesses excertos apresentados, ainda que Adah seja representada como atora social *experenciadora de processo mental cognitivo*, o uso da negação demonstra a sujeição dela à insegurança devido à falta de informações. O uso da partícula de negação também pode indicar *intertextualidade*, pois o “não” compreende uma oposição a um “sim” pressuposto, ou seja, que orientação é um elemento fundamental para a realização segura de qualquer procedimento de saúde. Assim como Adah, a pessoa que vendeu o medicamento também é representada como ator social desprovido de conhecimento sobre o uso.

As únicas atoras sociais que tinham o conhecimento necessário para amparar Adah eram a médica e as enfermeiras, que, ainda que tenham prestado algum socorro médico, não ofereceram um atendimento humanizado e a submeteram a uma série de violências institucionais que envolveram julgamentos, ameaças e o abandono em uma área isolada da maternidade como forma de punição. As violências a que Adah foi submetida é o que impede mulheres a recorrerem à ajuda especializada em complicações pós-abortamento e ilustra o que pesquisas anteriores já apontam sobre a “associação entre ser de raça/cor preta e parda e enfrentar mais barreiras individuais na busca de cuidado para o primeiro atendimento” (GOES, 2018, p. 62). Como preconizado pela pesquisadora Emanuelle Goes (2019), o racismo institucional presente nas experiências negativas das mulheres negras, assim como o medo de ser maltratada e de responder criminalmente, são fatores determinantes que retardam a procura pelos serviços de saúde, como é demonstrado pelos excertos abaixo:

(376) “vou precisar ir no médico”, e é o medo de todo mundo que passa por isso é de ter que ir no médico.

(380) É... é o que todo mundo evita e que eu tentei ao máximo. A única informação que eu tinha era: “não vai, não vai, não vai”! E aí eu não tive opção...

Em um contexto de falta de acesso à informação sobre cuidados, administração, intercorrências, tempo de efeito entre outros, Adah exemplifica o que é de conhecimento dado: não procurar ajuda nos serviços de saúde para não correr o risco de ser maltratada ou denunciada. O itinerário solitário, arriscado e traumático que Adah viveu desde a compra clandestina do medicamento, passando pela angústia da espera dolorosa do efeito e de ter que escamotear os vestígios do aborto, culminando com a ida ao hospital público

é o que acontece com muitas mulheres em situação parecida e é o que faz com que a experiência seja desnecessariamente assustadora e dolorosa.

(385) fui totalmente humilhada [ah...], tratada assim, da pior forma que pode ser tratada...

(391) E ali, totalmente desesperada, sozinha, sendo totalmente xingada, né, assustadíssima, porque ela falou: "você pode perder o útero e tal"

E ainda que Adah construa no nível discursivo *avaliações negativas* sobre as violências que estavam sendo dirigidas a ela e consiga enumerar esses intensificadores, ela se apresenta de forma *apassivada* quando narra o momento da violência hospitalar e quando ela, enfim, emite alguma declaração, rompendo o silêncio narrativo que estava sendo imposto textualmente, apresentando-se como *dizente de processo verbal*. Ela, na verdade, pontua por meio de *metáfora* que ela se mantinha em silêncio e aquele era o pensamento dela (397) Eu não abri a boca, na verdade, em momento nenhum, denunciando o silenciamento a que mulheres são submetidas como parte dos maus-tratos.

Uma outra violência a que Adah foi submetida é narrada por meio de léxicos que remontam ao ambiente semântico de ambiente prisional, como uma espécie de calabouço no qual ela é a prisioneira e que foi julgada culpada. O ambiente hospitalar, assim, torna-se um espaço de tortura. Quando Adah começa a descrever a maternidade, ela aponta um desvio daquele espaço que deveria ser um lugar de acolhimento, avaliando negativamente a postura das enfermeiras que foram indiferentes e da médica que foi diretamente violenta. Textualmente, ela indica a maternidade como lugar do nascimento, enquanto eu indico o lugar do parto (429) ajudando algumas [a parir] a nascer, [a nascer, é... uhum], cada uma de nós colocando ênfase em um ator social diferente: bebês nascem, mulheres parem. O que indica que o reconhecimento daquele lugar como um lugar de cuidado também envolve a concepção sutil de quem merece receber esse cuidado:

(428) porque até então era uma maternidade, né, e aí é aquela coisa que, né, ajudando algumas [a parir] a nascer, [a nascer, é... uhum] aí jogam a gente num canto isolado, isolado, assim todo obscuro dentro do hospital, onde a gente, onde eu não abri a boca, na verdade... se me falassem assim: "vou te dar uma injeção na testa" eu ficaria calada e receberia, porque teoricamente eu tava errada, né...

Por fim, Adah parece ser vencida e concorda com o julgamento moral de que mulheres que em algum momento precisaram recorrer a um aborto mereçam ser punidas

(399) na minha mente era: “realmente, ela podia tirar tudo, porque eu mereço, sabe”. A ameaça de retirar o útero de Adah é um aspecto de *interdiscursividade* que expõe a necropolítica que atinge grupos subalternizados a partir da capacidade reprodutiva, em outras palavras, e como já denunciado há décadas por movimentos negros, o genocídio por meio do controle da natalidade e da esterilização compulsória das mulheres e pessoas que podem gestar apoiado, sobretudo, em discursos racistas e classistas.

Adah também narrou episódios em que sofreu comentários preconceituosos quando procurou pelo serviço de saúde para realizar o pré-natal da última gestação. Ela contou que, ao percebê-la entristecida e muito magra, nitidamente insatisfeita por estar grávida, a médica que a recebeu a tratou mal e a culpou por ter engravidado sem desejar:

Excerto 32:

07 de dezembro de 2021

01:24:50

448 Adah Igual quando eu falei que tava grávida e não estava
449 feliz o pessoal falava: “ah, você tava fazendo você
450 sabia que tinha o risco” tipo assim, né, “você tava
451 fazendo, não tava? então você sabia que tinha o risco”.
452 inclusive a primeira obstetra, porque eu até troquei
453 porque eu tava assim, acabada, acabada, quando eu fui
454 no primeiro... eu fui na consulta porque meu marido
455 falou: “você tem que começar seu pré-natal” então eu
456 cheguei assim, emagrecida porque eu não tinha força
457 nem pra comer, né, passando mal, assim, terrível,
458 porque eu acho que meu corpo enquanto eu não consegui
459 aceitar, meu corpo também tava parecendo que tava
460 rejeitando. Então eu cheguei na médica assim, com meus
461 olhos desse tamanho, porque eu só chorava, aí eu
462 falando: “tô grávida”, aí ela: “primeira gestação?
463 Quantos filhos?”. “Terceira”. Aí ela olhou pra minha
464 cara assim já: “quantos anos você tem?” tipo, eu falei:
465 “vinte e oito”. “Vinte oito anos, três filhos?”.
466 Totalmente assim comigo... aí eu: “sim”, mas aí dentro
467 de mim eu já tava assim, tava entendendo nada daquela
468 gravidez, aí: “Não queria não? É indesejada?”, “é”,
469 “Mas porque então você não cuidou? Você não estava
470 fazendo?” Nossa! Aí eu já tipo assim, né, você já não

471 tem o que falar, aí depois ela pegou e falou: você tem
 472 que fazer isso, isso, isso, isso”, tipo assim, momento
 473 algum ela falou: “você está bem?” sabe? Ela viu que eu
 474 não tava, não precisava nem de perguntar, sabe? Então
 475 foi assim... no dia eu até falei com meu marido e ele
 476 falou: “não, você não vai voltar nessa médica. Você
 477 não vai voltar nessa médica”, sabe? aí eu troquei, aí
 478 o povo, porque é isso, esquecem que falham, esquecem
 479 que acontece...

480 **Jaqueline** **E ela é uma médica, né? Olha lá, hein? que é a pessoa**
 481 **que deveria saber que são falhos os métodos, né?**

482 Adah Falha, sabe? E mesmo se eu não tomasse nada e... uma
 483 vez eu fui sem, sabe? Gente... Nossa... Aí teve uma
 484 prima minha que eu nem quis conversar com ela mais,
 485 que ela falou a mesma coisa da médica assim pra mim,
 486 “Ah, Adah, e tal, é assim mesmo”... a hora que ela
 487 falou isso comigo “ah, tava fazendo, então sabia que
 488 podia acontecer”, aí eu falei: “que atire a primeira
 489 pedra quem nunca fez nada na vida, quem nunca fez uma
 490 vez na vida” **[quem não passou um susto...]**, porque eu
 491 duvido, eu não boto minha mão no fogo, mas eu duvido
 492 que nenhuma vez, que nenhuma uma mulher teve ao menos
 493 uma relação que poderia ter engravidado naquela relação

No nível discursivo, Adah se vale tanto de *intertextualidade* quanto de *interdiscursividade* para representar as vozes da médica e da prima, mas aponta para discursos ideológicos mais amplos que responsabilizam individualmente mulheres por gestações não intencionais, sem questionar a participação do homem na concepção e nos métodos anticoncepcionais, e demonstrando a visão fundamentalista que liga o sexo exclusivamente à reprodução, controlando os corpos de mulheres. O contrário dessa postura é o conceito de oxunalidade, que normaliza o princípio do prazer e do erótico, fundamentais para o bem viver das pessoas. Dessa forma, quando se questiona mulheres por gravidezes não intencionais, pelo questionamento centrado em uma vida sexual ativa, o que está pressuposto é a interdição ao prazer. E dessa forma, gestação e aborto se encontram como problemas de uma mulher que transa e que pode ter buscado prazer por meio do sexo. São diversos os critérios que uma mulher deve cumprir para ser mãe e a maior parte da população brasileira escapa a esses critérios, pois a maternidade, nos termos coloniais modernos, não está associada ao princípio do prazer e a criminalização

do aborto é uma forma de castigar as mulheres que não cumprem esses pré-requisitos: jovens, negras, empobrecidas, entre outras opressões interpostas, as que enfrentam com mais vigor o cerceamento de seus direitos reprodutivos.

Adah, apesar de todas as barreiras, segue tentando lidar com a culpa e o medo que acompanham sua vida devido às questões reprodutivas e, ainda que demonstre dificuldade em se posicionar de forma contundente, demonstra discursivamente um enfrentamento às violências que é submetida de forma constante:

Excerto 33:

16 de dezembro de 2021

01:20:34

494 Adah é muito difícil a gente desconstruir essa imagem, eu
495 tento, sabe? Eu tento muito e eu sei que se quando eu
496 pego na bíblia, na palavra de Deus pra ler eu vejo que
497 todo momento Deus tira isso de mim, né? Deus tira isso
498 de mim. Ele tira esse fardo de mim **[sim]** ele fala,
499 sabe? Ele levou todo esse peso, ele levou, né, mas aí
500 é... eu tento, sabe? Mas eu não sei se um dia eu vou
501 conseguir desconstruir isso....

502 **Jaqueline** **Acho que é um trabalho longo, não termina num dia**
503 **assim, não é algo de: "ah, acordei, acabou", mas eu**
504 **acho que você tem dado passos importantes, assim, eu**
505 **vejo que você é uma mulher muito estudiosa, você**
506 **estudou muito sobre seu parto, a cartilha toda do parto**
507 **humanizado você me contou, né? Você tava preparada, o**
508 **parto era na banheira, se queria ou não... ips... como é**
509 **que fala? Episiotomia?**

510 Adah Episiotomia? Não consigo falar direito também não...

511 **Jaqueline** **Isso! e a mesma coisa, você tem estudado, você estudou**
512 **muito sobre a questão do aborto também. Você entrou em**
513 **grupos, você advogou a favor de mulheres que podiam tá**
514 **passando por situações difíceis, né, porque você sabe**
515 **o quanto é uma decisão complicada e o quão sozinha e o**
516 **quão solitária essa decisão pode ser e quantas**
517 **violências se pode passar, se enfrentar pra ter esse**
518 **direito defendido, garantido, sabe?**

519 Adah É uma coisa muito real.... Eu não acho... o que eles
520 fazem não é humano com as mulheres, né? Em todo esse
521 momento... Não sei o que passa na mente é... acho que

522 o ser humano tá muito assim, muito indiferente com a
523 dor do outro, o ser humano tá caminhando pra isso...
524 nós, que somos seres humanos... porque toda vez que
525 vem tudo na minha mente, cada palavra que foi falada
526 pra mim ali dói, dói, dói como se fosse real, como se
527 fosse hoje, sabe? Eu tenho medo, às vezes, quando como
528 eu fui, quando eu entro no hospital, quando eu fui no
529 hospital, de encontrar com aquelas pessoas, sabe? Delas
530 me reconhecem, dá medo, dá medo, de falar assim: "ah,
531 e tal..." é tipo, nossa... é muito doido, então não é
532 justo ninguém passar por isso, sabe? Igual quando eu
533 falei com você, quando você me perguntou da questão da
534 legalização, dessa questão nas nossas conversas, né.
535 Eu não posso te falar que eu sou a favor pelos meus
536 princípios, né, mesmo eu tendo, né... eu não posso
537 falar que eu sou, mas eu não acho justo, não acho justo
538 com quem tá passando, sabe? Vir uma pessoa de fora e
539 achar que pode te definir, sabe? E se você não quiser
540 agir da forma que a pessoa acha que tem que ser, que é
541 o certo, né? você ser crucificada por aquilo, sabe?
542 Você ser maltratada, sabe? Não é! Então, assim se o
543 caminho é esse pra acabar com essa, com essa, com o
544 que eles têm feito com essas mulheres, então tem que
545 ser feito, sabe? Então tem que ser tudo certinho mesmo,
546 né? Porque eu acho que assim, o povo pensa que vai ser
547 tudo arruaça, mas não, vai poupar sofrimento, sabe? Eu
548 vejo como poupar sofrimento mesmo. Mas é muito difícil,
549 eu acho que é muito difícil também a gente, não sei,
550 querer que eles vejam da mesma forma, também... aí fica
551 aquela coisa, eu também não sei se eles vão ser
552 capazes, por essa pura essa falta de empatia, de não
553 se ver no lugar do outro, que o ser humano tá, se eles
554 vão ser capazes de pensar assim, que vai ser poupando
555 sofrimento. Eu acho que eles não vêm, não entra, eles
556 vêm de uma forma assim totalmente distorcida, é a forma
557 que eles querem ver, na verdade. Eles não conseguem
558 imaginar além. Então eu vejo assim, que se alguém se
559 posicionasse, especialmente cristão, se posicionasse
560 falando algo assim... eles não vão conseguir entrar
561 nesse... nesse contexto por não ter passado por essa

562 experiência, por não saber como é, por eles não
563 acreditarem. No fundo, eu acho que eles não acreditam
564 que é real tudo que aquelas pessoas falam que morrem,
565 que é maltratado, né, então, assim, acho que eles não
566 acreditam que é real isso, por isso que eles pensam
567 dessa forma, porque tá distante da realidade deles,
568 então eles não conseguem ver.

Apesar da experiência ter acontecido há tantos anos, Adah segue traumatizada e com medo de ser identificada pela equipe do hospital, assim como que outras pessoas saibam que ela já abortou. No nível do discurso, Adah apresenta sua perspectiva sobre a descriminalização do aborto com o movimento de aproximação e distanciamento dos atores representados. Em alguns momentos ela se aproxima e se distancia de atoras sociais que é possível pressupor por “mulheres que abortam”. Em (519) o que eles fazem não é humano com as mulheres, né, em (542) Então, assim se o caminho é esse pra acabar com essa, com essa, com o que eles têm feito com essas mulheres, e em (563) No fundo, eu acho que eles não acreditam que é real tudo que aquelas pessoas falam que morrem, que é maltratado ela demarca esse distanciamento discursivamente por representação generalizada de “mulheres” que nos excertos selecionados são faladas em 3ª pessoa, sem que Adah se inclua, e em (563) “aquelas pessoas” seriam as feministas, ou grupos que advogam pela autonomia reprodutiva. Em outros momentos, ela se aproxima desses mesmos grupos em (494) é muito difícil a gente desconstruir essa imagem e em (549) Mas é muito difícil, eu acho que é muito difícil também a gente, não sei, querer que eles vejam da mesma forma. Quando se representa distanciada das mulheres que abortam, essas atoras são representadas como *receptoras* de *processos materiais transformativos*, ocupando posição passiva na ação descrita, ou seja, desagenciadas, e Adah seria uma observadora dessas ações, sem estar diretamente envolvida nos eventos. Em (494), por sua vez, Adah se representa como parte do grupo das mulheres que abortam para falar da sua dificuldade de superar a situação traumática e de desconstruir a *autoavaliação negativa* de mulher que já recorreu a um aborto. Quando se representa distanciada do grupo das feministas (563) ela representa o grupo como *dizente* de *processos verbais* como atoras sociais que denunciam as mortes e os maus-tratos decorrentes da criminalização do aborto em oposição direta a um outro grupo, contrário à descriminalização, classificados como “eles”. Por outro lado, em (549) ela se aproxima do grupo das feministas enquanto *experienciadoras* de *processo mental* que deseja

convencer o grupo contrário. Ou seja, ela se distancia das feministas no sentido de militar verbalmente pela descriminalização do aborto, mas se aproxima no desejo de que o aborto seja descriminalizado.

O grupo contrário à descriminalização do aborto é representado discursivamente por Adah como “eles”, conforme supracitado. Esse grupo, ainda que não seja categorizado nominalmente, pressupõe o grupo conservador, no qual é possível incluir o grupo religioso cristão que, conforme discutido na introdução desta tese, lidera a bancada antiaborto no Brasil e o uso do pronome masculino evidencia que esse grupo é liderado por homens. Com base na *teoria da avaliatividade*, esse ator social é representado por Adah por meio de uma *gradação semântica* contendo *avaliação negativa* de seus posicionamentos por meio de mecanismos linguísticos de acentuação de suas atitudes. Os trechos selecionados e apresentados abaixo demonstram o distanciamento e a refutação de Adah às ações e processos cognitivos desse grupo. Destaco em negrito os processos contendo avaliação negativa e sublinho as locuções que enfatizam a essência de categorias semânticas experiências:

(519) o que **eles fazem não é humano** com as mulheres, né?

(542) Então, assim se o caminho é esse pra acabar com essa, com essa, com o que **eles têm feito** com essas mulheres

(546) o **povo pensa** que vai ser tudo arruaça, mas não, vai poupar sofrimento, sabe?

(549) Mas é muito difícil, eu acho que é muito difícil também a gente, não sei, querer que eles vejam da mesma forma.

(551) eu também não sei se eles **vão ser capazes**, por essa pura falta de empatia, de não se ver no lugar do outro

(555) Eu acho que eles **não vêm**, não entra, eles vêm de uma forma assim totalmente distorcida, é a forma **que eles querem ver**, na verdade. Eles **não conseguem imaginar além**.

(560) eles **não vão conseguir** entrar nesse... nesse contexto por **não ter passado** por essa experiência, por **não saber** como é, por eles **não acreditarem**.

(563) eu acho que eles **não acreditam** que é real tudo que aquelas pessoas falam

(565) acho que eles **não acreditam** que é real isso, por isso que **eles pensam dessa forma**, porque tá distante da realidade deles, então **eles não conseguem ver**.

Dessa forma, ainda que Adah declare sua dificuldade de se posicionar favorável à criminalização do aborto pelo fato de ser uma pessoa cristã (535) Eu não posso te falar que eu sou a favor pelos meus princípios, né, mesmo eu tendo, né... eu não posso falar que eu sou, mas eu não acho justo, não acho justo com quem tá passando, sabe?, ela constrói o próprio período por meio de cláusulas complexas que possuem uma relação lógico-semântica na qual uma cláusula expande a outra, adicionando uma informação nova que, por meio de *coesão textual*, apresenta uma oposição à cláusula inicial. Em outras palavras, o único impedimento para que ela possa se aproximar do grupo feminista e militar pela descriminalização do aborto seria a proibição religiosa. Mesmo assim, em nenhuma das declarações ela estabelece proximidade com o grupo cristão conservador. As falas de Adah exemplificam o debate mais amplo em que o aborto se encontra no Brasil, que tem como agentes e opositores principais das discussões sobre aborto o grupo feminista, pela legalização, e o grupo cristão, pelo recrudescimento da criminalização.

Adah, em vários momentos das entrevistas me confiou que nenhuma das suas gestações foram intencionais. Todas envolviam algum tipo de falha com a administração de métodos anticoncepcionais. Dessa forma, é possível perceber que as gravidezes que foram levadas a termo, assim como o aborto realizado, não provêm de escolhas autônomas que ela fez, mas uma forma de decidir pelo que seria menos pior para sua vida e para a vida de suas filhas, quando foi o caso. E o direito a escolhas reprodutivas dignas e respeitadas, assim como ao bem viver como um todo se torna um privilégio que Adah desconhece desde o início da sua vida reprodutiva.

Síntese dos resultados da Análise

Abaixo, apresento um quadro-síntese dos principais resultados da análise das pequenas histórias sobre clandestinidade narradas por Adah. O objetivo principal desta seção foi responder às perguntas de pesquisa que direcionam ao estudo das representações sobre a decisão de um aborto dentro de um cenário de clandestinidade, quais os percursos percorridos e as redes acionadas. Dessa forma, entende-se a clandestinidade como fator fundamental para a compreensão das práticas sociais mais amplas envolvidas na questão da criminalização do aborto no Brasil, que silencia e expõe mulheres a diversas formas de ameaças desnecessárias à sua integridade física e mental. Ao estudar os movimentos retóricos sobre o tema da clandestinidade nas narrativas de Adah, foi possível descrever

o itinerário percorrido por ela e relacioná-lo aos perigos e violências que ela enfrentou para realizar um aborto voluntário, dando a esta tese a possibilidade de acessar o cenário mais amplo da criminalização que vitimiza mulheres, sobretudo as negras e empobrecidas.

Categorias de análise discursiva	Alguns resultados analíticos
Representação de atores sociais	O marido é representado como não interessado em contribuir para a anticoncepção. A representação enquanto cristãos, que liga ela e o marido é a maior justificativa para não realizar um aborto. Assim como Adah, a pessoa que vendeu o medicamento também é representada como ator social desprovido de conhecimento sobre o uso. A pessoa que vendeu o medicamento a ela é representada como leiga e como alguém que apenas cumpre um serviço ilegal. A médica representa a classe médica como um todo e é apresentada como violenta e julgadora, as enfermeiras são coniventes com a atitude porque buscam posição de isenção, os cristãos são representados como grupo sem empatia pelas mulheres.
Avaliação	Ela demonstra seu descontentamento com a gravidez por meio de marcadores de intensidade de avaliação negativa, assim como avalia negativamente o tratamento recebido no hospital e a forma com que os cristãos condenam mulheres que já recorreram a um aborto.
Intertextualidade	Se vale da intertextualidade para mostrar as negociações entre ela e o marido, reforçando sua tentativa de convencê-lo a fazer vasectomia, assim como a negociação pelo aborto. Ela também representa as falas de julgamento das médicas e da prima, como forma de denunciar os maus tratos recebidos.
Interdiscursividade	A ameaça de retirar o útero de Adah é um aspecto de <i>interdiscursividade</i> que expõe a necropolítica que atinge grupos subalternizados a partir da capacidade reprodutiva. Além disso, ela representa aspectos de discursos ideológicos mais amplos

	que responsabilizam individualmente mulheres por gestações não intencionais, sem questionar a participação do homem na concepção e nos métodos anticoncepcionais, e demonstrando a visão fundamentalista que liga o sexo exclusivamente à reprodução.
Metáfora	Metáforas são utilizadas para representar sua tentativa de convencer o marido a realizar uma vasectomia. Além de representar o silenciamento ao qual ela era imposta no hospital. O ambiente hospitalar se aproxima de um espaço de tortura no qual ela é a prisioneira, denunciando uma série de violências a que foi exposta.
Representação de eventos	Adah apresenta sua perspectiva sobre a descriminalização do aborto com movimentos de aproximação e distanciamento dos grupos envolvidos na discussão da descriminalização do aborto no Brasil. Ela se distancia das feministas indicando sua dificuldade de verbalizar apoio pela descriminalização do aborto, mas se aproxima no desejo de que o aborto seja descriminalizado. O que a impede de manifestar o seu apoio é representado como a questão religiosa. Mesmo assim, em nenhuma das declarações ela estabelece proximidade com o grupo cristão conservador.
Modalidade	Adah é categórica quando afirma não ter desejado engravidar e nem seguir com a gravidez. Assim como em não apoiar os posicionamentos e julgamentos cristãos conservadores contra as pessoas que já abortaram.
Coesão textual	Ela faz uso de recurso de coesão textual com valor de oposição para indicar que não corrobora com o posicionamento de Francis, assim como dos homens cristãos. Atribuindo a Francis a responsabilidade da proposição de manter a gravidez e a justificativa é centralizada na questão religiosa que abrange os dois.

7.3 Pequenas Histórias: Redes de apoio

Quando era pequena e solitária, o desafio fora conseguir estudar, existir vencendo tudo sozinha, por conta própria. Alimentara a esperança de que o casamento significasse participar da vida do marido e de que ele participasse da sua. Fizera uma aposta no casamento, tal como quase todo mundo, mas sua aposta fracassara e ela perdera. Agora estava de novo sozinha, com aquele novo desafio - que também incluía seus filhos. Ia conseguir viver, sobreviver para existir vencendo aquilo tudo. Algum dia viria auxílio de algum lugar. Fazia um bom tempo que tentava agarrar esse auxílio como quem busca uma coisa no escuro. Algum dia seus dedos encontrariam algo sólido que a ajudaria a se libertar. Estava começando a perceber aquela Presença outra vez – a Presença que a guiara ao longo da infância. Em suas orações, aproximava-se d'Ela (EMECHETA, 2018, p. 218).

Adah, assim como outras mulheres negras, ainda que estivesse em um relacionamento estável, esteve sozinha em todas as suas experiências reprodutivas, seja nas gestações, nos partos, assim como no aborto. As pessoas a quem Adah recorreu durante o percurso para a realização do aborto foram uma amiga da época e um vendedor ilegal. Já na última gravidez - desde o momento da descoberta, passando pela vontade de abortar, até o nascimento - ela teve como participantes da sua trajetória Francis, as suas irmãs e Carol, e, durante o puerpério, sua mãe, que esteve em sua casa por alguns dias auxiliando com as crianças. Considero, dessa forma, a rede de pessoas a quem Adah recorreu durante o percurso para a realização do aborto como rede de acesso a informações, disponibilização de medicamentos, informação sobre formas de usos e efeitos, e/ou oferecimento de apoio emocional e/ou financeiro. Como preconizado, a participação dessa rede de apoio não é necessariamente avaliada de forma positiva, pois é possível que a rede acionada discorde da decisão das mulheres por um aborto e, ao contrário de respeitar a decisão, recuse suporte e as submeta a desamparo emocional e a maus-tratos.

Excerto 34:

13 de julho de 2021

01:11:09

571 Adah É algo que quem passa... por isso que eu falo a gente
572 não pode... porque são "n" situações, igual eu te
573 disse, né, então hoje eu tenho, hoje eu tive o apoio,
574 por mais que eu não queria, hoje eu sei que vou ter o
575 apoio, mas tem mulheres que não têm, tem situações que
576 não tem saída... tem mulheres que não têm saída...

577 então se elas não tiverem esse apoio emocional, coisa
578 que eu não tive, por não ser louca de falar, você
579 carrega sozinha... a gente carrega sozinha...

580 **Jaqueline E você na época carregou sozinha, né?**

581 Adah É... até hoje é algo muito pessoal, muito meu, sabe?
582 Porque assim, tive aquela menina na época, né, não tive
583 muito contato, aí... Não tenho muito contato, na
584 realidade, nem tenho contato com ela mais. Ela mora lá
585 em Juiz de Fora, eu moro aqui em Barbacena, então
586 perdemos contato. Então, na época que aconteceu tudo,
587 acho que depois que aconteceu eu nunca mais tive...
588 morreu... morreu tudo! e aí ficou eu e eu mesma, sabe?
589 Eu não converso com ninguém sobre isso, eu não falo
590 com ninguém sobre isso, pra deixar lá mesmo, sem
591 ninguém mexer, né, [sim] e convivo todo dia com isso,
592 nesses altos e baixos, tem dias que tá bem, tem dias
593 que tá mais pra baixo, aí boto pra fora, e tem dias
594 que assim, né, a gente acaba, pela correria, a gente
595 vai esquecendo e aí como eu disse, eu não era da igreja
596 na época, eu tava desviada na verdade na época, não
597 tava na igreja na época e tal. Aí, através dessa
598 situação, que eu me vi nessa situação muito mal, né, e
599 eu precisava engolir tudo e parecer que tava bem

600 **Jaqueline Porque ninguém podia desconfiar...**

601 Adah Não, aí eu tinha sempre que tá bem, mas eu tava
602 totalmente destruída, né, foi aonde que eu voltei pra
603 igreja, aonde é a forma que eu, como se diz, a forma
604 com que as pessoas falam sobre isso no evangelho... de
605 Jesus e tudo... as pessoas distorcem muito... né? acho
606 que religião todo mundo, quem não é, se torna... acho
607 que todo tipo de religião, na verdade, quem não é,
608 julga a outra. Então assim, pra mim foi aonde o único
609 lugar que eu achei esse abrigo, que eu achei esse
610 esconderijo foi lá, foi onde...

611 **Jaqueline Acolhimento, né**

612 Sim, foi assim, independente da... foi onde eu podia
613 chorar e me sentir abraçada...

614 **Jaqueline Uhum... Nossa é tão importante né..**

615 Sim, aí foi aonde que eu senti ali, que eu falei:
616 "olha, eu não posso ter ninguém, mas Jesus tá ali me

617 ajudando”, tanto que eu ia e orava pra ele, falava com
 618 ele e eu sentia ele ali o tempo todo me ajudando,
 619 fortalecendo e aí foi através da fé que eu até onde eu
 620 consegui terminar de seguir em frente, porque se eu
 621 não tivesse, eu não sei se até mesmo, assim, dentro de
 622 mim, você pensa assim: “eu sou tão mal a esse ponto?
 623 eu não valho pra nada, minha vida não tem valor pra
 624 nada” então a gente pensa assim, que a nossa vida tem
 625 valor pra nada, que tanto faz tanto fez ... Se a gente
 626 não tiver assim, algo pra se apegar, a gente acaba que
 627 quase indo mesmo, sabe? [uhum] naquele momento de dor
 628 profunda, se a gente não tiver onde, ter alguém ali...
 629 Sabe, se você não tem o que se apegar, né... então acho
 630 que foi assim, o que realmente me ajudou a seguir.

Nas *pequenas histórias* sobre rede de apoio narradas por Adah, a solidão é um tema recorrente, assim como com a maioria das mulheres que passam por um aborto em contexto de clandestinidade. No nível discursivo, ela se vale do uso de metáforas para representar o momento difícil que viveu. Para a teoria da metáfora conceitual, formulada por Lakoff e Johnson (1980 *apud* SARDINHA, 2007), as metáforas são maneiras de conceitualizar a experiência por meio de outros termos. A abordagem discursiva, por sua vez, foca na metáfora em uso. Dessa forma, as metáforas são representações linguísticas abstratas de construtos culturais e contextuais, ou seja, metáforas revelam ideologias e modos de representar o mundo por determinados grupos. Portanto, estudar o uso das metáforas é um meio de entender como as pessoas interagem em um meio social (SARDINHA, 2007). Textualmente, Adah faz uso de *metáforas orientacionais*, envolvendo um sentido de direção de modo a representar sua experiência cognitiva, na qual para frente e para cima possuem sentido positivo, e para baixo e para trás, negativo.

(575) situações que **não tem saída...** tem mulheres que **não têm saída...**

(579) você **carrega** sozinha... **a gente carrega sozinha...**

(589) **morreu... morreu tudo**

(593) nesses **altos e baixos**, tem dias que tá bem, tem dias que **tá mais pra baixo**, aí **boto pra fora**

(597) **eu tava desviada**

(610) pra mim foi aonde o único lugar que eu **achei esse abrigo**, que eu **achei esse esconderijo** foi lá,

(622) terminar de **seguir em frente**

(630) realmente **me ajudou a seguir**

Para a análise de metáfora, *veículo* seria a parte de uma metáfora linguística que contém palavras usadas metaforicamente. Por sua vez, *tópico* é a parte de uma metáfora linguística que contém palavras que fazem referência ao *veículo*. Assim, o Domínio de *veículo* corresponde ao domínio abstrato e o *domínio de tópico*, ao domínio mais concreto (SARDINHA, 2007). Adah faz uso de metáforas linguísticas que são *veículos* de uma experiência de trânsito, mas também correspondentes ao universo bíblico cristão, nas quais ela é o *tópico*, ou seja, a respeito de quem ela usa os veículos metafóricos. O caminho positivo seria reto, para frente, sem desvios, plano e sem empecilhos. Em (575) ela demonstra a falta de opção em relação a suas perspectivas pessoais quando mulheres descobrem uma gravidez não intencional; Em (593) essas orientações ligadas a valorizações são apresentadas de maneira mais contundente e ela relaciona o alto e baixo a seu estado emocional, assim como “por para fora” como a necessidade de desabafar. A expressão usada em (597) *desviada* é muito comum no contexto cristão evangélico que advém de “Jesus é o caminho”, ou seja, o *domínio de tópico* indica que não frequentar a igreja é estar fora da direção certa, isto é, estar em um desvio de rota; Da mesma forma, em (610) a expressão metafórica advém do versículo bíblico “Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo” indicando uma proteção contra as ameaças mundanas ofertadas para quem segue as premissas evangélicas. Seguindo o raciocínio, em (579) o sentido de peso usado em um contexto bíblico pode também estar relacionado ao versículo que indica que com Deus o “fardo é leve”, mas, como estava afastada dos princípios cristãos, ela, assim como outras mulheres que já abortaram, são sobrecarregadas com o peso do pecado do aborto. A partir das metáforas em (591), (589), mas também em (579), é possível sugerir uma correlação com o versículo bíblico em que Jesus teria dito “se alguém deseja seguir-me, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e me acompanhe”, no qual, carregar a cruz é uma metáfora relacionada à morte de Cristo, ou seja, é preciso deixar morrer (589), esquecer e negar, não falar a respeito daquilo que é tido como errado segundo a ideologia cristã evangélica - neste caso o aborto - para ter as angústias aliviadas e merecer apoio para superar uma situação traumática depois que aceitar a conversão.

O lugar onde Adah encontrou possibilidade de aliviar os sentimentos difíceis experienciados pela situação traumática vivenciada por ela foi a igreja. Nesse espaço, além de o pastor ter lhe oferecido a possibilidade de perdão do pecado do aborto, lá ela conheceu uma mulher que costumava contar publicamente histórias sobre possíveis

abortos que havia realizado para mostrar que a conversão à igreja a teria redimido e a oferecido uma vida melhor.

Excerto 35:

27 de julho de 2021

00:40:09

631 **Jaqueline** **Você conhece outras mulheres que já passaram por um**
632 **aborto? Que já fizeram?**

633 Adah Não. Só que tiveram vontade, mas que efetivaram não.
634 Conheço assim, de, não de eu conversar, assim, igual
635 tipo, na igreja que eu frequentava tinha uma mulher
636 que ela tinha feito vários, né e tal, mas eu sei o caso
637 dela porque ela contava isso

638 **Jaqueline** **Ah, ela contava?**

639 Adah Ela contou até como testemunho, um dos filhos dela,
640 que era da mesma igreja, ele até é deficiente, sabe?
641 Por ter sido uma tentativa [uhum] e ele era... e hoje,
642 assim, ele pensa normal, fala normal, só que ele assim,
643 não anda direito, tem a perna atrofiada, os braços
644 atrofiados e tal, fala com bastante dificuldade,
645 inclusive ele até prega, ele é pregador, sabe? Ele é
646 pregador da palavra hoje e tal, mas você vê que ele
647 foi totalmente sequelado. Aí ela conta, né, quando ela
648 contou sobre a história dela e sobre a história dele,
649 ele inclusive sabe disso, né. Ela foi e contou que
650 tinha sido feito uns cinco, por aí, sabe? E a tentativa
651 dele também. E aí ela falava que na época ela também
652 mexia com droga e tal, então não pensava só ia fazendo
653 e tal "engravidai, abortei! Engravidai, abortei"! aí
654 na gravidez dele, ela disse que tentou, tentou, mas aí
655 não conseguiu, aí ele veio, mas veio totalmente
656 deficiente e... ela é a única pessoa que eu conheço
657 que tem o relato assim mesmo, é ela.

658 **Jaqueline** **E quando ela falava dessa experiência ela falava mais**
659 **como testemunho pra dizer como se fosse algo ruim que**
660 **ela tivesse feito e superou?**

661 É, tipo assim: "na época eu fiz, eu me arrependi" tipo,
662 pras outras pessoas, assim "Deus perdoa, né. Deus
663 perdoa, né" pras pessoas que carregam algum tipo de
664 culpa, né. Ela, inclusive, era irmã do pastor da

665 igreja, então quando ela deu esse testemunho, ela dá
666 permissão pro pastor usar o testemunho quando ele
667 precisa, né, porque ela é até obreira na igreja, aí
668 ele sempre quando precisa usar esse testemunho dela,
669 ele falava, né, da pessoa que ali carrega uma culpa,
670 que carrega um pecado que acha que Deus não perdoa. Aí
671 conta, né: "Olha, minha irmã fez, aconteceu isso com
672 ela, mas assim", ela mesma contou, né, assim: "deus
673 mesmo me ajudou, me resgatou através disso tudo, né, é
674 um sofrimento, mas deus me usa, usa isso na minha vida
675 pra falar com outras mulheres e tal e hoje tá aí meu
676 filho que, né, é sequela disso, mas graças a Deus ele
677 é uma benção", assim, né, e eu não sei como ele lida
678 com isso, na verdade. Mas ele, assim, ele é muito
679 feliz, por incrível que pareça, né, com a deficiência
680 dele toda, da forma que ele fala, ele parece ser muito
681 feliz. Hoje a mulher fala que carrega essa culpa por
682 ele ser assim, mas que ele mesmo perdoa ela, não
683 carrega essa mágoa dela, porque sabe fala assim, ah,
684 sabe que na época ela não pensava como hoje e ele fala:
685 "ah, se eu tô aqui é porque Deus tem um propósito na
686 minha vida, mesmo nessa forma que eu sou", então meio
687 que assim, tem uma aceitação de todas as partes, assim,
688 acredito que é de Deus também porque são coisas
689 difíceis, né, não sei como é, mas a gente olhando por
690 fora é muito difícil seu filho saber que é dessa forma
691 porque a mãe... ah... ele nem morava com ela e tal,
692 mas a gente vê aquela coisa ali muito um amor muito
693 divino, ali, que é muito Deus que agiu ali mesmo,
694 porque é muito traumatizante, muito dolorido
695 **Jaqueline Mas teve algum laudo médico, algum que dizia que**
696 **realmente tinha sido sequelas do aborto ou é mais**
697 **porque ela realmente ligou uma coisa com a outra?**
698 Não, é que ela acha só, mesmo

Essa *pequena história* narrada por Adah expõe como uma história única pode criar e reforçar estereótipos (ADICHIE, 2019). Grada Kilomba (2019) apresenta o conceito de trauma dentro de uma leitura racial como uma "experiência violenta totalmente inesperada [que] aconteceu com o sujeito sem que ele a desejasse de forma alguma ou conspirasse para sua ocorrência" (p.214). Dessa forma, a alienação seria uma maneira de

não ser notada, para salvar-se dessas agressões. Quando Adah se distancia de outras mulheres que abortaram, é como se ela estivesse negando esses estereótipos, assim como ela declarou na entrevista do dia 27 de julho de 2021:

(699) Eu não sou uma pessoa ruim, eu não sou uma pessoa assassina, não sou, sabe, por mais que eu mesma me ache, assim, porque a gente mesmo se julga, eu não preciso de ninguém pra me julgar, a gente já se julga por nós mesmas.

A pergunta que fiz no início da *pequena história* apresentada teve como motivação entender se Adah conhecia outras histórias de mulheres próximas que já tinham abortado ou se o acesso que ela teve sobre o tema foi a partir de generalizações impostas. A resposta de Adah correspondeu ao que eu pressupunha: ela não conhecia outras mulheres que tivessem declarado abertamente o aborto realizado além da irmã da igreja. A religião possui bastante importância na vida de Adah, e foi o lugar em que ela conseguiu ouvir e falar sobre o tema sem se sentir julgada, o que já demonstra o enfraquecimento de redes de apoio que pudessem acolhê-la e respeitá-la. Por sua vez, uma rede de apoio sólida poderia oferecer a ela segurança, tanto para a realização do procedimento como para seu bem-estar físico e mental como um todo.

O testemunho cristão possui características dos gêneros narrativos, compreendendo relatos que reforçam a identidade religiosa de quem enuncia, ou o relato sobre algum evento presenciado, assim como o intuito da conversão, uma vez que é um momento importante da cerimônia religiosa utilizado para atrair adeptos. “O testemunho é individual no sentido de ser manipulável contextualmente de acordo com os interesses da pessoa, todavia, muitas vezes esse testemunho religioso precisa necessariamente estar alinhado com o que é aceitável pelo grupo” (ROCHA; CARMO, 2017), o que significa que as narrativas precisam ser legitimadas e autorizadas pela congregação religiosa. Como atualmente o aborto é entendido como crime contra a vida para os cristãos, não seria aceito em uma igreja evangélica um testemunho de uma fiel que não demonstrasse arrependimento e não reconhecesse o aborto como um pecado grave. Da mesma forma, o testemunho pode ser utilizado de forma a angariar mais fiéis para a igreja e, portanto, as histórias mais fortes possuem poder de comover a audiência.

A *somatização* é uma forma de *objetificação* na representação de atores sociais, onde esses indivíduos são retratados através de uma referência a uma parte específica de seus corpos. Adah, no nível do discurso, apresenta o filho da mulher que testemunha a partir de *representação relacional* à mãe e da enumeração de suas deficiências físicas,

graduando a avaliação sobre essas características de forma a intensificá-las: (645) ele pensa normal, fala normal, só que ele assim, não anda direito, tem a perna atrofiada, os braços atrofiados e tal, fala com bastante dificuldade. Essa intensificação desses aspectos tende a impregnar o enunciado com uma carga emocional de complacência, encobrindo a sua identidade enquanto ator social, e promovendo uma *interdiscursividade* com discursos capacitistas que objetificam e infantilizam pessoas com deficiência, pois as reduzem à sua condição física. Ela conclui o raciocínio por meio de coesão textual de contraste à ideia anterior, por meio da locução “por incrível que pareça” enfatizando a essência de categoria semântica experiencial (682) Mas ele, assim, ele é muito feliz, por incrível que pareça, né, com a deficiência dele toda, da forma que ele fala, ele parece ser muito feliz e com o diagnóstico de que a sua condição avaliada negativamente seria consequência dos atos de sua mãe antes de se converter.

A irmã da igreja é representada de forma *relacional*, como irmã do pastor, assim como a partir de *abstrações* que se referem a práticas condenáveis socialmente de forma a expressar avaliações morais negativas dela antes de sua conversão: (654) E aí ela falava que na época ela também mexia com droga e tal, então não pensava só ia fazendo e tal “engravidai, abortei! Engravidai, abortei”! aí na gravidez dele, ela disse que tentou, tentou, mas aí não conseguiu, aí ele veio, mas veio totalmente deficiente. Uma exigência de legitimação pode ser baseada em fundamentos tidos como racionais e lógicos (THOMPSON, 2011), dessa forma, ao estabelecer uma relação direta entre as características físicas do filho, consideradas como negativas e assustadoras, e a tentativa de aborto realizada pela mãe, por meio de uma cadeia de raciocínio que busca justificar e, conseqüentemente, persuadir uma audiência, podem ser estabelecidas relações de dominação ao representar tais ações como merecedoras de apoio. Não há, assim como a própria Adah respondeu, necessariamente quaisquer relações diretas entre uma deficiência motora e gravidezes que seguem mesmo após tentativas de aborto.

Uma outra estratégia de construção simbólica é a *diferenciação*, ou seja, a ênfase dada a características avaliadas negativamente de um grupo em comparação a outro. A irmã da igreja é representada em momentos distintos da vida: antes e depois de se converter. No primeiro ela é representada como pessoa dependente de drogas ilícitas e que havia feito vários abortos de forma leviana, e essa representação contrasta com a segunda imagem, a da mãe que, após conversão, se culpa pela condição do filho e é uma

mulher religiosa. Essa história, utilizada para sensibilizar Adah e convertê-la, induziu nela um medo e culpa de que seu filho viesse a ter alguma deficiência por conta do aborto que ela havia feito há anos, como forma de castigo divino, pensamentos que permaneceram durante toda a gestação que ela revivia no momento das entrevistas e que foi utilizado contra ela por sua mãe.

Após o nascimento de Bubu, Adah passou a enfrentar novos problemas somados à administração da casa, rotina das crianças, os desafios com o recém-nascido e a preocupação com o retorno ao trabalho presencial. Em dezembro de 2021, ela, ao me narrar a nova rotina, contou que a mãe dela havia ficado alguns dias para auxiliar com as tarefas, mas que esse apoio tinha suscitado outras fragilidades. Foi nesse momento que ela apresentou a relação dela com sua mãe e pai, indicando imagens de controle social que são reforçadas no ambiente familiar.

Excerto 36:

16 de dezembro de 2021

01:18:15

700 Adah A minha mãe, eu acho que ela sabia, sabe? Sabe sim, do
701 jeito dela ela sabe, então sempre que ela pode, que ela
702 tem oportunidade ela fala isso: "ah, você tem que olhar
703 pro seu filho e ser muito grata a Deus, porque você
704 sabe que isso aí ó..." tipo, assim, jogando em mim,
705 falando assim que eu tenho que ser grata por Deus ter
706 me dado um filho, né, assim, perfeito e tudo, que eu
707 não merecia, depois de tudo "você não merecia", sabe?
708 Ela sempre que ela pode, ela fala isso, sabe, "você tá
709 agradecendo todo dia? Porque você sabe muito bem, né,
710 sabe muito bem que isso aí..." sabe? Nossa, e isso aí já,
711 eu já tenho a minha questão, né, então dói muito...

A *interdiscursividade* presente na representação da voz da mãe de Adah reforça os discursos capacitistas de que a deficiência física é um castigo divino e utiliza-se da ideia da gratidão pelo perdão materializado no filho sem deficiência como forma de manipulação emocional. A família de Adah percebeu sua tristeza quando ela engravidou da última vez e, ao invés de oferecer acolhimento e respeito às suas decisões, questionou a sua insatisfação, pois, para o pensamento patriarcal, a maternidade é o lugar de realização das mulheres.

Excerto 37:

712 Adah as pessoas acham que colocando como crime vai inibir,
713 pelo contrário, eu acho que aumenta, aumenta, e aumenta
714 ainda o risco pra mulher, porque é uma situação de
715 desespero, eu fiquei assim, numa depressão muito, muito
716 forte, na minha mente era: "ou essa criança ou eu",
717 porque eu falei: "não me vejo feliz, acabei novamente
718 com minha vida" e só isso que vinha na minha mente aí
719 foi onde que minha irmã falou "você tem que procurar
720 uma ajuda", né, porque eu só chorava, eu emagrecia, eu
721 não via saída, só via tristeza, tristeza, aquela coisa
722 toda e eu ficava com aquele peso, aí quando a família
723 via, porque tava totalmente nítido, quem me olhasse,
724 por isso que eu não queria nem falar no assunto... "ah,
725 não fica assim e tal" tava totalmente nítido... "ah, você
726 tem que agradecer" "ah, você tem que..." então tipo
727 assim, quer dizer que assim, me sentia pior, sabe, eu
728 falava: "nossa, sou um ser humano muito ruim por tá
729 assim".

Nesse ponto da narrativa, com base nos pressupostos que estudam a modalidade discursiva, Adah se alinha à descriminalização do aborto por meio de afirmações categóricas com alto grau de comprometimento subjetivo (718) eu acho que aumenta, aumenta, e aumenta ainda o risco pra mulher. Da mesma forma, ela, ao utilizar-se de *intertextualidade*, recria as falas de seus familiares por meio de construções de modalidade deôntica, ou seja, ligada a obrigações, com alto grau de comprometimento. Assim, é possível observar um contexto de desencontro entre o que a família entende como obrigação que ela deve cumprir enquanto mãe e o que ela entende como verdade. Nesse caso, ela, assim como em outros momentos, deixa transparecer que entende que a maternidade não é necessariamente um lugar de anulação total da mulher, ainda que ela mesma se enfraqueça diante a culpa e o medo ligados mais diretamente aos princípios religiosos aos quais ela se ampara. Ainda na mesma entrevista, Adah me revela ter defendido uma mãe em um grupo que discutia maternidade pelo fato dela ter assumido publicamente que não estava se sentindo bem com a filha, então, Adah disse para o grupo (736) "olha, a gente não nasce mãe, a gente se torna mãe", uma referência à famosa frase "não se nasce mulher, torna-se mulher" da teórica feminista Simone de Beauvoir no livro *Segundo Sexo*, sobre a ideia de mulher como uma construção social, desnaturalizando os ideais biologizantes sobre a condição feminina. Dessa forma, Adah

aponta que a maternidade também não é natural e destino pressuposto para todas as pessoas que gestam.

Excerto 38:

13 de julho de 2021

00:51:52

730 Adah Quando eu descobri tudo, aí uma das minhas irmãs, que
731 é a mais velha, ela fica mais próxima de mim, tem mais
732 contato com minhas meninas. Aí foi a segunda pessoa que
733 eu contei, aí eu não cheguei a falar desse desejo, mas
734 ela sabia que eu não tava... porque ela também é cristã,
735 ela também é evangélica... então eu não tive coragem de
736 falar com ela, né, essa intenção, mas ela sabia que eu
737 não queria, que eu não tava feliz e tal, mas não contei
738 pra ela, quando eu contei ela chorou junto comigo porque
739 ela viu o sentimento que eu tava, mas a gente não tocou
740 nesse assunto. Aí, a minha outra irmã, que é amiga, e
741 professora da Carol, ela já não é cristã, né e tal, ela
742 tem a mente mais assim aberta pra essas coisas, né?
743 **[uhum]** e assim, eu sei que independente de qual fosse
744 minha decisão as duas me apoiariam, mas eu sei que pra
745 conversar e pra ter uma ajuda em relação a isso seria
746 ela, né? Aí foi onde eu tava no desespero e contei pra
747 ela, falei: "olha, eu não quero ter e tal, eu preciso
748 de ajuda", né? aí foi onde ela disse: "ó, vou procurar,
749 você tem certeza e tal?", aí eu falei: "olha, tenho",
750 ela falou assim: "ó, se for a sua decisão, tô com você",
751 também não contou, "mas vamos procurar um meio de ser
752 tudo seguro pra você", né? aí foi aonde ela me ajudou,
753 né, a olhar as redes de apoio, essas coisas todas, pra
754 conseguir, porque eu tava assim, no desespero...

As irmãs de Adah foram redes de apoio para ela quando ela engravidou em 2021 e estava decidida a interromper a gravidez. Elas foram representadas como pessoas que não julgaram a decisão de Adah e que ofereceram ajuda para que ela pudesse fazer valer a sua escolha. Nesse trecho, é possível reparar que a decisão de pedir ajuda também envolve o reconhecimento de inclinações identitárias das pessoas a serem acionadas. Adah, segundo a teoria de atores sociais, usou de *classificação* religiosa para representar a irmã (741) ela também é cristã, ela também é evangélica. Dessa forma, ao passo que representava sua irmã, ela também justificava o porquê de ter decidido não

pedir ajuda a ela para realizar um aborto, uma vez que a irmã está filiada aos princípios cristãos evangélicos, segundo os quais o aborto não pode ser cogitado. A outra irmã, por sua vez, é representada a partir do que não é, em oposição à primeira: (748) *ela já não é cristã, né e tal, e, por meio de expressão metafórica, essa identidade é avaliada como positiva e mais propícia a apoiar a decisão de interromper uma gestação, como a narradora desejava: (749) ela tem a mente mais assim aberta pra essas coisas, né? Essa percepção de Adah indica que as identidades, ainda que sejam pessoais, também fazem parte de um construto social. A categoria identidade abarca a representação que fazemos das similaridades e diferenças em relação aos outros. Woodward (2014) explica que só é possível compreender os significados envolvidos nos sistemas de representação das identidades caso se tenha uma ideia da posição de sujeito produzida por eles e como os sujeitos são posicionados em seu interior. O lugar de fala e a posição dos indivíduos são construídos por meio dos discursos e dos sistemas de representação (COELHO, MAGALHÃES, 2020). Dessa forma, Adah resume sua escolha por pedir ajuda em (750) eu sei que independente de qual fosse minha decisão as duas me apoiariam, mas eu sei que pra conversar e pra ter uma ajuda em relação a isso seria ela, né?*

A irmã, ao ser acionada, foi representada por meio de discurso direto na narrativa de Adah, marcando uma intertextualidade em que ela oferece apoio na decisão, auxílio na exploração de possibilidades de realização e assegura que fosse um processo seguro para Adah. Elas fizeram uma investigação na internet procurando meios seguros de garantir a realização do aborto, mas Adah relatou a quantidade de sites enganosos que tentam extorquir dinheiro, aproveitando da situação de desespero e da impossibilidade de denúncia devido à clandestinidade do tema. Quando encontraram uma clínica, Adah não poderia arcar com o valor, ainda que a irmã tivesse oferecido, pois a conta era conjunta com seu marido e ele poderia desconfiar do valor retirado. Em outro momento, depois de passado o tempo e ela não conseguir realizar o aborto dessa vez, ela e a irmã mais velha conversam e quando ela revela seu desejo a irmã oferece apoio incondicional (766) *ela falou: "olha, se você quisesse eu toparia por você, sou sua irmã e eu te amo" mas ela também não me chamou pra falar sobre esse assunto porque eu acho que ela percebeu... é difícil, na verdade, falar desse assunto...*

As pequenas histórias de Adah não seguem desdobramentos necessariamente lineares, e é constante o trânsito entre o momento da gravidez que ocorria durante o início das entrevistas e o momento do aborto realizado anos antes. Dessa forma, ela também estabelece critérios de comparação entre as duas situações, sendo que a experiência

traumática que ocorreu na anterior influenciou a última gestação. Nos trechos abaixo, Adah usa dessa comparação para repensar o acionamento das redes de apoio:

Excerto 39:

27 de julho de 2021

00:33:11

755 **Jaqueline** **Nesse momento foram as pessoas com quem você conversou,**
756 **né? Suas irmãs, na verdade.**

757 Adah É, agora foi... e se eu tivesse naquela época falado
758 eu acho que teria sido diferente, eu conseguiria ver
759 de outra forma, né? porque eu não via, imaginava assim,
760 é, "nossa, minha família já me vê dessa forma: 'ah,
761 **nova e engravidou, o pai tá presidiário e tal, não tem**
762 **estudo, não tem nada, não tem condição, a filha já é**
763 **nas custas de todo mundo**". Então assim, na minha mente
764 era só isso, mas eu acho que se eu tivesse falado, o
765 amor delas por mim, né, que na época quando a gente tá
766 assim: "ah ninguém me ama e tal" mas assim eu vejo,
767 hoje eu vejo que eu teria tido, assim, brigariam e tudo
768 mais, mas me ajudariam, sabe?... Nem lembro qual era a
769 pergunta que você fez.

770 **Jaqueline** **Não, era isso mesmo... porque nessa época, você agora**
771 **pensou nelas, né, como que seria naquela época**

772 Adah Isso, é... aí eu sei que na minha mente eu pensava
773 assim: "Ah, **eu vou ser morta de toda forma, né?**". Então
774 não, eu sei que se eu precisasse de mudar de país por
775 isso, elas me ajudariam, sabe? **[sim]** toda a família na
776 verdade, se fosse o único recurso, eu sei que eles
777 fariam por mim, mas na hora eu falei: "ah, não, não
778 vale a pena". Eu sei que pra ter, teria sido muito
779 difícil. Eu não consigo até hoje, por mais que eu me
780 arrependa, eu falo assim: "nossa, podia tanto voltar
781 no tempo pra mim não fazer", só que eu penso: "o que
782 eu faria, então?", pelo sofrimento, pela dor e tudo,
783 mas eu penso assim: "como que teria sido?". Não consigo
784 até hoje imaginar, assim, como teria sido. não
785 consigo... ver outra forma de ter resolvido isso até
786 hoje, eu não sei se eu conseguiria ter essa coragem
787 toda da...

788 **Jaqueline** **Será que você não se arrepende mais, na verdade não**
789 **sei se o nome é arrependimento, né, mas será que o que**
790 **dói mais em você não é nem só o fato do aborto em si,**
791 **de não ter tido esse filho ou o fato de você ter passado**
792 **por tudo o que você passou, sabe? (...) Fico me**
793 **perguntando... Quê que você acha, assim? Tem mais a**
794 **ver com você não merecia ter passado por tanta dor ao**
795 **invés de toda a situação em si. Precisa ser tão**
796 **traumatizante, sabe?**

797 **Adah** **Aham, se tudo tivesse sido resolvido de uma forma mais**
798 **fácil, né? Se seria, assim, esse sentimento, né? Sim...**
799 **entendi. É, eu acho que pode, eu acho que às vezes,**
800 **é... como se diz, seria um fardo mais leve, eu acho**
801 **que o que tornou esse fardo mais pesado, né, pode**
802 **realmente ter influenciado muito a forma que ocorreu.**
803 **A forma com certeza foi mais traumática sim, porque eu**
804 **digo assim, se fosse igual essa gravidez agora e tal,**
805 **se eu tivesse conseguido fazer tudo, eu tava com ajuda**
806 **e orientação, então eu acho que realmente lá na frente,**
807 **porque em algum momento eu acho que o sofrimento é**
808 **igual, mas eu poderia ter um trauma bem menor, né?**
809 **Então igual você falou assim, por mais que hoje eu**
810 **queira voltar atrás e tudo eu acho que seria menos...**
811 **relembrar tudo seria menos dolorido mesmo, eu acho que,**
812 **vamos falar assim, a parcela de culpa eu posso atribuir**
813 **uns 40% é em relação a isso mesmo, ao trauma, o resto,**
814 **realmente, arrependimento mesmo, sabe? De... não sei,**
815 **eu me paro pensando assim e falo: "poxa, hoje taria aí**
816 **com quantos anos e tal" e né, eu falo: "nossa, sei**
817 **lá...". Acho que arrependimento mesmo ali da vida, da,**
818 **não digo assim, da vida ser interrompida, porque a**
819 **gente sabe que no início é um embrião, aquela coisa**
820 **toda e tal, mas a minha tava um pouco avançada, né?**
821 **então não era só um embrião, assim**

Para Fairclough (2003), consciência de si é uma pré-condição para os processos sociais de identificação no discurso. As distinções também possuem papel fundamental para conduzir a elaboração do conceito de agência. Dessa forma, tornar-se uma personalidade diz respeito à capacidade de organizar os interesses psíquicos próprios, e balancear e priorizar esses papéis sociais em seus próprios termos (SUASSUNA, 2016).

A identidade social de uma pessoa pode incluir papéis sociais diversos. “A reflexividade é uma característica definidora de toda ação humana. Todos os seres humanos rotineiramente ‘se mantêm em contato’ com as bases do que fazem como base integrante do fazer” (GIDDENS, 1991). Isso foi denominado por Giddens (1991) como a “monitoração reflexiva da ação”. Para ele, a ação humana incorpora uma consistente monitoração do comportamento e de seus contextos. A reflexividade consiste em que as práticas sociais são o tempo todo renovadas pelo questionamento dessas próprias práticas. Porém, é importante ressaltar que essa reflexividade atravessada pela alienação imposta pelo entrecruzamento do racismo, do sexismo e de outras opressões, atinge de maneiras variadas os corpos, escamoteando e naturalizando desigualdades de poder.

Os traços de *interdiscursividade* presentes na representação do julgamento que, segundo Adah, sua família faria sobre ela na época do aborto estão relacionados às imagens de controle sobre o perfil de mulher que aborta e que ela intensifica a avaliação negativa por meio de elementos qualificadores: (769) nova e engravidou, o pai tá presidiário e tal, não tem estudo, não tem nada, não tem condição, a filha já é nas custas de todo mundo. Esses argumentos estão vinculados a discursos moralizadores que interligam o perfil típico das mulheres que abortam a preconceitos raciais, de classe e de controle sexual. Contudo, os mesmos argumentos que seriam usados para julgar Adah também são os pontos que fazem com que ela justifique sua decisão e, caso ela contasse para a família, também seria o motivo pelo qual eles a apoiariam (784) se fosse o único recurso, eu sei que eles fariam por mim. Ao contrário do apoio que ela receberia se contasse que queria abortar na segunda vez, quando ela já não era mais tão nova para os critérios estabelecidos, quando seu marido já não estava em reclusão, quando ela já tinha estudado o suficiente exigido para ela e quando já era responsável pelo sustento de seu lar. O que quero apontar com isso é que a discussão sobre o aborto envolve uma concepção de que tipo de mulher “pode” e que tipo de mulher “deve” procriar e isso está ligado a fatores excludentes, sobretudo racistas, e que, naturalmente, por ser uma questão estrutural, faz com que as próprias vítimas se tornem aliadas da política de controle.

Ao adotar a estratégia de seleção de *pontos críticos* do discurso (FAIRCLOUGH, 2003), foi possível perceber que os maiores pontos de conflito sobre direito de escolha para Adah perpassava a ideia de merecimento. Isso pode ser mais bem percebido quando a *pequena história* anterior é colocada em contraste com outro momento em que ela fala

sobre o receio da banalização caso o aborto fosse descriminalizado. Ao narrar um relato que leu na internet quando procurava informações para abortar, ela reforça concepções de controle sobre os direitos reprodutivos repetindo padrões dos discursivos moralistas:

Excerto 40:

27 de julho de 2021

00:14:46

822 Jaqueline **Você já conheceu alguém que você acha que poderia ou**
823 **já ouviu alguém falar de uma maneira que parecia assim**
824 **banalizado? Alguma mulher?**

825 Adah Eu vi um relato na internet... eu tava até pensando
826 muito nisso, quando eu tava pesquisando dessa última
827 vez, aí procurei muitos relatos. Aí na internet eu vi
828 o relato de uma pessoa que era, né, carente, tava numa
829 situação realmente de desespero, e nessa mesma página,
830 eu não sei se vou recordar o nome, mas foi no Google
831 mesmo que eu joguei [uhum], tinha uma outra pessoa que
832 tinha condição, porque era, né, os pais ricos, né e
833 tal, aí ela descobriu e quando ela contou para os pais,
834 os pais mesmo aconselharam porque ela era nova, tinha
835 faculdade, tinha pra fazer, tinha tudo, que não era o
836 momento e tal e ela foi numa clínica com os pais e o
837 companheiro para realizar, porque para os pais aquilo
838 ali seria pra ela, tipo um: "ah, vai atrapalhar sua
839 vida", e ela tipo: "ah, realmente, eu quero fazer
840 faculdade, vai atrapalhar minha vida. Então vamos lá!"
841 aí disse que foi procedimento, como tinha condição
842 financeira boa, foi numa clínica paga, foi uma outra
843 história, sem trauma, sem nada, então a forma com que
844 ela relatou, foi tipo: "ai! foi tranquilo, realmente
845 atrapalharia minha vida", eu achei pelo relato que foi
846 de uma forma muito fria, muito... realmente, algo que,
847 tipo assim: "é algo que não cabe agora, vamos tirar",
848 achei muito assim, sabe? Então acho que dessa forma
849 assim, ainda mais ela que pelo jeito do relato, os pais
850 tavam sabendo, tinha uma condição financeira boa,
851 porque assim, até então poderia ter tido, não seria
852 por essa questão, e tinha o companheiro também junto
853 que também tava sabendo, ou seja, ela tinha um apoio,
854 ela tinha como ter, mas ah, por naquele momento os pais

855 falarem: "ah, você é nova, não queremos, você vai
856 estragar a sua vida. Vamos lá!". Então, assim, não
857 pensaram, não cogitaram, sabe? E foi. Então eu achei
858 muito assim, aí outro comentário totalmente oposto,
859 que a pessoa não tinha condição, já tinha filho, não
860 tinha... então você via o sofrimento e o relato da
861 outra você via o sofrimento, você via que não é algo
862 que ela, assim, foi: "ah, vamos lá, vou fazer", não.
863 foi algo que doeu, foi algo difícil, além do mais não
864 foi com recurso de... foi num lugar clandestino, numa
865 clínica clandestina, então disse que não deu certo na
866 hora o procedimento e ela foi pra casa, então foi um
867 relato totalmente sofrido.

O quadro abaixo foi realizado de forma a ilustrar os argumentos de Adah sobre os pontos de conflito sobre a descriminalização do aborto e tem por intuito demonstrar o contraste entre as duas situações narradas por ela:

Quadro 3: Pontos de conflito sobre a descriminalização do aborto para Adah

Caso de banalização	Caso de necessidade
Condição financeira	Não tinha condição financeira
Não tinha filho	Já tinha filho
Acompanhamento dos pais	Via o sofrimento
Acompanhamento do companheiro	Algo que doeu
Nova para ter um filho	Algo difícil
Cursava faculdade	Sem recurso
Clínica paga	Clínica clandestina
Sem trauma	Não deu certo o procedimento
Acompanhamento dos pais	Relato totalmente sofrido
Acompanhamento do companheiro	Não cita rede de apoio

Privilégio é a vantagem social que determinados grupos possuem em detrimento de outros. Dessa forma, o que é listado por Adah como caso de banalização envolve a noção de que em cenários de injustiças sociais, o que deveria ser direito básico universal se torna privilégio de uma minoria numérica em detrimento de outra que não goza do poder subjetivo da integridade. Adah estabelece uma relação de proximidade com o caso apresentado como

possível para realizar um aborto e se distancia do que ela classifica como banalização. O relato que ela leu na internet possui muitas semelhanças ao que ela relatou sobre como ela se identificava na época em que realizou um aborto e, com isso, justifica ter tomado a sua decisão na época a partir de situações extremas de sofrimento. O martírio torna-se, assim, a condição para que uma mulher em papéis sociais como os de Adah possa receber escusa para realizar um aborto. Para ela, é muito complicado verbalizar seu apoio à descriminalização, e quando ela o faz, ela o justifica como a tentativa de dirimir as violências que são incutidas contra as mulheres que interrompem gestações independentemente da criminalização.

Não questiono a validade de seu argumento e defendo que a legalização busca evitar mortes e sequelas desnecessárias, mas o que gostaria de trazer ao centro da minha argumentação é o direito legítimo ao prazer apontado pelo princípio da Oxunidade (NKIRU NZEGWU, 2011). A libertação feminina, assim como a de todos os corpos subalternizados em suas intersecções, só pode ser realizada quando o princípio do prazer for a centralidade de nossa existência enquanto humanidade. As interdições coloniais modernas perpassam a ideia de sofrimento como caminho para o merecimento, e isso faz com que nos tornemos carrascas de nós mesmas, assim como aliadas ao processo que violenta as nossas iguais, que passamos a não reconhecer como tais. Se for o prazer, e não mais a dor, que orienta nossa experiência humana, a alienação já não se faz necessária, pois não precisaremos nos esconder e retomaremos o direito à existência plena e ao bem-viver como inalienável e natural. Se as opressões atingem os corpos de maneiras desiguais, é a equidade do prazer que pode libertá-los. O direito à escolha reprodutiva não deve se pautar no cenário do menos ruim, mas pelo anseio à plenitude. É a interdição ao desejo da condenada que sustenta as estruturas racistas e patriarcais da colonialidade. Não obstante, os testemunhos usados durante os cultos evangélicos usam relatos de situações traumáticas e extremas para atrair fiéis por meio de uma atitude messiânica salvacionista, na qual você é reconhecida pela capacidade de superação de sofrimento. Ou seja, o lugar-comum se torna o lugar da dor e é só por meio dela que se encontra possibilidade de amparo e redenção. Por outro lado, segundo os princípios do oxunismo, o direito ao bem-viver é individual, mas a garantia da possibilidade de escolha é social e comunitária e só é possível de ser realizada em ambientes de justiça social.

Síntese dos resultados da Análise

O objetivo principal desta seção foi responder às perguntas de pesquisa que direcionam ao estudo das redes de apoio e de provimentos às quais Adah recorreu na necessidade de um aborto em um cenário de criminalização, aos itinerários que ela

precisou percorrer para garantir seu direito de escolha e como ela avalia a influência dessas redes ao narrarem suas experiências de abortos voluntários. No caso de Adah, esse processo envolveu, além do aborto realizado anos antes, a descoberta de uma gravidez não intencional e o desejo de interrupção frustrado. Abaixo, apresento um quadro contendo a síntese dos principais resultados da análise das *pequenas histórias* sobre redes de apoio discutidas nessa seção:

Categorias de análise discursiva	Alguns resultados analíticos
Representação de atores sociais	A irmã da igreja é representada em momentos distintos da vida: antes e depois de se converter. No primeiro ela é representada como pessoa dependente de drogas ilícitas e que havia feito vários abortos de forma leviana, e essa representação contrasta com a segunda imagem, a da mãe que, após conversão, se culpa pela condição do filho e é uma mulher religiosa, essas representações expressam avaliações morais negativas e corroboram com a culpabilização de mulheres pela decisão de um aborto. A decisão de pedir ajuda também envolve o reconhecimento de inclinações identitárias das pessoas a serem acionadas e sobre como seriam as ajudas oferecidas ou negadas.
Avaliação	A narradora se vale de argumentos vinculados a discursos moralizadores que interligam o perfil típico das mulheres que abortam a preconceitos raciais, de classe e de controle sexual. Adah, por meio de avaliação, estabelece relações de proximidade com casos de sofrimento, e de distância do que ela classifica como banalização. O martírio, torna-se, assim, a condição para que Adah possa receber escusa para realizar um aborto.
Interdiscursividade	Os traços de <i>interdiscursividade</i> presentes na representação do julgamento que, segundo Adah, sua a família faria sobre ela na época do aborto estão relacionados às imagens de controle sobre o perfil de mulher que aborta. Adah apresenta e reforça discursos capacitistas que objetificam e infantilizam pessoas com

	deficiência e os reduzem à sua condição física, além de sugerirem que deficiência física é um castigo divino.
Metáfora	Adah faz uso de metáforas linguísticas de caminho, e correspondentes ao universo bíblico cristão para demonstrar a falta de opção em relação a suas perspectivas pessoais quando mulheres descobrem uma gravidez não intencional; indicando que não frequentar a igreja é estar fora da direção certa e desprotegida das ameaças mundanas ofertadas para quem segue as premissas evangélicas. A partir das metáforas ela também indica a interdição a falar sobre a experiência do aborto para ter as angústias aliviadas e merecer apoio para superar uma situação traumática depois que aceitar a conversão.
Modalidade	Adah se alinha à descriminalização do aborto por meio de afirmações categóricas com alto grau de comprometimento subjetivo e apresenta as falas de seus familiares por meio de construções de modalidade deôntica, ou seja, ligada a obrigações, com alto grau de comprometimento. Assim, é possível observar um contexto de desencontro entre o que a família entende como obrigação que ela deve cumprir enquanto mãe e o que ela entende como verdade. Nesse caso, ela, assim como em outros momentos, deixa transparecer que entende que a maternidade não é necessariamente um lugar de anulação total da mulher, ainda que ela mesma se enfraqueça diante a culpa e o medo ligados mais diretamente aos princípios religiosos aos quais ela se ampara.
Gêneros discursivos	O testemunho pode ser utilizado de forma a angariar fiéis para a igreja e, portanto, as histórias contendo fortes sofrimentos e a superação de situações extremas possuem poder de comover a audiência.
Modo de operação da ideologia	Ao narrar a história da irmã do pastor e de seu filho, há o estabelecimento de um modo de operação da ideologia por meio da exigência de legitimação ao estabelecer uma relação direta das deficiências físicas do filho com a tentativa de aborto

	realizada pela mãe. Essa narrativa também possui traços de intertextualidade, uma vez que falas são reproduzidas em discurso direto.
--	--

8. MUKASONGA

Mukasonga é a terceira participante desta tese e, como tenho preconizado, a sequência dos capítulos segue a linha temporal de nossa primeira interação e início das entrevistas em comparação com as demais participantes. Os nomes adotados neste capítulo fazem referência às personagens do livro *A mulher de pés descalços*, da autora tutsi de Ruanda, Scholastique Mukasonga (2017). O livro, publicado pela primeira vez em 2008, é um relato biográfico representado na voz autoral de sua mãe, Stefania. O romance é escrito como a oportunidade de dar voz às membras da sua família que foram assassinadas durante o genocídio em Ruanda, em 1994. Mukasonga sobreviveu porque havia se mudado para a França dois anos antes e, impossibilitada de realizar os ritos de sepultamento de seus familiares, escreveu o livro como forma de tecer a mortalha do corpo de sua mãe. A história tem como cenário a aldeia de Gitagata durante o massacre realizado pelo governo hutu que exterminou cerca de 70% da população tutsi de Ruanda na época. Por contar uma história de uma mulher em um ambiente de cerceamento de direitos humanos, naturalmente o livro se torna uma obra que versa sobre diversas formas de injustiças reprodutivas:

Eles não miravam no coração, repetia minha mãe, e sim nos seios, somente nos seios. Eles queriam dizer a nós, mulheres tutsis: ‘Não deem vida a mais ninguém, pois, na verdade, se colocarem mais alguém no mundo, vocês vão acabar trazendo a morte. Vocês não são mais portadoras de vida, são portadoras de morte’ (MUKASONGA, 2017, p.22).

Dessa maneira, *A mulher de pés descalços* é uma obra que, mesmo de cunho biográfico, fala de dores vivenciadas por muitas mulheres diante de injustiças reprodutivas e oferece a este trabalho a oportunidade de enfatizar a memória como o lugar de restituição da subjetividade de pessoas colocadas em situação de desumanização.

Mukasonga, participante desta pesquisa, realizou três abortos: dois aos 21 anos e outro aos 35 anos. As histórias narradas por ela possibilitam a discussão sobre aborto a partir de uma perspectiva que não foi abordada com vigor nos capítulos anteriores, como, por exemplo, o aborto compulsório e a dificuldade de valer suas escolhas reprodutivas até mesmo em ambientes de acesso a informações e a recursos materiais, demonstrando a centralidade do cuidado afetuoso e do respeito às decisões da pessoa gestante. Nas duas primeiras gestações, Mukasonga contou com o apoio de sua mãe e de uma ginecologista que ofertou a ela instruções e respaldo médico para a realização de um aborto

medicamentoso. Na terceira gestação, ela abortou por meio de procedimento clínico, com acompanhamento médico e com o apoio financeiro do companheiro com quem ela mantinha uma relação estável na época. É comum em seus relatos a comparação entre os dois primeiros abortos realizados tendo o apoio de sua mãe, Stefania, e o terceiro, realizado com o seu companheiro na época, Théoneste¹⁸. Foi devido à importância de Stefania para o bem-estar e segurança de Mukasonga que escolhi o livro *A mulher de pés descalços* para guiar a escrita deste capítulo. Além do afeto e do cuidado recebido pela mãe, outro fato relevante para a experiência de Mukasonga foi que ela desejava ter seguido com a última gestação e não recebeu apoio suficiente de Théoneste para levá-la a termo:

eu acho que essa minha angústia de não ter levado em frente essa última gestação vinha muito de querer também experimentar esse tipo de solidariedade que eu e minha mãe temos (Mukasonga, 20 de dezembro de 2021).

Mukasonga é uma mulher autodeclarada preta, possui doutorado, é funcionária pública e militante pelos direitos humanos, entre eles, o direito ao aborto. Quando tinha 21 anos, ela saiu de sua cidade natal para estudar em uma universidade na Bahia. Na época, ela havia passado em outras duas universidades em estados diferentes e mais próximos de onde sua família morava, mas, como namorava Nakareti e ele havia passado em um concurso público em Salvador, decidiu acompanhá-lo realizando sua graduação na mesma cidade. Contudo, antes de se mudar para a Bahia, eles se separaram e Mukasonga iniciou um relacionamento com Antoine. Em pouco tempo de relacionamento, ela foi a Salvador por conta do semestre letivo, reencontrou Nakareti e ambos quiseram retomar a relação. No entanto, ela descobriu que estava grávida de Antoine e, após contar para Nakareti, decidiu voltar à sua cidade para realizar um aborto.

Na Paraíba, Mukasonga contou com o apoio de Stefania e da ginecologista que a acompanhava. A médica disse que não poderia ajudá-la a realizar o procedimento, mas recomendou maneiras seguras para que ela o iniciasse em casa com sua mãe e indicou em qual momento seria possível recorrer ao hospital, de forma que ela pudesse atendê-la sem correr o risco de ser incriminada. Stefania comprou o Cytotec[®] na feira da cidade, alugou

¹⁸ No livro, Théoneste não é companheiro de Mukasonga, mas um jovem que causou a chamada “doença do amor” em outra jovem de Gigataga, conhecida como uma doença de branco. Da mesma forma, Antoine e Nakareti fazem referências a personagens que não tiveram relações afetivo-sexuais com Mukasonga.

filmes, preparou um ambiente de acolhimento e a acompanhou ao hospital particular para realizar a curetagem a fim de evitar que ela estivesse exposta a qualquer tipo de violência. O procedimento aconteceu como planejado, sem quaisquer intervenções ou violências e, dias após, Mukasonga voltou para Salvador, retomou a relação com Nakareti e os dois passaram a morar juntos. Porém, antes que o próximo ciclo menstrual se completasse, ela descobriu que havia engravidado novamente. Dessa vez, ela não pretendia abortar, mas Nakareti passou a adotar um comportamento agressivo e ameaçava terminar o relacionamento se ela levasse a gravidez a termo. Mukasonga e Nakareti retornaram à Paraíba para realizar o aborto e ela teve o apoio da mãe novamente, mas, dessa vez, sem acionar a ginecologista. Seguindo as mesmas instruções, ela, acompanhada de Stefania e Nakareti, foi ao mesmo hospital para realizar a curetagem e recebeu um atendimento cordial do médico que a atendeu.

Os anos se passaram, o relacionamento com Nakareti terminou, Mukasonga deu continuidade à carreira acadêmica, e aos 34 anos ela cursava doutorado, morava no Rio de Janeiro e estava em um relacionamento estável com Théoneste. Eles moravam juntos, tinham condições financeiras que ela julgava adequadas e ela descobriu que estava grávida após uma viagem internacional que haviam realizado juntos. Mukasonga estava convicta de que queria seguir com a gravidez, mas Théoneste não a apoiou e a submeteu a uma série de desamparos que a fizeram decidir por interromper a gestação. Dessa vez, ela optou por não mais realizar o aborto de forma medicamentosa e uma semana depois do exame positivo eles viajaram para São Paulo para que ela realizasse o aborto em uma clínica clandestina de alto custo. Mukasonga relata que a falta de apoio afetivo, assim como o fato de ter se sentido coagida a abortar, fez com que aquela tivesse sido a pior experiência em comparação às vividas anteriormente, ainda que dessa vez gozasse de melhores condições financeiras e de cuidados materiais que garantiram um procedimento seguro. Dessa maneira, as histórias narradas por Mukasonga oferecem a esta pesquisa o reforço da premissa que valida o bem-estar emocional, tanto quanto o bem-estar físico, para a garantia do respeito aos direitos reprodutivos.

Ao contrário de Luísa e Adah, Mukasonga e eu já havíamos nos conhecido pessoalmente um ano antes da primeira entrevista. Ela me foi apresentada pela pessoa com quem eu estava casada na época e, ao ter contato com minhas pesquisas, me convidou para dar uma aula em um curso que ministrava. Durante o encontro, ela falou abertamente sobre os abortos que havia realizado à turma de estudantes. Fiquei impressionada com a

sua segurança de falar neste assunto publicamente e, após a aula, enquanto conversávamos, ela demonstrou interesse em participar desta pesquisa. Após as experiências vividas, Mukasonga se tornou militante pela descriminalização do aborto e ofereceu apoio para que outras mulheres em situação de clandestinidade tivessem acesso a informações seguras. Além das entrevistas realizadas, Mukasonga gentilmente compartilhou comigo um texto que publicou para uma revista feminista de política e de cultura, assim como uma poesia que escreveu sobre o tema, autorizando a utilização de ambos na pesquisa caso fosse necessário. Também tentei realizar um encontro de pesquisa com Stefania, mas, infelizmente, ela recusou devido à dificuldade de falar sobre o tema após ter se tornado evangélica.

Na época dos encontros de pesquisa, Mukasonga e eu morávamos na mesma cidade, mas, ainda que a pandemia da COVID-19 estivesse mais controlada, com medidas de distanciamento social menos rígidas devido ao acesso à vacinação, Mukasonga preferiu realizar os encontros por meio de plataforma virtual, da mesma maneira como foi com Adah e Luísa. Mukasonga me encontrou na casa que morava e que dividia com outra colega na época. No nosso primeiro encontro, a colega havia alugado um quarto da casa para um casal de turistas estrangeiros e ela demonstrava estar bastante preocupada, pois um deles havia testado positivo para COVID-19 e isso a colocava em risco, assunto que protagonizou o início da entrevista e que também impediu que ela se locomovesse pela casa com segurança, dificultando que encontrasse um lugar com bom acesso à internet. Os encontros aconteceram em dezembro de 2021 e fevereiro de 2022. No primeiro, devido a problemas de conexão, a entrevista precisou ser interrompida diversas vezes e fragmentos foram perdidos, por conta da dificuldade de compreender com exatidão o que ela me dizia. Após os encontros, os áudios foram transcritos e trechos foram selecionados conforme os movimentos retóricos das narrativas respondessem às perguntas que guiam esta pesquisa. Durante o processo de análise, os excertos escolhidos foram escutados mais de uma vez, a fim de conferir a acurácia da transcrição, assim como para me possibilitar a compreensão das pistas paralinguísticas nas entrevistas.

Mukasonga, através de sua voz, da sua escrita e de performances artísticas, recorre à memória como possibilidade de repensar e de reconstruir histórias vividas no passado e suas narrativas sobre suas experiências de abortos, assim como suas autodefinições e autoavaliações amplificam a importância do direito à memória para a superação de desigualdades. As análises seguem a divisão padrão adotada em toda a tese a partir dos

três temas acionados para responder às perguntas de pesquisa:
autodefinição/autoavaliação; clandestinidade e rede de apoio.

8.1 Pequenas Histórias: autodefinição e autoavaliação

Quando o sol brilhava, a gente ia até uma poça tentar ver o reflexo. Mas o retrato fluido dançava debaixo de nossos olhos impotentes. O rosto de água se enrugava, se encrespava e se fragmentava em películas de luz. Nosso rosto nunca era nosso como quando é visto no espelho, ele era sempre de outro (MUKASONGA, 2017, p. 91).

Como tenho preconizado ao longo desta tese, identidade é tomada enquanto o ponto de partida do processo de autoidentificação, ou seja, a afirmação da individualidade é entendida nesta pesquisa como uma ação política discursiva (COLLINS, 2019) essencial para a superação das violências quando desafia as imagens de controle por meio de autodefinições e autoavaliações independentes. Os excertos abaixo foram selecionados por contribuir para a análise a partir de como Mukasonga se apresenta em relação à experiência de um aborto clandestino.

O primeiro excerto é um trecho da entrevista realizada em dezembro de 2021. Como já havíamos nos conhecido anteriormente, é possível notar uma aproximação maior do que a que experimentei inicialmente com as participantes apresentadas nos capítulos anteriores. Iniciamos a entrevista após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, da apresentação da pesquisa por minha parte e da verbalização da concordância com os objetivos por parte de Mukasonga. Inicialmente, instiguei-a a compartilhar seus pensamentos, incentivando-a a expor o que estivesse confortável em discutir, estabelecendo um ambiente de diálogo aberto e colaborativo. Destaquei a entrevista como um encontro social que visa à construção mútua, ressaltando sua natureza cooperativa e dialógica. Enfatizei que a conversa seria uma produção conjunta de ideias, não uma simples transmissão unilateral. Nesse momento, Mukasonga iniciou a narrativa sobre os abortos realizados a partir de uma sequência linear de eventos passados, o que não seguiu da mesma forma durante o decorrer das entrevistas, sendo natural o desapego e a recontextualização das histórias, assim como a construção compartilhada de pontos de vista entre nós duas. Em vários momentos, Mukasonga me fez perguntas sobre as minhas próprias concepções em relação ao tema e escolhas reprodutivas de vida, assim como recuperou algumas informações que eu havia levado durante a aula com a turma dela, oferecendo, inclusive, uma flexibilidade entre os papéis de narradora e audiência performados por nós duas.

Devido ao fato de já termos sido apresentadas em momentos anteriores, e de eu não ter demandado dela uma apresentação inicial, ela começou a narrativa pelos fatos,

não pelas apresentações dos personagens. Ressalta-se, desta maneira, que este trabalho se fundamenta na análise de narrativas a partir do conceito de *pequenas histórias* (GEORGAKOPOLOU, 2015), e não no modelo canônico laboviano que sugere que a narrativa obedeça a uma típica estrutura formal, que, neste caso, deveria ser iniciada pela identificação de personagens, assim como de outras pistas necessárias à contextualização da sequência de eventos (BASTOS; BIAR, 2015). Dessa maneira, a concepção adotada reivindica para as narrativas:

funções mais complexas e mais comuns à experiência cotidiana, relacionadas à construção de sociabilidade, à conformação da experiência em padrões públicos de aceitação e à construção de um sentido de quem somos e do mundo que nos cerca (BASTOS; BIAR, 2015, p. 105).

Assim, ainda que Mukassonga tenha oferecido identificações de si em outros momentos da narrativa, apenas depois de mais de 30 minutos de entrevista, demandei a ela diretamente que se apresentasse:

Excerto 41:

Dezembro/2021

00:37:38

1 **Jaqueline** **E você quem é? A gente começou a história sem contar**
2 **sobre as personagens, né? Então, quem é você? Se**
3 **apresente, me fale um pouco de você também. Além disso**
4 **tudo, sabe? Claro que você também está se apresentando**
5 **quando você fala tudo isso, mas...**

6 Mukassonga Sim... Ah, eu sou uma... uma mulher curiosa, que era
7 uma menina mais curiosa ainda... muito inconformada,
8 Jaque, assim, muito inconformada com o que era imposto
9 e com as constituições, assim, então, eu sempre
10 enfrentei uma situação de ser lida como alguém muito
11 insistente, insistente com coisas fora do padrão... eu
12 era a menina na, na faculdade que andava com menos
13 roupa, eu era a puta do rolê, eu tava muito tranquila,
14 desde sempre, com essa posição, né? Eu era a pessoa
15 que falava sobre sexo abertamente, que levantava as
16 bandeiras, assim, do... né? Tipo: "ah vamos lá, vamos
17 fazer o que a gente tem vontade, vamos sentir
18 prazer" ... e ao mesmo tempo muito comprometida com a
19 coisa de estudar. Porque eu não queria parar no mercado
20 de trabalho rápido, assim, eu me via muito nas... quando

21 eu morava em Nyamata¹⁹ me via vendedora de loja, me
22 via, via aquilo como destino dado assim, sabe? Então
23 foi muita preocupação em escapar daquilo, muito
24 preocupada em escapar disso, assim, porque eu achava
25 que eu ia ser muito infeliz ali. E aí juntou essas duas
26 coisas, assim, então eu me movi muito ((áudio
27 inteligível))

28

29

30

31 **Jaqueline Depois de juntar essas duas coisas você ouviu o quê?**
32 **Desculpa?**

33

34 Mukasonga Não, é... eu dizia que eu sou uma pessoa que me movi
35 muito, né. Me movimentei muito, morei em muitas
36 cidades, muitas casas, muitas situações de casa, é...
37 tive sempre aí... não sei, fazendo famílias, né? Em
38 vários lugares aonde eu fui, assim, e... é isso, não sei
39 me definir muito, mas como alguém inquieta mesmo

Mukasonga inicia a sua identificação por meio de qualificadores em *processos relacionais atributivos* que não correspondem a qualidades desejadas para mulheres na estrutura patriarcal e demarca seu posicionamento de encontro a essa estrutura quando se reconhece como (10) lida como alguém muito insistente, insistente com coisas fora do padrão, da mesma forma que estabelece uma *interdiscursividade* pressuposta, pois, uma vez que há “coisas fora do padrão”, subentende-se que há um padrão comportamental esperado que ela reconhece e nega. Entre esses atributos, ela se apresenta como curiosa, inconformada, insistente com coisas fora do padrão, a menina na faculdade que andava com menos roupa, a puta do rolê, a pessoa que falava sobre sexo abertamente, ao mesmo tempo muito comprometida com a coisa de estudar e inquieta. A narrativa segue um encadeamento direto no fluxo informacional, em que ela apresenta suas qualidades disruptivas e utiliza-se de uma construção por meio de coesão textual que introduz um contraste entre as expectativas em (18) ao mesmo tempo muito comprometida com a coisa de estudar, permitindo sugerir uma *interdiscursividade* às imagens

¹⁹ Distrito localizado no sudeste de Ruanda, em referência ao livro. O nome da cidade original foi modificado a fim de preservar a identidade da participante, mantendo apenas o Estado.

de controle que separam mulheres que são questionadoras e livres sexualmente de mulheres engajadas com os estudos.

Além disso, Mukasonga expõe por meio de sua fala as diferenças de papéis atribuídos aos diversos grupos que constituem a sociedade brasileira e na qual a mulher negra “expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação” (NASCIMENTO, 2019, p. 261). Sendo a educação um requisito para o acesso a melhores condições de trabalho, a população negra, principalmente as mulheres negras, esteve impedida do acesso efetivo à educação e, com isso, permaneceu delegada a funções laborais com resíduos escravagistas que impedem a ascensão social. Por um lado, a liberdade sexual feminina contrasta com a imagem tradicional da mulher dedicada aos estudos. No entanto, ao adotarmos uma abordagem interseccional e considerarmos a identidade de Mukasonga como uma mulher negra, esse contraste revela nuances adicionais do sistema de subordinação que ela enfrenta. Este sistema é alimentado por mecanismos ideológicos que legitimam a exploração sexual das mulheres negras desde os tempos coloniais, ao mesmo tempo em que dificultam o acesso delas à educação formal, o que as impede de obter melhores condições de trabalho. Dessa forma, Mukasonga não reivindica apenas ao direito de ser uma mulher livre sexualmente, mas que seu corpo não seja hipersexualizado e que dela não sejam retiradas outras subjetividades, como a de mulher que questiona e que produz conhecimento.

Excerto 42:

Dezembro/2021

00:50:32

36 Mukasonga depois do terceiro aborto que aí eu falei: “ó, é foda
37 ter um ambiente que não fala que é sobre o quanto isso
38 é um problema coletivo, o quanto isso é um problema de
39 que a gente não está preparada pra viver e... e
40 partilhando essa reflexão, né, de que o... de que o
41 procedimento mais seguro que eu fiz ele foi o mais
42 violento, porque ele foi desamparado afetivamente,
43 então, **((ininteligível))** ninguém se prepara pra passar
44 por isso e de como é importante a questão da
45 legalização pra que a gente pudesse cuidar de todas
46 essas outras feridas que se abrem. né? Em que a gente
47 não estava tão é... focada né? A gente tá tão focada no
48 processo de descriminalização que a gente não consegue
49 olhar pra essas outras coisas que acontecem e que são

50 muito graves também, né? E que foram me destruindo.
51 Então, assim, me destruindo em uma coisa que eu achava
52 meio absurda, porque eu acho que eu não esperava que
53 eu seria alguém destruível por um procedimento de
54 aborto, por eu já ter passado por dois... porque eu
55 não tinha uma questão moral no meu circuito, né, eu
56 sabia que eu não ia ser afetada moralmente, no sentido
57 da culpa cristã, né? E então eu me julgava alguém
58 preparada realmente a passar por aquilo, né, tanto que
59 procedi, fazendo sem pensar... fui lá, marquei a
60 clínica, comprei a passagem de avião nananana... achei
61 que estava habilitada, né? Me senti segura nesses
62 termos, mas aí, tipo, o que é segurança muda, né? **[sim]**
63

Um ponto fundamental apresentado na fala de Mukasonga e que permite a ampliação do debate em torno da questão do aborto no Brasil versa sobre a diferença entre descriminalização e legalização do aborto (44) como é importante a questão da legalização pra que a gente pudesse cuidar de todas essas outras feridas que se abrem, né? Em que a gente não estava tão é... focada né? A gente tá tão focada no processo de descriminalização que a gente não consegue olhar pra essas outras coisas que acontecem e que são muito graves também, né? No excerto apresentado, Mukasonga faz uso da autorreferência em segunda pessoa realizando uma aproximação entre mim e ela, mas também de outras pessoas que ela reconhece como aliadas na luta contra a criminalização do aborto. Além disso, ela aponta que a descriminalização, ainda que fundamental, não é suficiente para dar conta do panorama mais geral que afeta pessoas que gestam em relação ao direito ao aborto. Descriminalizar é fazer com que uma prática deixe de ser crime. Por outro lado, legalizar estaria relacionado ao fato de que não apenas as pessoas estariam protegidas contra processos criminais, mas que o aborto deveria ser regulamentado, tendo definidos os momentos em que se haveria apoio do Estado, o que engloba educação sexual efetiva e acesso à contracepção.

Segurança é apresentada como termo possuidor de variações semânticas em (60) fui lá, marquei a clínica, comprei a passagem de avião nananana... achei que estava habilitada, né? Me senti segura nesses termos, mas aí, tipo, o que é segurança muda, né? O desenvolvimento retórico inicial da narrativa é estabelecido por meio de relação lógico-semântica horizontalizada, em que os termos secundários expandem a cláusula primária, indicando quais seriam os passos para garantir

segurança para a realização do aborto: agendar o processo em uma clínica segura, comprar passagem de avião, entre outros de ordem material prática. Contudo, por meio de elemento de *coesão textual* de oposição, Mukasonga, linguisticamente, utiliza-se de recurso semântico de *avaliação* pautada em seus sentimentos por meio de *processo mental* (62) Me senti segura nesses termos, mas aí, tipo, o que é segurança muda, né? Essa avaliação negativa já havia sido demarcada discursivamente e sua remissão foi uma forma de acentuar a intensidade de seu descontentamento: (41) o procedimento mais seguro que eu fiz foi o mais violento, porque ele foi desamparado afetivamente.

Quando Mukasonga estava se relacionando com Théoneste, ele a acompanhou em uma viagem internacional de trabalho e eles aproveitaram alguns dias de descanso em uma praia. Ela relata que estava em um processo de autoconhecimento e de relação íntima com o próprio corpo e seus ciclos. Em um momento, quando eles tiveram relação sexual desprotegida, ela afirma ter percebido uma mudança no corpo que ela entendeu como o momento de fecundação do óvulo. Ela partilhou isso com Théoneste e ele desmereceu a percepção dela, afirmando que era impossível que ela conseguisse saber quando o óvulo seria fecundado. Ela relata que no local onde eles estavam não era possível ter acesso à anticoncepção de emergência e que durante a viagem a conversa foi retomada por ela várias vezes e ele se manteve firme em desacreditar de sua palavra. Quando constatou o atraso em seu ciclo menstrual, dias após retornarem ao Brasil, Mukasonga comprou um teste de gravidez que acusou positivo. Ela acordou Théoneste para compartilhar a notícia da gravidez e pretendia seguir com a gestação. Ele, por sua vez, não reagiu de maneira positiva e ela decidiu abortar.

Excerto 43:

Dezembro/2021

00:29:19

64 Mukasonga ...Eu entrei numa pira, tipo, dois dias depois eu
65 estava fazendo performance enfiando um charuto na
66 boceta, assim, completamente descompensada,
67 autodestrutiva, com muito ódio de mim mesma, do meu
68 corpo, é... mui-muito, assim, eu não conseguia direcionar
69 esse ódio pro Théoneste.

Leda Maria Martins (2003) amplia a percepção de que o lugar da escrita seria o espaço privilegiado da memória e aponta nossa fertilidade de recursos de resguardo dessa memória, entre eles o corpo, “portal de alteridades” (p.64), como forma de procedimento

de inscrição e grafias. Leda Martins apresenta a palavra *ntanga*, da língua kikongo, que enquanto verbo pode ser traduzida tanto por “dançar”, como por “ler”, para reforçar que em muitas culturas africanas a transmissão dos sentidos e conhecimentos pode ocorrer de variadas formas ancoradas no e pelo corpo, naquilo que ela nomeia “afrografias da memória”:

Minha hipótese é a de que o corpo em performance é, não apenas, expressão ou representação de uma ação, que nos remete simbolicamente a um sentido, mas principalmente local de inscrição do conhecimento, conhecimento este que se grafam o gesto, no movimento, na coreografia; nos solfejos da vocalidade, assim como nos adereços que performativamente o recobrem (MARTINS, 2003, p.66).

Mukasonga se vale da performance como recurso de inscrição de conhecimento e de expressão narrativa. Ela narrou a sua experiência primeiramente pelo corpo, lugar em que ela também localizou a frustração experimentada, para depois organizá-la de forma vocalizada. No nível linguístico, por meio da teoria da *avaliatividade*, ela utilizou-se lexicalmente de elementos de julgamento de avaliação negativa sobre seu próprio comportamento, acentuando, por meio do uso de locuções como “completamente” e “muito”, para enfatizar a essência dessas categorias semânticas experienciais: (66) completamente descompensada, autodestrutiva, com muito ódio de mim mesma, do meu corpo.

Excerto 44:

Dezembro/2021

01:21:47

70 Mukasonga o que é chocante é que eu já era feminista, formada,
71 letrada, já era considerada uma pessoa empoderada,
72 nesses termos de empoderamento, né, já era alguém cujo
73 relacionamento era um lugar de horizonte de proteger,
74 que não era uma relação monogâmica, porque Sekimonyo
75 com quem eu namorei muito tempo é gay... então eu
76 sempre fui essa ((ininteligível))Então eu não me dava
77 o direito de, né, de me ver, passando por essas
78 situações complexas. Era quase que como pra sustentar
79 uma posição dentro dessa escolinha da
80 representatividade, né, eu precisava suprimir as
81 contradições, né, suprimir os desejos, suprimir as
82 sensações, então pra mim também foi uma liberação dessa
83 posição, dessa narrativa, sobre isso, sobre uma mulher
84 empoderada, sabe? Pra mim, quando eu entendi isso, eu

85 disse: "nossa, faz sentido"! Essas narrativas que a
86 gente não para pra demorar nessas feridas, assim. E aí
87 nem sempre essas feridas são bonitas, né, nem sempre
88 são **((ininteligível))** de um discurso de bandeira, né,
89 é um trabalho invisível, mesmo, assim, e aí foi que eu
90 me vi mais apta **((ininteligível))**
91 **Jaqueline Desculpa, mas é aí que o quê?**
92 Mukasonga Eu me vi mais apta e mais habilitada a fazer trabalhos
93 invisíveis. **[Ah, sim!]** a me ocupar menos desses
94 esquemas de visibilidade e a me ocupar mais desses
95 processos que nem podem ser vistos, né? Dessas dores
96 que tem que ser invisíveis mesmo, assim, que são coisas
97 que você não pode falar mesmo, não é sobre... é sobre
98 segurança ser outra coisa, poder **((fragmento**
99 **ininteligível))** do corpo, é outro julgamento, é uma
100 outra coisa... enfim, foi bem uma coisa de giro
101 intelectual mesmo, sabe, filosófico e das coisas que
102 eu tava filiada e dos caminhos pra percorrer de um
103 lugar de escolha também, sabe? Esse acolhimento ele
104 veio muito amparado também por giro teológico, de
105 literatura...

Como discutido nos capítulos anteriores, a partir da análise da representação de atores sociais (VAN LEEUWEN, 2008) é possível observar as implicações ideológicas de quem enuncia, dessa forma, Mukasonga, ao se apresentar por meio de determinados marcadores sociais permite a compreensão da formulação dos seus processos de autoidentificação, assim como a compreensão do contexto mais amplo com o qual ela dialoga. Ela faz uso de *processos relacionais identificativos* utilizando-se de identificadores provenientes do léxico dos movimentos feministas: (70) feminista, formada, letrada, já era considerada uma pessoa empoderada, nesses termos de empoderamento, né, já era alguém cujo relacionamento era um lugar de horizonte de proteger, que não era uma relação monogâmica.

Ao elencar os identificadores de lutas contra o sistema hegemônico patriarcal cis heteronormativo e afirmar que nem assim conseguiu se proteger de relações que a vulnerabilizaram, Mukasonga também oferece uma crítica à sobreposição dessas opressões estruturais que atingem os corpos de maneiras desiguais. Ou seja, ainda que ela se esforce individualmente, as opressões que a atingem envolvem toda uma estrutura que se renova e assume novos formatos para sustentar as hierarquias de poder. Dessa forma, a rigidez de papéis sociais, ainda que lidos como contra-hegemônicos, pode propiciar

novas formas de subalternização ao não permitir contradições e complexidades: (76) Então eu não me dava o direito de, né, de me ver passando por essas situações complexas. Era quase que como pra sustentar uma posição dentro dessa escolinha da representatividade, né, eu precisava suprimir as contradições, né, suprimir os desejos, suprimir as sensações. Essa rigidez é representada no nível discursivo por meio de declarações deônticas de alto grau de envolvimento e por meio da avaliação negativa semanticamente representada pela repetição lexical de *suprimir* os seus desideratos. Assim, ao enfrentar as demandas impostas para atender aos critérios da escolinha da representatividade, ela se via obrigada a reprimir seus desejos e sensações, o que indica que, se esse espaço de luta contra as desigualdades for utilizado de maneira controladora, pode acabar por desumanizar aqueles mesmos corpos que busca emancipar.

A própria *metáfora* e uso do diminutivo em *escolinha* da representatividade também pressupõe uma avaliação negativa que relaciona movimentos contra-hegemônicos a um espaço institucional normatizador. Em (82) então pra mim também foi uma liberação dessa posição, dessa narrativa, sobre isso, sobre uma mulher empoderada, sabe? Pra mim, quando eu entendi isso, eu disse: "nossa, faz sentido"! ela apresenta o questionamento também dessas outras formas de imposição e rejeita as imagens de controle adaptadas em outros contextos - nesse caso sobre o que significaria ser uma mulher empoderada - que podem ser utilizadas em favor da manutenção de poder sobre mulheres negras.

Na entrevista realizada em fevereiro, Mukasonga apontou aspectos representativos e identificacionais importantes para a compreensão da organização de seus interesses, refletindo sua reflexividade e agência em relação aos papéis sociais assumidos.

Excerto 45:

Fev/2022

00:24:37

107 Mukasonga porque eu sentia que aqueles homens que tavam comigo
108 eles queriam muitas coisas de mim, muitas coisas que
109 uma certa, é... imagem que eu imprimo mesmo, né,
110 disruptiva, às vezes, em relação às normativas de
111 relação, de não ter relações monogâmicas, em geral as
112 minhas relações são não-monogâmicas é... eu sou aberta
113 a discutir muitas coisas dentro de uma relação, né, e

114 aí isso tudo causa um encantamento e aí quando viam a
115 gravidez, que era um lugar pra mim que colocaria aquele
116 vínculo num patamar outro, todo mundo me largava de
117 mão e pra mim essa era a sensação de: "porra, quer
118 dizer, eu sirvo pra ter essa relação que é incrível,
119 todo mundo quer essa namorada maravilhosa,
120 independente, aberta, que papapa, mas na hora que
121 acontece algo que é fora da expectativa disruptiva que
122 se tinha sobre mim, né, algo que de"... porque meu ex
123 companheiro falava: "ah, não sabia que você era tão
124 normativa", porque eu desejei aquele filho, né, e aí
125 tipo, cria, né, essa expectativa ela cria uma série de
126 desejos que eu não posso ter

127 **Jaqueline Sim, de padrões que você tem que seguir fora do padrão**
128 **imposto, né, tipo isso**

129 Mukasonga E aí eu mesmo assim apegada com esse desejo de amar e
130 o que que ele me leva, a me submeter mesmo, porque eu
131 acho que se eu tivesse menos ansiosa pra viver
132 determinados estágios de relação, talvez tivesse
133 havido espaço pra, pelo menos, eu investigar o desejo
134 de parir, não sei se ele se concretizaria, mas assim,
135 me permitir investigar esses, esse desejo, precisa que
136 eu me desapegue um pouco dessa expectativa, né, de que
137 vai ter um lugar tranquilo para ser uma família, para
138 estar aliada... e isso assim, se expandiu de uma maneira,
139 na minha, nos últimos meses porque eu comecei a ver
140 isso também nas relações de amizade, também nas
141 relações de proximidade, desses círculos, que que eu
142 tava fazendo para estar ali, né, até onde estava indo,
143 que tipo de aliança eu tava me permitindo por um estado
144 de carência mesmo me desestabilizou muito...

Stuart Hall (2014) apresenta que, para a abordagem discursiva, a identificação é um processo em constante construção, condicional e nunca determinado. Além disso, a identificação é um processo de articulação que, como as demais práticas de significação, envolve um trabalho discursivo que opera por meio da *diférance*. Dessa forma, ele indica uma concepção de identidade estratégica e posicional, que nega a referência de identidade como um eu permanente, assim como a concepção de identidade cultural de um eu coletivo que se estabiliza a um pertencimento de unidade:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional- isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, 2014, p. 109 - 110).

Ao afirmar que as identidades são construídas por meio da diferença, Hall implica que o significado positivo de qualquer termo, ou de sua identidade, só pode ser construído por meio do reconhecimento do outro, daquilo que não se é, ou aquilo que falta. Ou seja, a ideia de unidade da identidade não é natural, mas construída por meio de jogos de poder e de exclusão. Assim, citando Laclau (1990, *apud* HALL, 2014) Hall reforça que uma identidade social é constituída por meio de um ato de poder, uma vez que sua afirmação só se realiza por meio da exclusão do seu *exterior constitutivo*.

Mukasonga apresenta linguisticamente elementos que evidenciam uma crise entre uma ideia de identidade social sobre uma mulher empoderada e dos seus desejos reprodutivos. O seu movimento reflexivo demonstra a compreensão do jogo de poder a que foi submetida quando se utiliza de *intertextualidade* por meio da citação em discurso direto de Théoneste (123) “ah, não sabia que você era tão normativa”. Normativa, neste caso, possui uma carga avaliativa negativa reforçada por meio da marcação de um aspecto de identidade social pressuposto a mulheres desempoderadas, o seu *exterior constitutivo*, e essa comparação é utilizada para manipular Mukasonga, pois, desejar seguir com a gestação seria negar a identidade de mulher disruptiva que ele apreciava e que ela investia positivamente.

A percepção da dinâmica de poder presente na relação com Théoneste só foi percebida conscientemente por Mukasonga quando ela passou a fazer terapia, após ter interrompido a última gestação. O acesso a um apoio terapêutico permitiu que ela organizasse seus interesses psíquicos e se compreendesse melhor dentro das relações.

Ana Claudia Lemos Pacheco (2003) oferece a possibilidade de análise dos atravessamentos de gênero e raça em relação a questões de afetividade. A autora apresenta uma crítica sobre a redução dos temas relacionados a questões de ordem afetivo/ amorosas como problemas individuais e pertencentes exclusivamente ao “universo feminino”, uma forma de limitar as problemáticas relativas à vida conjugal-afetiva ao universo da vida

privada, *locus* historicamente destinado às mulheres. Esse tipo de acepção tende a naturalizar práticas discriminatórias racistas e sexistas como fatores de ordem biológica. Mukasonga aborda diretamente a questão da solidão a partir dos entrecruzamentos das opressões de raça e de gênero em sua narrativa e como eles a atingem:

(147) que medo é esse de um certo lugar da narrativa da solidão, né... de entender que essa narrativa da solidão da mulher preta é um lugar que não se resolve, isso eu já sabia, né? Mas que não se resolve dentro de relações afetivas e sexuais, assim e aí entender essa posição de uma maneira mais complexa, assim, então eu comecei a questionar, Jaque.

O desejo de constituir uma família e de ter filhos, nesse caso, escancara uma problemática de ordem diferente ao que o feminismo universalista demanda. Enquanto as mulheres brancas lutam contra a destinação ao casamento e à maternidade, mulheres negras em diáspora foram historicamente impedidas de viver relações de afeto desde o período colonial, separadas de seus afetos, sendo destinadas ao lugar de trabalho exploratório e de satisfação sexual dos patriarcas brancos. O quadro abaixo permite a visualização das contradições entre os desejos de Théoneste, representado por meio de assimilação a outros homens com quem Mukasonga se relacionou, e os desejos dela:

Quadro 4: Comparação entre os desejos de Théoneste e de Mukasonga

Théoneste	Mukasonga
eles queriam muitas coisas de mim, muitas coisas que uma certa, é... imagem que eu imprimo mesmo	eu desejei aquele filho
todo mundo quer essa namorada maravilhosa, independente, aberta	Ansiosa para viver determinados estágios de relação

Para a construção do quadro, selecionei as orações realizadas por meio de processos mentais desiderativos expressos ou pressupostos que exprimissem desejo. Mukasonga é apassivada como fenômeno dos processos desiderativos em que Théoneste, representado por meio de assimilação a seus outros antigos companheiros, é o experienciador. Enquanto experienciador desses processos, uma gradabilidade é expressa por meio de elementos lexicais como *muitas* e pela listagem de atributos que Mukasonga deveria ter para corresponder ao desejo dele. Por sua vez, quando experienciadora de processos mentais desiderativos, a escolha lexical dos verbos apresenta uma maior gradabilidade semântica dos processos de afeição experimentados por ela do que por seus

companheiros que pode ser representada pela seguinte fórmula: querer<desejar<ansiar. Além disso, os fenômenos dos processos de afeição de Mukasonga são aquele filho e viver determinados estágios de relação, sem qualificadores ou elementos de intensificação ou quantificação daqueles. Isso quer dizer que, segundo sua representação, enquanto ela desejava a experiência de maternidade e de relação afetiva familiar, ela se percebia com a necessidade de cumprir uma série de requisitos, entre eles, renunciar aos seus desejos. Importante assinalar que Théoneste foi identificado por Mukasonga como um homem branco, apontando para um marcador importante dentro da dinâmica de poder.

Excerto 46:

Fev/2022

00:58:12

148 **Jaqueline** **E o que que você acha que isso tem a ver com suas**
149 **escolhas reprodutivas, com o aborto, com maternar, com..**
150 Mukasonga Eu acho que tipo, escolher fazer os abortos do jeito
151 que eu fiz foram jeitos que eu dei de continuar
152 gritando que havia um pacto quando não havia.
153 **Jaqueline** **Entendi...**
154 Mukasonga De continuar na posição que eu estava, entende? Foi o
155 jeito que eu dei de preservar um vínculo mesmo quando
156 ele estava num ordenamento que não me servia, que não
157 me satisfazia, que não me alimentava, que não me dava
158 um caminho, que não me abria possibilidades, assim, de
159 desejar e aí eu acho que é esse momento de agora foi
160 uma recusa, assim, muito radical, de permanecer em
161 vínculos que não estava me alimentando, assim, que não
162 tavam me fertilizando, eu acho que foi, sabe, foi
163 conseguir ver um padrão de comportamento meu, né, que
164 vem junto com essa vontade de amar, com essa
165 expectativa, que, né, hoje eu era capaz de pegar esses
166 desejos, e isso eu não tinha, e eu nunca vou saber, se
167 eu teria ou não teria filhos daqueles, naquele momento
168 lá, eu acho que não, talvez, mas, assim, não sei, sabe?
169 E aí tipo é sobre me dar a chance de saber **[sim]**, de
170 me dar a chance desses desejos aparecerem, independente
171 dos vínculos, dos vínculos se partirem, porque eu tô
172 abrindo espaço pra existir, pra desejar, pra ser, eles
173 vão se partir
174 **Jaqueline** **E há esse desejo?**

175 Mukasonga Há, mas é um outro, é um comportamento diferente que
 176 eu tô tendo agora, assim

177 **Jaqueline Sim... E há esse desejo? Não sei, de ter filhos agora?**

178 Mukasonga Talvez, acho que sim, não sei se eu vou conseguir, acho
 179 que eu vou comprar algum cachorro, adotar **((risos))**
 180 pra ver se funciona, vê se passa... mas eu acho que
 181 tenho muito medo, assim, é uma outra coisa que eu tenho
 182 me deparado é com essa Mukasonga medrosa, assim, que é
 183 uma figura que veio agora, essas últimas semanas e que
 184 tô acolhendo ela, assim, muito é... muito difícil, né,
 185 colocar uma criança no mundo, Jaque, mulher, e ainda
 186 nascer pretinho, porque eu só me relaciono com homem
 187 preto aí eu... nunca mais eu durmo, Jaque, acabou
 188 **((risos))** sabe? **[sei]** Tô brincando, **[eu entendo, eu**
 189 **entendo]** eu acho que talvez fosse me ensinar a ser um
 190 pouquinho menos ansiosa, a largar mão... de tentar
 191 ficar controlando menos...
 192

Mukasonga superou os marcadores sociais utilizados para mensurar mulheres e determinar sua adequação a uma idealização de maternidade: ela é independente financeiramente, acessou alto nível de educação formal, não é adolescente, estava em um relacionamento julgado estável. Porém, há uma representação social impossível de se superar e que a expõe a uma série de injustiças reprodutivas: ser uma mulher negra.

Muitas doenças relacionadas ao estresse e que atingem as mulheres negras são ligadas ao coração. E muitas de nós carregamos um coração partido. Nós precisamos recuperar nossa habilidade de viver de peito aberto, de sermos capazes de lidar, sem estresse, com o que a vida nos apresentar, seja lá o que for (HOOKS, 2023, p.82).

A preocupação de gerar crianças negras expressa em (186) é... muito difícil, né, colocar uma criança no mundo, Jaque, mulher, e ainda nascer pretinho, porque eu só me relaciono com homem preto aí eu... nunca mais eu durmo, Jaque, acabou **((risos))** sabe? apresenta a *interdiscursividade* com movimentos feministas negros que denunciam o extermínio da juventude negra, entre outras violências racistas, que tornam as mães vítimas secundárias retirando delas a possibilidade de convivência com seus filhos e suas filhas. A *metáfora* presente em nunca mais eu durmo, Jaque, acabou expõe o estresse excessivo experimentado pela possibilidade diária de receber a notícia de morte ou de outras formas de violência racista que mães de

peças negras enfrentam. Para mulheres negras e em condições sociais de subalternidade, a escolha pela maternidade envolve camadas sobrepostas, entre elas, a solidão e a ameaça constante de perda. A importância da luta por justiça reprodutiva abarca também a necessidade da defesa da garantia de pessoas poderem gestar e maternar em ambientes seguros e segundo seus desejos.

O “Mel de Oxum”, nome metafórico dado à força criativa que emerge do princípio do prazer, é um elemento preconizado para a defesa do direito à plenitude para as pessoas que podem gestar e, quando ele falta, a sobrevivência e não mais o bem-viver passa a pautar nossas escolhas, autoidentificações e autoavaliações de maneiras apartadas daquilo que realmente desejamos. Sem a compreensão da necessidade de mudanças sociais pautadas no bem-viver das pessoas em geral, sobretudo e urgentemente os grupos mais atingidos nas suas intersecções, as questões reprodutivas seguirão como espaço de manutenção de injustiças sociais.

Excerto 47:

Fev/2022

01:31:24

193 Mukasonga eu escrevi uma poesia que depois eu te mando que se
194 chama negro rio...

195 **Jaqueline** Como? Chama o que?

196 Mukasonga Negro é um rio

197 **Jaqueline** Negro é um rio...

198 Mukasonga Negro é um rio, porque eu fiquei pensando muito, assim,
199 em tudo que somos e que não está disponível na
200 linguagem ainda, nessa dimensão de um rio que é
201 majoritariamente subterrânea, ela tá fora da dimensão
202 do dizível, e tudo que a gente chama nascente, na
203 verdade vem de um percurso que é muito anterior, ela
204 brota, mas pra brotar ela já tem um caminho, então a
205 dimensão do invisível tá ali constituindo e são muitas
206 velocidades, beiras, margens é, fontes afluentes,
207 então assim, essa infinitude, né, só que carrega tudo
208 que encontra no meio, me leva um pouco
209 ((incompreensível))se deixa [**que lindo**], então pra ir
210 prum lugar ali que não sei, tô querendo experimentar
211 como processo mesmo criativo e intelectual, sabe? Como
212 é que a gente escreve textos sobre essas questões, como
213 é que... mesmo a questão do abortamento, sem estar
214 presas a afirmações, sabe? A caminhos ou a programas

215 de emancipação, ou a verdades identitárias, ou a
216 afirmações e inclusões, como é que a gente dá conta
217 dessa dimensão aqui que é imprecisa, né? é sobretudo
218 imprecisa, assim, e aí eu tô muito querendo fazer esse
219 mergulho e aí pra fazer esse mergulho precisa ficar de
220 boas em não saber de muita coisa... **[é verdade]** e é
221 desconfortável às vezes...

Mukasonga gentilmente compartilhou a poesia que escreveu. Como utilizou-se de pistas de intertextualidade relacionadas ao texto como forma de expressão dos sentimentos em relação aos eventos vividos, a poesia é apresentada como possibilidade de acessar as camadas artísticas envolvidas no processo de autorreflexão e autodefinição apresentadas por ela:

Entrei armada
o cabelo, o peito... quente, pesado.

Tropecei em migalhas de imagens e palavras sitiadas.
Mas insisto na dança
ora com o vulcão, desperto
ora como nascente, corro.

Não deito pro tempo deles
estou plantada,
pés firmes na lava da coragem, e desisto.

Desisto dos séculos, das figuras de "segurança" que se erguem em
muros de segregação.
Desisto das ideias de "prosperidade" que cercam os lotes das
propriedades.

Desisto de perseguir a ruína
é deles
a promessa de um horizonte utópico
erguido por uma legião de terráqueos
capazes de cercar tudo aquilo que tocam.

Desisto de tentar percorrer o caminho inequívoco da história,
embarco na travessia,
e a travessia
é sempre
uma porta sem retorno
nem linhas de chegada.

Desço da barca da promessa
então me banho
aceito que somos a recomposição do milagre,
negro é um rio
e a única coisa que podemos entregar tem muitas peles.

Refaço pactos: desfazer certezas, fragmentar universais, não pilhar...

Concreto só não esmaga aparição
e mesmo a menor partícula d'água carrega a ciência de escorrer entre as vigas.

...é, parece que entrei...
e eu sabia que só poderia entrar aqui por um túnel ...
quero contar dos caminhos que percorri de olhos fechados²⁰

Mulheres negras no contexto colonial-moderno perdem o direito à subjetividade e à sua identificação enquanto indivíduo. Romper com a história pré-definida e ascender social e financeiramente, por outro lado, não é um movimento individual, mas coletivo, uma resposta de lutas seculares encampadas por outras mulheres negras que abriram caminhos. O resgate da história que reverencia a ancestralidade negra é um exercício de autoconhecimento que é refletido coletivamente. Mukasonga responde criticamente aos ataques coloniais de separação ontológica por meio de atitudes decoloniais que reforçam a premissa de que o corpo aberto é também um corpo questionador, assim como criativo. Segundo o conceito de matripotência (OYĚWÙMÍ, 2016), a criatividade e a procriação, tanto artística quanto reprodutiva, estão ligadas à mesma raiz e *Ìyá* está no centro de ambas. *Ìyá*, enquanto categoria socioespiritual, está relacionada ao papel de produção artística visual e verbal, e o fato de todos descendermos de uma *Ìyá* faz com que compartilhemos de sua herança artística. Oyěwùmí (2016) sublinha, contudo, que a agência na procriação de uma *Ìyá* não pode ser desconectada do suporte de seu próprio *orí*, que seria o deus pessoal de cada indivíduo, em outras palavras, a nossa expressão subjetiva mais íntima. Dessa forma, a expressão artística envolve a abertura para o que há de mais subjetivo em cada pessoa, expressa por meio dos estilos. A conexão com o *orí* é a base da força matripotente e as “criações artísticas são modos de crítica, autorreflexão e proposição de diferentes maneiras de conceber e viver o tempo, o espaço, a subjetividade e a comunidade, entre outras áreas” (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 48). Como discutido no capítulo teórico desta tese, para muitas sociedades africanas e ameríndias, não há separação entre epistemologia, artes e espiritualidade, como nas sociedades sob o julgo da colonialidade:

A espiritualidade está em grande parte conectada à decolonialidade do ser e também ao abarcamento da unidade de saber, poder e ser. A estética decolonial também tem esse caráter: liga e interliga, conecta e reconecta o eu consigo mesmo, o conhecimento com as ideias, as ideias

²⁰ Poesia escrita pela narradora e cedida para utilização na tese.

com as questões, as questões com os modos de ser (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 48).

Dessa forma, no nível do discurso, Mukasonga recorre a metáforas ligadas à água, elemento que para povos africanos iorubás simboliza a materialização de Oxum e faz referência a movimentos de trânsito ancestrais e coletivos, e de uma transformação que ocorre também por meio do desapego a noções universais. Mukasonga é uma mulher negra que conquistou ascensão financeira e social por meio dos estudos e, ao passo que conquista espaços institucionais que subalternizam a produção intelectual e artística de corpos como o seu, desafia as noções impostas “Refaço pactos: desfazer certezas, fragmentar universais, não pilhar” e se apresenta como narradora, não podendo ser definida fixamente em sua narrativa, demandando o direito à complexidade, à contradição e ao desejo.

Síntese dos resultados da Análise

A seguir, apresento um quadro-síntese dos principais resultados da análise das pequenas histórias narradas por Mukasonga que permitiram o estudo de suas *autodefinições* e *autoavaliações* em busca de responder às perguntas que guiam esta pesquisa, principalmente a que se ocupa da investigação das categorias *identificacionais* discursivas acionadas pelas participantes. Ou seja, as categorias discursivas ligadas, sobretudo, ao giro decolonial do ser, ao direito à singularidade.

Categorias de análise discursiva	Alguns resultados analíticos
Representação de atores sociais	Mukasonga se representa por meio de qualificadores que subvertem o padrão normativo para mulheres na estrutura patriarcal como forma de demarcar seu posicionamento de questionamento desses padrões.
	As imagens de controle sobre ela apoiavam-se nas premissas de que uma mulher que questiona os padrões não poderia escolher seguir com uma gestação ou desejar constituir uma família nos moldes hegemônicos.

	Identificadores de lutas feministas são elencados como pressupostos de proteção ao sistema patriarcal, mas também foram utilizados contra ela para inaugurar novas formas de controle.
Avaliação	Mukasonga avalia negativamente a experiência do último aborto devido ao fato de ter seu desejo negado, ainda que tenha passado por um procedimento seguro.
	A narradora representa a frustração de ter realizado um aborto em um momento que desejava seguir com a gestação.
Intertextualidade	O seu movimento reflexivo demonstra a compreensão do jogo de poder a que foi submetida e ela representa a fala do ex-companheiro por meio de citação em discurso direto.
Interdiscursividade	Mukasonga faz referência a discursos hegemônicos que padronizam os comportamentos femininos e que indicam que mulheres questionadoras e que exercem sua liberdade sexual não são estudiosas.
	Argumentos ligados aos movimentos feministas negros são acionados para denunciar o extermínio da juventude negra, entre outras violências racistas, que tornam as mães vítimas secundárias do Estado.
Metáfora	Por meio de metáfora, ela critica atitudes normatizadoras de movimentos que se propõem contra-hegemônicos. Assim como questiona as formas de imposição renovadas por pessoas ligadas a contextos teoricamente libertários, e do uso de conceitos utilizados em favor da manutenção de poder sobre mulheres negras.
	Mukasonga expõe o estresse excessivo experimentado pela possibilidade diária de receber a notícia de morte ou de outras formas de violência racista que mães de pessoas negras enfrentam.

Gênero discursivo- movimentos retóricos	Ela desenvolve a narrativa apresentando passos para a realização segura de um aborto, mas questiona o significado de segurança ao narrar a violência subjetiva vivenciada.
Representação de eventos e avaliação	Utiliza-se de processos mentais desiderativos que ilustram as diferenças entre seus desejos e a série de requisitos que precisava cumprir para permanecer em uma relação afetivo/sexual.

8.2 Pequenas Histórias: Clandestinidade

Quando você estiver caminhando, deve se dirigir ao coração, ele vai espalhar luz por todo o seu corpo. Assim, diga a ele para lembrar aos dedos do pé para olharem por onde pisam. Seu coração vai dizer aos dedos: “É noite. Abram os olhos. Eu vejo o que está à frente; vocês devem ver o que está embaixo” (MUKASONGA, 2017, p. 60-61).

Para iniciar as análises discursivas das pequenas histórias que perpassam a questão da clandestinidade narradas por Mukasonga, selecionei trechos das entrevistas em que ela apresenta as estratégias e o itinerário percorrido em cada um dos três abortos realizados. Devido ao cenário de criminalização, é natural que a clandestinidade tenha surgido como movimento retórico nas entrevistas, o que permitiu abordar cenários diferentes dos vividos em comparação à Luísa e Adah, assim como as diferenças entre os três abortos vividos pela própria Mukasonga, e, assim, estudar como os diferentes itinerários podem influenciar a forma com que a experiência do aborto é representada discursivamente pelas mulheres. A apresentação das histórias seguirá uma linearidade temporal, do aborto mais antigo até o mais recente, seguindo o próprio fluxo narrativo escolhido pela narradora.

Excerto 48:

Dezembro/2021

00:06:47

222 Mukasonga A primeira vez que eu engravidei eu tinha é... vinte e
223 um anos e tinha acabado de mudar pra Salvador, é... muito
224 apaixonada por ((ininteligível)) era lá na Paraíba e
225 ele passou num concurso aqui da faculdade, veio morar
226 enfim... eu fiz o vestibular para sair de Nyamata e aí
227 ((ininteligível))
228 **Jaqueline Desculpa, o seu áudio está cortando e não consegui**
229 **entender o que você falou**
230 Mukasonga Eu vou abrir a porta, será que melhora?
231 **Jaqueline Vamos tentar, vamos ver. Você falou que que você tinha**
232 **vinte e um anos, você tinha acabado de se mudar pra**
233 **Salvador...**
234 Mukasonga E aí eu mudei, engravidei assim com três meses que eu
235 tava morando junto com ele. Lembro que eu comecei a
236 desconfiar que eu tava grávida, daí eu... não, mentira,
237 essa não foi ó, eu já tô confundindo. A primeira vez
238 que eu engravidei foi o intervalo dessa relação com

239 esse moço, esse Nakareti, e eu comecei a namorar o
240 Antoine, era lá de Nyamata e o Nakareti que eu namorava
241 veio pra cá. E eu fiquei lá, arranjei um namorado assim
242 pouco meses e engravidei e esse Nakareti daqui foi pra
243 lá e falou: "ah, vamos voltar", aí eu falei: "então,
244 mas eu acho que tô grávida da relação que eu tava
245 aqui"... E aí eu vim grávida, quando ele descobriu que
246 eu estava grávida ele ficou muito descompensado
247 **((trecho com instabilidade de conexão em que ela narra
248 que realizou o teste com a ajuda de uma amiga e confirma
249 a gravidez))** Então eu voltei pra Salvador, voltei pra
250 esse namorado e aí eu vi que eu tava grávida mesmo e
251 aí voltei pra Nyamata pra fazer esse aborto com minha
252 mãe, com a companhia dela, assim, minha mãe foi super
253 parceira nessa primeira situação.

254 **Jaqueline Ah, você contou pra sua mãe, conseguiu...**

255 Mukasonga contei e aí a gente foi visitar minha ginecologista,
256 **((trecho ininteligível))** que me recebeu, me orientou,
257 foi super parceira, falou: "eu não posso te ajudar a
258 fazer o procedimento, não posso, mas eu te aconselho a
259 fazer da seguinte maneira", daí ela me aconselhou a
260 não colocar o remédio assim, era o cytotec na época, e
261 vendia na feira da cidade...

262 **Jaqueline Você que foi lá comprar?**

263 Mukasonga Minha mãe, minha mãe foi fazer todo **((ininteligível))**
264 aí ela falou: "ó, tem muita gente que coloca
265 **((ininteligível))** colo do útero **((ininteligível))** de
266 maneira intervalada. Você coloca dois, toma dois depois
267 cê toma mais um **((ininteligível))** oral a cada duas
268 horas, de noite, se o colo do útero não abrir você
269 coloca mais dois **((ininteligível))** assim você não vai
270 sentir muita dor **((trecho com instabilidade de
271 conexão))**

272 Mukasonga Até que parte cê ouviu, assim...

273 **Jaqueline Que essa médica estava orientando, assim, por exemplo
274 é... como você colocaria né o Cytotec pra que... não tinha
275 que ser muito fundo, né, que tinha que ser intervalado,
276 não é isso?**

277 Mukasonga Foi, ela me deu todas as orientações, ela disse que
278 quando meu colo de útero abrisse eu podia... ela já

279 podia me atender legalmente. Então que eu fosse pro
280 hospital e que ela... que ligasse pra ela que ela me
281 atenderia, enfim, muito amiga da minha mãe e tal **[sim]**
282 E também uma médica tranquila e com o pensamento de
283 boas. E assim foi feito, assim. Foi rapidinho. Eu
284 lembro que minha mãe alugou uns filmes pra eu ver e
285 foi um momento de acolhimento mesmo, assim. Segurou
286 minha mão real no banheiro. E... e isso foi super
287 importante, assim, e aí quando eu fui pro médico
288 também, pro hospital, minha mãe foi comigo e
289 intermediou, quer dizer, eu não tive contato com
290 qualquer violência que pudesse vir, porque minha mãe
291 tava ali na frente, a médica chegou, me atendeu
292 diretamente, fez uma curetagem...

293 **Jaqueline E a médica era essa amiga dela?**

299 Mukasonga Era, ela foi e fez tudo isso

300 **Jaqueline E foi pelo SUS?**

301 Mukasonga Foi não, na época eu era dependente da minha vó, da
302 minha mãe na Unimed

303 **Jaqueline Ah sim, então foi clínica particular, né?**

304 Mukasonga Foi, é, foi no hospital particular

Mukasonga começa a narrar a história do primeiro aborto nos minutos iniciais da entrevista e, conforme apresentado na introdução do capítulo, o sinal instável da internet dificultou a compreensão de alguns trechos e minúcias da nossa conversa, mas nada que impedisse o seguimento do encontro de pesquisa. Ela inicia me apresentando os atores sociais envolvidos nos dois primeiros abortos, realizados aos 21 anos, porque as histórias dos relacionamentos vividos na época se entrelaçam. Quando ela descobriu a primeira gravidez, ela estava em um período de afastamento do namorado por quem era apaixonada e que motivou sua mudança para Salvador. Nesse ínterim, conheceu Antoine, com quem teve um namoro breve e engravidou.

Os atores sociais apresentados nesse momento da narrativa são Nakareti, Antoine, sua mãe e a ginecologista. Entre estes, apenas Nakareti e a ginecologista são representados como dizentes de processos verbais por meio de discurso direto, indicando uma agência desses atores sobre a situação: ele pede para reatar a relação amorosa e a médica passa instruções de como realizar o aborto. Quanto aos processos que exprimem avaliações, Nakareti é representado como fenômeno de processo mental cognitivo, ou seja, a pessoa por quem ela era apaixonada. Por outro lado, ele é portador de atributo

carregado de avaliação negativa intensificada: ficou muito descompensado, sugerindo e antecipando comportamentos negativos que ele passou a apresentar no desenvolver da situação que ela narra no trecho que será apresentado em seguida. A médica, representada por meio de funcionalização, sem ter seu nome anunciado, é representada por meio de processos relacionais atributivos contendo avaliações positivas de suas ações: super parceira, médica tranquila e com o pensamento de boas. Sua mãe é atora social que não tem o nome anunciado, é representada por sua relação de parentesco com Mukasonga, torna-se uma rede de apoio fundamental para a realização do aborto com acolhimento e é realizadora de processos que garantiram segurança, proteção, acolhimento e suporte financeiro para a realização do aborto – foi ela quem recorreu à médica, comprou o medicamento, alugou filmes, segurou a mão, intermediou o atendimento no hospital. Antoine é apassivado em suas representações eu comecei a namorar o Antoine; arranjei um namorado, indicando falta de agência na situação e nas decisões tomadas por Mukasonga.

Em outros momentos da entrevista, Mukasonga realiza discursivamente sua convicção na realização do primeiro aborto: eu fui muito convicta é, nas primeiras vezes. Muito tranquila moralmente. Em (284) E assim foi feito, assim. Foi rapidinho, A avaliação positiva do procedimento envolve a rapidez em que foi realizado e, pelos elementos elencados na narrativa, essa avaliação também contempla o fato de ter recebido informações seguras, acesso a atendimento humanizado, acompanhamento sem julgamento e o respeito e descrição em relação à sua vontade de não seguir com aquela gravidez.

Em seguida, ela narra os eventos envolvidos no segundo aborto:

Excerto 49:

Dezembro/2021	00:12:30
306 Mukasonga 307 308 309 310 311 312 313 314	E aí eu voltei pra Salvador, pra retomar essa relação e eu engravidei no resguardo desse aborto... [ah, sim...] E aí é que eu descobri, né, que seu colo do útero fica limpinho e fica muito mais fácil engravidar depois de uma curetagem do que... fica mais fácil do espermatozoide grudar, sei lá como é que é... [uhum] mas entendi que dava ali mais um ((ininteligível)), né? E dessa segunda vez eu nem sei como eu engravidei, não sei qual foi o vacilo, nem sei, assim... Parece

315 que foi uma continuação da outra gravidez, sabe? Essa
316 a sensação que eu tenho...

317 **Jaqueline Parece o que? A confirmação do que?**

318 **Mukasonga** Parecia que era a continuação da outra gravidez...

319 **Jaqueline Ah... entendi...**

320 **Mukasonga** Eu só sabia porque tinha feito a curetagem, né? Se eu
321 tivesse, tipo, só tomado o Cytotec e ficado em casa eu
322 ia ter desconfiado que eu não tinha terminado o
323 procedimento... **[entendi]** E aí eu fui de novo, porque
324 ali eu já sabia onde... peguei um ônibus de Salvador,
325 que era longe, uma noite inteira, e fui com esse
326 companheiro, o Nakareti. E aí foi muito violento,
327 porque eu já não queria mais fazer, né? Eu estava
328 grávida de uma pessoa que eu estava apaixonada e...
329 aí, né, ele ameaçou me largar, falou todas as coisas
330 horríveis que se eu resolvesse prosseguir com a
331 gravidez que ele nunca mais olharia pra mim e várias
332 coisas, tretas, assim, e foi horrível, assim, porque
333 lembro que eu andava com ele, assim, de carro, o carro
334 do pai dele que ele pegou em Gigataga pra ficar fazendo
335 as coisas comigo, e eu dormia, né? Porque já era o
336 efeito do da gravidez, assim, e aí ele: "Ah, você tá
337 preguiçosa! como é que você quer criar um filho? e não
338 sei o quê..." e várias coisas, várias violências e eu
339 fiz esse abortamento mais ou menos nas mesmas condições
340 do primeiro, mas com muita vergonha, né? Muita vergonha
341 de tá passando por aquilo tão rapidamente mais uma vez,
342 me sentindo muito irresponsável e... e aí não tive
343 coragem de procurar essa médica... fiquei com vergonha,
344 né? E fiz tudo e fui pro hospital sozinha mesmo e com
345 minha mãe, novamente, né?

346 **Jaqueline Sua mãe sabia de novo? soube, né? [soube, de novo] E o**
347 **apoio dela foi da mesma forma, como foi na primeira?**
348 **Como é que foi?**

349 **Mukasonga** Foi, foi, tadinha... tadinha gente. Coitada... Fofa,
350 né?... **[muito]** é, muito! e aí é uma coisa que... que ela
351 não, e eu nem lembro de **((internet instável))** e eu
352 descobri que ela, quando eu tinha 10 anos de idade,
353 ela fez um aborto

354 **Jaqueline Como é que é? Eu não ouvi essa última parte**

355 Mukasonga Ela... minha mãe fez um aborto quando eu tinha dez anos
356 de idade
357 **Jaqueline Ah sim...**
358 Mukasonga E eu queria muito um irmão, e eu sabia o que tava
359 acontecendo e daí eu fui super moralista com ela com
360 dez anos de idade: "mamãe, matou meu irmão!"
361 **Jaqueline Ô meu deus, dez anos...**
362 Mukasonga Coisas horrorosas, né, que ela deve ter ouvido,
363 coitada... Mas... mas ela foi super solícita, assim,
364 muito companheira.
365 **Jaqueline Que bacana.**
366 Mukasonga Mas aí é isso. Eu não tive coragem, e nem ela, de
367 procurar a médica. Aí a gente foi pro hospital de novo
368 e falou que eu estava passando por um aborto espontâneo
369 e pronto e deu certo de novo, na curetagem o médico...
370 foi muito impressionante, essa coisa do serviço de
371 saúde, é... particular né? Depois que eu parei de ter
372 percebi a diferença. O médico me acolheu: "não se
373 preocupa, na próxima gravidez vai vingar. É normal,
374 você muito jovem não tem nenhum problema com você" me
375 acolheu, né, tava com meu companheiro, né, com minha
376 mãe. Minha mãe tava comigo o tempo todo, falou que
377 tinha acontecido espontaneamente e são essas as
378 memórias desse acontecimento, sangue no banheiro de
379 casa... é muito essa memória dessa minha relação com
380 minha mãe mesmo.

A curetagem não tem sido mais o método recomendado pela Organização Mundial de Saúde, assim como pelo Ministério da Saúde brasileiro, para esvaziamento uterino nos casos de interrupção previstas em lei, ou em situações de abortos espontâneos e ou de pós-parto que necessitam de intervenção. No seu lugar, a Aspiração Manual Intrauterina (AMIU) tem sido indicada por ser a opção mais segura e menos invasiva. Tanto o aborto medicamentoso, como a realização da interrupção da gravidez com o uso de AMIU são procedimentos simples, que não requerem muito aparato hospitalar para se ter acesso a aborto seguros e, em países onde o aborto é permitido, podem ser realizados por profissionais não-médicos em clínicas de atenção primária (CFEMEA, CURUMIM, 2018). É importante elucidar também que as chances de engravidar após uma curetagem são as mesmas para uma pessoa que não realizou o procedimento. Contudo, é fundamental para a análise da narrativa perceber que tanto o desconhecimento sobre as próprias

chances de engravidar quanto sobre a segurança dos procedimentos são uma realidade para a maioria das pessoas brasileiras, e denuncia a falta de políticas de educação sexual efetivas (313) *E dessa segunda vez eu nem sei como eu engravidei, não sei qual foi o vacilo, nem sei, assim... Parece que foi uma continuação da outra gravidez, sabe? Essa a sensação que eu tenho...*

Os atores sociais representados por Mukasonga na narrativa do segundo aborto são Nakareti, Stefania e o médico que a atendeu. A representação da segunda experiência possui avaliação negativa intensificada (326) *foi muito violento, porque eu já não queria mais fazer, né? Eu estava grávida de uma pessoa que eu estava apaixonada. Na pequena história sobre o segundo aborto, os atores sociais dizentes de processos verbais são Nakareti, a narradora quando criança, e o médico. Essas vozes são apresentadas por meio de discurso direto e a extravocalização é utilizada como forma de indicar sua concordância com a atitude do médico e discordância com a de Nakareti. Dessa maneira, o posicionamento intertextual por meio de categorias de heteroglossia representa diferentes graus de responsabilidade pelo que é dito. A intertextualidade realizada com a citação de Nakareti, por exemplo, apresenta um distanciamento indicando a rejeição ao que foi dito e o uso de recurso semântico de afeto indica seu sentimento em relação à postura dele, reforçando a avaliação negativa da situação experienciada. Dessa vez, além de não ter sua decisão respeitada, Mukasonga apresenta uma série de fatores que foram usados contra ela: (329) *ele ameaçou me largar, falou todas as coisas horríveis que se eu resolvesse prosseguir com a gravidez que ele nunca mais olharia pra mim e várias coisas e (336) "Ah, você tá preguiçosa! como é que você quer criar um filho? e não sei o quê..."**

Quando Mukasonga relata ter sentido vergonha de procurar a médica e exprime no nível linguístico sua total responsabilidade pela gravidez como atora de processo material (313) *E dessa segunda vez eu nem sei como eu engravidei, não sei qual foi o vacilo, ela assume para si a responsabilidade da contracepção pressupondo que não havia uma corresponsabilização entre ela e o companheiro sobre formas de evitar uma gestação e de acessar métodos contraceptivos adequados para sua realidade, ponto que tem sido discutido ao longo desta tese e que revela a falta de comprometimento dos homens em relação a questões de planejamento reprodutivo. Da mesma forma, o receio de receber um atendimento violento por parte da equipe médica é uma constante na realidade de pessoas que decidem interromper uma gravidez em contexto de clandestinidade, e o que é apresentado como fator de proteção para ela foi o*

acompanhamento do companheiro e da mãe, o que a eximiria de sofrer violências baseadas no estigma sobre mulheres que abortam de forma voluntária: (376) me acolheu, né, tava com meu companheiro, né, com minha mãe.

É possível observar uma gradação negativa em uma escala entre as situações de aborto, que vai de tranquilo a violento, conforme Mukasonga narra as três histórias, fazendo com que seja possível perceber a insatisfação de forma mais posicionada conforme ela se detém a apresentar os pormenores de cada situação. A *pequena história* sobre o terceiro aborto envolve uma narrativa que segue a seguinte sequência: inicia com o relato sobre a viagem realizada com Théoneste onde ela identifica a possibilidade de ter engravidado e percebe os primeiros sinais de que ele não compartilhava com ela a vontade de levar a gravidez a termo; a confirmação da gravidez e a decisão de abortar devido à falta de envolvimento por parte dele; e, por fim, a descrição do procedimento realizado em uma clínica clandestina. Para esta seção, detenho-me na análise da narrativa sobre a trajetória desde o momento que se percebeu grávida até a finalização do terceiro aborto a fim de compreender o itinerário percorrido no cenário de clandestinidade.

Excerto 50:

Dezembro/2021

00:18:20

382 Mukasonga Eu passei por um terceiro aborto, aí já com, sei lá,
383 acho que com 34, ((...)) e ele muito bem letrado no
384 feminismo, né? Muito boy das esquerdas, é, não chegou
385 a dizer nada verbalmente que pudesse me constranger,
386 mas ele... só de me perguntar... ele só me dizia assim:
387 "a gente vai fazer o que você quiser", mas ele nunca
388 me perguntou: "o que você quer fazer?" sabe? E é de
389 uma sutileza... é uma violência muito sutil e eu só
390 percebi depois de muita análise. E eu comecei a análise
391 muito por conta desse aborto, assim, porque eu fiz o
392 procedimento é... numa Clínica em São Paulo [uhum] eu
393 entendi, assim, falei: "não vou fazer com cytotec mais,
394 não vou me arriscar. Você tem dinheiro, você vai pagar
395 o melhor aborto, o mais seguro". Então a gente em uma
396 semana tinha pegado um avião, tava hospedado em um
397 hotel em São Paulo do lado de uma clínica
398 ((ininteligível)) era oitocentos reais a consulta mais
399 cinco mil pra fazer o procedimento [uhum] e ali eu fiz.
400 Foi uma loucura, porque cheguei, o médico que foi

401 recomendado, mas era também obstetra e também era
402 pediatra, então era uma clínica cheia de criança

403 **Jaqueline Era uma clínica cheia de crianças?**

404 Mukasonga Era. [ah...] Ele atendia tudo, entre nós... né? Mas
405 assim uma porta ((ininteligível)) a porta da clínica
406 era uma porta de banco.

407 **Jaqueline Desculpa eu não... eu não ouvi essa parte, a porta da**
408 **clínica como é que era?**

409 Mukasonga Era uma porta de cofre de banco.

410 **Jaqueline Ah... sim...**

411 Mukasonga Blindada, sabe? Uma coisa chocante.

412 **Jaqueline Caramba**

413 Mukasonga Um esquema de segurança muito grande. E aí a gente
414 entrou aí ele atendeu a gente e falou: "ah o que que
415 vocês estavam fazendo aqui? Quem trouxe vocês?" Aí eu
416 falei: "ah... eu tô grávida" e aí o médico me corrigiu,
417 ele falou: "estamos grávidos, né?" E incluiu Théoneste
418 na situação. E aí ele: "o que vocês querem fazer?" E
419 aí eu falei que queria interromper, aí ele perguntou:
420 "por quê?" Aí eu arranjei uma justificativa "porque é
421 a vida, né, que eu não podia fazer que estava
422 terminando doutorado, que queria me dedicar a outras
423 coisas"... E aí ele me tranquilizou em relação ao
424 procedimento, disse que era um procedimento muito
425 simples, que se não fosse o fato de ser proibido, né,
426 de ser ilegal, seria ainda mais simples, não precisava
427 me preocupar, explicou que ia me dar uma anestesia,
428 que eu ia adormecer, cinco minutos eu ia acordar e ia
429 tá tudo resolvido.

430 **Jaqueline Ia dar uma anestesia você ia adormecer e aí quando você**
431 **acordar ia estar tudo resolvido. foi isso né?**

432 Mukasonga Pediu a ultra, que eu tinha feito uma ultra. E foi
433 outro momento muito difícil pra mim, porque tinha
434 batimento cardíaco já e é muito ruim isso, assim, e eu
435 vi e ouvi, mas o Théoneste não viu e não ouviu nada,
436 falou que eu estava viajando, que não tinha batimento
437 cardíaco nenhum e tal... aquele, né? Aquela situação
438 de ser tirada de louca o tempo inteiro. [sim] E aí,
439 beleza, fiz, mostrei a ultra que ele indicou que era
440 uma gravidez uterina, né, e que era... que bom que eu

441 tinha levado a ultra porque era muito recente... [**era**
442 **muito recente, sim**] Muito recente, mas que conseguia
443 identificar para fazer a pulsão né do saco lá e aí
444 naquele mesmo dia ((**áudio com instabilidade**))

445 **Jaqueline Não entendi cortou bastante agora, desculpa**

446 Mukasonga Eu falei que eu queria fazer no mesmo dia. Gostaria de
447 fazer no mesmo dia, se fosse possível, aí ele falou
448 que precisaria falar com os seguranças, porque tinha
449 esquema de vigilância em torno do prédio, né, e que
450 ele ia deixar todo mundo em alerta e que se tivesse
451 tudo ok ele faria. E aí é isso, aí fui pra outra sala,
452 do lado do consultório dele e aí era uma equipe só de
453 mulheres, tinham três enfermeiras. Aí foi isso mesmo,
454 ele me deu a injeção... eu deitei naquela cadeira de
455 ginecologista, de parto mesmo, assim, e aí ele deu uma
456 injeção, me botou no soro, me deu uma injeção no soro
457 mesmo e eu adormeci. Acordei meio grogue, aí fui pra
458 uma outra salinha até ficar mais desperta, assim, mais
459 acordada e aí me senti muito mal, sentia um vazio,
460 sentia falta, sentia tudo ((**áudio com instabilidade**))
461 e aí voltei pro consultório ((**ininteligível**))

462 **Jaqueline Voltou pra onde? Pro consultório?**

463 Mukasonga Pra dentro do consultório... aí ele me explicou tudo que
464 tinha feito, disse que eu ficasse tranquila porque ele
465 tinha me dado uma anestesia, é... e um antibiótico já na
466 veia [**uhum**] que era pra sobrecarregar menos meus rins,
467 então se eu quisesse tomar um vinho, ou beber um chopp
468 eu podia, daí ele foi na janela do consultório, chamou
469 a gente e falou: "olha, se vocês tiverem com um pouco
470 de fome podem ir jantar ali, tem uma parmegiana ótima,
471 o chopp é barato. Se vocês tiverem um pouco mais de
472 grana vão jantar ali, tem um vinho bom, não sei o que",
473 apontou os restaurantes, assim, na rua e, enfim, e me
474 deu o WhatsApp dele, pra que se eu tivesse qualquer
475 desconforto, qualquer outra coisa, entrar em contato e
476 era engraçado que no WhatsApp a foto era ele com os
477 netinhos ((**risos**)) E... mas, assim, mas respondeu
478 mesmo, assim, todas as vezes que eu noiei, que eu noiei
479 depois, que eu fiquei achando que tava passando mal,
480

que eu ia ficar infértil, ele me respondeu todas as vezes, assim, me acompanhou, né? Esse pós...

O primeiro ponto que gostaria de ressaltar é a mudança no posicionamento intertextual na narrativa de Mukasonga. Em comparação ao segundo aborto, em que ela só era representada enquanto dizente de processo verbal quando retomava uma situação vivenciada na infância, nesta última ela demonstra maior agência discursiva. A sua voz é representada por meio de heteroglossia, ou seja, uma voz que é colocada diante de outras e negocia de forma explícita, assumindo a responsabilidade enquanto falante. Na primeira representação de sua voz em discurso direto, ela dialoga com duas vozes: a do sim e a do não: (393) “não vou fazer com cytotec mais, não vou me arriscar. Você tem dinheiro, você vai pagar o melhor aborto, o mais seguro”. Ela se utiliza de modalizações por meio de declarações categóricas com alto grau de comprometimento para determinar as circunstâncias materiais que o aborto seria realizado desta vez. Ainda que tenha determinado as circunstâncias nas quais o aborto seria realizado, ela indica em outro momento da narrativa que estava certa de continuar com aquela gestação: Eu estava morrendo de vontade de ter. Eu imaginei tudo, assim, eu imaginei onde estaria o berço dentro da casa, era a primeira vez que eu tinha condições financeiras, né? Ele tinha condições financeiras, na verdade... Neste excerto, condições financeiras é o motivo apresentado por Mukasonga para seguir com a gravidez, diferente da gravidez anterior que ela informou estar apaixonada pelo companheiro como fator que a fez querer levar a termo. Apresentar esses elementos não significa elencá-los hierarquicamente, a escolha reprodutiva deve ser pessoal, assim como os motivos para seguir ou não uma gravidez. O que sublinho é que o mesmo motivo que tranquilizava em seguir com a gestação condições financeiras era relacionado a Théoneste Ele tinha condições financeiras, na verdade... e é sobre esse ponto que ela elabora as premissas de como deveria ser realizado o procedimento você tem dinheiro, você vai pagar o melhor aborto, o mais seguro. Dessa forma, ainda que ela justificasse inicialmente a escolha por sua segurança, pressupõe-se que o aborto clínico seria uma forma de responsabilizar Théoneste financeiramente, uma vez que ela se percebeu frustrada por ele em relação à possibilidade de escolha reprodutiva.

Segundo a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento do Ministério da Saúde (2014), tanto o uso de fármacos quanto a Aspiração Intrauterina (AMIU) são indicados no primeiro trimestre de gestação. A normativa para abortos realizados dentro

dos permissivos legais preconiza que “a ordem de escolha para os diferentes métodos depende das condições de cada serviço e da preferência da mulher, além da necessária avaliação do risco-benefício de cada procedimento” (BRASIL, 2014, p. 34). Contudo, em um contexto de criminalização, em que o acesso a medicamentos é destinado à clandestinidade, impedindo a regulamentação e o controle da eficácia dos fármacos, além de instruções para uso adequado e atendimento médico em caso de intercorrências, a condição financeira se apresenta como marcador de privilégio social, e mulheres que possuem meios econômicos procuram clínicas clandestinas que possam garantir salubridade e segurança.

Em contextos de clandestinidade, as estratégias e os itinerários estão em relação direta a diferenciais de classe social. Conforme experienciou uma ascensão social, Mukasonga pode escolher o método que ela julgava melhor, além de um acesso em um tempo curto. Por outro lado, ainda que tenha realizado o procedimento com acompanhamento especializado, Mukasonga avalia a situação negativamente no sentido de não ter se dado tempo para pensar a possibilidade de considerar seguir com aquela gravidez *aí me senti muito mal, sentia um vazio, sentia falta, sentia tudo*. As representações do espaço da clínica feitas por Mukasonga apontam facilidades comuns a pessoas de classes econômicas abastadas, como, por exemplo, quando ela reforça a questão do preço da consulta e do procedimento, quando descreve o esquema de segurança que incluía a porta blindada e serviço de vigilância, o fato de haver salas específicas para cada fase do procedimento, e uma equipe de enfermagem composta exclusivamente por mulheres. Em contraposição, ao apresentar o espaço como uma clínica que também oferecia serviços de pediatria e obstetrícia e várias crianças transitavam pela área comum, há uma avaliação negativa pressuposta.

As avaliações de Mukasonga a respeito do procedimento envolvem dois pólos que se correlacionam aos atores sociais envolvidos no itinerário percorrido: as representações sobre o médico, em sua maioria positivas, e sobre Théoneste, representado negativamente. O quadro abaixo permite a visualização do ponto crítico do discurso de Mukasonga sobre as representações de Théoneste e do médico:

Quadro 5: Comparação na representação sobre Théoneste e sobre o médico

Théoneste	Médico
(383) e ele muito bem letrado no feminismo, né? Muito boy das	(416) <i>Aí eu falei: “ah... eu tô grávida” e aí o médico me corrigiu,</i>

<p>esquerdas, é, não chegou a dizer nada verbalmente que pudesse me constranger, mas ele... só de me perguntar... ele só me dizia assim: "a gente vai fazer o que você quiser", mas ele nunca me perguntou: "o que você quer fazer?" sabe?</p>	<p>ele falou: "estamos grávidos, né?" E incluiu Théoneste na situação. E aí ele: "o que vocês querem fazer?" E aí eu falei que queria interromper, aí ele perguntou: "por quê?"</p>
--	---

Nos trechos selecionados, é possível notar que o contraste representado no plano discursivo entre os dois atores sociais envolvia um ponto apresentado como fundamental para Mukasonga: a abertura para que ela pudesse escolher o que pretendia fazer em relação àquela gravidez. Ela apresenta Théoneste a partir de suas tendências políticas pressupondo uma incoerência entre as atitudes dele e as pautas sociais que ele defende, além de sugerir um letramento político que possibilitava a ele o exercício do machismo de forma dissimulada. O médico, por sua vez, tem sua voz representada por citação direta e, além de incluir Théoneste na responsabilidade pela gravidez, ele realiza a pergunta que ela esperava que tivesse sido feita por seu companheiro e que ela entende como a abertura para a possibilidade de escolha por levar a gestação a termo: "o que você quer fazer?" Dessa forma, é possível perceber que a relação entre itinerário e classe social interfere diretamente no tempo e no acesso seguro a um aborto voluntário, por outro lado, ainda que realizado em situações materiais favoráveis, o respeito à autonomia de escolha, assim como o acompanhamento acolhedor é basilar para o bem-estar da pessoa gestante que decide abortar.

Síntese dos resultados da Análise

Abaixo, apresento um quadro-síntese dos principais resultados da análise das pequenas histórias sobre clandestinidade narradas por Mukasonga. O objetivo principal desta seção foi responder às perguntas de pesquisa que direcionam ao estudo das representações sobre a decisão de um aborto dentro de um cenário de clandestinidade, quais os percursos percorridos e as redes acionadas. Dessa forma, entende-se a clandestinidade como fator chave para a compreensão das práticas sociais mais amplas envolvidas na questão do aborto no Brasil.

Categorias de análise discursiva	Alguns resultados analíticos
Representação de atores sociais	<p>Os atores sociais representados nas histórias sobre clandestinidade de Mukasonga são Antoine, Nakareti, Théoneste, sua mãe, a médica que a ensina a realizar o procedimento, o médico que a recebeu quando ela procurou o hospital pela segunda vez, e o médico que realizou o terceiro aborto. Antoine é apassivado em suas representações, indicando falta de agência na situação e nas decisões tomadas por Mukasonga na primeira gestação. Na segunda gestação, Nakareti é representado como a pessoa por quem ela é apaixonada, e por isso ela não desejaria interromper a gestação com ele, porém, ele passa a ter comportamentos agressivos que induzem sua decisão pelo aborto. Esses são pontos negativos que ele passou a apresentar no desenvolver da situação. A médica é representada por meio de funcionalização e como rede importante na transmissão de informações sobre a realização de um aborto medicamentoso seguro. Sua mãe é atora social que não tem o nome anunciado, representada por sua relação de parentesco, e é apoio fundamental para a realização do aborto com acolhimento e é realizadora de processos que garantiram a segurança, proteção, acolhimento e suporte financeiro para a realização do aborto. O médico que a atendeu no segundo aborto é representado por funcionalização e avaliado positivamente quanto ao exercício de sua função. O médico que a atendeu na clínica particular possui mais detalhes sobre sua abordagem apresentada e sua voz é trazida textualmente como contraste a de Théoneste, no sentido de abertura para que ela pudesse escolher o que pretendia fazer em relação àquela gravidez.</p>
Avaliação	Há gradação negativa entre as situações de aborto vivenciadas por Mukasonga. A avaliação positiva do primeiro procedimento

	envolve a rapidez em que foi realizado e, pelos elementos elencados na narrativa, essa avaliação também contempla o fato de ter recebido informações seguras, acesso a atendimento humanizado, acompanhamento sem julgamento e o respeito e descrição em relação à sua vontade de não seguir com aquela gravidez. A representação da segunda experiência possui avaliação negativa e está relacionada à avaliação das ações de Nakareti. O terceiro aborto é o avaliado mais negativamente por Mukasonga devido ao fato de ter se sentido coagida a abortar, em um momento que desejava seguir com a gestação.
Intertextualidade	A extravocalização é utilizada como forma de indicar sua concordância com a atitude do médico e discordância com a de Nakareti no segundo aborto. Há uma mudança no posicionamento intertextual na narrativa do terceiro aborto, indicando maior agência discursiva. A sua voz é representada por meio de heteroglossia, ou seja, uma voz que é colocada diante de outras e negocia de forma explícita, assumindo a responsabilidade enquanto falante.
Representação de eventos	A apresentação das histórias segue uma linearidade temporal, porém, segue uma narrativa descritiva minuciosa sobre a última experiência, contendo o relato sobre a viagem realizada com Théoneste onde ela identifica a possibilidade de ter engravidado, a confirmação da gravidez e a decisão de abortar devido à falta de envolvimento por parte dele, e, por fim, a descrição do procedimento realizado em uma clínica clandestina.

Modalidade	Mukasonga realiza discursivamente sua convicção na realização do primeiro aborto por meio de afirmações categóricas. Utilizando-se de recurso semântico de afeto que pressupõem sua frustração, ela modaliza sua narrativa por meio de declarações categóricas com alto grau de comprometimento para determinar as circunstâncias materiais que o aborto seria realizado da terceira vez. Ainda que tenha determinado as circunstâncias nas quais o aborto seria realizado, ela indica em outro momento da narrativa que estava certa de continuar com aquela gestação.
-------------------	---

8.3 Pequenas Histórias: Redes de Apoio

Em Ruanda, não há mais casas como a de Stefania hoje em dia. Agora elas só podem ser vistas nos museus, como os esqueletos de animais imensos desaparecidos há milhões de anos. Mas, na minha memória, o *inzu* não é essa carcaça vazia, é uma casa cheia de vida, com risadas de criança, conversas alegres de moças jovens, histórias murmuradas à noite, rangido de pedra moendo os grãos de sorgo, barulho de cerveja fermentando e, na entrada, a batida ritmada do pilão. Eu queria tanto que isso que escrevo nesta página fosse uma trilha que me levasse até a casa de Stefania (MUKASONGA, 2017, p. 32).

Esta seção é dedicada à análise das narrativas de pequenas histórias sobre as redes de apoio acionadas por Mukasonga. Na seção passada foram apresentados os itinerários e estratégias a que ela teve acesso dentro de diferentes cenários vividos no contexto de clandestinidade, permitindo perceber a relação direta a diferenciais de classe social e itinerário. Mukasonga abortou três vezes e em cada uma das vezes contou com redes de apoio diferentes e, conforme foi apresentado na seção passada, as experiências foram avaliadas em uma escala semântica da experiência mais positiva para a mais negativa, e essa gradação, da primeira à terceira experiência, envolveu a mudança dos atores envolvidos, do tipo de aborto realizado, além do contexto social e geográfico vividos pela narradora.

Na primeira vez que abortou, Mukasonga tinha 21 anos, estava no início da faculdade, tinha passado a morar em um estado diferente da sua família, engravidou de Antoine, em uma relação curta, realizou um aborto medicamentoso com o acompanhamento de sua mãe e de uma ginecologista que a atendeu após a realização do procedimento em casa a fim de garantir a finalização. No segundo aborto, no mês seguinte, Mukasonga engravidou de Nakareti, por quem era apaixonada e quem tinha influenciado sua mudança de cidade, mas que ameaçou abandoná-la caso ela não abortasse. Dessa vez, ela realizou um aborto medicamentoso com o auxílio de sua mãe e com o acompanhamento dele ao hospital, mas sem recorrer à médica por vergonha. Na terceira vez que abortou, aos 34 anos, ela estava em uma relação estável com Théoneste, estava no doutorado e tinha condições financeiras que julgava adequadas e não queria interromper a gestação, mas se sentiu coagida e realizou o aborto em uma clínica particular acompanhada por Théoneste. Em todas as situações ela contou com apoio médico especializado, sendo que na primeira a médica era a ginecologista que a acompanhava e que era amiga da mãe dela.

Quadro 6: Resumo das redes de apoio acionadas por Mukasonga

Aborto 1 (+)		Aborto 2 (+-)			Aborto 3 (-)	
Medicamentoso com apoio hospitalar para finalização		Medicamentoso com apoio hospitalar para finalização			Procedimento clínico	
Stefania	Médica 1	Stefania	Médico 2	Nakareti	Théoneste	Médico 3
Comprou medicamentos	Recebeu, acolheu e orientou.	Seguiu os mesmos procedimentos do anterior.	Acolheu.	Ameaçou separar caso ela seguisse com a gravidez.	Demonstrava indiferença.	Atendeu incluindo o parceiro na responsabilidade.
não julgou	Instruiu sobre o uso da medicação e o momento de procurar o hospital	Acompanhou ao hospital e intermediou o atendimento	Garantiu que não havia nada de errado com ela.	Usou o carro do pai dele para resolverem questões envolvendo o aborto.	Negava tudo o que ela sentia e percebia.	Tranquilizou em relação aos procedimentos.
Criou um ambiente de acolhimento com distrações e comida.	Se colocou à disposição para que ligasse.	Ofereceu apoio afetuoso		Teve comportament o agressivo	Acompanho u o procediment o.	Advogou pela legalização do aborto.
Esteve próxima durante o procedimento	Realizou a curetagem para garantir o esvaziament o uterino completo.					Checkou a segurança.
Acompanhou ao hospital e intermediou o atendimento assegurando segurança e descrição.	Foi tranquila e respeitosa.					Explicou os procedimentos antes e após a realização.
						Indicou lugares para jantar.
						Ofereceu o contato e sanou as dúvidas quando ela procurou.

O quadro acima foi desenvolvido de forma a possibilitar a observação das ações de cada pessoa que esteve com Mukasonga na trajetória dos abortos. O quadro, apesar de baseado nas narrativas cedidas por ela, foi resumido com minhas palavras e não pretende apresentar uma análise linguística discursiva inicialmente. Contudo, a análise linguística discutida na seção anterior apontou a ligação entre as representações discursivas dos

atores sociais e a avaliação de cada um dos procedimentos realizados. Pelo quadro, assim como pela análise discursiva anteriormente discutida, é possível perceber que as situações em que Stefania acompanhou Mukasonga foram mais bem avaliadas. Em todas as experiências, as condutas médicas foram positivadas por Mukasonga e ela não descreveu nenhuma violência hospitalar. Em relação aos companheiros, há uma evolução da avaliação negativa dos procedimentos correlacionada à representação do envolvimento no nível do afeto que ela tinha com cada um e com o desejo de seguir com a gestação e, no último caso, com o agravante de não ter Stefania a acompanhado na trajetória de realização do último aborto.

Dessa forma, é possível sublinhar que o que Mukasonga elege positivamente em relação a um atendimento médico envolve: cordialidade, discrição, possibilidade de escolha, disponibilidade, orientações sobre administração dos medicamentos, informações antes e depois sobre os procedimentos realizados e assistência para sanar dúvidas. No caso dos acompanhantes e rede de apoio do núcleo familiar e afetivo, ela indica como positivos o apoio financeiro, o respeito à decisão, a provisão de um ambiente seguro e acolhedor, a garantia de alimentação e a participação antes, durante e após o procedimento. A partir da declaração de Mukasonga de que o procedimento mais seguro que eu fiz, ele foi o mais violento, porque ele foi desamparado afetivamente e entendendo a importância das redes de apoio apresentadas, as próximas análises focarão, sobretudo, nas representações de Stefania, atora social representada como maior amparo emocional e de provisão e que esteve presente nos dois primeiros procedimentos realizados pela narradora.

Excerto 52:

Dezembro/2021

01:08:39

486 Jaqueline Foi muito rápido ao mesmo tempo, né?

487 Mukasonga É...

488 **Jaqueline** De que você teve conhecimento, digo, assim, porque você
489 já sabia desde o momento, mas eu digo assim que você
490 teve uma confirmação externa, né, um teste, algo que
491 te disse que aquilo que você já sabia era realmente
492 verdade, né, confirmava, esse período foi, que te dava
493 até uma autorização pra tomar qualquer decisão né,
494 também... foi um período muito curto, né

495 Mukasonga Sim, dinheiro, né? A possibilidade de resolver assim
496 ((estalo de dedo)), resolver... ((suspiro)) nos termos
497 de Théoneste era resolver, né, então era a
498 possibilidade de acesso a tudo
499 **Jaqueline Nos termos dele era resolver, nos seus termos era o**
500 **que?**
501 Mukasonga Não tenho palavra, não sei dizer sobre isso, assim
502 **Jaqueline Mas não era resolver?**
503 Mukasonga Não, não tá resolvido, né, até hoje pra mim não tem
504 como resolver uma coisa dessa assim, pra ele deve ter
505 resolvido no momento em que eu saí da clínica tava
506 resolvido, mas era de cuidar, de tratar o outro, de
507 uma maneira decente e afetuosa, mesmo, sabe? Mesmo
508 decidindo por não ter, ter muito afeto envolvido, muito
509 afeto envolvido
510 **Jaqueline Você teve essa experiência do afeto, né?**
511 Mukasonga Exato
512 **Jaqueline Do cuidado, de alguém que vai, escolhe filmes pra você**
513 **assistir, né, tem todo esse, esse..**
514 Mukasonga Sabe o filme que minha mãe escolheu? Tenho uma memória
515 fortíssima: Pinguins! Você já assistiu esse filme?
516 **Jaqueline Aquele de desenho?**
517 Mukasonga Não, não, era a vida dos pinguins, era um que mostrava
518 a vida dos pinguins e tinha uma cena, Jaque, que era
519 as mães pinguins com os ovinhos nos pés porque se o
520 ovo batesse no gelo quebrava e aí quando o ovo quebrava
521 elas roubavam o ovo da outra, então tinha uma cena
522 longa, tinha tipo a personalização dos pinguins, tinha
523 uma narração em primeira pessoa que era a história
524 dessa relação com a maternidade com o ovo, e se o ovo
525 quebrava uma se desesperava e ia roubar o ovo, essa
526 treta assim, eu assistia aquilo e eu chorava
527 **Jaqueline tadinha... Me fale até o nome desse filme que eu vou**
528 **atrás dele agora ((risos))**
529 Mukasonga Ai eu não sei como chama agora, vou pesquisar, mas é
530 sobre a vida dos pinguins, "a vida fantástica dos
531 pinguins" era uma coisa assim, Animal, Discovery
532 Chanel, que minha mãe pegou numa inocência total, na
533 locadora

534 **Jaqueline** **Achando que era uma coisa assim, nada a ver 'ah vou**
535 **pegar o que não tem nada a ver com o tema, pinguim,**
536 **pronto vou levar o pinguim' ((risos))**
537 **Mukasonga** E aí tinha essa cena assim, eu chorava e ela chorava
538 junto e ela: "vamos desligar" e eu: "não, quero ver" e
539 ela: "deixa eu desligar" e eu: "não, quero ver"
540 **((risos))** e as duas aos prantos, assim, e eu acho que
541 eu passei, sabe, durante o momento... aí sangrar e eu
542 entendi que ia ser um momento importante pra mim, sabe?
543 Sair, sentir a dor... Esse negócio de você desligar,
544 acordar e tá tudo resolvido, sem dor, sem nada, aí você
545 fica doida, né, porque como é que faz a passagem? o
546 corpo não faz a passagem, meu corpo não entendeu,
547 assim, tipo, é uma violência de outra ordem, né.

Os dois atores sociais representados na *pequena história* narrada por Mukasonga são Théoneste e Stefania, cada um representando uma contraposição de atitudes que são associadas à experiência como um todo. No nível discursivo, Mukasonga é categórica ao declarar, por meio de modalização negativa, que a situação ainda reverbera negativamente, por ter faltado cuidado de uma maneira decente e afetuosa e ela complementa por meio de conector argumentativo, mas era de cuidar, de tratar o outro, de uma maneira decente e afetuosa, mesmo, sabe? Mesmo decidindo por não ter, ter muito afeto envolvido, muito afeto envolvido. A *intencionalidade* tem relação estreita com o princípio de *argumentatividade* e se refere ao modo como emissoras usam textos para realizar suas intenções. Dessa forma, quem narra procura, de modo geral, construir sua narrativa procurando dar pistas à ouvinte que lhe permita construir o sentido desejado, entre elas, pelo uso de mecanismos de coesão (KOCH, TRAVAGLIA, 2018) e Mukasonga estabelece textualmente maneiras de que sua ouvinte compreenda o quanto a falta de afeto a marcou negativamente. Após representar a falta de afeto na relação com Théoneste, ela apresenta o afeto recebido por sua mãe e descreve a cena do aborto que viveu tendo o acompanhamento de Stefania, reforçando o companheirismo experienciado. Neste caso, o sangue é representado semanticamente como elemento positivado e importante, sem estar associado a medo de intercorrências ou de punições aí sangrar e eu entendi que ia ser um momento importante pra mim, sabe? Sair, sentir a dor... Ela representa seu corpo como ator social realizador de processo mental cognitivo. Neste caso, ela se utiliza de *somatização* para representar a sua dificuldade de elaborar a experiência ao ter tido

negada a sua possibilidade de escolha o corpo não faz a passagem, meu corpo não entendeu.

Na entrevista de dezembro, Mukasonga narrou o apoio recebido também de seu pai ao perceber que ela estava passando por um aborto em casa. Ela descreve o acolhimento recebido por ele e isso ajuda a compreender que ela experienciava um espaço livre de julgamentos e sem o receio de alguém descobrir:

Excerto 53:

Dez/2021

00:16:39

551 Mukasonga E aí meu pai sacou o que aconteceu comigo em algum
552 momento, não lembro se foi na primeira ou na segunda
553 vez. E aí ele me perguntou diretamente, assim, na sala
554 de casa, assim, sentindo dor, sentindo cólica: “você
555 tá fazendo um aborto?”

556 **Jaqueline Na segunda vez isso?**

557 Mukasonga É. E aí eu falei: “tô”, aí ele falou: “por que é que
558 não me contou? Só eu que dirijo aqui nessa casa, se
559 você tiver alguma coisa e tiver que ir pro hospital,
560 sou eu que tenho que te levar, você tem que me contar
561 essas coisas”. E é isso, assim, foram super
562 acolhedores, né? Tanto meu pai quanto minha mãe, assim,
563 não lembro de ter sido julgada em nenhum momento.

564 **Jaqueline Olha que legal. E quando sua mãe passou também ela...
565 ele sabia também e acompanhou ela nesse caso?**

566 Mukasonga Sim, ele sabia e minha tia também sabia, eu lembro que
567 era um, que eu ouvi uma conversa dos três, assim,
568 entendendo como iam fazer. E aí que minha mãe tem uma
569 irmã gêmea, né?

570 **Jaqueline Ah, aham... que legal...**

571 Mukasonga e elas são muito, muito grudadas e aí elas fizeram isso
572 junto, com meu pai e tal depois de muitos anos que meu
573 irmão nasceu.

A representação de seu pai ocorre por meio de *intertextualidade* utilizando discurso direto em que é apresentada a sua preocupação com ela e a abertura para a partilha e suporte em um momento de vulnerabilidade: “por que é que não me contou? Só eu que dirijo aqui nessa casa, se você tiver alguma coisa e tiver que ir pro hospital, sou eu que tenho que te levar, você tem que me contar essas coisas”. A participação de seu pai e de sua mãe é avaliada positivamente por

meio de partícula intensificadora e por meio de construção lógico-semântica em que ela apresenta o fato de não ter sido julgada como fator importante para seu bem-estar: foram super acolhedores, né? Tanto meu pai quanto minha mãe, assim, não lembro de ter sido julgada em nenhum momento. Mukasonga representa sua família por meio das relações de afeto estabelecidas entre cada pessoa, fazendo referência ao aborto vivenciado por sua própria mãe como um evento compartilhado entre irmãs e casal. Dessa forma, é possível perceber como o fato de não ter compartilhado de uma relação de companheirismo com Théoneste potencializou sua insegurança e a avaliação negativa da terceira experiência.

Excerto 54:

Dez/2021

00:34:59

575 **Jaqueline** **Nessa última experiência sua mãe soube também? Você**
576 **teve apoio de mais alguém?**

577 Mukasonga Não... Foi... porque minha mãe nesse meio tempo virou
578 muito evangélica... [hummm] muito, muito, e ela me dizia,
579 assim, que se arrependia e de que ela não apoiaria mais
580 uma situação daquela e aí eu não contei também porque
581 eu me considerei amparada ali, né, pelo companheiro,
582 porque nos outros casos eu precisava da minha mãe até
583 pra comprar coisas, sabe? Do dinheiro dela. Então, eu
584 estava mais amparada assim e depois ela soube, depois
585 de muito tempo ela soube, porque rolaram muitas
586 situações familiares, assim, de que uma prima minha
587 que estava com outros problemas chegou na minha casa
588 nessa época e eu não recebi ela bem. E aí ela foi
589 embora da minha casa e aí minha mãe ficou sem saber
590 por que e em algum momento eu contei pra ela e falei:
591 "olha, eu não estava bem, eu estava partida no meio,
592 assim, não tinha como" e ela entendeu de novo, então
593 eu acho que minha mãe é uma pessoa que se transforma
594 muito pelo amor, assim... e... é, eu acho que essa
595 minha angústia de não ter levado em frente essa última
596 gestação vinha muito de querer também experimentar esse
597 tipo de solidariedade que eu e minha mãe temos, desde
598 a posição dela, assim, né, porque eu admirava, admiro
599 muito assim o lugar que ela tem de... de conseguir
600 transformar o que ela... às vezes ela é convicta de uma

601 coisa e aí acontece uma coisa comigo ou com meu irmão
602 que coloca isso à prova e ela não pensa duas vezes em
603 duvidar do que ela acredita, né? Pra manter esse
604 vínculo, pra fortalecer esse vínculo. Eu acho que com
605 a questão dos abortos foi isso, assim, ela foi... ela
606 foi topando porque ela não conseguia ir de encontro ao
607 vínculo que ela tem pela gente... assim, foda-se as
608 crenças...

609 **Jaqueline** O vínculo era muito mais forte, né?

610 Mukasonga Sim...

611 **Jaqueline** Isso é isso é muito interessante, isso é muito bonito.
612 **Ela ainda é evangélica hoje?**

613 Mukasonga Ela é, mas na próxima vez que eu fizer qualquer coisa
614 **((risos))** ela vai estar ali igual ela vai... **[Que bom]**
615 é muito doido!

No trecho apresentado, Mukasonga justifica não ter contado para Stefania que realizaria outro aborto pelo fato dela ter se tornado evangélica e porque Mukasonga acreditava que estava amparada pelo companheiro: minha mãe nesse meio tempo virou muito evangélica, muito, muito, e ela me dizia, assim, que se arrependia e de que ela não apoiaria mais uma situação daquela e aí eu não contei também porque eu me considerei amparada ali, né, pelo companheiro, porque nos outros casos eu precisava da minha mãe até pra comprar coisas, sabe? Do dinheiro dela. O recurso de repetição de um item lexical é uma estratégia de intensificação de qualificadores. Nesse caso, a repetição de muito relacionado à Stefania no papel de portadora do atributo evangélica intensifica a avaliação negativa pertencente ao sistema de julgamento, indicando que a representação social de sua mãe enquanto religiosa era um fator que a fez não pedir apoio naquele momento, o que é reforçado por meio de relação lógico-semântica de expansão por meio de elaboração na qual a cláusula seguinte reafirma o que foi apresentada na cláusula principal: e ela me dizia, assim, que se arrependia e de que ela não apoiaria mais uma situação daquela. Mukasonga segue a construção lógico-semântica de expansão dessa vez utilizando-se da extensão da cláusula primária adicionando uma informação nova: eu não contei também porque eu me considerei amparada ali, né, pelo companheiro, porque nos outros casos eu precisava da minha mãe até pra comprar coisas, sabe? Do dinheiro dela. Contudo, Mukasonga retoma a construção argumentativa que representa Stefania como capaz de questionar suas crenças em nome do vínculo firmado com seus filhos.

Esse aspecto é usado para exemplificar a avaliação positiva de afeto e de apreciação intensificada por meio de repetição do processo *admirar*, realizado no pretérito e no presente do indicativo, evocado por meio dos significados experienciais escolhidos pela narradora, indicando que Stefania, ainda que tenha mudado de religião, aspecto que justifica uma rejeição ao aborto, não mudou na disponibilidade de oferecer proteção e afeto mesmo em uma situação de embate com suas crenças. Ela utiliza de metáfora com conotação de corpo partido para indicar que no momento que a prima a procurou ela enfrentava o luto pela situação experienciada e o uso metafórico foi suficiente para que Stefania pudesse compreender que ela tinha abortado novamente.

Depois dos dois primeiros abortos realizados, Mukasonga passou a defender a luta pelos direitos reprodutivos de forma mais ativa acompanhando e repassando para pessoas que desejavam abortar informações sobre maneiras seguras de realizar o procedimento de forma medicamentosa. Ela usou da internet como espaço para falar abertamente do assunto, de forma a desmistificar o tema e os preconceitos sobre as pessoas que defendem o direito à escolha. Nesse período, além de oferecer suporte com informações seguras, ela acompanhou mulheres desamparadas que queriam realizar um aborto. Ela me contou que com o tempo a procura ficou muito intensa e isso a fez reviver questões que não estavam bem resolvidas consigo e a experienciar sentimentos difíceis frente à impotência em relação a um tema que, em contexto de criminalização, é desnecessariamente arriscado e alvo de julgamentos de caráter moral.

Excerto 55:

Dez/2021

01:39:29

617 **Jaqueline** **E me diz aqui uma coisa, Mukasonga, você já pensou**
618 **alguma vez nessa figura da sua mãe também sendo essa**
619 **pessoa que te apoiou nesses processos, nesses dois**
620 **primeiros e dessa... e de alguma vontade de tentar ser**
621 **um pouco como ela nas pessoas que você assistiu? E o**
622 **quê que era que podia tá faltando pra você se sentir**
623 **mais como ela, que você se sentisse um pouco impotente**
624 **nessas relações?**

625 **Mukasonga** Ah... eu acho que tipo, não, não tinha como eu ofertar
626 pras pessoas o que minha mãe me deu porque minha mãe
627 era minha mãe, né, o que ela me deu só se fosse a mãe
628 da pessoa ali, né, ou alguém com um vínculo de ìyá,
629 né, e as pessoas que eu acompanhei, era isso, são

630 pessoas que a gente construía rede na casa pra fazer
631 aquilo, mas gente que tava ali justamente porque não
632 tinha essa figura, né, e aí, eu performei, né, o quanto
633 pude, o melhor que pude, assim, mas na minha cabeça
634 era insuficiente, não que eu tenha sido insuficiente
635 pras pessoas, sabe?

Enquanto rede, uma vez que tenha experimentado o acolhimento de sua mãe de maneira profunda e sem julgamento, que ela mesma nomeou por *Ìyá*, Mukasonga demonstra uma sensação de insuficiência em poder oferecer o mesmo para outras pessoas que acompanhou. A referência discursiva pelo uso de *Ìyá* está ligada a uma interdiscursividade a esta própria tese. O que a narradora oferece para esta pesquisa é uma espécie de antecipação daquilo que seria tratado e isso se dá pelo encontro que tivemos quando ela me convidou para dar uma aula à sua turma, antes de iniciarmos as entrevistas de narrativa, mas que ela indicou ter sido um dos motivos que a interessou sobre o tema.

As análises das redes de apoio neste capítulo foram importantes para esclarecer como a possibilidade de determinar o próprio destino reprodutivo de cada pessoa que gesta está relacionada diretamente às suas condições naquela comunidade, reconhecendo que condições não significam apenas uma questão de decisão individual e de acesso, mas toda uma forma de organização comunitária e social.

Síntese dos resultados da Análise

O objetivo principal desta seção foi responder às perguntas de pesquisa que direcionam ao estudo das redes de apoio e de provimentos às quais Mukasonga recorreu na necessidade de um aborto em um cenário de criminalização, aos itinerários que ela precisou percorrer para garantir seu direito de escolha e como ela avalia a influência dessas redes ao narrar suas experiências de abortos voluntários. O fato de ter abortado mais de uma vez fez com que ela acionasse diferentes redes de apoio como estratégia e, conseqüentemente, que percorresse itinerários diferentes para realização dos abortos. Abaixo, apresento um quadro contendo a síntese dos principais resultados da análise das *pequenas histórias* sobre redes de apoio discutidas nessa seção:

Categorias de análise discursiva	Alguns resultados analíticos
---	-------------------------------------

<p>Representação de atores sociais</p>	<p>Théoneste e Stefania são representados em uma contraposição de atitudes que são associadas à experiência como um todo, ele negativamente, ela positivamente.</p> <p>Ela representa seu corpo como ator social realizador de processo mental cognitivo. Neste caso, ela se utiliza de <i>somatização</i> para representar a sua dificuldade de elaborar a experiência ao ter tido negada a sua possibilidade de escolha.</p>
<p>Avaliação</p>	<p>As situações em que Stefania acompanhou Mukasonga foram mais bem avaliadas. Em todas as experiências, as condutas médicas foram positivadas por Mukasonga, e ela não descreveu nenhuma violência hospitalar. Em relação aos companheiros, há uma evolução da avaliação negativa dos procedimentos correlacionada à representação do envolvimento no nível do afeto que ela tinha com cada um e com o desejo de seguir a gestação e, no último caso, com o agravante de não ter Stefania a acompanhando na trajetória de realização do último aborto.</p>
<p>Intertextualidade</p>	<p>A representação de seu pai ocorre por meio de <i>intertextualidade</i> utilizando discurso direto em que é apresentada a sua preocupação com ela e a abertura para a partilha e suporte em um momento de vulnerabilidade.</p>
<p>Metáfora</p>	<p>Ela utiliza de metáfora com conotação de corpo partido para indicar que no momento que a prima a procurou ela enfrentava o luto pela situação experienciada indicando que naquele momento Stefania compreendeu que ela tinha abortado novamente e não a cobrou pelo comportamento distanciado da prima.</p>
<p>Modalidade</p>	<p>Neste caso, o sangue é representado semanticamente como elemento positivado e importante, sem estar associado a medo de intercorrências ou de punições.</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese de abordagem interseccional estudou os discursos que fundamentam as representações sobre abortos voluntários em situação de clandestinidade vividos por três mulheres negras brasileiras. Além das representações discursivas, procurei compreender a importância das redes de apoio acionadas por essas mulheres e os itinerários percorridos para a realização dos procedimentos. Dessa forma, preconizou-se os conceitos de autodefinição e autoavaliação das narradoras como chave de reconhecimento das representações de mulheres sobre si e sobre suas escolhas quanto à interrupção de uma gravidez, desafiando as imagens de controle sobre aborto no Brasil, sendo a influência das redes de apoio que as acompanharam no itinerário de realização de um aborto, um ponto assumido como relevante para a formação dessas representações.

Para tanto, este trabalho foi dividido em duas partes: Na primeira, com uma apresentação e análise social do tema seguida da introdução às escolhas teóricas e metodológicas que ampararam as análises a fim de responder às questões de pesquisa; e, na segunda parte, apresentação das análises discursivas das entrevistas de narrativas realizadas com cada uma das narradoras.

Apresento uma perspectiva histórico-social por defender que as injustiças reprodutivas também são resultado das invenções e violências coloniais. Desta forma, a moralização do aborto é assumida enquanto criação histórico-cultural, ou seja, não natural a todas as sociedades. As análises presentes nesta pesquisa demonstram como discursos controlistas continuam presentes de forma contundente e influenciam negativamente a experiência das pessoas que decidem interromper uma gestação, uma vez que, ainda que não impeça a decisão sobre o aborto, submete mulheres e pessoas que podem gestar a sofrimentos psicológicos e físicos de ordens diversas.

A imposição do silêncio sobre o tema do aborto é tomada neste trabalho como forma de violência discursiva, assim como é possível perceber nas minúcias discursivas do silêncio as imbricações das relações de poder que afetam diretamente as pessoas que podem gestar. Assim, enquanto arcabouço-teórico e metodológico, propus um diálogo entre os três significados do discurso (ação, representação e identificação), às atitudes decoloniais (episteme, estética e ativismo), diretamente relacionadas aos Feminismos negros decoloniais, ao conceito de Oxunismo e à Justiça reprodutiva para pensar/fazer/sentir a problemática do aborto através do estudo de narrativas das mulheres. Apresentei um mapa ontológico no qual associei o significado acional do discurso à

decolonialidade do poder e à Justiça Reprodutiva; O significado representacional foi associado à decolonialidade do saber e, nesta pesquisa, está relacionado às teorias feministas negras decoloniais; por sua vez, o significado identificacional foi associado à decolonialidade do ser, e, por conseguinte, ao Oxunismo e ao bem-viver.

A relevância de uma pesquisa atenta às narrativas das mulheres e às representações discursivas de suas escolhas considerando as redes de apoio corrobora com os estudos que buscam extrapolar as investigações sobre aborto no Brasil restritas a dados oficiais, ampliando a discussão para os pressupostos da Justiça Reprodutiva, teoria de base interseccional que alinha direitos reprodutivos aos princípios de justiça social, de forma a responder à crítica lançada por Heilborn et al (2012), que reclamaram pesquisas atentas às estratégias para a interrupção da gravidez e suas negociações no âmbito das relações familiares e afetivas envolvendo diferentes moralidades. Da mesma forma, esta pesquisa conseguiu acessar diretamente as mulheres, uma dificuldade para estudos qualitativos devido ao contexto de clandestinidade (DINIZ, MEDEIROS, 2012), além de ser um estudo de análise linguística discursiva, pioneiro na área, uma vez que a maioria dos estudos sobre abortos realizados no Brasil tem como pesquisadoras profissionais da área de saúde que procuram conhecer as experiências e práticas de aborto com mulheres internadas para a realização de um aborto incompleto no ambiente hospitalar(DINIZ, MEDEIROS, 2012).

Inspirada pela sentença proverbial bantu-kongo *Wa i mona, ye mona i sunsumuka* - Ouvir é ver, e ver é reagir/sentir - a entrega ao encontro com as participantes da pesquisa demandou colocar-me enquanto mulher, antes que pesquisadora, e renunciar à preocupação quanto às perguntas e comentários relacionados ao que as participantes narraram no momento das entrevistas e permitir a emergência de narrativas, o que me fez adotar o método de pesquisa de narrativas baseado em pequenas histórias (GEORGAKOPOULOU, 2015). Essas mulheres ofereceram a este trabalho não apenas a análise de suas escolhas e itinerários, mas apresentam o panorama mais geral que localiza o Brasil entre os países de restrição ao acesso a aborto seguro.

Ainda que as histórias das três participantes sejam particulares, os apontamentos da pesquisa registraram movimentos retóricos fundamentais apresentados por elas e que foram centrais para a organização das análises: (i)autodefinição/autoavaliação, (ii)clandestinidade e (iii)rede de apoio. Esses temas foram basilares para a construção do modelo ontológico e permitiram responder às perguntas de pesquisa: Quais discursos

fundamentam as representações sobre a decisão de aborto das participantes da pesquisa? A quais redes de apoio as participantes recorreram na necessidade de um aborto clandestino? Quais foram os itinerários percorridos e quem as acompanhou durante a realização do aborto? Como as participantes avaliam a influência das redes de apoio sobre sua experiência de aborto voluntário? Quais são os discursos de autodefinição e autoavaliação das participantes? Como os resultados desta pesquisa podem contribuir positivamente ao apresentar e ampliar concepções de cuidado em relação à questão do aborto voluntário no contexto brasileiro? Apresentados ao fim de cada seção de análise em quadros contendo o resumo das análises a partir das principais categorias de análises discursivas acionadas para responder a cada objetivo proposto pela pesquisa.

Luísa, Adah e Mukasonga são apresentadas em capítulos próprios e têm seus nomes relacionados a personagens de livros de literatura afrofeminista. Luísa oferece a esta tese o exemplo de que, ainda que se consiga realizar o aborto de forma segura e minimamente acompanhada, a clandestinidade coloca as pessoas gestantes que pretendem interromper uma gestação indesejada em situação de vulnerabilidade e de inseguranças diversas, delegando à rede de apoio e de provimentos o fator fundamental para a superação dos obstáculos e para a garantia de um procedimento seguro. As histórias narradas por Adah, por sua vez, extrapolam a discussão sobre aborto clandestino e oferecem a esta pesquisa uma compreensão mais ampla do que é preconizado pela pesquisadora Emanuelle Goes de que “não é possível viver autonomia reprodutiva em um ambiente de violação e injustiça social” (GOES, 2023, p.41). As decisões reprodutivas de Adah são atravessadas pelos entrecruzamentos das explorações econômicas e sociais de seu corpo que, como consequência, cerceiam o usufruto de direitos reprodutivos, desde a decisão por um aborto até a possibilidade de viver uma maternidade sadia. Entendo, neste caso, que Adah tenha sofrido tentativas diversas de feminicídio reprodutivo entre as demais violências a que esteve exposta. Os encontros com Mukasonga foram fundamentais para esta tese por permitir, entre outros pontos, ampliar ainda mais as possibilidades de apresentar mulheres que passaram pela experiência da clandestinidade de maneiras diversas, diferindo também em suas intersecções e subjetividades, refutando a concepção hegemônica que homogeneiza mulheres negras, assim como negando as generalizações sobre pessoas que realizaram um aborto. As histórias narradas por ela possibilitaram a discussão sobre o aborto compulsório e a dificuldade de valer suas escolhas reprodutivas até mesmo em ambientes de acesso a informações e a recursos

materiais, demonstrando a centralidade do cuidado afetuoso e do respeito às decisões da pessoa gestante.

Entre os achados da pesquisa, tornou-se manifesto que o sentimento de pertencimento, o reconhecimento da identidade racial e a competência em discutir questões raciais podem desempenhar um papel significativo no enfrentamento das diversas barreiras enfrentadas por essas mulheres. Esses elementos também influenciaram a capacidade delas em buscar apoio em redes sociais e nos caminhos percorridos para garantir suas decisões relacionadas aos abortos. Enquanto Luísa e Mukasonga se representam enquanto mulheres pretas e questionam imagens de controle, em suas narrativas, Adah não abordava a questão racial de forma explícita, deixando-me em dúvida sobre como ela se autodeclarava. Demonstrando que, ao saberem-se negras, tanto Luísa quanto Mukasonga reconhecem as opressões a que podem estar sujeitas, mas que, para além disso, ressignificam sua identificação como critério de orgulho e de pertencimento, elas se utilizam de vozes dos movimentos feministas negros de autoidentificação como mulheres pretas, reconhecendo como as estruturas de poder agem a partir de raça. Adah, por sua vez, não se percebe coletivamente dentro de um espaço de pertencimento do qual poderia buscar formas de reivindicações por uma vida melhor.

Luísa não é passiva em relação às imagens de controle sobre a condição de mulher negra, de mãe, ou de mulher que recorreu a um aborto, e sua narrativa oferece a este trabalho a possibilidade de desafiar os estereótipos e essencializações que recaem sobre esses e outros papéis sociais. Como preconizado por Patrícia Hill Collins (2019), substituir as imagens de controle pelo ponto de vista das mulheres negras forma um componente essencial da resistência às opressões interseccionais. Para tanto, preconizar a autoidentificação e autoavaliação fizeram-se fundamentais para esta pesquisa. Luísa se apresenta a partir de um lugar de busca por autoconhecimento e por autoavaliação, questionando tudo aquilo que ela percebe oferecer algum tipo de controle sobre ela. Essa é uma atitude de afastamento de opressões que mingam o poder sobre quem se é e sobre o que se pensa. Ela emerge enquanto questionadora e fundamenta suas questões na experiência vivida do corpo aberto.

As autoavaliações de Mukasonga diferem-se das apresentadas por Adah não apenas em como se deram os procedimentos e apoios recebidos, mas também na crise estabelecida em suas autodefinições provocadas pela violação de seus direitos reprodutivos. Mukasonga, ao contrário de Adah, não pretendia interromper a última

gestação e se viu cobrada pelas idealizações a respeito de seus posicionamentos enquanto mulher livre. As imagens de controle sobre ela apoiavam-se nas premissas de que uma mulher que questiona os padrões não poderia escolher seguir com uma gestação ou desejar constituir uma família nos moldes hegemônicos e isso aparece com frequência em sua narrativa.

Em meio a um contexto de violação no qual ela demonstra seu cansaço frente a tantos esforços para mudar sua realidade, Adah individualiza desigualdades sociais ao assumir para ela problemas que fazem parte de um sistema no qual ela pertence a recortes secularmente marginalizados. As avaliações negativas de si envolvem um julgamento em relação ao não cumprimento de expectativas sobre o papel social de Adah enquanto mãe. Se por um lado, o sistema colonial-moderno, que é racista e machista em sua gênese, reduz indivíduos a entidades generalizadas criando ordens universalizantes de significado, por outro lado, pune e responsabiliza particularmente esses mesmos indivíduos segundo suas lógicas supremacistas de raça, de gênero, de classe social, entre outras. Ao demonstrar apoio aos mesmos discursos que a condenam, Adah procura se distanciar dessas imagens e se esforça em mudar a si e ao marido para se encaixar, mesmo que isso provoque adoecimento, não a proteja de outras formas de violência e retire dela a possibilidade de se autoavaliar.

O sistema de opressão enfraquece mulheres que assumem de forma passiva as imagens dominantes sobre suas próprias condições. A resistência a essas imagens e a construção do conhecimento do “eu” emerge da luta pela substituição das imagens de controle e pelo conhecimento autodefinido, considerado pessoalmente importante e essencial para a sobrevivência de mulheres negras. O grande desafio da discussão do aborto no Brasil é o desvio de uma pauta de saúde pública ser tratada por princípios religiosos. E esse ponto é um ponto crítico discursivo de embate ideológico, pois, como Adah, o perfil das mulheres que abortam no Brasil é constituído de mulheres que declararam seguir algum princípio religioso, sobretudo as católicas e evangélicas, conforme apontado pela Pesquisa Nacional de Aborto – PNA (DINIZ et al, 2021). Porém, esse grupo, em sua maioria, ainda que tenha recorrido a algum aborto, não consegue estabelecer relação de proximidade com a luta pela descriminalização.

A análise crítica das escolhas afetivas levando em conta os atravessamentos de contextos sócio-históricos permitiu o estudo da articulação das diferenças sociais historicamente construídas, entre elas as relações de dominação providas das

desigualdades de gênero e de raça (PACHECO, 2003). O desejo de constituir uma família e de ter filhos, no caso de Mukasonga, escancarou uma problemática de ordem diferente ao que o feminismo universalista demanda. Enquanto as mulheres brancas lutam contra a destinação ao casamento e à maternidade, mulheres negras em diáspora foram historicamente impedidas de viver relações de afeto desde o período colonial, separadas de seus afetos, sendo destinadas ao lugar de trabalho exploratório e de satisfação sexual dos patriarcas brancos. E quando ela foi julgada pelo companheiro por decidir seguir com a gravidez, foi demonstrado que os critérios eletivos que uma mulher deve cumprir para ser mãe continuam a operar mesmo em ambientes que se pretendem libertários, mas a partir de outros marcadores. Ao contrário do pensamento hegemônico patriarcal que liga a mulher à primazia da maternidade, inaugura-se outras formas de controle dos corpos, dessa vez baseadas em discursos contra-hegemônicos que determinam que mulheres empoderadas não podem desejar a maternidade. Ambos excluem o poder de escolha e de decisão reprodutiva, reforçando que a possibilidade de cada pessoa que gesta de determinar seu próprio destino reprodutivo está diretamente relacionada ao amparo comunitário que recebe.

A total responsabilização de mulheres e pessoas que podem gestar pelas gravidezes não intencionais é bastante comum no Brasil e é um recurso discursivo muito utilizado para justificar a criminalização do aborto no país. Esses discursos geralmente se baseiam na ideia equivocada de que o acesso a métodos anticoncepcionais e ao planejamento reprodutivo é fácil, abrangente e suficiente para evitar intercorrências. Muitos apoiam-se na perspectiva de que métodos são sempre e totalmente eficazes, que estão facilmente disponíveis, que as informações são acessíveis, que todas as mulheres e pessoas que podem engravidar gozam de liberdade para negociar o método desejado com os parceiros, que todo o sexo é consentido e que só engravida quem abdica de proteção. Normalmente, o que está por trás desses discursos é a moralização e o controle dos corpos femininos baseados na reprodução como destino manifesto das mulheres com vida sexual ativa, e no princípio do prazer como exclusividade masculina ou de mulheres não honradas. Estratégias e serviços de contracepção e planejamento familiar demandam políticas públicas de qualidade, assim como é necessário o empenho social e comunitário para oferecer às pessoas a possibilidade de escolhas reprodutivas. O lema feminista pela legalização do aborto resume o que se demanda sobre direitos reprodutivos enquanto

questão de saúde pública: “Educação para decidir, anticoncepcionais para não abortar, aborto legal para não morrer”.

A criminalização não evita que abortos sejam realizados, mas submete mulheres e pessoas que podem gestar a recorrerem a métodos ineficazes e inseguros, assim como incentiva o comércio ilegal de medicamentos. Um entre os vários problemas que a clandestinidade impõe é a falta de informação que opera em diversos níveis, desde a falta de informação que permita o acesso de fato até a falta de informação sobre o tempo necessário para receber os comprimidos (no caso de abortamentos medicamentosos) e, uma vez iniciado o procedimento, a insegurança em relação aos métodos utilizados e o desconhecimento sobre administração e tempo para a efetivação. A ausência desse tipo de informação pode acarretar diversos sofrimentos físicos e psíquicos, como, por exemplo, ser disparador de ansiedade. No caso de Luísa, ela conseguiu seguir um itinerário curto, que ela avaliou positivamente durante as entrevistas, mas enfrentou medo de ser descoberta ou de sofrer alguma complicação devido ao contexto de clandestinidade.

Segundo o Caderno de Atenção Básica sobre Saúde Sexual e Reprodutiva do Ministério da Saúde (2013), as pessoas têm o direito de receber orientação contraceptiva sobre todos os métodos disponíveis e aceitos no Brasil, além de informações sobre a eficácia de cada método para evitar gravidezes indesejadas. As narrativas de todas as três participantes explicitam que as angústias experimentadas no trajeto de realização de um abortamento estão relacionadas à falta de informação e de acesso, da insegurança de lidar com o desconhecido, além da ameaça de responder criminalmente. Ou seja, analisar o aspecto psicossocial de produção de sofrimento mental requer uma mirada ativa e interseccional sobre os “efeitos do racismo, do sexismo, da lesbotrans-homofobia, da xenofobia, do etarismo, do classicismo nas experiências de sujeitos que têm vivenciado essas violências cotidianamente” (GONZAGA, 2022), senão, enquanto sociedade, seguiremos punindo individualmente pessoas ao invés de buscar por uma transformação estrutural efetiva.

Toda pessoa que ingressa em um hospital em processo de aborto, independentemente de ser um aborto provocado ou espontâneo,

deve ser acolhida e receber orientação em planejamento reprodutivo. As orientações devem começar por informar que a recuperação da fertilidade pode ser quase que imediata após o abortamento e que, portanto, se for o desejo da mulher, a anticoncepção deve ser iniciada também de imediato, ainda que relate não desejar, tão logo, ter relações sexuais” (BRASIL, 2013).

Ao contrário de Luísa e de Mukasonga, Adah não tinha acesso a informações seguras e nem a uma rede de apoio que pudesse garantir sua segurança e os cuidados básicos para a realização de um aborto, e precisou recorrer à hospitalização para a finalização do aborto após ter notado uma infecção. Ao chegar no hospital, ela foi vítima de violência obstétrica, exemplificando como o cenário de injustiça reprodutiva violenta institucionalmente pessoas que decidem interromper uma gestação. Adah representa o que é apontado em pesquisas de saúde pública que apontam que as mulheres negras são as que se encontram com maior tempo de gestação quando acontece o aborto e são as que apresentam mais sintomas de infecção pós-procedimento (GOES, 2018).

Por outro lado, realizar um aborto voluntário de forma clandestina não significa necessariamente que este aborto é inseguro, como foi o caso vivido por Luísa e por Mukasonga que conseguiram acionar uma rede de apoio como estratégia que garantisse a elas itinerários para realização do aborto de forma segura. A autonomia reprodutiva compreende o acesso e a segurança para que pessoas possam ter suas decisões respeitadas e garantidas, partindo de uma educação sexual efetiva até a possibilidade de interrupção de uma gravidez.

Para análise do discurso sobre as percepções narradas pelas participantes a respeito da escolha da realização de um aborto clandestino, foram consideradas algumas dimensões relacionadas às práticas sociais de contextos de injustiça reprodutiva, a partir do viés das atitudes decoloniais assumidas pelas próprias participantes frente a um contexto de criminalização, quais sejam: práticas situadas que as garantissem interromper uma gestação. Entre essas práticas, encontra-se o acionamento das redes de apoio, que se fez fundamental para os objetivos desta pesquisa. Estudar o aborto por um prisma social e cultural permitiu questionar a naturalização da analogia entre mulher e reprodução. Inegavelmente, esse é um evento realizado em um corpo específico, porém, não podemos ignorar as subjetividades e os significados sociais envolvidos no processo.

Ao assumir o aborto enquanto questão social, se não somos nós as mulheres que procuram por apoio para realizar uma interrupção, é importante que saibamos ser apoio e o que é necessário para oferecer a alguém que esteja à procura de cuidados. Dessa forma, as redes de apoio mostraram-se fundamentais para o bem-estar e segurança das participantes da pesquisa. O estudo das redes de apoio demonstrou a importância das dimensões subjetivas e emocionais, que requerem apoio comunitário para que as pessoas que podem gestar possam fazer suas escolhas amparadas emocionalmente.

Apresentar as falas de Francisco ofereceram a esta tese a oportunidade de estudar o aborto incorporando as negociações que subjazem à construção dos processos reprodutivos e as buscas pela superação da dinâmica de poder que se fixa no binômio dominador/dominada, assumindo a inclusão dos homens como contrapeso à visão ocidental de reprodução como campo “exclusivamente feminino” (RAMÍREZ, 2000). Dessa forma, foi possível abordar como a masculinidade, atravessada pelo sistema moderno colonial e pelas intersecções que se apresentam em cada situação, afeta a forma com que os homens se comprometem com relação a uma situação de abortamento. Ser homem dentro dos padrões coloniais modernos é uma condição que facilita e induz ao exercício de poder sobre corpos femininos ao mesmo tempo que limita as possibilidades de corresponsabilidade de maneira equitativa e prazerosa. Além disso, Ruisenõr (2004) discute que os diferentes tipos de apoio frente a um aborto estão relacionados ao tipo de relação que os homens estabelecem com as mulheres. Ou seja, em relações cis heteronormativas, homens tomam atitudes baseadas no vínculo amoroso que possuem com as mulheres. Essa afirmação corresponde aos achados desta pesquisa e é um marcador de diferença em relação a cada uma das participantes.

Adah não teve amparo para superar a experiência traumática do primeiro aborto e se sente culpada por também ter desejado interromper a última gravidez. Essa relação de culpa envolve, entre outros motivos mais diretos, a possibilidade de ser assassinada pelo companheiro e a dificuldade de negociar as próprias imagens internas das imagens de controle que são criadas socialmente. Adah, assim como outras mulheres negras, ainda que estivesse em um relacionamento estável, esteve sozinha em todas as suas experiências reprodutivas, seja nas gestações, nos partos, assim como no aborto. E é esse tipo de experiência traumática e de desrespeito a autonomia reprodutiva que faz com que mulheres desenvolvam sofrimentos psíquicos pós-aborto, não tendo nenhuma ligação biológica à intervenção em si, como assumido por discursos contra a descriminalização.

Quando não se tem acesso a histórias múltiplas de mulheres que realizaram um aborto contadas por elas mesmas em um ambiente seguro e livre de julgamentos, compreendendo suas complexidades e contradições, corremos o risco, enquanto sociedade, de nos apoiarmos em estereótipos como definições dessas mulheres. E isso faz com que muitas mulheres que já recorreram a um aborto tenham dificuldade de se identificar e acabam, com isso, reproduzindo representações distorcidas sobre a experiência vivida, procurando se distanciar das generalizações feitas sobre mulheres que

abortaram. A experiência solitária cria a falsa percepção de que o aborto voluntário é incomum e destinado a mulheres não honradas. Uma das possibilidades dessa pesquisa era o encontro entre todas as participantes que, infelizmente, não se fez possível devido a dificuldade de encontrar um horário possível para todas as participantes. De todo modo, creio que seria de grande ganho tanto para a pesquisa quanto para as participantes um encontro entre elas em que pudessem criar um ambiente de troca de experiências e de reconhecimento.

Nas narrativas de Adah, a solidão é um tema recorrente, assim como com a maioria das mulheres que passam por um aborto em contexto de clandestinidade. Da mesma forma, a solidão experimentada por Mukasonga no seu último procedimento aponta como a falta de apoio afetou a representação de suas experiências e de suas autoavaliações. Esméria é uma grande amiga e confidente de Luísa, assim como Stefania foi uma rede de apoio fundamental para o bem-estar de Mukasonga, e suas participações enquanto redes de apoio destacam uma importante dimensão de gênero no acolhimento em uma situação de busca por aborto. Dessa maneira, práticas de cuidado no cotidiano podem potencializar ações emancipatórias e as relações de afeto oferecidas pelas redes de apoio às mulheres tornam-se fundamentais para um mínimo respeito às suas escolhas reprodutivas quando o Estado fracassa em ofertar saúde como a relação de harmonia entre as mulheres e suas próprias realidades.

O fato de ter abortado mais de uma vez fez com que Mukasonga acionasse diferentes redes de apoio como estratégia e, conseqüentemente, que percorresse itinerários diferentes para realização dos abortos. Assim, a representação discursiva das pessoas que a acompanharam nos trajetos se correlaciona a avaliação das experiências, o que aponta que além de segurança, tempo e acesso, a relação de afeto e respeito são fundamentais para o bem-estar das pessoas que recorrem a um aborto. Para Mukasonga, que teve todos os abortos realizados em tempo hábil e em itinerários sem complicações de ordem prática, o tempo assumiu uma conotação diferente das vividas por mulheres em situações econômicas adversas, como Adah, que não teve acesso a informações e nem a recursos e sofreu complicações que colocaram sua vida em risco no primeiro aborto, assim como não conseguiu interromper a última gestação por dificuldade de acessar um itinerário curto. No caso de Mukasonga, ela tinha possibilidade de acessar serviços de confiança para interromper a gestação no tempo que julgasse necessário, mas, por sua vez, ter recorrido à interrupção de forma rápida impediu que ela amadurecesse sua

decisão. Ou seja, ainda que a possibilidade de acesso possa protegê-la contra ameaças à sua saúde física, a falta de apoio emocional a expôs a violências de ordem psicológica.

A clínica descrita por Mukasonga é representada como um espaço de acesso limitado, no qual é preciso de uma indicação prévia de que ali se realizam abortos voluntários, ter condições financeiras para locomoção até a cidade onde a clínica funciona, assim como para pagar pela consulta, pelos exames e pelo procedimento. Essa situação exemplifica que a luta por Justiça Reprodutiva também engloba a luta por um Serviço Único de Saúde que possa garantir de maneira gratuita a disponibilidade de métodos adequados, a capacitação de profissionais de saúde para a realização, instrução e acompanhamento, assim como a garantia das condições clínicas, sociais e psicológicas necessárias para a pessoa gestante que decida realizar um aborto de forma voluntária.

Mukasonga e Luísa tornaram-se ativistas pelo aborto emergindo como agentes de mudança social, capazes de falar sobre um tema que é destinado ao silêncio, e capazes de confrontar as instituições que condenam mulheres à culpa, à prisão, ao estigma e à morte, oferecendo-lhes, na contramão ao sistema racista e sexista, acolhimento, informação, presença sem julgamento, acesso e planejamento estratégico, em outras palavras, quando elas defendem a dignidade e o bem-viver de pessoas que decidem abortar.

Pensar no itinerário de realização de um aborto como um espaço que demanda nutrição afetiva é entender que não nos separamos da nossa humanidade em nenhuma de nossas experiências e que são nas situações de insegurança frente a alguma ocasião propícia a julgamento moral ou de risco físico, ou seja, situações de vulnerabilidade, que ter o amparo de uma rede de apoio sólida e comprometida pode nos garantir força vital. Se a liberdade de decisões sobre nossos corpos e nossa sexualidade e reprodução depende diretamente do acesso a recursos materiais, sociais e políticos que estão distribuídos de forma desigual e injusta nas sociedades, quanto mais atingidas em nossas intersecções, menos liberdade de decisão teremos em relação ao exercício ou ao não exercício da maternidade. Da mesma forma, quanto mais expostas a variados tipos de violências as comunidades estão, mais sua população estará focada em medidas de sobrevivência, sobrando pouco ou quase nenhum espaço para o gozo da vida plena enquanto indivíduos.

Tendo apresentado as principais contribuições desta pesquisa e discutido os resultados obtidos a partir dos objetivos propostos e por sentir que não consegui expressar como queria os atravessamentos dessa pesquisa em mim, pesquisadora e mulher afetada, peço licença para me valer de um tom intimista sobre as considerações finais deste estudo

que me acompanhou nos últimos cinco anos. Sentada, enquanto escrevo estas palavras de maneira emocionada, me vem à mente uma provocação que um amigo psicólogo me fez quando contava a ele como estava complicado seguir com a escrita em meio ao turbilhão de coisas que eu vivia nos últimos anos e ele, de maneira sagaz, me falou sobre o princípio do gozo para Freud, o *Genub*, e as tensões dualistas entre prazer/desprazer, pulsão de vida/pulsão de morte. Sem me aprofundar na teoria psicanalítica, o que meu amigo me provocou a entender, para além de todas as matérias de coisas da vida prática que nos obriga a seguir caminhando mesmo quando queremos deitar e chorar, foi como a dificuldade de terminar a escrita envolvia um certo gozo na demora da dor. Aquilo me incomodou de início, e ao me incomodar me deu a pista necessária de que eu estava afetada e que era importante me deter na investigação dessa afetação em mim.

Nos últimos cinco anos, me encontrei várias vezes com Luísa, com Adah e com Mukasonga. Muitas vezes mais do que as que aponte nas descrições metodológicas desta tese. Não foram apenas nos encontros de pesquisa que estivemos juntas, estive com elas o tempo inteiro, ouvindo e reouvindo as gravações para trabalhar nas transcrições, relendo e analisando, mas, além de tudo, sonhando e pensando nelas quase todos os dias. E, conforme eu pensava em cada uma delas e me afetava por cada história narrada, eu refazia passos da minha própria caminhada. Ao longo dos anos, estive mais próxima de uma que das outras, e isso mudava conforme eu acessava camadas diferentes de mim mesma. Aprendi a me autoidentificar conforme percebia que Luísa não renunciava a suas autoidentificações e a perceber o quanto não negociar quem somos pode nos proteger; aprendi a liberar algumas das meninas e mulheres que já fui enquanto percebia o quão alto era o preço que Adah pagava para ser perdoada de algo que não cabia só a ela; aprendi a ser mais honesta como Mukasonga, e assumir meu desejo de ser amada, mesmo quando eu quero ser aceita.

No dia em que encontrei Luísa para a primeira entrevista, estive muito ansiosa, eu menstruei durante a noite e acordei com muito sangue sobre o colchão. Naquele mesmo encontro, ela me falou do medo de acordar com o colchão sujo de sangue durante o procedimento do aborto e eu não parava de pensar na imagem do meu próprio sangue e isso me aproximou dela de alguma maneira. Por sua vez, quando Adah me mostrou sua foto de criança, não pude deixar de notar a incrível semelhança com uma foto minha, mais ou menos na mesma idade, e com o sentimento de que até aquele momento, a vida

parecia tão mais segura e fiquei imaginando o quanto pode ser assustador quando carregamos no peito a criança que somos e que só quer colo e mesmo assim, seguimos firmes levando a nós e a tantas outras pessoas. Quando enfim cheguei na escrita de Mukasonga, fiquei com muito medo de encontrar partes minhas que ainda não estão curadas e de não conseguir ficar bem durante o processo de análise, mas foi um processo de cura ouvi-la falar de forma tão corajosa sobre si e pensei nas vezes em que calei meus desejos, inclusive os reprodutivos, por não me sentir apropriada para vivê-los. Há tanto nesta tese que merecia ter sido dito e me sinto muito honrada por ter tido o privilégio de escutá-las e de ser merecedora de confiança.

Espero que vocês, Luísa, Adah e Mukasonga consigam entender que muito do que está aqui está inundado de mim, e que, se por acaso eu falhar na transmissão ou na compreensão de algo que vocês me compartilharam, possam também enxergar a mulher à frente de vocês: forte e indefesa, tentando equilibrar a balança entre o cuidado com o que me foi compartilhado e a vontade de ser aceita no meio acadêmico. Talvez eu tenha falhado na parte etnográfica desta pesquisa, uma vez que etnografia está institucionalmente relacionada à grafia das raças, e “tudo que escapa, pois, à apreensão do olhar, princípio privilegiado de cognição, ou que nele não se circunscreve, nos é ex-ótico, ou seja, fora de nosso campo de percepção, distante de nossa ótica de compreensão, exilado e aliado de nossa contemplação, de nossos saberes” (MARTINS, 2003, p. 64), enquanto eu estou completamente envolvida com o que me foi dito e não consigo gozar da entrega deste trabalho, porque quero aprender com vocês a existir.

Luísa, Adah e Mukasonga, me despeço de vocês neste trabalho, pois, a partir do momento que as escrevi aqui, as reduzi a partes de histórias narradas sobre um evento ainda tão incompreendido, longe, muito longe do tanto que cada uma de vocês é em dimensões que nem eu e nem ninguém poderá representar e espero encontrá-las livres, realizando sonhos, desejos e sendo amparadas em suas decisões, longe de culpa, pecado ou ameaça por serem vocês portadoras de vida, capazes de fertilizar o mundo com suas histórias e amores, assim como desejo para mim.

REFERÊNCIAS:

- ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma única história. In: **TED**: Ideas worth spreading. Tradução e legendas por Erika Rodrigues. 2009 Acesso em: 20 dez. 2023.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.
- ALVARÉS, Myriam Martins. Yãmîy: o canto e pessoa maxakali. In.: TUGNY, R. P., QUEIROZ, R. C. (org.). **Músicas africanas e indígenas no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- ANDALZÚA, Gloria. **La conciencia de la mestiza**: rumo a uma nova consciência. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/2005.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BARTON, David. Understanding textual practices in a changing world. In: BAYNHAM, M.; PRINSLOO, M. (orgs.). **The future of literacy studies**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009.
- BASHIR, Huda et al. **Tornando o Invisível, Visível**: Raça, Racismo e Dados de Saúde. Lições de países da América Latina. The SALURBAL Project, the Ubuntu Center, and the Pan-DIASPORA Project. Drexel University Dornsife School of Public Health; January 2023.
- BASTOS, Liliana Cabral & SANTOS, William Soares dos. Entrevista, narrativa e pesquisa. In: _____(orgs.). **A entrevista na pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.
- BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Liana de Andrade. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA**, São Paulo, v. 31, n. spe, p. 97-126, ago. 2015.
- BORGES, Thais Regina Santos. **Mulheres Brancas, Branquitude e Afeto**: reflexões acerca de performances raciais e afetivas brancas, o sentir crítico e o fazer acadêmico. Tese (Doutorado em Letras/Estudos da Linguagem) PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2022.
- BRASIL. **Código Penal**. Decreto-lei 2848 de 7 de dezembro de 1940.
- BRASIL. **Cadernos de Atenção Básica**, n. 26. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher. – 2. ed., 2. reimp – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.**

BRITO, M. D. **Não. Ele não está**. Curitiba: Appris, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo: FEUSP, 2005, p. 20-147.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Editora Jandaíra. São Paulo, 2020.

CASTRO, Y. P. **No canto do acalanto**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 1990.

_____. Dimensão dos aportes africanos no Brasil. **Revista Afro-Ásia**, n.16, p. 24-35, 1995.

CASTRO, Rosana. **Itinerários do aborto clandestino**: redes sociais e autoridades não-médicas. Trabalho apresentado na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 1º e 4 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Editora Augusto Sá da Costa, 1978.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

COÊLHO, Jaqueline. AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. ISBN 978-85-98349-69-5. **Cadernos De Linguagem E Sociedade**, 20(2), 270-273.

COLAÇO, Thais Luzia. O direito indígena pré-colonial. In: WOLKMER, Antônio Carlos (Org.). **Direito e justiça na América Indígena**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p. 111-142.

COLETIVO MARGARIDA ALVES. **Vivendo a (in)justiça reprodutiva**: Direitos, situações e instituições relevantes. Guia de defesa popular da Justiça reprodutiva, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**. v. 31 n.1 Jan./abril, 2016.

_____. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORRÊA, MCDV, Mastrella M. Aborto e misoprostol: usos médicos, práticas de saúde e controvérsia científica. **Cien Saúde Colet** 2012; 17(7):1777-1784.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Eloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murroy. A árvore e o fruto: breve ensaio sobre o aborto. In: _____. **Ao Sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

_____. Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

DENZIN, Norman. & LINCOLN, Yvonna (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Trad. NETZ, S. R. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). **As razões da eleição de um Congresso conservador**. 2014. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/24542-as-razoes-da-eleicao-de-um-congresso-conservador>>. Acesso em 27 fev. 2018.

DIEDRICH, Bruna. **Falar em filósofas é falar em revolução: representação feminina no ensino de filosofia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Filosofia) Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder/ Hoffnagel, J. & Falcone, K. (Orgs.)** São Paulo: Contexto, 2020.

DINIZ, Débora et al. National Abortion Survey – Brazil, 2021. **Cien Saude Colet** [periódico na internet] (2023/Mar). [Citado em 23/04/2023]. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/national-abortion-survey-brazil-2021/18689?id=18689>

DINIZ, D.; MEDEIROS, M. Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 7, p. 1671–1681, jul. 2012.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. /Org. Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. Londres: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. A dialética do discurso. In: MAGALHÃES, Izabel (org.). **Discurso e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores**. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

FANON, F. Racismo e Cultura. In: FANON, F. **Em defesa da Revolução Africana**. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1980.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. SILVEIRA, Renato da. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, T. P. L. M. **As construções proporcionais à luz de Halliday**. Leitura, [S. l.], n. 68, p. 53–67, 2021.

FIGUEIREDO, A. A carta de uma ex-mulata a Judith Butler. In: HOLLANDA, Eloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo, SP: Paz & Terra, 2015.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. NEVES, Luiz Felipe Baeta. -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. In: SANTIAGO, S. **Intérpretes do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. p. 121-645.

FRIED, Marlene; YANOW, Susan. Abortion Rights and Reproductive Justice In.: **Reproductive justice briefing book: a primer on reproductive justice and social change**, 2007. Disponível em: <https://vawnet.org/material/reproductive-justice-briefing-book-primer-reproductive-justice-and-social-change>. Acesso em 13 de março de 2021.

GAGO, Paulo Cortes. **Questões de transcrição em Análise da Conversa**. Veredas- Ver. Est. Ling. Juiz de Fora, v.6, n.2 p. 89-113. jul/dez, 2002.

GEORGAKOPOULOU, Alexandra. Small Stories Research: methods, analysis, outreach. In: DE FINA, Anna.; GEORGAKOPOULOU, Alexandra. **The Handbook of Narrative Analysis**. John Wiley & Sons, Inc. Published, 2015.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIRALDO, S. Nota introdutória a SPIVAK, Gayatri Chacravorty. ¿Puede hablar el subalterno? In: *Revista Colombiana de Antropología*, v. 39, janeiro-dezembro/2003.

GOES, Emanuelle. Legalização do aborto com enfrentamento ao racismo: as mulheres negras querem justiça reprodutiva. In.: BARONE, Antonella; BARROS, Beatriz de (org.). **Sangrias**. Vitória, Pedregulho, 2019.

GOES, E. F. **Dilemas interseccionais Racismo e Aborto no Brasil**. Cadernos de gênero e diversidade Vol. 09, N. 01 - Jan.-Mar., 2023.

GOES, Emanuelle Freitas et al. Vulnerabilidade racial e barreiras individuais de mulheres em busca do primeiro atendimento pós-aborto. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.36, supl.1, 2020.

GÓES, E.F., FERREIRA, A.J.F., RAMOS, D.. Racismo antinegro e morte materna por COVID-19: o que vimos na Pandemia?. *Cien Saude Colet* [periódico na internet] (2022/Out). [Citado em 14/01/2023]. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/racismo-antinegro-e-morte-materna-por-covid19-o-que-vimos-na-pandemia/18565?id=18565&id=18565>

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Editora Record, 2006.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar. Psicologia, Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva: Urgências para a Formação Profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online]. 2022, v. 42, n. spe, e262847. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003262847>>.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para rosas negras**. União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana, 2018.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In HOLLANDA, Eloísa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HAN, Byung-Chul. **Agonia do Eros**. Petrópolis: Vozes, 2017. Edição digital.

HEILBORN, Maria Luiza et al. Gravidez imprevista e aborto no Rio de Janeiro, Brasil: gênero e geração nos processos decisórios. In.: *Sexualidad, Salud y Sociedad REVISTA LATINOAMERICANA*, n.12 / Dossier n.1 / p.224-257, dec. 2012.

HEILBORN, M.L. et al. **Itinerários abortivos em contextos de clandestinidade na cidade do Rio de Janeiro** – Brasil: *Cien Saude Colet*, p. 1699-1708, fev.2012.

HOOKS, b. **Irmãs do inhamé: mulheres negras e autorrecuperação**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2023.

KAINGÁNG, Azelene. Depoimento de uma militante. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KOCH, I, G, V; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2018.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LIMA, Nathália Diórgenes Ferreira; CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. “A minha vida não pode parar”: itinerários abortivos de mulheres jovens. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, p. e58290, 2020.

LUGONES, MARÍA. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, p. 73-102, Dez. 2008.

LUNA, N. O direito ao aborto em caso de anencefalia: uma análise antropológica do julgamento da ADPF 54 pelo Supremo Tribunal Federal. **Mana**, v. 27, n. 3, p. e273207, 2021.

MAGALHAES, Izabel. Introdução: a análise de discurso crítica. **DELTA** [online]. vol.21, n.spe, pp.1-9, 2005.

MAGALHÃES, Izabel. Letramento, intertextualidade e prática social crítica. In: MAGALHÃES, Izabel (org.). **Discurso e práticas de letramento**: pesquisa etnográfica e formação de professores. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso Crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson e GROSGOUEL, Ramon (orgs.) **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte, Ed Autentica, 2018.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The language of evaluation**: appraisal in English. London, Palgrave, 2005.

MARTINS, Leda. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. **Letras**, [S. l.], n. 26, p. 63–81, 2003.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. **Necropolítica**. Arte e ensaios, n.32: Eclipse, p.122-151, 2016.

_____. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MELO, Iran Ferreira de. Histórico da análise de discurso crítica. In.: BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tomaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. (orgs.) **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

MENDONZA, Breny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latino-americano. In.: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys (org.). **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latino-americano**. Buenos Aires: En la Frontera, 2010.

MOMBAÇA, J. Pode um cu mestiço falar? *In: Medium*, 6 jan. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2V1138t>. Acesso em: 5 nov. 2021.

MOREIRA, Vania Maria Losada. Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na América portuguesa: amizade, negociação, capitulação e assimilação social. **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 19, n. 39, p. 29-52, set./dez. 2018

MORI, Maurizio. **A moralidade do aborto**: sacralidade da vida e o novo papel da mulher. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz, A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Eloísa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Da necropolítica a *ikupolítica*. **Revista Cult**, 2020.

NETTO et al. O que move a luta? A Maré Verde Argentina e a resistência das mulheres do/no Sul Global. **Revista Conjuntura Austral** v. 12 n. 60 out/dez. 2021.

NUNES M. D. et al. Histórias de aborto provocado entre adolescentes em Teresina, Piauí, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(8):2311-2318, 2013.

OLIVEIRA, Fátima. Feminismo, luta anti-racista e bioética. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 73–107, 1995.

_____. **Saúde da população negra: Brasil**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003.

_____. As novas tecnologias reprodutivas conceptivas a serviço da materialização de desejos sexistas, racistas e eugênicos? **Bioética**, v. 9, n. 2, p. 99-112, jul./dez. 2001.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ́. **The invention of women: making na african sense of western gender discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

_____. **What gender is motherhood?: changing Yorùbá ideas on power, procreation, and identity in the age of modernity**. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

_____. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Eloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PACHECO, A. C. L. **Raça, gênero e escolhas afetivas: uma abordagem preliminar sobre a solidão entre mulheres negras na Bahia**. Temáticas, Campinas, SP, v. 11, n. 21, p. 11–21, 2003.

PARDO, Laura. **Latin-American discourse studies: state of the art and new perspectives**. Journal of Multicultural Discourses, 5(3), 2010, p. 183-192.

PARDO ABRIL, Neyla Graciela. **Cómo hacer análisis crítico del discurso: Una perspectiva latino-americana**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007.

PAREDES, Julieta. Hilando fino desde el feminismo indígena comunitário. In.: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys (org.). **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latino-americano**. Buenos Aires: En la Frontera, 2010.

PEDRO, Joana Maria. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio – século XX. In: MATOS, M. I. S. de; SOIHET, R. (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 157-176.

PESSANHA, Eliseu Amaro; NASCIMENTO, Wanderson Flor do. **Necropolítica: Estratégia de extermínio do corpo negro**. Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. ISSN: 2525-4715 – Ano 2018, Volume 3, número 6, julho – dezembro de 2018.

PINHEIRO, Roseni & GUIZARDI, Francine Lube. Cuidado e Integralidade: por uma genealogia de saberes e práticas no cotidiano. In: PINHEIRO, Roseni & MATTOS, Ruben Araújo de. **Cuidado: as Fronteiras da Integralidade - Roseni Pinheiro & Ruben Araujo de Mattos (orgs.)** Rio de Janeiro: IMS/UERJ – CEPESC – ABRASCO, 2008.

PRADO, Danda. **O que é aborto**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1984.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise do discurso (para a crítica): o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes Editores, 2011.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. Editora Contexto: São Paulo, 2015.

RAMÍREZ, Martha Celia. A propriedade do corpo: o lugar da diferença nos discursos de homens e mulheres acerca do aborto voluntário. *Cadernos Pagu*. 2000, pp.297-335.

REIS, Ana. As filhas de Margaret Sanger: elementos para uma análise das relações entre feministas e o poder médico. In.: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys (org.). **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latino-americano**. Buenos Aires: En la Frontera, 2010.

RESENDE, Viviane de Melo.; REGIS, Jacqueline Fiuza. **Outras perspectivas em análise de discurso crítica**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

RESENDE, Viviane de Melo. Perspectivas latino-americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. In: RESENDE, Viviane de Melo (org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

_____. Estudos críticos do discurso, decolonialidade e outras histórias. In.: IRINEU, Lucineudo Machado et al (orgs.) **Análise de discurso crítica: conceitos-chave**. São Paulo: Pontes Editores, 2020.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres brasileiras: de Bertioga a Beijing. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 446, 1995.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Ch'ixinakax utxiwa: **una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

ROCHA, C. J.; CARMO, A. T. Narrativa do testemunho pentecostal: quem tem autoridade de testemunhar? **Revista Tempo Amazônico**. v. 5, n.1, p. 150-171, 2017.

ROLAND, E. Direitos Reprodutivos e Racismo no Brasil. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 506, 1995.

ROMIO, J. Femicídio reprodutivo: ciclos de vida, raça, corpo e violência institucional. In: **As interfaces do Genocídio no Brasil: raça, gênero e classe**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018.

ROSS, Loreta. **Understanding Reproductive Justice**. SisterSong Women of Color Reproductive Justice Collective, 2006.

_____. What Is Reproductive Justice. **Reproductive justice briefing book: a primer on reproductive justice and social change**, 2007. Disponível em: <https://vawnet.org/material/reproductive-justice-briefing-book-primer-reproductive-justice-and-social-change>. Acesso em 13 de março de 2021.

RUISEÑOR, Elsa Guevara. **La corresponsabilidad ética de los varones frente al aborto**. Desacatos, núm. 17, p. 35-56, enero-abril 2005.

SANTOS, William Soares dos. Os níveis de interpretação na entrevista de pesquisa de natureza interpretativa com narrativas In: BASTOS, Liliana Cabral & SANTOS, William Soares dos (orgs.). **A entrevista na pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.

SARDINHA, T. B. **Metáfora**. São Paulo: Parábola, 2007.

SEGATO, Rita Laura. **O Édipo Brasileiro: a dupla negação de gênero e raça**. Brasília, Dep. de Antropologia UnB. (Série Antropologia nº 400). 2006.

SISTERSONG. **Women of color reproductive justice collective**. Disponível em: <https://www.sistersong.net/mission> Acesso em 20 nov. 2020.

SLEMBROUCK, Stef. The role of the researcher in interview narratives. In: DE FINA, Anna.; GEORGAKOPOULOU, Alexandra. **The Handbook of Narrative Analysis**. John Wiley & Sons, Inc. Published, 2015. pp.

STREET, Brian. Eventos de letramento e práticas de letramento: teoria e prática nos Novos Estudos do Letramento. In: MAGALHÃES, Izabel (org.). Discurso e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

SUASSUNA, Jaqueline Coêlho. **Quando o eu e o tu falam do aborto das outras: uma análise dos discursos nas audiências públicas interativas no Senado**. Dissertação (Mestrado em Linguística – Linguagem e Sociedade) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SUASSUNA, Jaqueline Coêlho et al. Abordagens comparativas entre Brasil e Cuba: o aborto nas trajetórias assistenciais à saúde. In: Paula Rita Bacellar Gonzaga; Letícia Gonçalves; Claudia Mayorga (Orgs.). **Práticas acadêmicas e políticas sobre o aborto**. 1ed. Belo Horizonte/ MG: Conselho Regional de Psicologia: Minas Gerais, 2019, v. 1, p. 84-97.

TEODORO, Frediano José. **Aborto eugênico: delito qualificado pelo preconceito ou discriminação**. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

THOMPSON, John b. A interação mediada na era digital. **MATRIZES**. São Paulo, V.12 - Nº 3, p. 17-44 set./dez., 2018.

_____. **The media and modernity: a social theory of the media**. Cambridge: Polity, 1995.

UNFPA Brasil. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento** (Conferência do Cairo), 2007. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/relat%C3%B3rio-da-confer%C3%Aancia->

[internacional-sobre-popula%C3%A7%C3%A3o-e-desenvolvimento-confer%C3%Aancia-do](#) Acesso em: 23 de abril de 2023.

VAN LEEUWEN, T. **Discourse and Practice: New Tools for Critical Discourse Analysis**. New York: Oxford University Press, 2008.

VERGÈS, F. **Uma teoria feminista da violência** [traduzido por Raquel Camargo] São Paulo: Ubu Editora, 2021.

VIAN JR., O. O Sistema de Avaliatividade e a linguagem da avaliação. In: VIAN JR., O.; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. A. S. D. P. (Orgs.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa**. Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 191-203.

VIAN JR., O. **Engajamento: monoglossia e heteroglossia**. In: VIAN JR., O.; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. A. S. D. P. (Orgs.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa**. Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 191-203.

VIEIRA, Viviane. A crítica como arte de fazer-se crítica. In.: IRINEU, Lucineudo Machado et al (orgs.) **Análise de discurso crítica: conceitos-chave**. São Paulo: Pontes Editores, 2020.

VIEIRA, Viviane . Corpos e (con)vivências em pesquisas críticas. In: Micheline Tomazi; Viviane de Melo Resende. (Org.). **Estudos do discurso: abordagens em ciência crítica**. 1ed.Campinas: Pontes, 2022, v. 1, p. 137-163.

VILLELA, Wilza Vieira; BARBOSA, Regina Maria. **Aborto, saúde e cidadania**. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): p. 203-220, ago/dez, 2014

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 223-243, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Abortion care guideline**. Geneva, 2022.

Anexo I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Redes de apoio e representações discursivas da experiência do aborto clandestino no Brasil”, de responsabilidade de Jaqueline Coêlho Santana, estudante de doutorado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é estudar e analisar a representação discursiva sobre a experiência de abortamentos clandestinos vividos por brasileiras e como as redes de apoio às quais recorreram são representadas em suas narrativas sobre a experiência. Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de uma entrevista por plataforma virtual de vídeo, com gravação de áudio da conversa assegurando a confidencialidade das identidades das participantes, e análise dos dados gerados pela transcrição do áudio, por anotações em diário de pesquisa e análise de algum outro material de texto que a participante queira oferecer. É para estes procedimentos que você está sendo convidada a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco efetivo, além de perguntas sensíveis que possam fazer com que você se sinta constrangida, ou até mesmo engatilhar alguma reação emocional ao revelar sentimentos e pensamentos nunca revelados. Para minimizar cada um desses riscos, a pesquisadora coloca-se atenta aos sinais verbais e não-verbais de desconforto, e garante a liberdade para não responder a perguntas constrangedoras.

Espera-se com esta pesquisa oferecer às participantes a possibilidade de ressignificar uma experiência delicada por meio da fala e, para a sociedade, a possibilidade de diminuição do tabu em relação ao abortamento. O entendimento do aborto como uma questão essencialmente feminina, mas também social, permite refletir como enquanto sociedade estamos contribuindo para o silenciamento e violações físicas e psicológicas de mulheres. O estudo sobre as redes de apoio pretende elucidar quem são as pessoas a quem essas mulheres recorrem e como essa rede pode oferecer ou negar cuidados, informações, acesso a medicamentos ou a algum tipo de proteção e como essa oferta ou negação influencia a narrativa da experiência dessas mulheres, ampliando a ideia de cuidado para as ciências sociais.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 98115-2338 ou pelo e-mail coelhos.jaqueline@gmail.com.

Os dados gerados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a

cep_chs_modelo_tcle

outra com você.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

Brasília, ____ de _____ de _____

Anexo II – Convenção de Transcrição

CONVENÇÃO DE TRANSCRIÇÃO

...	Pausa não medida
.	Entonação descendente ou final de elocução
?	Entonação ascendente
,	Entonação de continuidade
-	Parada súbita
=	Elocuções contíguas
<u>sublinhado</u>	ênfase
MAIÚSCULA	Fala em voz alta ou muita ênfase
°palavra°	Palavra em voz baixa
>palavra<	Fala mais rápida
<palavra>	Fala mais lenta
: ou ::	Alongamentos
[Início de sobreposição de falas
]	Final de sobreposição de falas
()	Fala não compreendida
(())	Comentário da analista, descrição de atividade não verbal
“palavra”	Fala relatada, reconstrução de um diálogo
hh	Aspiração ou riso
.hh	Inspiração
th	Estalar de língua
↑	Subida de entonação
↓	Descida de entonação

Convenções baseadas nos estudos de Análise de Conversação (Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974), incorporando símbolos sugeridos por Schiffrin (1987) e Tannen (1989).

Fonte: BASTOS, BIAR, 2015.

Anexo III- Folheto de instruções para aborto

Aborto com Misoprostol + Mifepristona

A primeira coisa que você deve saber é que o Cytotec é um comprimido eficiente e não letal. Isso é o comprimido por si só não é capaz de matar ou provocar envenenamentos. O que pode causar sequelas ou até a morte é a sua má utilização. O Cytotec é usado em países onde o aborto não é considerado crime nos países da Europa, EUA, China e Urugway, etc, e no Brasil em casos de aborto previsto na lei.

O que é o Misoprostol ou Cytotec?

É um hormônio que produz contrações uterinas e por isso é usado para provocar o aborto. Originalmente foi criado para tratamentos de úlceras estomacais.

O que é Mifepristona?

É um antiprogestágeno. Bloqueia a produção de progesterona, um hormônio indispensável para que uma gravidez continue.

A MIFEPRISTONA combinada com o MISOPROSTOL (cytotec) provocam a expulsão espontânea do saco gestacional com uma alta taxa de eficácia (98% segundo a Organização Mundial da Saúde [OMS])

Antes de utilizar os comprimidos, certifique-se que:

- você não tem um estado de anemia severa
- você não tem problemas de coagulação sanguínea
- você não teve uma cesárea em menos de 6 meses

Como fazer um aborto seguro com comprimidos?

O uso das pastilhas é mais efetivo até a 12ª semana de gestação.

As semanas de gestação são calculadas desde o PRIMEIRO DIA que desceu a última menstruação pela até o dia presente. Faça uma ecografia (ultrassom) para confirmar o seu período de gestação.

1. passo

MIFEPRISTONA

(1 comprimido)

Tome o comprimido de MIFEPRISTONA com água. Tome inteiro. Não mastigue, nem deixe dissolver na boca.

2. passo

MISOPROSTOL (= Cytotec)

36 ■ horas depois de tomar a MIFEPRISTONA, coloque 4 comprimidos (800mg) de MISOPROSTOL debaixo da língua.

Mantenha-os juntos na boca até que se dissolvam - vá engolindo aos poucos a saliva.

*Para evitar enjoos e vômito, você pode tomar uma pastilha de DIMENIDRINATO (conhecido no Brasil como DRAMIN) uma hora antes de realizar o procedimento.

3. passo

MISOPROSTOL

3 horas depois de utilizar os 4 comprimidos de MISOPROSTOL, coloque mais 2 comprimidos de

MISOPROSTOL embaixo da língua (repita o procedimento)

IMPORTANTE

Mesmo que você comece a sangrar, complete o procedimento para garantir a expulsão do saco gestacional.

O método sublingual impede que o uso do misoprostol seja identificado. Caso você precise recorrer à ajuda médica, sustente que você não tomou nada.

O que você vai sentir?

- Calafrios
- Náuseas
- Diarreia
- Cólicas
- Dores de cabeça
- Febre (menor que 38°)
- Contrações
- Vômito

NÃO TOME: ASPIRINA E BUSCOPAN

Para aliviar as dores você pode tomar: **IBUPROFENO** que não é relaxante muscular.

É importante que você esteja consciente durante todo o procedimento, por isso, evite o uso de substâncias químicas que alteram os estados de consciência como, por exemplo, álcool e maconha.

Geralmente os efeitos começam poucas tempo depois de tomar os comprimidos de misoprostol. Pouquíssimas vezes ocorrem somente com o uso da mifepristona.

Pelo que você irá passar?

Sentir contrações
Sangramento vaginal abundante com coágulos
Expulsão do saco gestacional
(o sangramento pode durar vários dias)

Se você apresentar:

Desmaio
Febre maior que 38° após o uso de
IBUPROFENO
Hemorragia abundante
(4 absorventes em 2h) vá ao centro de saúde
mais próximo

O exame mais eficaz para ver se tudo correu bem são os de imagem (ultrassom, ecografia).

O que fazer se o aborto não for produzido?

Se o aborto não aconteceu, você pode repetir o uso da medicação.

Se houver sangramento (mesmo que seja leve), antes de repetir o uso, você terá que fazer um ultrassom.

Se você usou até 3 vezes mifepristona + misoprostol e o aborto não foi produzido, você terá que consultar um/a profissional que realize a prática cirúrgica ou o AMEU (Aspiração Manual Endouterina).

AUTONOMIA!

A maternidade não pode ser vista como uma obrigação ou um castigo. As mulheres têm o direito de decidir se querem ser mães. As mulheres que querem ser mães um dia têm o direito de decidir quando querem. As mulheres que já têm filhos também podem decidir não levar adiante uma gravidez indesejada.

Nenhuma mulher deve ser presa, humilhada ou maltratada por ter realizado um aborto.

É apenas da mulher a decisão sobre prosseguir ou não uma gravidez. Nem médicos, nem juízes, nem a polícia ou qualquer pessoa deve interferir nessa escolha. O direito a decidir sobre o próprio corpo e a própria vida é fundamental para que as mulheres sejam livres e autônomas.

Não se esqueça

- *Você deverá realizar uma ecografia (ultrassom) 10 dias após realizado o procedimento.
- *É importante que você procure o método contraceptivo mais adequado para a sua realidade.
- *Apenas a camisinha pode prevenir a transmissão de doenças.
- *Rompa o silêncio! Converse com as pessoas que você confia sobre suas experiências e contribua para que o aborto deixe de ser um tabu.

***Organize-se coletivamente para que o aborto deixe de ser clandestino no Brasil.**

Somos clandestinas

Anexo IV – Formulário de levantamento de dados

14/02/2024, 23:01

Levantamento de Pesquisa

Levantamento de Pesquisa

Olá!

Este formulário é uma continuação da pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética do INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -UNB, Parecer: 4.895.137, da qual você faz parte. As perguntas aqui levantadas objetivam afinar o processo de apresentação das participantes, sempre priorizando o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que possam permitir a sua identificação.

O tempo de resposta é de aproximadamente 3 minutos.

Em caso de dúvidas, não hesite em me perguntar.

E-mail para contato: coelhos.jaqueline@gmail.com

Agradeço a disponibilidade e gentileza da partilha,

Jaqueline Coêlho Santana

*** Indica uma pergunta obrigatória**

1. Iniciais do seu nome *

2. Raça

Marcar apenas uma oval.

Branca

Negra - Parda

Negra - Preta

Indígena

Outro: _____

3. Sexo

Marcar apenas uma oval.

Feminino

Masculino

Outro: _____

<https://docs.google.com/forms/d/1p1bTnPkHnHA0rI8W2ptWVRQCUcgpUpszkNSxgvxyMTM/edit>

1/6

4. Orientação Sexual

Marcar apenas uma oval.

- Heterossexual
- Homossexual
- Bissexual
- Outro: _____

5. Grau de escolaridade Formal

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Básico
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: _____

6. Religião

Marcar apenas uma oval.

- Católica
- Evangélica
- Kardecista
- Umbanda
- Candomblé
- Outro: _____

7. Participa de movimento social?

Marcar apenas uma oval.

Sim *Pular para a pergunta 8*

Não *Pular para a pergunta 9*

Outro: _____

Pular para a pergunta 9

Movimento Social

8. Qual o movimento social que participa e há quanto tempo?

Moradia e Renda

9. Área residencial

Marcar apenas uma oval.

Urbana

Rural

10. Situação de moradia

Marcar apenas uma oval.

Aluguel

Imóvel cedido

Imóvel próprio

Cômodos compartilhados

Não tenho residência

11. Renda Média Mensal do seu domicílio

Marcar apenas uma oval.

- Até R\$1.212,00
- Entre R\$1.212,00 e R\$3.636,00
- Entre R\$ 3.636,00 e R\$6.060,00
- Entre R\$6.060,00 e R\$8.484,00
- Mais de R\$8.484,00
- Outro: _____

12. Situação de emprego

Marcar apenas uma oval.

- Empregada no setor público
- Empregada no setor privado
- Desempregada
- Trabalhando por conta própria

13. Principal responsável pela renda do domicílio

Marcar apenas uma oval.

- Você
- Cônjuge
- Filhos
- Compartilho com cônjuge
- Outro: _____

14. Selecione, entre as opções abaixo, quais tarefas você assume na divisão do trabalho doméstico

Marque todas que se aplicam.

- Preparar ou servir alimentos
- Arrumar a mesa
- Lavar a louça
- Cuidar da limpeza das roupas
- Limpar o domicílio
- Fazer compras
- Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio
- Cuidar da organização do domicílio (pagar contas)
- Pesquisar preços de bens para o domicílio
- Outro: _____

15. Você é responsável pelo cuidado de outras pessoas que moram com você?

Marcar apenas uma oval.

- Moro sozinha
- Idosos
- Crianças até 12 anos
- Outras crianças
- Pessoas com deficiência
- Adultos saudáveis e sem deficiência
- Não
- Outro: _____

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários